

Carlos Henrique dos Santos Ruiz

**“Democracia à Nossa Maneira”:
Ação Política do jornal Letras em Marcha contra a
Redemocratização (1977-1985)**

Carlos Henrique dos Santos Ruiz

**“Democracia à Nossa Maneira”:
Ação Política do Letras em Marcha contra a Redemocratização
(1977-1985)**

Tese de doutorado apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, da Faculdade de Filosofia e Ciências, da Universidade Estadual Paulista – UNESP – Câmpus de Marília, para a obtenção do título de Doutor em Ciências Sociais.

Área de Concentração: Ciências Sociais

Orientador: Prof. Dr. Jefferson Rodrigues Barbosa

R934“ Ruiz, Carlos Henrique dos Santos
“Democracia à Nossa Maneira” : ação política do jornal
Letras em Marcha contra a redemocratização (1977-1985) /
Carlos Henrique dos Santos Ruiz. -- Marília, 2026
188 p. : fotos

Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista (UNESP),
Faculdade de Filosofia e Ciências, Marília
Orientador: Jefferson Rodrigues Barbosa

1. Ação Política. 2. Grupos de Pressão. 3. Militares. 4. Direita
Militar. 5. Abertura Política. I. Título.

Carlos Henrique dos Santos Ruiz

“Democracia à Nossa Maneira”:

Ação Política do *Letras em Marcha* contra a Redemocratização (1977-1985)

Tese apresentada à Universidade Estadual Paulista (UNESP), Faculdade de Filosofia e Ciências, Marília, para obtenção do título de Doutor em Ciências Sociais.

Área de Concentração: Ciências Sociais

Data da Defesa: 08/12/2025

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Jefferson Rodrigues Barbosa,
Universidade Estadual Paulista (UNESP) – câmpus de Marília

Prof. Dr. Leandro de Oliveira Galastri
Universidade Estadual Paulista (UNESP) – câmpus de Marília

Prof. Dr. Caio Eduardo Teixeira Vasconcellos
Universidade Estadual Paulista (UNESP) – câmpus de Marília

Prof. Dr. Eduardo Heleno de Jesus Santos
Universidade Federal Fluminense (UFF) - câmpus de Niterói

Prof. Dr. José Miguel Arias Neto
Universidade Estadual de Londrina (UEL)

AGRADECIMENTOS

Ao professor Jefferson Rodrigues Barbosa, que já vinha me auxiliando no Estágio de Docência e na banca de Qualificação e que assumiu minha orientação ao final do Doutorado. Com paciência e compreensão, sua orientação contribuiu significativamente para o andamento e o desenvolvimento desta versão final.

Meus agradecimentos aos professores Leandro Galastri, Caio Eduardo Vasconcellos, Eduardo Heleno e José Miguel Arias Neto por aceitarem o convite para compor a banca examinadora e pelas valiosas contribuições para a conclusão desta tese. Agradeço também aos suplentes, os professores Fábio Ocada, Luciana Aliaga e Demian Melo.

Ao Mateus e a todos os funcionários da Seção Técnica de Pós-Graduação da Unesp de Marília, pela ajuda e pelo suporte nos assuntos de ordem técnica e burocrática relacionados a esta tese.

Aos professores Agnaldo dos Santos, Leandro Galastri e a todo o Conselho de Pós-Graduação em Ciências Sociais, pela compreensão e pelo apoio diante dos obstáculos surgidos ao longo do desenvolvimento deste trabalho.

Aos funcionários da Biblioteca Nacional — Rafael, Michel, Carolina, Rodney, Maria Angélica, Marcela, Marcos, Stéphanie, Vagner e Ana — pela ajuda e contribuição na pesquisa física dos exemplares do Letras em Marcha.

À bibliotecária Laline, do Clube Militar, que prestou grande auxílio e contribuiu com a pesquisa dos exemplares do Letras em Marcha pertencentes à instituição, especialmente durante o período de fechamento da biblioteca para reformas.

Ao professor Joelson, à pesquisadora Flávia e a toda a equipe do Arquivo Ana Lagôa, da Universidade Federal de São Carlos, pela ajuda e cortesia na pesquisa da documentação relacionada ao período histórico.

Aos meus pais, pelo incentivo, apoio, confiança e suporte que sempre me proporcionaram.

A todos aqueles que contribuíram direta ou indiretamente para o desenvolvimento desta tese, deixo meus sinceros agradecimentos.

Por fim, vale pontuar que o presente trabalho foi realizado com o apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

RESUMO

O período de transição da Ditadura Militar brasileira, conhecido como Abertura Política, não constituiu um ato monolítico, sendo influenciado por disputas e conflitos tanto no interior da sociedade quanto no bloco no poder. De fato, os militares mantiveram o controle ao longo de todo o processo, garantindo a preservação de parcela significativa de seus interesses. Contudo, o resultado final não ocorreu conforme o planejado, pois a ideia inicial de distensão, baseada na reforma da institucionalidade vigente, acabou sendo deslocada para um processo de redemocratização que culminou no fim do regime. Em decorrência disso, parte dos militares demonstrou descontentamento com os rumos que o processo vinha assumindo. Para esses setores, era fundamental a manutenção dos valores e ideais do Golpe Civil-Militar de 1964. Uma dessas frações, ligada aos segmentos mais linha-dura da direita militar, organizou-se em torno do jornal do grupo Letras em Marcha e, por meio de suas páginas, passou a pressionar pela defesa e preservação do modelo político do regime. A presente tese parte da hipótese de que o periódico, ao perceber a possibilidade de esgotamento da institucionalidade oriunda do golpe, mobilizou, por meio dos aparelhos de hegemonia, ações políticas destinadas tanto a pressionar e influenciar o processo quanto a lançar seus próprios candidatos em disputas eleitorais, com o objetivo de legitimar e manter a Ditadura Militar. Ao final, contudo, o jornal não obteve êxito. Para este estudo, foram utilizados exemplares do *Letras em Marcha* publicados entre 1977 e 1985, com foco nos artigos que abordavam direta ou indiretamente o processo de Abertura Política. A análise buscou compreender de que forma se desenvolveu sua ação política em defesa da institucionalidade do regime. Nesse sentido, é possível observar uma crescente radicalização do discurso do grupo, marcada pelo fortalecimento do anticomunismo, pelo aumento dos ataques aos opositores, pela defesa da memória do golpe e do crescimento econômico, bem como, de forma curiosa, pelo uso recorrente do conceito de democracia na legitimação da Ditadura. Esses elementos indicam que o *Letras em Marcha* e seus colaboradores concebiam o regime militar — com sua institucionalidade autoritária e eleições indiretas — como uma forma de democracia, ou, mais precisamente, como uma democracia à sua maneira.

Palavras-chave: Ação Política; Grupos de Pressão; Militares; Direita Militar; Abertura Política.

ABSTRACT

The transition period of the Brazilian Military Dictatorship, known as the Political Opening, was not a monolithic process, as it was influenced by disputes and conflicts within society and the ruling bloc. In fact, the Military maintained control throughout the entire process, securing a significant portion of its interests. However, the outcome did not unfold as planned: the initial project of détente, based on reforms to the existing institutional framework, gradually shifted toward a process of re-democratization, ultimately leading to the end of the regime. As a result, segments of the military became dissatisfied with the direction the process was taking. For these groups, preserving the values and ideals of the 1964 Civil-Military Coup was essential. One such faction, linked to the hardline sectors of the Military right, organized itself around the newspaper *Letras em Marcha* and, through its pages, exerted pressure in defense of and in support of the preservation of the regime's political model. This thesis advances the hypothesis that the periodical, upon recognizing the potential collapse of the institutional framework established by the coup, mobilized—through the apparatuses of hegemony—political actions aimed both at exerting pressure and influence and at launching its own candidates in electoral contests, with the objective of legitimizing and sustaining the Military Dictatorship. Ultimately, however, the newspaper was unsuccessful. Thus, this study analyzes issues of *Letras em Marcha* published between 1977 and 1985, focusing on articles that addressed or were related to the process of the Political Opening. It examines how the newspaper's political action in defense of the regime's institutional framework was carried out. In this context, it is possible to observe the growing radicalization of the group's discourse, marked by intensified anti-communism, increased attacks against political opponents, a defense of both the memory of the coup and economic growth, and, notably, the recurrent use of the concept of democracy in the justification of the Dictatorship. These elements indicate that *Letras em Marcha* and its collaborators understood the military regime—with its authoritarian institutions and indirect elections—as a form of democracy, or rather, a democracy of their own kind.

Keywords: Political Action; Pressure Groups; Military; Military Right; Political Opening.

LISTA DE IMAGENS

Imagem 1 - Letras em Marcha nº 001, novembro de 1971, p. 01.....	10
Imagem 2 - Letras em Marcha nº 077, março de 1978, p. 01.....	15
Imagem 3 - Letras em Marcha nº 134, novembro de 1982, p. 01.....	63
Imagem 4 - Letras em Marcha nº 151, abril de 1984, p. 01.....	96
Imagem 5 - Letras em Marcha nº 154, julho de 1984, p. 01.....	160

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AI-1 – Ato Institucional nº 1
AI-2 – Ato Institucional nº 2
AI-3 – Ato Institucional nº 3
AI-4 – Ato Institucional nº 4
AI-5 – Ato Institucional nº 5
ARENA – Aliança Renovadora Nacional
CNBB – Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
CS – Convergência Socialista
DOI-CODI – Destacamento de Operações de Informações - Centro de Operações de Defesa Interna
DOPS – Departamento de Ordem Política e Social
ESG – Escola Superior de Guerra
EUA – Estados Unidos da América
MDB – Movimento Democrático Brasileiro
MR-8 – Movimento Revolucionário 8 de Outubro
OAB – Ordem dos Advogados do Brasil
ORM-DS – Organização Revolucionária Marxista – Democracia Socialista
OSI – Organização Socialista Internacionalista
PCB – Partido Comunista Brasileiro
PCdoB – Partido Comunista do Brasileira
PDS – Partido Democrático Social
PDT – Partido Democrático Trabalhista
PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PP – Partido Popular
PT – Partido dos Trabalhadores
PTB – Partido Trabalhista Brasileiro
QG – Quartel General
SNI – Serviço Nacional de Informações
STF – Supremo Tribunal Federal
TFP – Tradição, Família e Propriedade

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	10
2 AÇÃO POLÍTICA E AS LINHAS DE ANÁLISE DOS ESTUDOS DAS RELAÇÕES MILITARES, ESTADO E SOCIEDADE	15
2.1 Linhas de Análise e Matizes dos estudos dos militares na política	33
2.2 O Anticomunismo e a Direita Militar	46
2.3 Definindo o conceito de Ação Política	55
3 A CRIAÇÃO DO LETRAS EM MARCHA: GRUPOS DE PRESSÃO COMO FORMA DE AÇÃO POLÍTICA	63
3.1 O Letras em Marcha.....	67
3.2 Ação Política durante os primeiros anos (1971-1976).....	74
4 AÇÃO POLÍTICA DO LETRAS EM MARCHA CONTRA A ABERTURA (1977-1985).....	96
4.1 A mudança de Ação Política durante o governo Geisel	108
4.2 A radicalização da Ação Política durante o governo Figueiredo.....	119
4.3. As eleições de 1984/1985 e o fim da Ditadura Militar	143
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	160
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	167

letras em marcha

CULTURA & NOTICIÁRIO MILITAR

ANO I

Brasil, 15 de Novembro de 1971

N.º 1

COMO SOMOS

LETRAS em MARCHA aparece nesta data, particularmente grata aos militares brasileiros, com a intenção de poder comemorar todos os anos, no dia 15 de novembro, uma existência profícua no campo de ação que escolheu para prestar um serviço patriótico: temos como principal objetivo promover e estreitar a comunhão crescente, de ideias e sentimentos, entre todas as Forças Armadas, através da atividade cultural.

Este é o caminho da integração que queremos percorrer.

Para nós, a cultura deixa de ter, no plano em que desejamos incrementá-la, o sentido acadêmico de erudição militar ou o aspecto mais comum de somatório de conhecimentos.

No angulo antropológico que decidimos aplicar, o conceito de cultura ganha peso real. É ela que impregna a história das atividades militares — a história e as atitudes, abarcam as tradições e os hábitos da própria vida militar, está presente no universo vocabular dos militares e nas suas formas de convivência profissional, social e familiar. Em suma, a cultura que pretendemos fazer é o próprio conceito de civilização, registrada e interpretada sob as mais variadas manifestações, quais sejam — o folclore, o anedotário, as lendas, as canções e as artes castrenses.

Este é nosso fim superior. Os meios que utilizaremos para alcançá-lo se alicerçam na vontade de servir e na ausência de qualquer sentido lucrativo, por via de atividade comercial. Todo o produto da publicidade desenvolvida por nós se destina, exclusivamente, a custear a edição de LETRAS em MARCHA, no mais alto nível possível.

Não temos, nem pretendemos estabelecer, quaisquer vínculos oficiais, embora nossas páginas estejam abertas a toda colaboração ou necessidade dos Ministerios Militares.

A publicidade, destinada apenas a cobrir as despesas para produzir, imprimir e distribuir esta publicação, foi obtida a duras penas,

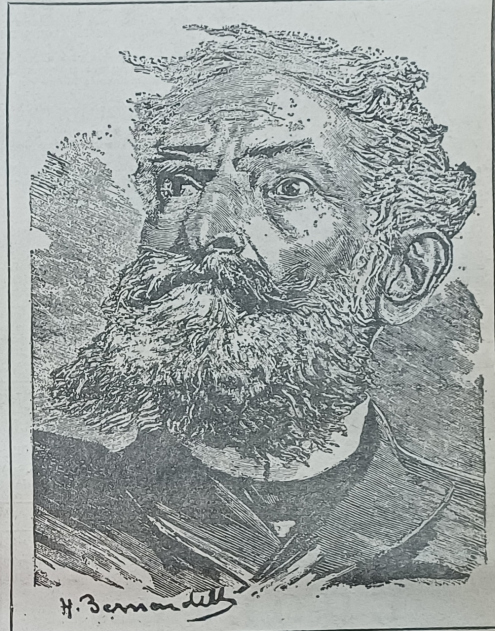
porque nos recusamos, em todas as ocasiões, a utilizar qualquer engodo ou mesmo insinuar a existência de vínculos de natureza oficial.

Manteremos esta conduta como norma permanente de ação: a receita de publicidade se destina a propiciar recursos para que LETRAS em MARCHA possa cumprir um roteiro eminentemente cultural de conagração dos militares. A Arte pela Arte — dilettantismo altruísta, amor sincero ao jornalismo e espírito de classe, num sentido erudito e altivo — eis a convicção que move os oficiais que se agruparam em torno desta iniciativa de sentido cultural. Nenhum de nós receberá um centavo de remuneração, o que não é um favor e sim o cumprimento consciente de explicita e inequívoca prescrição dos Estatutos Militares.

Somos um grupo de militares que passaram pelo Curso de Comunicação Social do Exército ou pelo Curso de Opinião Publica e Relações Publicas do Exército. Através de LETRAS em MARCHA, estaremos empenhados em promover uma salutar "transferência de aprendizagem", noutra plano de ação.

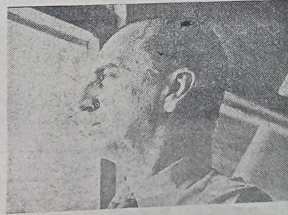
A escolha deste nome — LETRAS em MARCHA — comporta uma explicação: com LETRAS queremos caracterizar o sentido cultural que nos propomos desenvolver; em MARCHA significará o dinamismo que desejamos imprimir e, também, avitar o sentido militar de nosso universo de trabalho.

Escolhemos o dia 15 de novembro para iniciar nossa atividade porque é uma efeméride que está acima das datas particulares de cada uma das Forças Armadas Brasileiras — e portanto exprime união. Não haverá qualquer dúvida de que LETRAS em MARCHA possa estar mais a serviço de uma que de outra, ou em detrimento desta ou daquela. Somos a união dos mesmos ideais militares — em terra, no mar e nos céus brasileiros — sob a mesma vontade de servir culturalmente ao País, no plano da integração e da convivência militares.



O ADMIRADOR DE FLORIANO

José Candido de Carvalho, atual diretor da Radio Roquette Pinto (pertencente ao governo do Estado da Guanabara), laureado pela Academia Brasileira de Letras, autor de "O Coronel e o Lobisomem", diretor da página dupla de excepcional humor "O Gramophone" (inserida em "O Cruzeiro"), redator de "O Impossível Acontece" — e escritor epigramático que delicia os leitores com a reatração do folclore nacional. Em seu artigo da página 4, os leitores vão constatar tudo isto.



O Marechal Mascarenhas & Pedro Calmon

(Página 3)

DIA DO MARINHEIRO

O n.º 2 de Letras em Marcha vai circular, em todo o Brasil, no dia "13 de dezembro", em homenagem à nossa Marinha

ORIGENS & TRADIÇÕES CASTRENSES

- Salvas de 21 tiros
- Alamares dos Ajudantes-de-Ordens
- A Baioneta
- Os botões nas mangas dos Uniformes
- A Continência Militar

(página 2)

ATRAS DO PORTÃO DAS ARMAS

Na última página, os mais palpitantes assuntos ocorridos no interior das Casernas

O SOLDADO QUE EU FUI:



Jairzinho, ex-Soldado do 8.º GACosM, falou e disse — "A vida da Caserna é dura, mas nos dá muito senso de responsabilidade".

Na pag. 7, o craque tri-campeão aconselha os jovens em idade militar a não se furtarem a seus compromissos.

1 INTRODUÇÃO

Em março de 1974, o general Ernesto Geisel foi empossado na Presidência da República, e se tornou o quarto militar a assumir o cargo durante a Ditadura Civil-Militar (1964–1985). Uma de suas promessas era devolver o poder político aos civis, algo que seus antecessores também haviam prometido, mas não cumpriram — e que ele igualmente não realizou. Entretanto, durante o seu governo iniciou-se um processo de distensão do regime militar. Inicialmente, previa-se uma reforma da institucionalidade autoritária, liberalizando-a até determinado ponto, mas mantendo muitos dos dispositivos estabelecidos pela Constituição de 1967.

Todavia, as disputas internas no bloco no poder vitorioso com o Golpe Civil-Militar, principalmente no interior da chamada Direita Militar, assim como o retorno da sociedade civil ao campo das lutas políticas, fizeram com que o projeto inicial de Geisel fosse alterado. Dessa forma, a distensão estendeu-se ao governo de seu sucessor, o general João Figueiredo. A Abertura Política, como ficou conhecida, constituiu-se em um processo longo, de transição gradual e controlada pelo regime militar. Contudo, as disputas e contradições internas da sociedade brasileira fizeram com que, mesmo ocorrendo alterações em relação à ideia original, a distensão se transformasse em uma redemocratização sob o controle dos militares, porém mais ampla do que o objetivo inicialmente proposto: uma democracia tutelada pelos militares (Saes, 2023).

Mesmo com todas essas limitações, uma parcela dos militares — em especial alguns grupos ligados aos segmentos mais “Duros” do regime — posicionou-se contra esse processo. Para eles, a Abertura Política representava uma traição aos ideais do Golpe de 1964. A tomada do poder pretendia pôr em prática um projeto político e de sociedade, além de expurgar os “comunistas”, em seu sentido mais amplo, e os corruptos do país, criando um modelo de sociedade. A Abertura significava, portanto, que tudo o que havia sido feito para “melhorar” e desenvolver a nação teria sido em vão. Poderiam até aceitar reformas que mantivessem a institucionalidade da Constituição de 1967; contudo, mudar o regime e devolver o poder àqueles que haviam sido derrotados era algo inaceitável. Esse sentimento de revolta foi se intensificando com o avanço da redemocratização, especialmente com a Anistia e o retorno dos exilados, a restauração do pluripartidarismo, a eleição de 1982 e a eleição presidencial indireta de 1985.

Durante todo esse processo, e com o objetivo de interromper a transição, frações dos

militares passaram a realizar ações políticas contra a Abertura, que variaram desde atentados terroristas até a pressão política. Foi por este último meio que um grupo de pressão da Direita Militar, o *Letras em Marcha*, desenvolveu sua ação política. Fundado em 1970, o grupo destacou-se por meio de seu periódico homônimo, lançado no ano seguinte. Inicialmente voltado à divulgação da cultura e do noticiário militar, o jornal passaria por uma mudança significativa a partir de 1977.

Dessa forma, o objetivo da presente tese, intitulada “Democracia à Nossa Maneira: Ação Política do *Letras em Marcha* contra a Redemocratização (1977–1985)”, é analisar como esse grupo de pressão, o *Letras em Marcha*, realizou sua ação política contra o processo de Abertura. Para isso, foram analisados os artigos do periódico relacionados a essa temática, buscando compreender os conteúdos divulgados ao longo de todo o processo de transição política, entre 1977 e 1985.

Antes de avançar, vale um esclarecimento. A ideia do título “Democracia à Nossa Maneira” surgiu a partir de uma expressão utilizada em uma das críticas do periódico ao processo de Abertura Política, na defesa da institucionalidade da Ditadura, vista pelo jornal e por seus leitores como uma forma de democracia adaptada à realidade brasileira. Segundo o próprio periódico, que defendia a continuidade do intervencionismo militar e do regime militar:

Nestes dias finais do ano, tem se avolumado o noticiário político do País em torno da chamada "reabertura democrática", anseio indubitável de toda uma grande classe, qual seja a dos próprios políticos. Acredito, no entanto, que a grande massa esclarecida do povo brasileiro pouco se interessa, ou mesmo não deseja que tal fato venha a acontecer, permanecendo imensamente contente com o regime político atual, isto é, com a "democracia à nossa maneira", tão apregoada pelo Presidente Geisel. Aliás, diga-se de passagem, uma democracia que tem conduzido o Brasil a um desenvolvimento sócio-econômico incontestável (Democracia [...], 1978, p. 01).

O que há de provocativo e irônico, para a visão de mundo do periódico, é que a institucionalidade do Regime Militar era concebida como a verdadeira democracia, enquanto um projeto de transição mais redemocratizante era visto como um retrocesso. Tal posicionamento é curioso, pois havia uma defesa do autoritarismo em si, mas de sua “adequação” enquanto regime democrático. Diante desse pensamento contraditório, justificase a escolha do título da tese.

Esclarecido esse ponto, a tese tem por objetivo responder à seguinte questão: o *Letras em Marcha* estava, por meio de sua Ação Política, atuando na legitimação e na manutenção da Ditadura Militar?

Diante dessa indagação, a tese apresenta a seguinte hipótese, que poderá ser confirmada ou refutada: com o projeto de redemocratização conquistando cada vez mais espaço e avançando lentamente em sua pauta, os organizadores da publicação *Letras em Marcha*, ao perceberem o risco que a institucionalidade da Ditadura corria, radicalizaram sua Ação Política. Com essa finalidade, o jornal intensificou o uso do discurso anticomunista, assim como a publicação de artigos contrários ao processo de Abertura.

O objetivo do Grupo de Pressão não era apenas promover a legitimação, mas também a manutenção da Ditadura Militar, garantindo que sua institucionalidade e seu modelo de sociedade fossem preservados.

Para realizar essa análise, a presente tese utilizou como fonte primária o periódico do referido Grupo de Pressão, intitulado *Letras em Marcha: cultura & noticiário militar*, examinando os textos e artigos de cunho político publicados em 163 exemplares, entre os anos de 1971 e 1985. A consulta a esses exemplares foi realizada na Biblioteca Nacional, no Rio de Janeiro, que os disponibilizou em sua totalidade.

Definidas a hipótese e o material-fonte, a realização deste trabalho, partindo de Décio Saes (2023), estrutura-se da seguinte forma:

No capítulo 2, “**Ação Política e as Linhas de Análise dos Estudos das Relações entre Militares, Estado e Sociedade**”, é realizada a discussão teórico-metodológica, com a análise dos principais referenciais da tese. Nesse âmbito, são discutidas as linhas de análise e seus matizes nos estudos sobre militares e política; a definição do conceito de Direita Militar, a partir dos estudos sobre o anticomunismo em Rodrigo Patto Sá Motta (2020); e o conceito de Ação Política, com base em Héctor Saint-Pierre (2024).

No capítulo 3, “**A Criação do *Letras em Marcha*: Grupos de Pressão como Forma de Ação Política**”, é apresentado o objeto principal da tese. Discute-se o conceito de Grupos de Pressão a partir de Eduardo Heleno (2009), aplicando-o ao contexto da caserna. Posteriormente, é apresentado o *Letras em Marcha*: seu processo de formação, seus colaboradores e sua estrutura. Por fim, são analisados os primeiros anos do periódico e sua Ação Política nesse período.

No capítulo 4, “**Ação Política do *Letras em Marcha* contra a Abertura (1977–1985)**”, considerado fundamental para esta tese, analisa-se a Ação Política do *Letras em Marcha* contra o processo de Abertura, por meio dos artigos publicados sobre essa temática no periódico. A investigação busca compreender como essa atuação se deu, seu desenvolvimento ao longo do processo de transição e as estratégias utilizadas. Para isso, o capítulo é dividido em três momentos: o primeiro, correspondente ao final do governo Geisel; o segundo, abrangendo a maior parte do governo Figueiredo; e o terceiro, entre 1984 e o início de 1985, durante a fase final do processo de transição nos governos militares.

Nesse capítulo, são analisadas as Ações Políticas do *Letras em Marcha* relacionadas ao processo de legitimação da Ditadura Militar, às críticas ao processo de Abertura, à defesa das eleições indiretas, às Eleições de 1982, às Eleições do Clube Militar de 1984 e às Eleições Presidenciais Indiretas de 1985, especialmente no contexto da campanha contra a candidatura de Tancredo Neves.

Por fim, nas Considerações Finais, analisaram-se as informações discutidas anteriormente, com o objetivo de responder à pergunta principal desta tese, bem como verificar se a hipótese formulada foi confirmada ou refutada.

letras em marcha

Cultura & Noticiário Militar

ANO VI

BRASIL, MARÇO DE 1978

Nº 77

1964

BRASIL

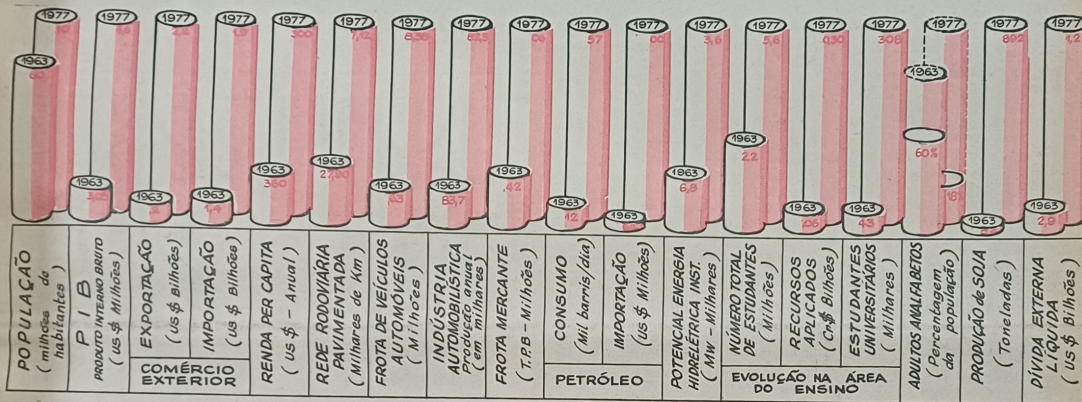
1978

Já que todos estão calados; já que ninguém se anima a mostrar as realizações da Revolução de 31 de março de 1964, parecendo, mesmo, que ela foi um fracasso, *Letras em Marcha* jornal (repetimos) fruto da iniciativa privada, que não recebe um só anúncio do Banco do Brasil S/A ou

do BNH, como acontece com o Jornal do Brasil e (pasmem) com o Pasquim — toma a si a patriótica iniciativa de mostrar, na incontestabilidade dos algarismos, o que era o Brasil em 1964 e o que é hoje. Apesar dos maus brasileiros.

Sugerimos que os Comandantes, Chefes e Diretores de Organizações Militares da Marinha, Exército e Aeronáutica — bem assim das Polícias Militares e Corpos de Bombeiros, que mandem reproduzir este gráfico, em grandes cartazes, e os

mandem distribuir pelas vitrinas das principais lojas das cidades onde suas OMs têm parada. Temos que arregaçar as mangas e “desenferrujar a escopeta” — como diria Rui Barbosa...



Colaboram neste número

- * Marechal ODYLIO DENYS
- * Dr GILBERTO MENDES DE AZEVEDO
- * Marechal JOAQUIM JUSTINO ALVES BASTOS
- * Deputado PEDRO AMÉRICO LEAL
- * Almirante ACYR DIAS DE CARVALHO ROCHA
- * Engenheiro WILSON DE SOUZA VILLAMAYOR
- * General JOÃO DUTRA DE CASTILHO
- * General RUY SANTIAGO
- * General JOÃO BAPTISTA PEIXOTO
- * Capitão-de-Mar-e-Guerra (IM) YONEY BRAGA
- * Ten Cel ALBERTO PEREIRA DDOR
- * Ten Cel ILO FRANCISCO MARQUES DE BARROS BARRETO
- * Maj Med Aer ALFREDO MARTINS S. FILHO
- * Maj ELZA CANSANÇÃO MEDEIROS
- * Maj PEDRO SCHIRMER
- * Maj JOÃO BATISTA DA S. FAGUNDES

O Brasil da Revolução

No começo da década de 60, justamente quando o mundo entrava em uma nova era de progresso, sob o impulso de espetaculares conquistas da ciência e da tecnologia, a situação do Brasil era muito difícil. Nosso País fora atacado por uma grave virose que vinha enfraquecendo dia a dia sua capacidade de resistência, afetando seus sistemas econômico, social e político e até mesmo reduzindo as esperanças de reação a um colapso. Felizmente, porém, graças ao socorro prestado por muitos e a um competente médico, o doente foi salvo, em março de 1964 e começou a melhorar com o tratamento aplicado e a colaboração de todos. Dez anos depois já estava completamente bom e alcançara

recuperação tão auspiciosa que chegou a ser conhecida como "o milagre brasileiro". A partir de 1974, a reavolta mundial causada pela crise do petróleo nos obrigou a uma nova forma de adaptação. O Brasil, que vinha crescendo à elevada taxa de 10%, durante cinco anos consecutivos, foi obrigado a diminuir esse ritmo de crescimento para 4,5% em 1975 — mas, logo no ano de 1976, sua taxa voltou a ser de 8,8%. A obra a realizar para ordenar o progresso do País era imensa e desafiante, não só devido à extensão territorial do País, como também à forte pressão do crescimento

populacional e às circunstâncias adversas da conjuntura mundial. Não seria possível transformar instantaneamente um antigo legado de imperfeições e deficiências em situação ideal. Em momento histórico extremamente complexo, quando a técnica, no quadro mundial, é a perplexidade, o sobressalto, as intromissões alienígenas e as pressões de toda espécie, a obra da Revolução de 1964 apresenta-se incontestável, não somente na vastíssima área dos transportes, como no sofisticado campo da tecnologia, mas também no complexo setor energético e na ampla esfera da assistência social, oferecendo porém

maior destaque, o que foi conseguido na área do ensino, com o substancial aumento do contingente estudantil e dos recursos aplicados em educação, principalmente no ciclo superior, cujo número de estudantes atingiu, no ano passado, 1 milhão e 300 mil universitários, quando, em 1964, existiam apenas 143 mil jovens frequentando as faculdades. Como se pode constatar pelo quadro que ilustra este artigo, o País continua progredindo e ninguém de bom senso pode negar quanto a Nação se integrou e progrediu nestes últimos 14 anos, embora seja certo, também, que ainda tenhamos muitos desafios a enfrentar, para alcançar o nível de desenvolvimento que todos nós desejamos.

DADOS RELATIVOS AO DESENVOLVIMENTO DO BRASIL NOS ÚLTIMOS ANOS

Anos	População (milhões de habitantes)	Produto Interno		Comércio Exterior (US\$ bilhões)		Renda per Capita (US\$)	Reservas (US\$ bilhões)	Dívida Externa (US\$ bilhões)	Potencial Hidrelétrico Instalado (MW)	Importação de petróleo (US\$ milhões)	Taxa de inflação	Número de Estudantes Universitários (milhares)
		US\$ Milhões	%	Exp	Imp							
1970	94,5	41710	9,5	2,7	2,5	450	1,1	5,2	11233	309	9,5%	425,4
1971	97,0	46416	11,0	2,9	3,2	486,4	1,7	6,6	12801	447	11,4%	543,2
1972	100,00	51241	10,4	3,9	4,2	521,9	4,1	9,5	13689	520	14%	684,1
1973	103,00	57083	11,4	6,2	5,9	565	6,4	12,8	15763	680	15%	836,4
1974	105,00	62791	9,6	7,5	12,4	650	5,2	17,3	16981	2900	34%	937,5
1975	107,00	85000	4,5	8,6	12,1	850	4,2	22,5	19563	3200	29%	1072,5
1976	108,50	127000	8,8	10,1	12,3	1100	6,4	27,2	21796	3623	46%	1180,0
1977	110,00	134600	6,00	12,2	11,9	1300	7,2	31,2	23604	4000	39%	1307,8

(Fonte: "O Grande Desafio da Explosão Demográfica" — General J.B. Peixoto — Jiblix — 1978)

2 AÇÃO POLÍTICA E AS LINHAS DE ANÁLISE DOS ESTUDOS DAS RELAÇÕES MILITARES, ESTADO E SOCIEDADE

No final da noite de 1º de abril de 1964, o presidente constitucional da República, João Goulart (PTB), viajou para Porto Alegre. A correlação de forças havia se invertido em relação ao dia anterior, em razão do avanço do movimento golpista, que ganhava terreno político, da perda da cidade do Rio de Janeiro e da capital federal, Brasília, para os conspiradores. Diante dessa situação e do avanço das tropas golpistas, o objetivo das forças legalistas passou a ser o estabelecimento de um centro de resistência no Rio Grande do Sul, buscando repetir a Campanha da Legalidade de 1961.

Durante a viagem, o presidente do Senado, Auro de Moura Andrade (PSD), declarou, de forma inconstitucional, a vacância da Presidência da República, alegando que João Goulart havia deixado o país. Rapidamente, o presidente da Câmara dos Deputados, Ranieri Mazzilli (PSD), foi empossado interinamente na Presidência da República. Ao chegar a Porto Alegre, João Goulart foi informado da situação e, buscando evitar o agravamento da crise política, decidiu não oferecer resistência, partindo para o exílio dias depois. Assim, o golpe civil-militar, iniciado em 31 de março de 1964, foi consumado.

Ao contrário da tentativa anterior, em 1961, essa conspiração contou com o apoio da maioria das frações da classe dominante, bem como de setores médios da sociedade brasileira, de parte das Forças Armadas e de apoio estrangeiro, especialmente dos Estados Unidos. Tal configuração indicava uma relativa homogeneidade entre os distintos atores políticos envolvidos. No entanto, após a tomada do poder, as divergências internas rapidamente se manifestaram, refletindo-se em suas ações políticas.

A processualidade da institucionalização da ordem autoritária obedeceu tanto às contradições sociais e políticas vigentes nas relações interburguesas quanto àquelas estabelecidas entre o conjunto das classes dominantes – dirigidas pela burguesia dependente-associada e orientadas para a preservação da autocracia burguesa – e o conjunto das classes subalternas, polarizadas por um projeto reformista e com relativo poder de mobilização social (Maciel, 2004, p. 33).

Ou seja, as disputas internas entre os diversos grupos das classes dominantes, bem como suas lutas contra as classes subalternas, moldaram o processo de institucionalização do regime autoritário, indicando que a consolidação do golpe não foi monolítica — o que não causa surpresa, uma vez que a conspiração que resultou no Golpe de 1964 foi realizada por meio de vários núcleos descentralizados. Tanto é assim que sua deflagração, de forma

antecipada, iniciou-se a partir do núcleo de Minas Gerais (que, ao final, não foi o grupo que ascendeu ao poder). Dessa forma, com o êxito do golpe, as frações do bloco no poder passaram a disputar o projeto hegemônico. Para explicar essa situação, recorremos a Décio Saes que, a partir de Poulantzas, argumenta que essas disputas internas no seio das classes dominantes são recorrentes no sistema capitalista. Segundo o autor:

Nas formações sociais capitalistas, as classes dominantes ou frações de classe dominante são permanentemente unificadas pelos objetivos de frustrar a revolução social; todavia, essa unidade jamais chega ao ponto de sufocar a luta incessante que elas travam pelo aumento de seus quinhões respectivos na repartição do mais-valor total. A reprodução das formações sociais capitalistas não exclui, portanto, o conflito entre os interesses econômicos próprios às diferentes classes dominantes (classe fundiária, classe capitalista) e às diferentes frações de uma mesma classe dominante (subgrupos de capitalistas que podem ser distinguidos uns dos outros por desempenharem funções variadas no processo econômico capitalista – produtiva, comercial, bancária – ou pelas dimensões diversas do seu capital: grande capital, médio capital) (Saes, 2023, p. 240).

Por essa linha de análise, diferentemente da luta de classes — na qual as distintas frações da classe dominante se unem contra um adversário comum —, as disputas internas do bloco no poder, nas quais se evidenciam tais divergências, têm a função de definir qual projeto hegemônico prevalecerá no interior da classe vitoriosa. Essa liderança pode se expressar tanto na definição dos interesses econômicos a serem priorizados quanto na direção política a ser seguida pelo Estado e pela sociedade. Isso não significa, contudo, que os grupos derrotados da classe dominante sejam excluídos do processo. Todas as frações têm seus interesses atendidos, ainda que em graus distintos. Dessa forma, as disputas no interior do bloco no poder não são facilmente perceptíveis, uma vez que todos os grupos são contemplados de maneiras variadas, o que produz uma aparência de homogeneidade e oculta os conflitos internos existentes.

Um exemplo bastante elucidativo dessas disputas no bloco no poder ocorreu durante a Ditadura Militar, entre o capital industrial e o capital bancário. No que se refere ao primeiro, à primeira vista, parecia que essa fração, por ter sido regularmente beneficiada pelo regime, ocupava a posição hegemônica. Entre os diversos exemplos, destacam-se:

[...] na formação de oligopólios nos ramos industriais ainda em implantação (automobilística, eletrônica, petroquímica), seja no avanço da oligopolização em ramos industriais tradicionais (exemplo: a indústria de fiação). Lembremos, a esse respeito, a política estatal de crédito restritivo

(favorecimento das grandes empresas em detrimento das pequenas e médias empresas); a política estatal de favorecimento, por meio da concessão de vantagens cambiais, ao financiamento das grandes empresas industriais estrangeiras pelas suas matrizes; a elaboração de projetos de implantação industrial (chamada de “polos”) incluindo basicamente empresas monopolistas (estrangeiras, nacionais estatais); o papel decisivo do Estado – e, mais especificamente das Forças Armadas – na implantação de uma indústria bélica (Engesa, Imbel etc.) de caráter oligopólico; e, de modo geral, a ausência de qualquer política sistemática de apoio às pequenas e médias empresas (Saes, 2023, p. 242).

Entretanto, como demonstra Décio Saes (2023), o capital bancário constituía a fração predominante no período. Ademais, o próprio regime militar criou as condições e adotou medidas econômicas que o beneficiaram, especialmente no longo prazo. A principal política adotada que exemplifica essa preponderância foram os estímulos à centralização dos bancos por meio de fusões e incorporações; contudo, houve também outras medidas, entre as quais se destacavam:

Em primeiro lugar, a orientação persistentemente monetarista e anti-inflacionária, dominante na política econômica estatal, provocará, ao redundar, concretamente em redução da oferta monetária, a elevação das taxas de juros; [...] Em segundo lugar, as novas equipes tomarão também medidas diretamente destinadas a provocar a elevação das taxas de juros – por exemplo, com a instituição da correção monetária para títulos públicos e privados. [...]. Em terceiro lugar, os sucessivos governos militares implementarão, até pelo menos 1982, uma política de estímulo ao endividamento externo, que implica uma inserção crescente, e em condições mais vantajosas que aquelas vigentes no período pré-64, do capital bancário internacional na economia brasileira (Saes, 2023, p. 244).

No entanto, as disputas no bloco no poder não se restringiram apenas aos interesses econômicos, mas também à hegemonia política. Em razão de a aliança golpista ser composta por distintos atores políticos, muitos dos quais possuíam projetos próprios de poder, tais contradições tornaram-se evidentes tão logo esses grupos ascenderam ao governo. Essas contradições também influenciaram a institucionalidade no período posterior ao Golpe Civil-Militar. Formou-se, assim, um cenário em que havia:

[...] uma arena da disputa política modelada por uma ordem democrático-liberal, mas em cujo centro havia um governo autoritário. Essa contradição criou uma tensão progressiva nas relações entre o governo militar, configurado pela ruptura golpista da legalidade, e as outras instâncias da

sociedade política regidas pela institucionalidade democrático-liberal, como o Parlamento, os governos estaduais (eleitos) e o Judiciário, bem como entre o governo militar e os aparelhos privados de hegemonia (sociedade civil), particularmente os que abraçavam uma perspectiva contra hegemônica e os que tinham divergências com o autoritarismo (Maciel, 2004, p. 37).

Por essa linha de análise, os militares tanto foram influenciados quanto influenciaram as disputas no interior do bloco no poder. A relação entre a política e o mundo castrense não constitui uma anomalia, mas sim uma constante na história brasileira. Iniciada com o fim da Guerra do Paraguai (1866–1870), a caserna e suas diversas frações tornaram-se atores políticos recorrentes no Brasil, com ações políticas predominantemente à direita, mas também à esquerda, seja intervindo diretamente na política, seja sendo convocadas, por setores da sociedade, a intervir.

Com a vitória da Direita Militar em 1964 e os consequentes expurgos de militares legalistas, especialmente aqueles vinculados à chamada Esquerda Militar — cumpre lembrar o relatório final da Comissão Nacional da Verdade, que constatou que 6.591 militares da Marinha, da Aeronáutica, do Exército e das forças policiais foram perseguidos ao longo de toda a ditadura (CNV, 2014, p. 13) —, buscou-se homogeneizar a caserna. Contudo, essa “limpeza de área” não foi suficiente para impedir as disputas entre as diferentes frações da Direita Militar pela liderança política do novo bloco no poder. Nesse cenário, destacam-se dois grupos.

O primeiro desses grupos ficou conhecido como os “Moderados” — também chamados de “Castelistas” ou de “Sorbonne”. Esses militares adotaram, como linha de ação política, uma intervenção de caráter temporário, reproduzindo modelos observados em conjunturas anteriores: a “limpeza da área” dos elementos considerados desestabilizadores (especificamente os vinculados à esquerda) e a posterior devolução do poder a grupos civis tidos como confiáveis. Trata-se, portanto, de uma ação política associada à lógica do Poder Moderador ou, alternativamente, à noção de Tutela Militar. Cabe destacar que os “Moderados” costumam ser associados ao liberalismo no interior da Direita Militar. Maud Chirio, valendo-se dos trabalhos de Alfred Stepan, define esse grupo nos seguintes termos:

A abertura diplomática e econômica ao estrangeiro, o regime de sem liberdade concedido às empresas privadas, a confiança na democracia e a opção por tutelá-la provisoriamente. Quatro aspectos principais ressaltam, distinguindo os generais castelistas em sua geração (a de 1900): são em geral

primeiros da turma [...], combateram na Força Expedicionária Brasileira (FEB) durante a Segunda Guerra Mundial, fazem parte do corpo permanente da ESG e fizeram cursos no exterior – muitos nos Estados Unidos. Essas experiências, aos olhos de Stepan, reforçam o sentimento de pertencimento às democracias ocidentais, a confiança no sistema capitalista e na aliança (econômica, diplomática e militar) com os Estados Unidos, a hostilidade ao “nacionalismo excessivo” e “a profunda aversão aos apelos emocionais” (Chirio, 2012, p. 53).

O segundo grupo era formado pelos chamados “Duros” (também definidos como “linha-dura”). Esses militares adotavam posições políticas mais radicais no interior da Direita Militar, com um discurso extremado marcado pelo nacionalismo, pelo anticomunismo, pelo combate à corrupção e pela defesa da repressão sem limitações jurídicas. Em relação à ação política adotada por esse grupo, a intervenção deveria ocorrer por tempo indeterminado, acompanhada de uma “limpeza de área” mais ampla; para isso, seria necessária a instalação de uma nova institucionalidade, bem como de um novo modelo de sociedade, com os militares assumindo o comando desse processo político. Para os “Duros”, o Golpe de 1964 representou a oportunidade ideal para promover essa mudança, a qual não deveria restringir-se a uma intervenção rápida. Maud Chirio apresenta a seguinte definição a respeito desse grupo:

Os oficiais que se consideram de “linha dura” emitem um discurso de extrema direita, nacionalista e, de certa forma reformista. Não defendem programa coerente, mas apresentam duas exigências. A primeira é um expurgo radical, sem consideração pelos procedimentos aplicados nem pela conformidade com a lei: imediatamente após o golpe, os oficiais de “linha dura” são os principais advogados da violência de Estado e da repressão política. A segunda é um conjunto de medidas economicamente nacionalistas (Chirio, 2012, p. 51).

Dessa forma, pode-se resumir a linha de Ação Política dos “Duros” e dos “Moderados”, bem como suas divergências, nos seguintes termos:

Nos primeiros anos do regime militar, havia tensões agudas entre duas facções no seio das forças armadas, em particular dentro do exército: os linha-dura, que queriam aniquilar os movimentos de esquerda radical e permanecer no poder por um longo período, e os moderados, ou liberais, que queriam devolver o poder aos civis assim que o sistema político tivesse sido, assim por dizer, higienizado de elementos indesejáveis (Amorim Neto; Acácio, 2024, p. 159).

No entanto, há um detalhe que merece ser ressaltado. Diferentemente dos “Moderados”, entre os quais havia maior coesão interna, os “Duros” apresentavam divisões mais acentuadas, frequentemente de caráter geracional ou hierárquico, bem como entre aqueles que ocupavam cargos políticos e os que detinham o comando de tropas, ou ainda entre grupos formados em torno de lideranças específicas. Segundo Chirio (2012), entre essas diversas frações encontravam-se a chamada “primeira linha dura”, composta por militares da Direita Militar que conspiravam havia longo tempo e que haviam participado de tentativas de golpe e de revoltas anteriores.

Contudo, por se encontrarem em fim de carreira ou já reformados, foram excluídos do processo de formação do novo governo. Havia também os denominados “coronéis dos IPMs”, fração constituída por oficiais intermediários encarregados dos inquéritos conduzidos no início da Ditadura. Mais enraizados nos quartéis, esses oficiais sustentavam um discurso mais radical contra as instituições democráticas, centrado no combate à “subversão” e à “corrupção”, bem como no nacionalismo econômico e no anticomunismo. Entretanto, possuíam uma formação profissional mais próxima à dos “Moderados” do que à da “primeira linha dura”.

[...] nos primeiros tempos do regime, levantou a hipótese de uma dessemelhança de perfil dos atores: uma vez que a moderação política e internacionalismo dos generais castelistas pareciam provir de uma trajetória original e brilhante, o “nacionalismo ditatorial” de seus detratores emanou de uma mediocridade profissional e da tradição autoritária das Forças Armadas brasileira. Ora, a maior parte dos coronéis de “linha dura” têm, ao contrário, vinte anos a menos, um perfil de carreira muito similar aos dos homens da “Sorbonne militar” instalados no governo. Mais genericamente, quer se trate de um passado de “veterano da revolução”, da excelência profissional ou da prova de fogo da Segunda Guerra Mundial (Chirio, 2012, p. 63).

Posteriormente, com a consolidação de seu projeto de poder e do aparelho repressivo e de informação, formariam uma “segunda linha dura”, composta por jovens oficiais ligados a esses respectivos órgãos. No entanto, mesmo com todas essas divisões:

[...] existe uma real continuidade nos imaginários das 'linhas duras' ao longo de todo o regime militar. A classe política é considerada inapta ao exercício de um poder visto como intrinsecamente corruptor. O comunismo constitui uma ameaça inerente à história e à realidade social brasileira, caracterizando-se por suas faces cambiantes e sua capacidade de dissimulação e infiltração.

A “Revolução” e os “Ideais de 64” são uma referência onipresente, jamais explicitada e eternamente traída (Chirio, 2012, p. 190).

Face ao exposto, são perceptíveis as divergências e as convergências entre os “Moderados” e os “Duros”, ambos integrantes de uma direita militar. As disputas entre esses dois grupos dialogam com a análise de Décio Saes (2023), ratificada pelos fatos históricos. Com a vitória do Golpe Civil-Militar, inicia-se a disputa pela hegemonia do novo bloco no poder.

Uma de suas lideranças, o marechal Costa e Silva, agiu ainda nos primeiros dias, assumindo o comando do Ministério da Guerra e do chamado “Comando Supremo da Revolução”, um triunvirato que contou com o almirante Augusto Rademaker e o brigadeiro Correia de Melo — respectivamente, os novos ministros da Marinha e da Aeronáutica. Na prática, essa junta militar tentou assumir o poder.

Ao mesmo tempo, lideranças civis do golpe¹ articularam o nome do marechal Castelo Branco para que este concluísse o mandato presidencial vigente. Objetivando uma intervenção política rápida dos militares, Castelo Branco garantiu o apoio de diversos atores políticos, o que resultou na eleição presidencial indireta, realizada pelo Congresso Nacional em 11 de abril de 1964, na qual foi eleito presidente de forma quase unânime, com 361 votos, frente a 72 abstenções². Contudo, Costa e Silva, no Ministério da Guerra, foi o único ministro mantido na formação do novo governo. Durante os primeiros meses, os “Moderados” mantiveram a liderança sobre o bloco no poder.

Nos primeiros meses do governo, esse setor conseguiu assumir o comando, porque sua perspectiva moderadora combinava-se com a intenção das lideranças civis – que tiveram um papel decisivo na articulação do golpe –, uma vez que possuíam um contato político-ideológico estreito com empresários, políticos conservadores e lideranças da sociedade civil, através dos cursos da ESG. Isso não quer dizer que já naquela época houvesse uma articulação militar que apontasse uma perspectiva “não-moderadora” ou “militarista” [...] Nessa fase, tal tendência era expressão do conflito de classes fundamentais, burguesia e trabalhadores, mas também dos conflitos entre as classes dominantes e seus aliados políticos (Maciel, 2004, p. 42-43).

¹ Especificamente, os governadores Adhemar de Barros, de São Paulo; Carlos Lacerda, da Guanabara; Magalhães Pinto, de Minas Gerais; Mauro Borges, de Goiás; Ildo Meneghetti, do Rio Grande do Sul; Ney Braga, do Paraná e Fernando Correia da Costa, do Mato Grosso.

² Também houve três votos para o general Juarez Távora e dois para o general Eurico Gaspar Dutra no mesmo pleito.

Mas já havia sinais das disputas com os “Duros”. Um exemplo ocorreu durante a vigência do Ato Institucional nº 1. Embora temporário, o AI-1 contou com amplo apoio político, unificando as diversas frações que haviam apoiado o golpe em torno da necessidade dessa medida, ao conceder plenos poderes ao presidente da República para realizar a chamada “limpeza de área”. Havia consenso entre “Moderados” e “Duros” quanto à realização de cassações de mandatos e de direitos políticos de lideranças de esquerda apoiadoras do governo João Goulart, bem como quanto ao expurgo dos militares legalistas das Forças Armadas.

Entretanto, com a predominância dos “Duros” nas investigações — os conhecidos “coronéis dos IPMs” —, os inquéritos passaram a não se restringir apenas à esquerda, estendendo-se também a políticos de centro e de direita, inclusive àqueles que haviam apoiado ou mesmo articulado o golpe de 1964.

Foi nessa linha de Ação Política que ocorreram as cassações de Juscelino Kubitschek (PSD), em junho de 1965, e do governador de Goiás, Mauro Borges (PSD), em novembro de 1964, bem como a tentativa de cassação do governador de São Paulo, Adhemar de Barros (PSP)³. Apesar dessa vitória dos “Duros”, parte de suas frações mostrava-se insatisfeita com os limites impostos pelo AI-1, assim como com o fato de os inquéritos seguirem os trâmites da justiça comum.

Por sua vez, a prorrogação do mandato de Castelo Branco até 1967 e o conseqüente adiamento da eleição presidencial de 1965 por um ano constituíram, inicialmente, uma medida consensual entre “Moderados” e “Duros”. Contudo, tal decisão indicava riscos para o retorno à antiga ordem política.

Nos anos seguintes, a política econômica liberal do governo começou a produzir efeitos sociais negativos, resultando no aumento da impopularidade de Castelo Branco. A concessão de habeas corpus ao ex-governador de Pernambuco, Miguel Arraes — proteção jurídica que já vinha provocando atritos entre o Supremo Tribunal Federal e os militares da linha-dura —, foi o estopim para a radicalização das Ações Políticas por parte dos “Duros”,

³ Face à tentativa falha de sua cassação e, percebendo que poderia ser cassado novamente, Adhemar de Barros passou a articular e liderar uma tentativa de revolta contra o regime militar, que contou com a participação de segmentos da caserna de diversas matizes e grupos, entre os quais havia militares que apoiaram o golpe, como os generais Justino Alves Bastos e Amaury Kruehl; nacionalistas, como o general Euryale Zerbini; e de esquerda, ligados ao “grupo do Rio”, como o brigadeiro Francisco Teixeira, o coronel Hélio Anísio e o capitão Eduardo Chuahy. Conhecida como “A Revolta que Não Houve”, o movimento não se concretizou devido ao desaparecimento de Adhemar de Barros no dia em que estouraria a conspiração e, com sua cassação em junho de 1966, o movimento foi encerrado (Ruiz, 2024).

articulados em suas diversas frações. Intensificaram-se os protestos e manifestações na caserna, com críticas e ataques direcionados ao presidente e ao seu governo, à política econômica, à prorrogação do mandato presidencial e às restrições impostas pelo Poder Judiciário, vistas como entraves à condução dos inquéritos.

Alguns ministros militares tornaram-se alvos dessas críticas, como o general Golbery do Couto e Silva, percebido como “civil demais” (Chiro, 2012). A vitória de candidatos de oposição nas eleições para os governos da Guanabara e de Minas Gerais, no início de outubro, agravou a crise política, com a consequente perda de apoio. O descontentamento com os resultados intensificou o chamado “clima de exaltação” nos quartéis, evoluindo para a ameaça de um golpe militar das tropas contra o governo Castelo Branco.

Foi nesse contexto que Costa e Silva consolidou-se como líder dos “Duros”. Ao apaziguar as tropas, restabeleceu a ordem e, assim, garantiu o término do mandato de Castelo Branco. Embora alguns ministros do governo, como o chefe da Casa Militar, general Ernesto Geisel, considerassem as ameaças da caserna um blefe, o presidente optou por um pacto com o ministro da Guerra. A contrapartida foi a consolidação de uma institucionalidade radical no Estado.

Esse processo teve início com o AI-2, que novamente concedeu ao presidente poderes para cassar mandatos e suspender direitos políticos, além de instituir a eleição presidencial indireta via Congresso Nacional, ampliar o número de ministros do STF de 11 para 16, autorizar a intervenção federal nos estados e municípios e extinguir todos os partidos políticos. Como resultado, foram criados o partido governista Aliança Renovadora Nacional (ARENA) e a oposição consentida do Movimento Democrático Brasileiro (MDB). O processo culminou com o AI-4, que promulgou a Constituição de 1967, oficializando as medidas adotadas pelos atos institucionais anteriores e consolidando a institucionalidade da Ditadura Militar, bem como o projeto político dos “Duros”. Assim resumiu David Maciel:

A crise institucional advinda do embate entre a esfera da representação burocrática e a esfera de representação política no interior do Estado, nesta conjuntura, foi resolvida com a edição do AI-2. Este fortaleceu a intervenção institucionalizada do Executivo [...] em que a perspectiva moderadora foi progressivamente afastada, empurrando setores do bloco no poder para a oposição burguesa. A edição do segundo ato institucional, em outubro de 1965, foi consequência direta do embate entre duas formas de representação, expresso pelas eleições estaduais. [...] Tal acordo, simbolizado pelo chamado 'pacto Castelo Branco/Costa e Silva', foi fértil de consequências, pois

significava a ruptura com um aspecto decisivo da institucionalidade democrática: no topo da burocracia passaria a haver um presidente não escolhido pela consulta política mediada pelo sufrágio universal. [...]. Por isso, o AI-2 inaugurou uma fase em que os elementos essenciais da institucionalidade social-democrática vigente desde 1946 foram eliminados. Os aspectos sobreviventes, como o sufrágio universal para cargos parlamentares e Executivos municipais, mais se orientavam pela reprodução de uma institucionalidade liberal democrática, mas eram mecanismos reprodutores de uma institucionalidade autoritária (Maciel, 2004, p. 47-48).

Ou seja, ao contrário do AI-1, no qual se procurou manter uma aparência de legalidade, indicando uma intervenção militar rápida, as medidas adotadas entre o AI-2 e o AI-4 representaram a consolidação da institucionalidade autoritária. Nessa nova ordem, os militares, ao contrário de situações anteriores, assumiram diretamente o poder, liderando o bloco no poder que ascendeu com o Golpe de 1964. Para os chamados “Duros”, os novos atos institucionais significaram a vitória de seu projeto político, ao lhes dar a oportunidade de implantar uma nova ordem institucional e um novo modelo de sociedade de acordo com seus ideais, permanecendo no poder pelo tempo que fosse necessário. Já para os “Moderados”, em parte, isso significou a derrota do projeto de uma intervenção militar rápida; ainda assim, foram contemplados.

[...] o posicionamento no aparelho de Estado que a 'revolução' lhes concede, frequentemente no primeiro plano da “operação de limpeza” que eles consideram inacabada, faz germinar reivindicações precisas, cujo produto direto é o AI-2. Nesse aspecto, não resta sombra de dúvida que a “primeira linha dura” impôs essa guinada autoritária decisiva na história do regime, formulando, e até mesmo martelando, seu projeto na cena pública a partir de meados de 1964. Mas o AI-2, que dá início ao processo de exclusão da classe política civil do poder, reforça ainda mais o peso da corporação militar, onde esses “jovens oficiais” estão longe de ter o trunfo da força política. A estrutura e o imaginário hierárquico, que o governo Castelo Branco se empenha em valorizar e preservar, tende a reduzir a cena política ao generalato (Chirio, 2012, p. 91).

Assim como ocorreu em outras disputas internas no bloco no poder, nenhum dos grupos derrotados foi completamente excluído, tendo parte de seus interesses atendida. Alguns atores políticos foram afetados por essas medidas, rompendo com o governo. No entanto, por diversos motivos, para a maioria isso não representou um problema significativo. Tanto assim que a criação do partido governista — a Aliança Renovadora Nacional (ARENA) — não enfrentou grandes obstáculos, havendo ampla adesão às suas fileiras, o que possibilitou

a formação de uma base de apoio político ao regime. Mais do que isso, segundo Octavio Amorim Neto e Igor Acácio, os Atos Institucionais serviram para que “moderados” e “Duros” se reconciliassem após disputas anteriores, com o objetivo de reduzir as tensões no interior da caserna.

A adoção de limite de mandato presidencial foi fundamental para reconciliar os dois grupos. [...]. Os limites de mandato serviam ao propósito de nivelar o campo de jogo para facções militares rivais. Aí reduzir a probabilidade de lutas internas no seio das forças armadas, os limites de mandato presidencial, previsto pela Constituição de 1967, criaram um ambiente político estável em que as duas facções militares poderiam disputar o poder através de instituições eleitorais expurgadas, fornecendo também o benefício adicional de dar ao regime uma aparência de legalidade (Amorim Neto; Acácio, 2024, p. 159).

Ou seja, para os autores, a nova ordem teria criado um ambiente de disputas entre as facções castrenses, ao mesmo tempo em que conseguiu reduzir as tensões por um período significativo, com exceção dos momentos de sucessão presidencial, nos quais os conflitos voltavam a se tornar evidentes. De fato, a nova institucionalidade não representou um impedimento ao projeto político dos “Moderados”. Ainda se cogitava a devolução do poder aos civis, porém dentro de um novo modelo de sociedade. Entretanto, como será analisado adiante, as tensões no interior das Forças Armadas não diminuíram.

A consequência imediata desse processo foi a inversão da opinião pública no período. Os “Moderados”, representados pelo marechal Castelo Branco (ARENA), passaram a ser percebidos como autoritários na disputa política, sobretudo em razão da institucionalização do projeto de poder da linha dura durante o seu governo. Ao aprovar tais medidas, o ônus político recaiu sobre a figura presidencial. Em contrapartida, os “Duros”, personificados no marechal Costa e Silva (ARENA), passaram a ser vistos como aqueles que promoveriam o retorno à normalidade democrática. Inclusive, ao lançar sua candidatura à sucessão presidencial, o então ministro da Guerra sustentou a promessa de que, ao final de seu mandato, o poder seria devolvido aos civis. Durante a campanha, adotou discursos e declarações ambíguas, que contribuíram para a construção da imagem de um “pacificador”, capaz de promover uma suposta “conciliação nacional”. Essa ambiguidade garantiu o apoio de diversos atores políticos, tanto da situação quanto da oposição, em torno de sua candidatura.

Com a consolidação do candidato dos “Duros”, Castelo Branco tentou intervir no processo sucessório, seja buscando influenciar a escolha de um candidato ligado aos “Moderados”, seja tentando viabilizar sua aprovação na convenção da ARENA. Contudo, nenhuma dessas estratégias obteve êxito. Ao final, o marechal Costa e Silva foi eleito de forma indireta, pelo Congresso Nacional, exclusivamente com os votos da ARENA — uma vez que o MDB se absteve —, tornando-se o segundo presidente da ditadura. Para os “Moderados”, o resultado representou uma derrota política, com perda de espaço no bloco no poder e o consequente ostracismo de parte de seus integrantes. O fracasso nesse primeiro momento influenciaria suas ações políticas quando retornaram ao bloco no poder, durante o governo Geisel, como será analisado posteriormente. Por sua vez, entre os “Duros”, apesar da vitória na liderança do bloco governante, as disputas internas entre os militares não cessaram, passando a ocorrer entre suas próprias frações.

No plano político, o governo Costa e Silva iniciou-se com amplo apoio da mídia oficialidade ligada à linha dura, que esperava o aprofundamento do endurecimento do regime militar, bem como de setores do mundo político, especialmente da oposição — MDB e Frente Ampla —, que nutriam expectativas de redemocratização e de revisão das punições impostas pelos atos institucionais. Os discursos e declarações ambíguas proferidos tanto pelo presidente quanto por seus ministros contribuíam para uma aparência de moderação. No entanto, segundo Thomas Skidmore (1988), não houve continuidade entre os governos, ocorrendo a substituição de atores políticos identificados com a administração anterior, especialmente aqueles vinculados aos setores “Duros”.

Essa ruptura evidenciou-se ainda no início do governo. Medidas como a punição do jornalista Hélio Fernandes com base na Lei de Imprensa, em razão de artigo crítico à morte do marechal Castelo Branco, bem como a não revisão das punições anteriormente aplicadas, levaram a oposição a perceber a falsa pretensão do novo governo em promover a redemocratização do país. Esse contexto alterou o clima político e contribuiu para a consolidação da Ditadura Militar. Como resultado, esses setores modificaram suas ações políticas. Para além da Frente Ampla⁴, em 1968, a esquerda retornou ao cenário político, após ter sido expurgada no início do regime. À frente desse retorno estavam o movimento sindical,

⁴ A Frente Ampla foi um grupo político criado em 1966 que tinha como objetivo o retorno à democracia e reunia Juscelino Kubitschek e João Goulart com seu antigo adversário, Carlos Lacerda. A Frente foi rapidamente desmantelada pela Ditadura Militar.

por meio das greves de Osasco (SP) e Contagem (MG), e o movimento estudantil, com a realização de protestos e manifestações que culminaram na Passeata dos Cem Mil. Ainda em 1968, setores da esquerda radicalizaram suas ações políticas, optando pela luta armada como alternativa diante da intensificação do projeto de poder ditatorial.

Sem dúvidas, os estudantes foram a vanguarda do movimento, mas este também abrangeu a reativação do movimento operário e impulsionou a mobilização de diversos segmentos da classe média urbana, numa escala que adquiriu um caráter massivo e se desdobrou em diversas iniciativas. A radicalidade do movimento de oposição ficou demonstrada em suas propostas políticas, e também no caráter anticonstitucional de suas práticas políticas. Em outras palavras, esse movimento de oposição adquiriu um potencial contra hegemônico porque lutava pelo fim da ditadura, com alguns segmentos enxergando nesse processo a própria revolução socialista e porque criou instrumentos de mobilização e participação políticas em evidente contradição com a legalidade autoritária (Maciel, 2004, p. 59).

Por sua vez, esse mesmo clima de radicalização e contestação também se fez presente nos meios castrenses. Com a ascensão do governo Costa e Silva, a divergência entre as frações dos chamados “Duros” sofreu uma trégua, o que se tornou evidente tanto nas declarações públicas elogiosas de suas lideranças em relação ao novo presidente e ao seu corpo ministerial quanto, sobretudo, no retorno de expoentes a posições políticas influentes no novo governo.

O coronel Francisco Boaventura, “exilado” no antigo estado do Mato Grosso em consequência de suas veleidades insurrecionais em outubro de 1965 e de seu manifesto público em novembro, obtém o prestigioso comando da Fortaleza de São João, no bairro da Urca, no coração do Rio de Janeiro. O coronel Florimar Campelo, ex-chefe da seção de informações do Estado-Maior do I Exército e reconhecido radical, assume a direção-geral do Departamento da Polícia Federal. O general Mourão Filho, por sua vez, apesar de membro do MDB, é nomeado presidente do Superior Tribunal Militar, o que aumenta sua autoridade nesse local de ostracismo honroso de dissidentes (Chirio, 2012, p. 100).

Porém, mesmo com essa tentativa de unificar os “Duros”, parte dessas frações começou a aumentar o tom das críticas, só que por motivos distintos aos dos civis.

A “linha dura” dos coronéis, contudo, não deixa seu lugar para uma “linha dura” dos generais, afirmando, em alto e bom som, que está apoiada por uma “opinião castrense” radicalizada. Se a elite militar aumenta sua visibilidade e o peso político, no pano de fundo hierárquico subsistem ou aparecem atores

organizados que seguem agenda própria: a “primeira linha dura”, os “órgãos de segurança”, os grupos paramilitares e terroristas de direita e a geração dos capitães (Chirio, 2012, p. 94).

Para as frações dos “Duros”, o motivo do descontentamento residia no fato de que Costa e Silva não estaria sendo autoritário o suficiente. Para esses grupos, o governo ainda não teria “começado”, pois continuava a seguir a linha dos “Moderados”, especialmente no campo econômico, ao manter a mesma política liberal. Ainda segundo essa perspectiva, o governo estaria excessivamente “civilista”, o que ampliava o descontentamento nas tropas, que poderiam vir a se rebelar. Diante disso, intensificaram-se as críticas e os ataques às decisões econômicas adotadas, à chamada “repressão branda” e aos riscos de retorno ao poder dos atores políticos cassados, bem como as acusações de corrupção dirigidas ao gabinete ministerial. Esse cenário resultou em disputas internas no bloco dos “Duros”, envolvendo tanto os militares que integravam o governo quanto aqueles vinculados à caserna.

O elemento mais nítido deste é uma crítica acerca da ilegitimidade do governo estabelecido, formado por generais e técnicos civis “colaborando” com o congresso reduzido a impotência, até mesmo consentâneo com a militarização do poder. [...] as reformas que alguns coronéis chegam a defender no início de 1968, quando sua marginalização política está consumada, atestam o entrelaçamento das ambições pessoais frustradas e da “mística revolucionária” em busca de homens novos (Chirio, 2012, p. 105).

O resultado dessa disputa foi uma “operação de limpeza” contra essas frações, encabeçada pelo chefe da Casa Militar, o general Jayme Portella.

Em setembro, a rede ligada a Boaventura acha-se espalhada nos quatro cantos do país: ele próprio deve deixar o território, integrando uma delegação brasileira à ONU, enquanto Hélio Lemos também parte para o exterior, “em missão”, deixando atrás de si o Estado-Maior da poderosa e prestigiosa Artilharia da Costa. Rui Castro abandona a Biblioteca do Exército, no Rio de Janeiro, para integrar uma unidade na fronteira sul do Brasil, na região das Missões, em Ijuí (RS). Amerino Raposo Filho é afastado do SNI, mas não obtém comando de tropas, tornando-se chefe de gabinete do general Mamede no Departamento de Produção e Obras antes de ser nomeado, um ano mais tarde, no Colégio Interamericano de Defesa, em Washington. Luís Alencar Araripe é igualmente transferido para uma região remota do Paraná, enquanto Ferdinando de Carvalho, que continuava à frente do IPM do Partido Comunista, definitivamente exonerado deste e assume o comando de um Centro de Preparação de Oficiais da Reserva (CPOR) e Curitiba, no Paraná (Chirio, 2012, p. 104-105).

A partir desses expurgos, as frações dos “Duros” começaram a se organizar politicamente, com a preparação de uma candidatura para as eleições presidenciais indiretas de 1970, além de outras formas de ação política. Também houve o retorno do discurso anticomunista, questão que será discutida adiante. Foi nesse cenário que o governo Costa e Silva aprofundou a institucionalidade autoritária.

A cassação da Frente Ampla, no campo civil, bem como a operação sistemática de dispersão e punição de militares da linha-dura — com o envio de lideranças para regiões remotas ou a nomeação para cargos sem qualquer influência política —, no âmbito da caserna, foram medidas centrais desse processo. Dessa forma, a fração governista afirmou sua liderança hegemônica no interior do bloco dos “Duros”. A consolidação de seu projeto de poder viria a partir de dois eventos.

O primeiro foi a decretação do Ato Institucional nº 5 (AI-5), que concedeu plenos poderes ao presidente para fechar o Congresso Nacional, cassar mandatos, suspender direitos políticos por dez anos e intervir em estados e municípios. Além disso, eliminou a garantia do habeas corpus e restabeleceu o número de ministros do Supremo Tribunal Federal em onze, afastando os desafetos do regime. O AI-5 também intensificou e sistematizou a censura, ao mesmo tempo em que impulsionou uma onda de perseguição, repressão e tortura contra opositores considerados indesejáveis. Sua principal consequência foi o completo fechamento do regime, pois:

[...] o AI-5 gerou condições institucionais favoráveis à repressão estatal, como suspensão do direito a habeas corpus para crimes políticos e o aumento de tempo de prisão em regime de incomunicabilidade, favorecendo a prática de tortura. [...] A repressão política deslanchada a partir do AI-5 rompeu limites e padrões anteriores da própria ditadura, levando não apenas ao aumento de assassinatos e torturas como à prática de desaparecer com os corpos das vítimas (Motta, 2021. p. 183-184).

Mas, além da repressão, o AI-5 significou a vitória do projeto de poder dos setores mais radicais da direita militar. Em conjunto, todas essas medidas criaram uma nova ordem política e um modelo de sociedade que se pretendia implantar. Mais do que isso, a consolidação da institucionalidade autoritária indicava que a devolução do poder aos civis estava fora de cogitação. A questão já não era mais se os militares permaneceriam no poder

pelo tempo que considerassem necessário para “limpar a área”, mas, sim, a implantação de um novo regime político, no qual não havia espaço para contestação.

A sociedade civil também foi duramente afetada, particularmente os aparelhos de hegemonia que se vincularam à luta democrática da oposição popular e que desenvolveram um potencial contra hegemônico. Além das inúmeras prisões, aposentadorias compulsórias e cassações de direitos políticos, também entrou fortemente em ação o aparelho repressivo e de informações, que se estruturou cada vez mais, desencadeando o terrorismo de Estado. Especialmente atingidos foram o movimento estudantil e o movimento sindical grevista, mas também os professores, artistas e intelectuais, numa ofensiva não só política, mas também ideológica. Atos e ideias se tornaram passíveis de incorrer em crimes contra a segurança nacional. [...] Essa nova onda saneadora do governo militar, mais intensiva do que aquelas desencadeadas pelos Atos Institucionais n.º 1 e 2, aprofundou o caráter autoritário da ordem burguesa e consolidou o cesarismo militar (Maciel, 2004, p. 59).

Mas, além da repressão, o AI-5 significou a vitória do projeto de poder dos setores mais radicais da direita militar. Em conjunto, todas essas medidas criaram uma nova ordem política e um modelo de sociedade que se pretendia implantar. Mais do que isso, a consolidação da institucionalidade autoritária indicava que a devolução do poder aos civis estava fora de cogitação. A questão já não era mais se os militares permaneceriam no poder pelo tempo que considerassem necessário para “limpar a área”, mas, sim, a implantação de um novo regime político, no qual não havia espaço para contestação.

O combate à oposição da esquerda armada e a ampliação intensiva do aparato repressivo e de informação funcionaram como motivação central para a garantia de unidade; pois a luta antissubversiva foi enxergada como uma missão histórica, e a militarização da repressão permitiu a multiplicação das instâncias de poder no interior do Estado (Maciel, 2004, p. 69).

Porém, ainda havia disputas internas pela liderança do bloco no poder, o que impedia a unidade entre as frações dos chamados “Duros”. O afastamento de Costa e Silva da presidência, em decorrência de um acidente vascular cerebral, intensificou essa situação. Para impedir a posse do vice-presidente Pedro Aleixo (ARENA), que não era bem visto pela linha-dura, uma Junta Militar tomou o poder, formada pelo almirante Augusto Rademaker, ministro da Marinha; pelo general Aurélio de Lira Tavares, ministro do Exército; e pelo brigadeiro Márcio de Sousa Melo, ministro da Aeronáutica. Durante o governo da Junta, setores da

esquerda radicalizaram suas ações políticas, ao mesmo tempo em que se intensificaram as disputas internas entre os “Duros”.

Foi, então, o segundo fator — o processo de escolha do sucessor — que acabou por consolidar a Ditadura Militar. A principal candidatura à presidência era a do general Albuquerque Lima, que havia consolidado sua liderança política entre a jovem oficialidade, embora despertasse resistência entre os militares que ocupavam o governo. Havia também a candidatura inexpressiva do general Sizen Sarmento. Diante de um cenário de fragmentação do bloco no poder, a fração governista articulou-se politicamente junto ao Alto Comando das três Forças Armadas para influenciar a sucessão presidencial. A partir de um processo de escolha hierárquica, conduzido pelos comandos militares, o nome de consenso entre os dois grupos da caserna foi o do então chefe do SNI, general Emílio Médici, o que eliminou todas as demais candidaturas.

O processo sucessório que levou ao nome de Médici e ao início de um novo mandato contou com o apoio da maior parte dos setores linha-dura e também dos setores moderados das Forças Armadas. Essa composição entre as duas grandes articulações militares foi tão sólida que esvaziou as tentativas de reação vinda dos generais Albuquerque Lima e Sizen Sarmento. [...] Mais do que isso: a escolha de Médici consolidou definitivamente o cesarismo militar, através da supremacia militar na arena de disputa política, e, entre os próprios militares, consolidou a direção política da alta oficialidade (presidente, ministros militares e comandantes militares). Esse processo se baseou no restabelecimento da hierarquia, da coesão e da disciplina entre os militares (Maciel, 2004, p. 69).

Com a eleição indireta de Médici para presidente – o Congresso que se encontrava fechado, voltou somente para elegê-lo – a Ditadura Militar atingiu seu ápice.

Face ao exposto, é evidente que os militares realizaram diversas Ações Políticas no decorrer da história brasileira, sendo atores políticos recorrentes. Sejam participando automaticamente ou chamados a intervir, atuando por meios legais ou conspirando, com momentos de maior ou menor visibilidade no palco político. E mesmo com o Golpe Civil-Militar, essas disputas não cessaram, mudando apenas de enfoque e estas passaram a ser entre as frações dos “Duros”.

Existem múltiplas formas de realizar a Ação Política pelos militares. Uma das formas, por exemplo, foram disputando eleições, tanto para cargos no Executivo como também no Legislativo, nas esferas municipais, estaduais e federal. Outra das formas, mais

conhecidas, são as intervenções por meio de golpes de Estado. Segundo Carlos Fico (2025), houve até o presente momento, 15 tentativas de golpes ou deposições, entre as bem sucedidas e as fracassadas.

No entanto, para além das ações irruptivas, existem também outros exemplos de Ação Política da caserna, e uma menos conhecida, mas tão utilizada quanto os casos anteriores, como veremos adiante, é a criação de Grupos de Pressão de militares; forma essa recorrente também nos países do cone sul, em que o “lobby” e a “pressão” se configuram como uma forma de fazer valer os interesses tanto da instituição como das frações que representam.

2.1 Linhas de Análise e Matizes dos estudos dos militares na política

Antes de discutirmos o conceito de Grupos de Pressão, bem como o referencial teórico da Ação Política, e de definirmos o objeto Direita Militar, é necessário dialogar com os estudos sobre as relações entre militares, sociedade e Estado. Esse campo teórico divide-se em diversos modelos analíticos e distintas matrizes interpretativas acerca desse fenômeno político; contudo, há consenso entre os pesquisadores da área de que dois modelos analíticos polarizam o debate.

O primeiro é o modelo instrumental, que se caracteriza pela compreensão de que a ação política dos militares é orientada em função dos interesses de classe, dos grupos sociais e das forças políticas da sociedade. Nessa perspectiva analítica, a caserna não se encontra isolada em um mundo próprio, mas em constante relação com o mundo externo, ao mesmo tempo em que é por ele influenciada. Dessa forma, as disputas políticas no meio castrense sofrem influência de elementos externos. Para Antônio Carlos Peixoto, há uma predominância dos fatores externos aos quartéis:

A concepção instrumental busca nos interesses de classes, dos grupos, das forças políticas e das correntes de opinião, os motivos condutores das manifestações militares. As forças militares agem a partir de estímulos encontrados fora das fronteiras da corporação. Elas são acionadas por grupos de interesses ou de pressão e, em última análise, o sentido final da intervenção militar favorece sempre um ou outro dos grupos que disputam o poder e o controle do aparelho do Estado. As Forças Armadas identificam-se sempre com um ou outro desses grupos. O mais comum é inclusive

encontrar, no âmbito da organização, representantes de cada um deles, pois a instituição armada deixa-se penetrar pelas tensões que atravessam a sociedade civil e a esfera política. E os confrontos que existem e se desenvolvem no seio da corporação militar são meros reflexos dos confrontos globais que marcam o processo político (Peixoto, 1980, p. 29-30).

Nesse contexto, destacam-se dois autores ideologicamente opostos. O primeiro é Samuel Huntington (1996), que reconhece nos militares o papel político de garantir a ordem e a harmonia social, além de lhes atribuir um caráter reformista, ainda que por um viés conservador. Tal perspectiva manifesta-se sobretudo em países nos quais forças políticas oligárquicas detêm o poder, não se estendendo, contudo, à totalidade dos militares.

A profissão militar existe para servir ao Estado. A fim de preparar o mais elevado serviço possível, todos os profissionais das armas e a força militar que comandam devem se constituir em um eficiente instrumento de política estatal. Como a direção política só vem da cúpula, isso significa que a profissão tem que se estruturar numa hierarquia de obediência (Huntington, 1996, p. 91).

O segundo autor é Nelson Werneck Sodré (1967, 2010), que estabelece um vínculo entre a origem social dos militares e sua formação de classe. Segundo Sodré, a alta oficialidade e o generalato são majoritariamente formados por indivíduos oriundos de famílias de tradição militar, os quais se aliam politicamente às elites. Em contrapartida, as bases das Forças Armadas, compostas por praças e por oficiais de baixa e média patente, são formadas predominantemente por membros das classes populares e de grupos sociais excluídos.

Posteriormente, diante da maior valorização das forças terrestres, segmentos da classe média passaram a se alistar e a influenciar o corpo militar, conferindo-lhe um caráter nacionalista e democrático. Nessa perspectiva analítica, observam-se momentos de identificação dos militares com posições conservadoras e com as classes dominantes, mas também períodos de aproximação com posições nacionalistas e desenvolvimentistas, associadas às classes subalternas

Começa, sub-repticiamente, a repontar, na consciência dos militares de terra e do mar, porque as relações objetivas são, nisso, de clareza meridiana, a necessidade de impulsionar a indústria, de abandonar o estágio agroexportador a ligação entre a indústria pesada e armamento e, conseqüentemente, entre os países desenvolvidos industrialmente e forças armadas organizadas e eficientes (Sodré, 2010, p. 181).

Por sua vez, o outro modelo é o Institucional-Organizacional, caracterizado pela ação política autointeressada dos militares. Ou seja, essa ação ocorre exclusivamente em função de influências internas, provenientes da própria instituição. Tal dinâmica decorre, sobretudo, do afastamento dos militares em relação à sociedade civil, o que contribui para seu isolamento do mundo exterior. Nessa perspectiva analítica, esse fator explicaria o papel intervencionista desempenhado pelas Forças Armadas. Segundo a definição de Antonio Carlos Peixoto:

A concepção institucional-organizacional, por sua vez, enfatiza a autonomia da instituição militar face a sociedade global. Segundo essa abordagem, as Forças Armadas se convertem na matriz dos *inputs* e dos *outputs* militares; o fenômeno militar, em última análise, é autoexplicável. Os traços mais salientes da lógica organizacional-burocrática – espírito de corpo, hierarquia, centralização das decisões – são privilegiados em prejuízo das influências civis. O aparelho militar é analisado como uma estrutura monolítica, e seu *output* político é o resultado de processo e de decisões que se prendem à lógica e à percepção própria da instituição e de seu funcionamento vertical. Os papéis extramilitares das forças armadas são definidos unicamente pelo sistema de valores institucional e por uma percepção da realidade extramilitar a partir desse sistema, o que normalmente cabe aos centros de decisões do aparelho, isto é, às estruturas hierárquicas de comando (Peixoto, 1980, p. 30).

O principal expoente desse modelo é Edmundo Campos Coelho (2010), que propõe uma leitura da construção de uma identidade e de uma organização próprias da caserna, por meio de traços como o espírito de corpo, a disciplina, a identidade militar e a hierarquia, entre outros. Isso se traduz em sua inserção política, na qual os militares atuam de forma monolítica, havendo pouca ou nenhuma influência das dinâmicas da sociedade em sua ação política. Nessa linha de análise, o fenômeno militar na política seria explicável por si só, pois:

O enfoque utilizado é o organizacional. Apesar da variedade de interesses e orientações teóricas e metodológicas cobertas pela teoria organizacional, sua característica distintiva consiste em tomar a organização, e não o sistema inclusivo ou partes dele, como a unidade de análise (Coelho, 2010, p. 41).

O que leva, segundo o autor, à seguinte consideração:

Dessa forma, a posição relativa dos indivíduos nas dimensões relevantes da escala de estratificação tem-se tornado, cada vez mais, função crescente da posição relativa das organizações de que são membros ao longo das mesmas dimensões. Segue-se que, para os indivíduos, o comportamento racional

consistiria em investir energias na otimização da capacidade organizacional em gerar bens comuns, e não na capacidade das organizações em gerar bens públicos (Coelho, 2010, p. 42).

Para além dos dois modelos analíticos tradicionais, Ana Penido (2022) apresenta um terceiro, denominado Dialético. Esse modelo considera as Forças Armadas em seu conjunto, a partir de um olhar dialético, no qual os militares são influenciados tanto pelos valores e conflitos da sociedade na qual estão inseridos quanto pelos valores e conflitos próprios do meio castrense. Ademais, tais valores e conflitos se retroalimentam em razão das relações específicas de coesão e coerção características da caserna. Para Antonio Carlos Peixoto, a realidade brasileira comporta, concomitantemente, elementos tanto do modelo Instrumental quanto do modelo Institucional-Organizacional, o que inviabiliza uma análise que desconsidere qualquer um desses dois modelos.

Realmente, é muito difícil reduzir as Forças Armadas ao mero papel de agentes de interesses que se encontram, por definição, fora dos quadros corporativos [...]. Mas também é difícil aceitar um “racha” entre as Forças Armadas e o resto da sociedade e que o fenômeno militar possa ser percebido como manifestação puramente imanente (Peixoto, 1980, p. 30).

Como bem resume o autor sobre o modelo Dialético:

Todas as pressões (internas e externas) sofridas pelas Forças Armadas convergem sobre a estrutura de comando. A hierarquia desempenha, pois, um papel central, na medida em que encabeça uma instituição que funciona em sentido vertical e extremamente centralizado. Em última análise, é a hierarquia que legitima as pressões e as exigências. Se a corrente militar tem uma função de canalização, a hierarquia reserva a “filtragem”, ou seja, ela afasta as solicitações consideradas não - legítimas e aceita outras. Ao mesmo tempo ela interpreta os papéis constitucionais das Forças Armadas e vela sobre a manutenção dos valores corporativos. [...] Mas o mesmo raciocínio aplicado aos grupos e correntes militares também é válido para a hierarquia (Peixoto, 1980, p. 35).

Para além desses três modelos analíticos, é importante incluir nas discussões os diversos matizes presentes nos estudos sobre os militares na política, que se relacionam e dialogam com as principais linhas de análise. Ana Penido (2022), por exemplo, apresenta treze “hipóteses interpretativas” sobre a presença das Forças Armadas na política, consideradas as mais recorrentes nos estudos brasileiros sobre o tema. Com base no

levantamento realizado pela autora, serão discutidos os matizes analíticos mais recorrentes nos estudos sobre militares na política.

Um dos primeiros matizes analíticos é a do Poder Moderador, cujo principal autor é Alfred Stepan (1975). Segundo sua interpretação, os militares são influenciados tanto por fatores internos quanto por fatores externos. Assim, a caserna exerceria um papel de árbitro em situações de ruptura da ordem e do sistema político, assumindo as funções de regular conflitos, restabelecer a ordem e realizar uma intervenção “moderada” ou “saneadora”. Observa-se que a perspectiva do Poder Moderador dialoga mais intensamente com os modelos Instrumental e Dialético, uma vez que suas análises buscam equilibrar as diferentes influências que incidem sobre a caserna. Contudo, o aspecto mais relevante dessa abordagem reside na forma como o autor estabelece as relações entre militares e civis. Para Stepan:

Os principais componentes deste padrão de relacionamento civil-militar podem ser resumidos em alguns pontos básicos:

1. Todos os principais protagonistas políticos procuram cooptar os militares. A norma é um militar politizado.
2. Os militares são politicamente heterogêneos, mas também procuram manter um grau de unidade institucional.
3. Os políticos importantes garantem legitimidade aos militares, sob certas circunstâncias, para agirem como moderadores no processo político, controlando ou depondo o executivo, ou até mesmo evitando a ruptura do próprio sistema, especialmente quando envolve uma mobilização maciça de novos grupos anteriormente excluídos da participação do processo político.
4. A aprovação dada pelas elites civis aos militares politicamente heterogêneos para depor o executivo facilita bastante a formação de uma coalizão golpista vencedora. A negação, pelos civis, de que a deposição do executivo pelos militares seja um ato legítimo, inversamente, impede a formação de uma coalizão golpista vitoriosa.
5. Existe uma crença firme entre as elites civis e os oficiais militares de que, embora seja legítima para os militares a intervenção no processo político e no exercício temporário do poder, é ilegítimo para eles assumir a direção do sistema político por longos períodos de tempo.
6. Tomado geneticamente, este valor-congruência é o resultado desta socialização civil e militar através da educação e da literatura. A doutrina militar do desenvolvimentismo também é, no modo geral, congruente com a de grupos parlamentares. A condescendência social e intelectual dos oficiais militares em relação aos civis facilita a cooptação e a contínua liderança civil (Stepan, 1975, p. 50-51).

Face ao exposto, discorda-se do conceito de Poder Moderador como a principal forma de Ação Política, entendendo-o, antes, como uma entre várias possíveis. Por sua vez, os

pontos levantados pelo autor acerca das relações entre civis e militares vão ao encontro da discussão dos modelos Instrumental e Dialético, especialmente nos casos em que os militares são chamados a intervir pelos próprios civis. Tal dinâmica manifesta-se desde as *viandeiras de quartéis* até a aliança entre as elites civis e a caserna, aliança esta recorrente ao longo da história. Inclusive, é esse discurso do Poder Moderador, entendido como uma intervenção temporária, que se faz presente na retórica dos militares ditos “moderados” no início da Ditadura Militar. Tal perspectiva também contribui para a compreensão do apoio de diversos atores políticos e setores da sociedade ao Golpe de 1964.

Outro matiz analítico relevante é o da Tutela Militar. Trata-se, visivelmente, de uma forma de Ação Política, cuja definição apresentada por Ana Penido é particularmente elucidativa: a lógica da tutela consiste no entendimento, por parte dos militares, de que a sociedade brasileira seria incapaz de definir autonomamente os rumos do país, cabendo-lhes, assim, a responsabilidade de tutelar os civis no poder (2002). Essa tutela pode ser temporária ou perdurar pelo tempo considerado necessário. Diferentemente de uma ação irruptiva, a Tutela Militar permite que o meio castrense exerça o poder de forma indireta, sem a ruptura formal dos preceitos constitucionais. Um exemplo dessa Ação Política foi o governo Sarney, no qual os ministros militares assumiram o papel de tutores do novo governo. Eliézer Rizzo de Oliveira ilustra esse matiz analítico a partir do primeiro governo da Nova República.

[...] a função tutelar que é objeto deste ensaio, localizado no governo Sarney, resulta no processo pelo qual o aparelho militar, simultaneamente e coordenadamente, através de uma corrente política (os “castelistas” ou “geiselistas”, cuja denominação imprecisa [*sic*] importa menos do que a sua ação), iniciou, promoveu e dirigiu a distensão [*sic*], condicionando-lhe grandemente os passos futuros, e preparou-se para o exercício de nova função política [...]; as Forças Armadas tendem a julgar o governo pela eficiência e o regime pela sua estabilidade, reservando-se o direito [*sic*] potencial de intervenções corretora (Oliveira, 1987, p. 57-58).

Um terceiro matiz analítico, bastante popular no momento em que se escreve esta tese, é o do Partido Militar. Presente tanto em trabalhos clássicos, como os de Alain Rouquié (1984) e Oliveiros Ferreira (2000), quanto em estudos mais recentes, a exemplo dos de André Ortega e Pedro Marim (2019), esse matiz considera que, diante da desorganização das classes sociais e da inexistência de um projeto político próprio, os militares passam a se autoproclamar como a única classe organizada do Brasil. Dessa forma, justificam sua ação

política por meio de uma organização semelhante à de um partido político. Contudo, entre os pesquisadores, existem divergências quanto ao conceito. Para Oliveiros Ferreira (2000), esse partido seria monolítico; já Alain Rouquié, por sua vez, trabalha o conceito no plural — Partidos Militares —, uma vez que haveria diferenças internas no interior da caserna:

Embora as forças armadas não sejam partidos políticos, por sua própria definição, também não são ilhas separadas da sociedade civil. E sua imersão no corpo social é muito mais forte quando detêm o poder. O que não significa que, entretanto, que não sejam politicamente apenas o reflexo das lutas civis. Espelho e alvo da vida pública militarizada, é verdade, mas com processos internos específicos, que são decorrentes de um modelo institucional singular. [...] Salvo em casos de divisão ou decomposição, que os faria perder seu principal trunfo político, os “partidos militares” assemelham-se muito pouco às formações partidárias, mesmo quando realizam as mesmas funções que elas. Uma das principais diferenças, além da finalidade essencial e manifesta o aparelho defensivo do Estado, isto é, do monopólio das armas e da preparação para o combate, é a socialização autoritária e o caráter marginal dos credos ideológicos das forças armadas (Rouquié, 1984, p. 356).

Por fim, Ana Penido e Suzely Kalil também apresentam sua definição de partido militar, procurando equilibrar as linhas de análise divergentes, em que o Partido Militar:

[...] une as diferentes vontades individuais em um discurso coletivo partidário fortemente ideológico e, para isso, cuida da educação política dos seus quadros. Não é monolítico, ou homogêneo, mas é bastante coeso. O partido representa os interesses corporativos, priorizando políticas públicas e a ocupação de cargos pela sua própria base, mas também participa, direta ou indiretamente, de eleições e interpreta a Constituição segundo seus interesses, desejando massificar na sociedade seus entendimentos sobre o país. Seu núcleo duro é permanente, e não ocasional ou reflexo de regimes políticos, sendo responsável por estabelecer alianças e fazer articulações políticas que, em algum momento, aumentam seu poder. Seus aliados principais, e a ele subordinados, são aqueles oriundos das forças de segurança (policiais, bombeiros, militares reformados, ex-funcionários de empresas de segurança privada etc.) filiados a distintos partidos políticos, especialmente aqueles classificados à direita no espectro político. A estrutura organizativa do Partido Militar repete a das forças armadas, baseada na hierarquia e disciplina, e se aproveita de estruturas estatais para o seu funcionamento. Por isso, é um partido com alta disciplina partidária e processos decisórios simples e hierarquizados, comandado por generais de Exército que transmitem suas opiniões políticas ou ocupam estruturas partidárias de cima para baixo, numa lógica piramidal. Generais da reserva desfrutam de especial protagonismo por deterem maior liberdade de ação. O partido militar transfere para a política raciocínios de guerra e paz, amigo e inimigo, o que impacta profundamente o sistema político. Por fim, diferente

de qualquer outro partido político, o Partido Militar mantém relações diretas com a força das armas (Penido; Kalil, 2021, p. 476).

Assim, o conceito de Partido Militar, mais do que um modelo, pode ser compreendido como uma das formas recorrentes de ação política. Discorda-se da visão monolítica proposta por Oliveiros Ferreira, uma vez que, ao longo da história brasileira, a participação de militares em partidos políticos não se deu de maneira homogênea. Desde a Cruzada Democrática, vinculada à UDN, passando pelo Antimil, associado ao PCB, não é possível afirmar a existência de um Partido Fardado único, seja no interior da caserna, seja no âmbito das políticas partidárias.

Dessa forma, em consonância com Rouquié, bem como com Ana Penido e Suzely Kalil, o conceito de Partido Militar, no plural, mostra-se mais adequado à realidade histórica, ao considerar a heterogeneidade do corpo militar. Ao mesmo tempo, a linha de análise dessas autoras indica, de maneira dialética, que determinadas influências do meio castrense tendem a se reproduzir na organização partidária de farda, configurando-se como uma das formas de participação política. Nesse sentido, tal ação política pode ser compreendida como uma intervenção sofisticada, interpretação corroborada por Ana Penido:

A organização em formato partidário aumenta a qualidade da capacidade de intervenção dos militares, pois permite, entre outras tarefas, estabelecer um programa e uma cronologia para sua execução. Ao mesmo tempo, constrói, especialmente para o público externo, uma imagem de coesão interna das forças armadas que escamoteiam a presença de grupos inerentes a qualquer organização totalizante, pois apresentam os militares-políticos como externos à tropa (Penido, 2022, p. 11).

Um quarto matiz analítico, menos conhecido do que as anteriores, mas que dialoga com a presente pesquisa, é o do *Corporativismo*. Nessa perspectiva, os militares ingressam na política por meio de um discurso que os apresenta como defensores dos interesses nacionais ou da lei e da ordem; contudo, seus projetos são movidos fundamentalmente por interesses corporativos e econômicos. Como sintetiza Quartim de Moraes: “[...] o predomínio, nos corpos constituídos da sociedade e do Estado, dos interesses profissionais particulares sobre suas funções sociais e/ou estatais” (Moraes, 1987, p. 101). Nesse modelo, a Ação Política é majoritariamente direcionada à defesa de interesses corporativos, assemelhando-se à atuação de um lobby ou de um grupo de pressão.

Por sua vez, um quinto matiz analítico é o da Identidade Militar, na qual a identidade profissional da caserna se torna o elemento central tanto da forma como os militares se inserem na sociedade quanto de sua participação na política. Esse matiz manifesta-se tanto nos processos de profissionalização — ponto que será discutido mais adiante — quanto nos processos de formação educacional dos militares, nos quais estes desenvolvem características como a vigilância permanente frente às ameaças, o senso de coletividade e o corporativismo, entre outras, que conformam uma identidade de grupo comum, com a qual seus membros se identificam e a partir da qual constroem sua autodefinição. Dessa forma, a Identidade Militar estabelece maior diálogo com a linha Institucional-Organizacional, segundo a qual os militares são intrinsecamente conservadores, orientados à manutenção do status quo. Ou seja, para esse matiz, o principal aspecto da Ação Política dos militares não reside tanto na prática, mas na essência, que seria predominantemente conservadora e de direita, configurando uma Direita Militar.

Como contraponto, o sexto matiz analítico é o da Esquerda Militar, tese considerada controversa. Tendo como principal referencial teórico João Quartim de Moraes, essa abordagem não nega a existência de Ações Políticas da caserna à direita, mas demonstra que também houve atuações à esquerda. Esses militares estiveram presentes entre os oficiais abolicionistas e republicanos no final do Império, passando pelo movimento tenentista e atingindo seu ápice durante o período da República de 1946, quando se observam diversas ações da Esquerda Militar. Essa participação política foi interrompida com o golpe civil-militar de 1964, que resultou no expurgo desses grupos da instituição. Segundo o autor: “[...] em diferentes situações e períodos da nossa evolução política, assumiram posições de esquerda ou pelo menos colocaram-se à esquerda no interior da corporação armada do Estado” (Moraes, 1994, p. 8).

Novamente, para esse matiz, a Ação Política não se define prioritariamente por sua forma prática, mas por sua essência. Ou seja, houve espaço para a atuação de uma Esquerda Militar, o que demonstra que a caserna não constitui um bloco monolítico — aspecto que dialoga tanto com a linha Instrumental quanto com a linha Dialética.

Por fim, o último matiz analítico a ser destacado é o da *Profissionalização*. Saint-Pierre apresenta uma definição precisa do que seria o controle civil sobre a relação entre poder militar e poder civil em um sistema constitucional adequado:

Com relação às Forças Armadas: 1. conservar para a máxima representação da vontade popular o cargo de comandante supremo das Forças Armadas, isto é, o comandante do máximo instrumento armado da nação e o chefe do Estado são a mesma pessoa; 2. garantir de forma explícita, clara e unívoca a completa e incontestável subordinação das Forças Armadas ao poder político, considerando qualquer exercício de autonomia por parte destas como insubordinação e traição à pátria; 3. conceder ao poder político a escolha do comando militar máximo de cada uma das forças (pode ser prerrogativa do Executivo ou do Legislativo a análise de listas elaboradas pelas forças ou qualquer outra forma normativamente definida); 4. estabelecer a transparência e permitir o efetivo controle civil sobre a formação, carreira e promoção aos postos de comando; 5. dispor para o poder político civil a prerrogativa de analisar, discutir, aprovar ou desaprovar o orçamento destinado à área;

Com relação ao poder civil: 1. reservar para a sociedade e seus representantes a deliberação, decisão, definição e hierarquização dos interesses nacionais; 2. atribuir ao poder político a exclusividade na deliberação, decisão e elaboração das políticas de defesa e de segurança e dos objetivos estratégicos nacionais; 3. estabelecer de maneira clara e inequívoca os critérios e mecanismos institucionais de emprego da força; 4. especificar de maneira clara e objetiva os casos que admitem esse emprego; 5. definir a cadeia de responsabilidades e de imputação jurídica pelo emprego da força (Saint-Pierre, 2001-2002, p. 121).

Dessa forma, a profissionalização consiste na atuação dos militares sob o controle do poder civil, delimitando suas funções exclusivamente ao âmbito castrense, sem a realização de ações políticas por iniciativa própria, tampouco a intervenção por convocação de setores da sociedade. Tendo como principal referência Samuel Huntington (1996), o autor considera fundamental, para o processo de profissionalização da caserna, o controle civil subjetivo, que se baseia na incorporação, por parte dos militares, dos valores e crenças estabelecidos pela sociedade e, sobretudo, o controle civil objetivo, que consiste:

No sentido objetivo, controle civil é a maximização do profissionalismo militar. Mais precisamente, é aquela distribuição do poder político entre grupos militares e civis, distribuição que conduz ao aparecimento de atitudes e comportamentos profissionais entre a oficialidade (Huntington, 1996, p. 102).

Ao que tudo indica, para Huntington (1996), a Ação Política restringe-se exclusivamente ao viés institucional, sendo exercida pelos militares que detêm a autoridade sobre as tropas — isto é, o generalato e a alta oficialidade — em conformidade com os parâmetros constitucionais e dentro da ordem do controle civil.

Entre os diferentes modelos e matizes analíticos dos estudos sobre as relações entre militares, Estado e sociedade, surge a questão de como cada abordagem articula o conceito central desta tese em sua linha interpretativa. No que se refere ao modelo Institucional-Organizacional, este considera as dinâmicas internas da caserna como o elemento exclusivo na formação da consciência castrense. Assim, a ação política dos militares seria pautada unicamente pelos interesses das Forças Armadas, sem infiltração de valores externos, configurando-se como um corpo monolítico tanto no pensamento quanto na ação, em razão de seu suposto afastamento da sociedade. Nesse contexto, a hierarquia funcionaria como o principal mecanismo de transmissão desses valores internos, fluindo do Alto Comando para as tropas.

De fato, o viés Institucional-Organizacional constitui uma das formas de explicar as ações políticas no interior da caserna. A existência de uma política institucional, originada a partir da cúpula militar, é um dado empírico concreto, como evidenciam a Doutrina Góes Monteiro e sua concepção de uma “política dos militares”, bem como o lobby exercido pelas Forças Armadas durante o processo constituinte de 1988.

O problema desse modelo emerge quando a ação política da caserna é concebida como fechada em si mesma, monolítica e orientada exclusivamente pela hierarquia — do generalato às bases —, excluindo a possibilidade de ações protagonizadas por grupos ou indivíduos. Dessa forma, diversas ações políticas ao longo da história brasileira tornam-se de difícil análise sob a lente Institucional-Organizacional. Exemplos disso são o movimento tenentista na década de 1920 ou a Revolta dos Sargentos, inserida no contexto das múltiplas manifestações políticas das praças durante a primeira metade da década de 1960, movimentos conduzidos pelas bases e que não contaram com o apoio da cúpula militar.

Outro ponto, levantado por Campos Coelho (2010), refere-se à ideia de que todas as tensões políticas e institucionais no meio castrense seriam dissipadas pela solidariedade interna da instituição. Contudo, como bem observa Paulo Cunha (2020), “a anistia de militares é socialmente limitada e ideologicamente norteada”. Ou seja, praças, oficiais subalternos e a chamada esquerda militar não se beneficiam de forma equitativa dessa suposta solidariedade institucional. Ademais, “talvez seja útil lembrar que essa solidariedade não funcionou após a tomada do poder em 1964, quando oficiais de todos os postos foram excluídos das Forças Armadas” (Peixoto, 1980, p. 41).

Quanto à tese de que os militares estariam apartados da sociedade, cabe aqui um parêntese. Em *O Espírito Militar*, Celso Castro (2021) analisa a influência da caserna na formação dos cadetes, especialmente no Exército, destacando como a escolha das Armas molda comportamentos e visões de mundo, em grande medida devido ao isolamento social durante o período de formação. Esse processo não se restringe ao Exército, sendo também observável na Marinha e na Aeronáutica, com adaptações conforme as especificidades de cada Força e de suas respectivas Armas. Dessa maneira, a educação militar configura-se como um fator central não apenas na formação profissional, mas também na construção da visão de mundo e da compreensão política dos militares

Diferente de outras categorias profissionais, a educação dos militares tem como objetivo principal a construção do espírito de corpo. Em outras palavras, as crenças e valores que compõem o espírito de corpo não nascem espontaneamente, e sim são objetos de ensino planejados. O primeiro procedimento metodológico para isso é a separação do discente (cadete) do restante do mundo. A segunda medida é a atribuição ao cadete de um novo nome, uniforme e corte de cabelos, provocando uma despersonalização [...]. por fim, a terceira ferramenta é expô-lo à situações-limite, objetivando desenvolver um forte senso de solidariedade (Penido; Kalil, 2024, p. 125).

Entretanto, no mesmo trabalho de Celso Castro (2021), ao longo de todo o processo de criação de uma nova identidade militar, são apresentados diversos relatos de cadetes, especialmente durante o período de férias, que evidenciam o choque de realidade decorrente do contato com visões de mundo distintas e, por vezes, divergentes daquelas da caserna — em muitos casos, extremamente críticas. Ou seja, mesmo que a chamada “educação militar” exerça influência sobre a visão de mundo e a visão política dos militares, estes também mantêm contato com o mundo exterior, o qual acaba, inevitavelmente, influenciando-os.

Por sua vez, o modelo Instrumental dialoga de forma consistente com o conceito de Ação Política, uma vez que leva em consideração a influência das disputas e dos conflitos da sociedade civil refletindo-se no interior da caserna, ao mesmo tempo em que não exclui as disputas internas que se valem dessas influências externas para atuar nos meios castrenses. Como o conceito de Ação Política abrange todas as formas de participação dos militares — desde aquelas realizadas por iniciativa própria até aquelas decorrentes de convocações da sociedade —, observa-se uma clara complementaridade entre esse conceito e o modelo

analítico, os quais se reforçam mutuamente. Ademais, tal articulação encontra sustentação na própria história brasileira.

Por fim, no que se refere ao modelo Dialético, este também dialoga de maneira direta com o conceito de Ação Política. Nessa linha de análise, a caserna e a sociedade, bem como seus respectivos conflitos, influenciam-se mutuamente. Desse modo, tanto as disputas do mundo exterior quanto a própria instituição militar e suas dinâmicas internas — tais como os valores corporativos, as relações hierárquicas e o processo de formação educacional — influenciam dialeticamente os militares, sendo a síntese desse processo recíproco refletida na Ação Política da caserna. Assim, a abordagem dialética apresenta forte semelhança com a linha instrumental.

Essa semelhança conduz a um dilema analítico: os dois modelos parecem dialogar muito mais entre si do que se contrapõem. Ambos consideram a influência de fatores externos, provenientes da sociedade, bem como de fatores internos à caserna, na formação dos militares, observando suas múltiplas nuances, em vez de tratá-los como um bloco monolítico. No que diz respeito à Ação Política, os dois modelos convergem ao contemplarem todas as formas de participação, assim como seus diferentes vieses, que podem ser colocados em prática de forma conjunta ou separada. Em outras palavras, tanto o modelo Instrumental quanto o Dialético incorporam, em seus arcabouços teóricos, a existência de ações concedidas — quando os militares são chamados pelos civis — e de ações irruptivas — quando a caserna age por iniciativa própria. Dessa forma, essas modalidades coexistem e são acionadas de acordo com cada contexto específico.

Desse modo, os dois modelos mostram-se, de fato, bastante próximos, o que suscita questionamentos acerca das razões pelas quais são considerados linhas de análise distintas. Uma possível resposta encontra-se entre os autores de orientação dialética. Em seus textos, observa-se a predominância atribuída aos fatores internos na explicação da Ação Política dos militares, o que sugere que o modelo Instrumental privilegiaria os fatores externos em detrimento da caserna, concebida, nesse caso, como elemento secundário. Como define Ana Penido: “As Forças Armadas podem parecer um monólito, mas não o são. Entretanto, as pressões externas são processadas e filtradas pela hierarquia conforme seus valores corporativos” (Penido, 2022, p. 5). Ao ser analisado com maior atenção, o modelo Instrumental não desconsidera os fatores internos, constituindo-se, na verdade, como uma

versão invertida do modelo Institucional-Organizacional. As análises de Sodré (1967, 2010) não negam a relevância das influências internas na formação dos militares; contudo, atribuem aos fatores externos um papel fundamental nesse processo.

Dessa forma, a presente tese propõe utilizar como referencial metodológico os modelos Instrumental e Dialético, uma vez que ambos não se mostram conflitantes entre si e convergem, na maior parte de seus pressupostos analíticos, especialmente por contemplarem todas as formas de Ação Política em seu conjunto teórico. Quanto ao ponto de divergência — a predominância dos fatores internos ou externos —, a tese o considera como um elemento de diferenciação analítica, assim como os distintos vieses ou formas de participação. Assim, as Ações Políticas podem apresentar maior predominância das influências da caserna ou da sociedade, a depender do contexto em que se manifestam.

2.2 O Anticomunismo e a Direita Militar

Com o referencial metodológico da tese definido pelas abordagens instrumental e dialética, analisaremos o conceito de Direita Militar. Para isso, torna-se necessário recorrer ao conceito de *anticomunismo*, uma vez que ambos os termos se relacionam entre si. Em linhas gerais, o anticomunismo pode ser definido como uma doutrina e um movimento político contrário ao comunismo. Embora o conceito tenha surgido como resposta a esse movimento político, foi após a vitória da Revolução Russa de 1917 que o anticomunismo ampliou significativamente sua influência no mundo.

Ao analisar o movimento político em seu interior, o estudo torna-se complexo, pois não há homogeneidade entre seus membros. O anticomunismo abrange posições que vão da direita à esquerda no espectro político, apresentando variações em seus discursos e em suas estratégias de ação política.

Ou seja, existem diferenças entre os anticomunistas, mas o ponto comum que os une é a luta contra um mesmo adversário. No caso brasileiro, Rodrigo Patto Sá Motta (2020) aponta que o anticomunismo se firmou com maior predominância no campo da direita. A partir disso, o movimento dividiu-se em três matizes: catolicismo, nacionalismo e liberalismo. Tais matizes não operam isoladamente e, muitas vezes, atuam de forma articulada,

relacionando-se entre si nos diversos grupos sociais e políticos, ainda que cada uma mantenha características próprias.

No que se refere ao catolicismo, o comunismo era visto como seu inimigo mais recente — mais um entre tantos desde o Renascimento — que visavam à destruição da instituição e de seus fundamentos disseminados pelo mundo. Contudo, essa nova ideologia se revelaria particularmente mais perigosa para a Igreja:

A questão central, na ótica dos responsáveis católicos, no que não estavam desprovidos de razão, é que a nova doutrina questionava os fundamentos básicos das instituições religiosas. O comunismo não se restringia a um programa de revolução social e econômica. Ele se constituía numa filosofia, um sistema de crenças que concorria com a religião em termos de fornecer uma explicação para o mundo e uma escala de valores, ou seja, uma moral. A filosofia comunista se opunha aos postulados básicos do catolicismo: negava a existência de Deus e professava o materialismo ateu; propunha a luta de classes violenta em oposição ao amor e à caridade cristã; pretendia substituir a moral cristã e destruir a instituição da família; defendia a igualdade contra as noções de hierarquia e ordem embasadas em Deus. Segundo essa visão, o sucesso da pregação comunista levaria ao desaparecimento da Igreja, o que seria um dos objetivos dos líderes revolucionários (Motta, 2020, p. 44-45).

Isso significa que o comunismo disputava com o catolicismo no campo filosófico, ao apresentar um sistema de valores e crenças, bem como uma moral, que questionavam diretamente a Igreja e que, em última instância, poderiam levar à sua destruição. Percebendo um risco concreto à sua existência, as primeiras ações foram tomadas ainda no final do século XIX, com a Encíclica de 1891 do papa Leão XIII, que estabeleceu, como um contraponto ambíguo ao comunismo, uma doutrina de justiça social e de defesa dos trabalhadores, incluindo a legitimação da atuação do Estado na proteção dos mais necessitados.

No entanto, o anticomunismo se intensificou durante a Guerra Civil Espanhola, marcada por perseguições à Igreja em um país majoritariamente católico, o que resultou no assassinato de padres e freiras, bem como na profanação de templos. Ainda que não seja possível definir com precisão qual grupo político foi responsável pelos atos de violência, os líderes católicos atribuíram integralmente a responsabilidade aos comunistas. Esse posicionamento culminou na Encíclica de 1937, do papa Pio XI, na qual se assumiu a necessidade de combater o inimigo de forma menos preventiva e mais ativa, além de se

definir com clareza quem deveria ser enfrentado. Isso significou, na prática, o caráter irrevogável do anticomunismo da Igreja ao longo do século XX.

Por sua vez, outro matiz fundamental no caso brasileiro é o nacionalismo, embora em uma vertente específica desse conceito. Isso porque o nacionalismo assumiu significados distintos ao longo da história e ainda hoje é mobilizado por diferentes grupos no espectro político, não havendo uma definição única ou consensual para o termo. Dessa forma:

O nacionalismo que serviu de inspiração para os anticomunistas tem sua origem remota em modelos conservadores elaborados no século XIX, principalmente associados ao romantismo alemão. Tal vertente do nacionalismo, que também foi influenciada pelo corporativismo, encontrava seu fundamento central na visão da nação como conjunto orgânico, unidade superior a qualquer conflito social. Esse nacionalismo de viés conservador enfatizava a defesa da ordem, da tradição, da integração e da centralização contras forças centrífugas da desordem (Motta, 2020, p. 54-55).

Definição posta, é desse tipo de anticomunismo que deriva outra característica repudiada pelo movimento: o internacionalismo. Em suas origens, o conceito de nacionalismo era compreendido como um fenômeno próprio da classe burguesa e como algo que seria superado e abolido por meio da revolução, uma vez que os trabalhadores não possuiriam uma pátria, lutando contra todas elas. Dessa forma, a solidariedade internacional das classes subalternas era interpretada como uma traição ao próprio país.

Após a Revolução Russa de 1917 e o estabelecimento da União Soviética, o conceito de internacionalismo foi ressignificado, passando a significar a defesa da única pátria socialista frente a todas as nações capitalistas, até a concretização da revolução em escala mundial. Tal concepção era igualmente percebida como a traição do próprio país em favor dos interesses de outra nação. Em ambos os casos, o internacionalismo constituía mais um elemento para a reafirmação desse matiz anticomunista.

Para os nacionalistas, o discurso internacionalista dos comunistas e sua vinculação ao estado soviético eram inaceitáveis. A defesa da nação da unidade nacional deveria estar acima de quaisquer considerações, fossem elas de natureza social, econômica ou política, e os valores nacionais não poderiam jamais ser suplantados por uma ordem internacional (Motta, 2020, p. 56).

Em resumo, sob a ótica do nacionalismo, os comunistas são execrados por dois motivos principais. O primeiro é o fato de serem considerados elementos anômalos à ordem e ao conjunto orgânico da sociedade, uma vez que seu projeto político enfatizaria a divisão do corpo nacional, sobretudo por meio do discurso da luta de classes e da destruição do Estado como fim último. O segundo motivo reside na primazia do internacionalismo sobre a defesa nacional, e, mais ainda, na defesa de outra nação — no caso, a União Soviética nas primeiras décadas do século XX e, posteriormente, outras nações socialistas — em detrimento do próprio país, o que levava à percepção dos comunistas como traidores e agentes subordinados a interesses estrangeiros.

Desse modo, para o nacionalismo, eles teriam como objetivo trair e destruir a pátria. A partir dessa análise, Rodrigo Patto Sá Motta apresenta uma terceira característica do nacionalismo anticomunista: a concepção de que os comunistas constituiriam um elemento exótico à realidade nacional, não se encaixando na sociedade brasileira.

Acusa-se a doutrina e os militantes comunistas de serem elementos estrangeiros, estranhos ao Brasil. As ideias defendidas pelos membros do PCB seriam formações provenientes de países estrangeiros, proposições que nenhuma relação teria com a realidade nacional. O caráter, a alma, o sentimento brasileiro não teriam como ser compatibilizados com o ideal bolchevista, elaborado em terras muito distantes da nossa pátria (Motta, 2020, p. 57).

Diante desses fatores, o matiz do nacionalismo tornou-se a forma mais conveniente e amplamente utilizada de engajamento contra o comunismo no Brasil, facilitando a formação de frentes anticomunistas e conseguindo unir diversos grupos políticos sob uma mesma bandeira.

Por fim, o último matiz fundamental do anticomunismo brasileiro é o liberalismo, que se divide em duas vertentes principais: a econômica e a política. Em relação à primeira, o discurso concentra-se na defesa do modelo capitalista, com críticas ao intervencionismo estatal característico do modelo socialista, bem como na defesa da propriedade privada como um direito individual e inalienável, inserido no campo das liberdades fundamentais.

No que diz respeito à segunda vertente, Rodrigo Patto Sá Motta (2020) aponta o fundamento ideológico e institucional da democracia liberal, originado entre os séculos XIX e XX, que resultou na fusão do discurso em defesa da liberdade — elemento central do

liberalismo clássico — com a expansão dos direitos para todos os segmentos sociais, por meio das teorias democráticas. Esse processo apresentou um modelo político em contraposição ao modelo comunista. No entanto, o discurso dessa vertente não se reproduziu integralmente no Brasil, ao menos ao longo do século XX.

No caso brasileiro, o anticomunismo liberal e liberal-democrático não primou pela pujança, nem pela coerência. Predominou uma retórica liberal pouco preocupada com as práticas democráticas, mais afinada com a afirmação de liberdade no sentido negativo que positivo; em outras palavras, enfatizava-se a luta contra o intervencionismo estatal e relegava-se em segundo plano a questão da participação política. Na maior parte das vezes, a crítica liberal ao comunismo se restringia a formulações simplórias e reproduzia chavões convencionais sobre a ditadura soviética (Motta, 2020, p. 64).

Desse modo, o liberalismo político anticomunista, mobilizado ao longo da história brasileira, resumiu-se à defesa das liberdades em um sentido genérico. A democracia era entendida, segundo o senso comum, apenas como um elemento distintivo em relação ao regime soviético, ao passo que se excluía qualquer debate mais aprofundado sobre direitos e participação política. Assim, muitos grupos e organizações anticomunistas autodenominavam-se “democratas” unicamente como forma de contraposição. Como bem sintetiza o autor: “No fundo, democrata significava simplesmente o oposto de comunista, quer dizer, anticomunista, o que era uma licenciosidade conceitual muito conveniente, pois permitia usar o simpático adjetivo para designar grupos que nada tinham de democráticos” (Motta, 2020, p. 66-67).

Outro elemento que também explica a ênfase no discurso democrático anticomunista encontra-se na política internacional. As disputas entre o Bloco Socialista e os Estados Unidos e a Europa Ocidental, durante o período da Guerra Fria, levaram os anticomunistas a convergir com os valores propagados por esses países, incorporando o liberalismo em seus discursos.

Estabelecidos os três principais matizes — catolicismo, liberalismo e nacionalismo —, é necessário ressaltar que eles não atuavam de forma isolada. Na maioria dos casos, tais vertentes mesclavam-se e combinavam-se estrategicamente entre si:

Se as diferentes posições anticomunistas não eram exclusividade de grupos sociais exclusivos, também não havia uma separação rígida distinguindo-as. Em outras palavras, no desenrolar das campanhas e atividades anticomunistas, os argumentos dos três matizes apareciam frequentemente

combinados ou mesclados. Até mesmo por uma questão de estratégia isso ocorria pois quanto mais diversas fossem as razões apresentadas para repudiar o comunismo, tanto maior o potencial de atrair pessoas para a causa. [...] Entretanto, a constatação de que as diversas fontes do anticomunismo podiam se combinar não altera a realidade de que as especificidades, e, às vezes até mesmo divergências, continuavam existindo (Motta, 2020, p. 71).

É a partir desta relação dialética que determinados grupos melhor representam certas facetas – como os clérigos, os empresários e os militares, respectivamente. Ou seja, o nacionalismo anticomunista foi um elemento receptivo para a caserna, especialmente para uma parcela desta, na formação de uma Direita Militar. Como bem observa o autor, reafirmando o referencial metodológico, não se trata de uma generalização, pois houve um setor ponderável de uma Esquerda Militar no Brasil (2020). Uma explicação para essa aceitação seriam as características intrínsecas da própria instituição castrense.

Nos meios militares, havia uma tendência natural a respeitar o status quo e refutar os projetos revolucionários, fruto de seu papel constitucional de garantidores da ordem. Eles eram preparados para defender as instituições constituídas contra tentativas de ruptura revolucionária, e daí era natural que encarassem o comunismo como ameaça. Na qualidade de defensores da ordem também considerava seu papel preservar a integridade nacional, e nesse sentido, a proposta comunista soava ofensiva por estimular o antagonismo entre os grupos sociais (Motta, 2020. p. 63).

Por essa linha de análise, os militares têm como principal função a manutenção da coesão social e do status quo, visando garantir a integridade da nação contra movimentos revolucionários, incluindo o comunismo. Assim, o anticomunismo seria um elemento que dialoga diretamente com o meio castrense. No entanto, isso explicaria apenas parcialmente o fenômeno. De fato, os militares realizam a defesa do status quo de seus países. Porém, no caso brasileiro, isso fica evidente: em diversos momentos, frações e grupos da caserna lutaram contra a ordem vigente, seja por um viés de mudança, seja para impedir qualquer tipo de alteração. Sem contar a Proclamação da República, quando os militares derrubaram a monarquia. Ou seja, a manutenção do status quo, por si só, não explica unicamente a adesão dos meios castrenses ao anticomunismo.

Seria necessário considerar outro aspecto. Segundo Rodrigo Patto Sá Motta: “[...] os militares tinham um profundo respeito pela noção de hierarquia e um forte ‘espírito de corpo’,

o que os levava a temer as consequências de uma revolução para a estrutura das Forças Armadas” (Motta, 2020, p. 63).

Ou seja, a quebra da hierarquia, enquanto unidade de corpo dos militares, seria o aspecto principal para a aceitação do anticomunismo na caserna. Esse fenômeno foi exemplificado durante a Primeira Grande Onda Anticomunista (1935-1937), ocasionada pelo Levante de 1935, e repetiu-se na Segunda Grande Onda Anticomunista (1961-1964). Segundo Motta (2020), durante o governo João Goulart, foram criadas dezenas de organizações e entidades anticomunistas, a maioria efêmeras, mas que contribuíram para a radicalização política de setores da sociedade, preparando o terreno para o golpe civil-militar de 1964.

Quanto aos matizes do anticomunismo, houve algumas diferenças em relação à década de 1930. O nacionalismo manteve sua força, inclusive incorporando um novo elemento ao seu discurso: o Levante de 1935 e a memória dos mortos pelos comunistas tornaram-se uma tradição entre a Direita Militar, que passou a ser instrumentalizada por esses mesmos eventos:

O tema permaneceu central no discurso anticomunista, fornecendo amplo repertório de imagens negativas a serem utilizadas contra a esquerda. Após a ascensão de Goulart, a cerimônia do culto aos mortos de 1935 recuperou sua antiga força simbólica. Nas três edições da solenidade de “27 de novembro” transcorridas durante o seu mandato, em 1961, 1962 e 1963, ocorreram manifestações e protestos. Entretanto, a exploração propagandística do tema não se restringiu à data oficial das comemorações (Motta, 2020, p. 268).

Por sua vez, o matiz do catolicismo manteve sua relevância, com os setores conservadores participando ativamente das articulações políticas do golpe, embora tenham perdido parte de seu espaço na imagética anticomunista. Nesse contexto, o matiz do liberalismo ganhou maior destaque tanto na representação quanto nos discursos da Segunda Onda, com os anticomunistas se apresentando como os verdadeiros defensores da democracia.

A oposição entre “comunismo” e “democracia” foi outro elemento marcante do conjunto das representações do período. Inúmeros grupos direitistas denominaram-se democratas e se declararam defensores da democracia, bem como propuseram reformas democráticas em lugar das reformas “comunistas” atribuídas ao governo Goulart. [...] a expressão possuía a vantagem de oferecer apelo mais amplo e até certo ponto neutro, efeito que não seria alcançado se os inimigos do comunismo fossem identificados como “católicos”, por exemplo. Em grande medida, “democracia” não passava de um rótulo vazio de conteúdo, ou melhor, era apenas um designativo para

demarcar o campo anticomunista. No discurso e na concepção dos setores conservadores a palavra tinha um sentido mais genérico, significando simplesmente o contrário de comunista. [...] alguns setores consideravam “democracia” mero sinônimo de regime da livre-iniciativa. O conteúdo político da expressão ficava para segundo plano, a partir do suposto de uma sociedade democrática deve se basear, necessariamente, na liberdade econômica e na primazia da propriedade privada (Motta, 2020, p.271-272).

Neste cenário, a incorporação do discurso democrático, sob um viés neutro, tornou-se o elemento central do discurso político. Usada em um sentido genérico, a democracia adquiria um apelo político mais amplo, favorecendo a adesão de diversos setores políticos à conspiração. Isso contribuiu também para a contraposição entre “comunismo x democracia” no contexto da Guerra Fria. Como será analisado adiante, esse elemento não se restringia ao período pré-golpe, com frações do bloco no poder moldando um discurso segundo o qual a institucionalidade autoritária poderia ser apresentada como uma forma de democracia.

Dessa forma, o foco das ações políticas dos anticomunistas voltava-se inicialmente para os meios legais, como nas eleições gerais de 1962. Os resultados do pleito, mesmo com as vitórias da direita, evidenciaram o avanço das esquerdas, e a opção pela derrubada do governo ganhou espaço.

Em relação à direita militar, houve participação ativa na conspiração golpista. Liderados por expoentes da “primeira linha dura” das articulações, o discurso habitual do matriz do nacionalismo anticomunista — centrado na infiltração comunista na sociedade brasileira — associou-se à perspectiva do liberalismo, pautada na defesa da democracia e no combate a elementos desestabilizadores. Essa linha de ação política manteve-se até 1963, quando os militares golpistas intensificaram seus discursos.

A Revolta dos Sargentos⁵, um movimento político que buscava reivindicações legítimas, foi propagandeada pela direita militar como um exemplo concreto de infiltração comunista e de quebra da ordem e da hierarquia nas Forças Armadas. A tentativa frustrada de

⁵Nas eleições gerais de 1962, vários sargentos se lançaram candidatos por partidos de esquerda, com alguns deles se elegendo. Porém, o movimento esbarrou nas ambiguidades da Constituição de 1946 a respeito do direito dos praças em disputar eleições - o que era uma tremenda contradição, pois como discutido até aqui, não houve nenhuma vedação tanto para os oficiais como para o generalato em concorrer à cargos políticos. O imbróglio se arrastou até 11 de setembro de 1963, quando o STF confirmou a inelegibilidade dos praças para os órgãos do Legislativo. Face ao julgamento, iniciou-se uma rebelião formada por suboficiais, sargentos e cabos majoritariamente da Marinha e da Aeronáutica, a revolta ficou restrita à Brasília. Os rebeldes capturaram diversos prédios públicos, inclusive a Rádio Nacional de Brasília. As comunicações telefônicas foram cortadas, e movimentações militares ocorriam em toda capital. Ao final, os rebeldes se entregaram, sendo presos e terminando a revolta (Bandeira, 2010).

decretação do Estado de Sítio por João Goulart foi apresentada como uma ameaça à ordem democrática e ao fortalecimento da instituição militar. Isso continuou em 1964. O Comício da Central do Brasil e a Revolta dos Marinheiros⁶ eram a prova de que uma revolução comunista estava prestes a acontecer. Na caserna, esses discursos fizeram efeito, com parte da oficialidade afastando-se do governo Goulart e, em alguns casos, aderindo ao movimento golpista.

Jogando junto com a Direita Militar, aumentaram gradativamente os discursos das “vivandeiras” de quartéis, que clamavam para que as Forças Armadas intervissem no cenário político. O estopim para os golpistas foi o Discurso no Automóvel Clube, em 30 de março de 1964. Com isso, na madrugada de 31 de março de 1964, iniciou-se, antecipadamente, o Golpe Civil-Militar, a partir do núcleo de Minas Gerais. Com lideranças do governador Magalhães Pinto e do general Odílio Denys, as tropas comandadas pelo general Olympio Mourão Filho marcharam em direção ao Rio de Janeiro, enquanto as tropas do general Carlos Luiz Guedes se dirigiam a Brasília. Ao final, a antecipação mineira foi bem-sucedida, e os golpistas saíram vitoriosos.

Com o AI-1 e os expurgos e cassações contra a esquerda, e com a consolidação da vitória da Direita Militar, poder-se-ia considerar que a Segunda Grande Onda havia se encerrado nesse ponto. A realidade, contudo, foi outra: durante o governo Costa e Silva, os movimentos de esquerda retornaram ao palco político, o que também reavivou o discurso anticomunista, agora mais duro.

No final de 1967, o discurso anticomunista da mídia, da elite política e dos líderes militares endurecem. Paralelamente, o ensino da “guerra revolucionária” nas escolas militares dá uma guinada: além da formação teórica, que se alastra pela alta hierarquia desde os anos de 1950, organiza-se a instrução prática. [...] O acirramento do clima anticomunista na esfera do mundo militar é igualmente perceptível nas “conferências” organizadas na Aman, que se multiplicam a partir de maio de 1968 e tem como tema exclusivo, durante um ano, “a democracia” a ser protegida contra “o

⁶Durante a comemoração do aniversário de sua Associação, com aproximadamente dois mil marinheiros e fuzileiros navais, o clima esquentou, com discursos exaltados em relação a reivindicações extremamente justas tais como direito ao voto, direito à livre manifestação, melhores salários e direito a casar. No contexto, porém, essas reivindicações foram interpretadas como uma afronta à ordem e à hierarquia, o que levou o ministério da Marinha a ordenar um destacamento de fuzileiros navais para invadir o local, com parte deles aderindo ao movimento. Diante de tal situação, João Goulart foi pessoalmente resolver o problema. Ao ordenar que não fossem atacados, o ministro da Marinha, almirante Silvio Mota renuncia, e é nomeado o almirante reformado Paulo Mário Cunha Rodrigues. Após negociações, foi acordado com os marinheiros de que não haveria nenhuma punição e as reivindicações seriam atendidas, sendo anistiados pelo ministro logo em seguida (Bandeira, 2010).

marxismo” e “o comunismo”, comprometidos com sua empreitada de “dominação do mundo” (Chirio, 2012, p. 119).

Além da mudança na ação, também ocorre uma alteração no discurso anticomunista por parte da caserna:

O anticomunismo militar não apenas é reavivado pelos distúrbios políticos e a efervescência cultural de 1968: ele muda de tom. Enquanto os temas da destruição da família, da derrubada da moral e dos estragos provocados pelo materialismo ateu não eram até 1968 centrais nas declarações públicas de militares, eles se tornam nesse momento as provas obsessivas do progresso da subversão (Chirio, 2012, p. 121).

O discurso do "perigo vermelho" justificava a retórica da repressão como necessária para o seu combate. Com isso, ocorre o aumento da propaganda anticomunista.

O ressurgimento de um anticomunismo militar paranoico, obcecado com a infiltração e a contaminação subversivas, é acompanhado de um renascimento da violência política de direita, cujos alvos privilegiados são justamente os teatros, as editoras, os centros universitários e os órgãos de imprensa.[...] Ao passo que a manifestação pública, no ceio das Forças Armadas, torna-se privilégio dos generais, renasce um modo de ação não apenas contrário aos regulamentos disciplinares, mas clandestino, criminoso, mal conhecido do governo e pouco inserido na cadeia de comando. [...] Seus atentados e atos de violência atestam uma ambição de pressionar o poder, e não mais integrá-lo (Chirio, 2012, p. 122).

Logo, pode-se afirmar que, com a vitória do Golpe Civil-Militar, o discurso anticomunista passou por transformações, à medida que os “Duros” conquistaram espaço político, e o próprio discurso se adequou a esse grupo. Assim, é possível considerar que frações da direita militar se radicalizaram. Com o discurso consolidado e o regime estabilizado, essa fração continuou a realizar suas ações políticas.

2.3 Definindo o conceito de Ação Política

Com o referencial metodológico definido e o objeto Direita Militar delimitado, pode-se iniciar a análise do conceito teórico central desta tese: a Ação Política. Trata-se de um termo comum às diversas matizes analíticas e recorrente ao longo desta investigação. Sua

definição é apresentada no diálogo de Hector Saint-Pierre, que caracteriza a ação política como:

[...] tomada ou conservação, em relação ao poder, ou como positiva ou negativa, em relação à administração político – parlamentar, achamos que, do ponto de vista das relações de força, a política pode ser caracterizada pela sua posição de equilíbrio do sistema de força. Nesse sentido, a ação política pode ser orientada na procura da estabilidade das relações de forças, para os que querem manter o status quo garantindo por esse equilíbrio, ou a instabilidade, para os que desejam mudá-lo (Saint-Pierre, 2000, p. 62).

Continua o autor:

Como que orientado por uma certa “inércia” estabilizadora, todo sistema tende à sua conservação: o sistema procura “naturalmente” a estabilidade. Toda irrupção nessa estabilidade só pode ser temporária porque o sistema, comportando-se como um giroscópio, não se mantém no desequilíbrio. A ação política, como desestabilizadora, funciona como um “ruído” no sistema de relações de força, como uma “perturbação” que, enquanto tal, será transitória: o sistema não pode permanecer eternamente perturbado. O que se procura com o “ruído” é uma perturbação no equilíbrio das relações de força para que, no seu retorno à estabilidade, se estabeleça um novo ponto de equilíbrio de forças diferentes do inicial, isto é, para que o retorno ao equilíbrio resulte num estado de coisas novo em relação às condições iniciais. Por sua vez, a ação política orientada pela estabilidade não tem como objetivo o retorno à estabilidade, mas evitar a instabilidade, impedir que o sistema perca seu ponto de equilíbrio. O retorno à estabilidade é uma condição intrínseca ao próprio sistema. A política da estabilidade, na medida em que atua sobre o sistema, procurará eliminar os focos que possam alterar o seu equilíbrio, isto é, sua ação objetivará impedir e, em última instância, contrarrestar a ação da política desestabilizadora (Saint-Pierre, 2000, p. 62-63).

Logo, toda ação que visa mudar ou conservar o poder é uma ação política. No entanto, isso não significa que uma mudança na ordem vigente seja necessariamente ofensiva, nem que sua manutenção seja defensiva

Pode-se concluir que as estratégias⁷, bem como as táticas⁸ da ação política são maleáveis de acordo com a situação que se enfrenta. Mesmo que o conceito seja utilizado pelo

⁷Partindo da definição presente no *Dicionário de Segurança e Defesa*, estratégia é entendida como a “determinação das atitudes e do planejamento total das operações, tratando das decisões relacionadas à aplicação dos meios necessários e adequados para alcançar os fins estabelecidos no nível da decisão política” (2018, p. 371).

⁸Partindo da definição presente no *Dicionário de Segurança e Defesa*, *Tática* tem como objetivo “[...] determinar a melhor forma de emprego das forças em pequena escala para alcançar metas de valor imediato” (2018, p. 991).

autor sob a ótica da guerra, da revolução e da contrarrevolução (2000), é possível aplicá-lo a outros contextos políticos, pois se encaixa adequadamente em diversas análises. Central em nossa reflexão, por exemplo, é a questão de saber se a *ação política* é sempre voltada para a conservação ou para a mudança. Uma intervenção militar, no caso específico, seria, em geral, a primeira, pois, na maioria dos casos, visa à manutenção das relações de força do sistema por meio de uma estratégia ofensiva. Contudo, sob uma perspectiva dialética, ela pode ser tanto de conservação quanto de mudança, configurando uma “perturbação” da ordem existente, que está em transformação para causar sua desestabilização e, com isso, restabelecer as relações anteriores.

Assim, a definição de *ação política* compreende toda tomada ou manutenção do poder. Ela pode ocorrer com o objetivo de desestabilizar a ordem política vigente — ação, nesse caso, temporária, uma vez que todo sistema necessita de equilíbrio, visando alterar as relações de força para estabelecer uma nova ordem — ou com o objetivo de manter a estabilidade existente, eliminando os elementos desestabilizadores. O fato de as estratégias ou táticas serem ofensivas ou defensivas não está relacionado ao objetivo final que se pretende atingir, mas sim às circunstâncias da realidade em que se atua, melhor se adaptando à conjuntura política.

Definido o conceito em linhas gerais, pode-se considerar que cada ator político possui suas próprias especificidades, e os militares não são exceção. Dessa forma, quais seriam os elementos específicos de uma ação política castrense?

Para responder a essa questão, o artigo “Formas não-golpistas de presença militar no Estado”, de Hector Saint-Pierre (2001-2002), complementa a discussão anterior ao adicionar elementos tipológicos que aprofundam o conceito. Ao analisar diferentes formas de participação da caserna, o artigo apresenta três pontos fundamentais, dois dos quais dialogam e se relacionam com o referencial teórico. O primeiro ponto de interesse refere-se às formas de participação dos militares. Saint-Pierre identifica três vieses dessa ação política, que seriam:

Institucional: quando a participação se realiza em nome ou em representação da instituição, isto é, como Forças Armadas, por atribuição constitucional (como no caso do Brasil, quando ainda permaneciam três ministérios militares correspondentes a cada Força), por comando ou por solicitação política (caso da ECO 92, no Rio de Janeiro, durante a visita dos presidentes

dos diferentes países, no Brasil; do combate ao narcotráfico, na Colômbia; em auxílio à população em caso de desastres naturais, como nos casos de terremoto em El Salvador e no México etc.) ou contra a Constituição em caso de golpe de Estado, de negociação, de tutela ou de controle das Forças Armadas sobre o livre e pleno exercício civil de governo.

Corporativa: quando, por meio de lobbies, ou em nome de representação política ou sindical, sejam essas militares ou não, o setor castrense pressiona os políticos ou a imprensa, sozinhos ou em conjunto com setores da indústria bélica, militar ou civil e periférica ou outros grupos de interesses. Essa atividade política, em alguns casos legítima e legal, em outros de duvidosa legitimidade ou no limite do legal, e, finalmente, outras vezes legalmente comprometida pela corrupção e, portanto, fora da ordem legal, é realizada na forma de pressão de lobbies sobre os congressistas para promulgar ou alterar leis em defesa dos seus específicos interesses corporativos.

Pessoal: quando militares, comissionados ou reformados, exercem um papel constitucionalmente reservado aos civis, seja por mandato atribuído pelo poder político (quando, por exemplo, um militar da ativa ou da reserva é nomeado para a pasta de um ministério ou secretaria da área militar ou não), seja por ascensão ao poder pelo voto, seja ao Legislativo, como deputados estaduais ou federais ou senadores, seja ao máximo Executivo (como na Venezuela, com o coronel Hugo Chávez, ou na Bolívia, como general Banzer) (Saint-Pierre, 2001-2002, p. 123).

Assim sendo, a participação castrense pode ocorrer sob três vieses. No viés institucional, trata-se da ação política exercida pelas Forças Armadas enquanto instituição; no viés corporativo, conforme a descrição apresentada, ela se manifesta majoritariamente por meio de grupos de pressão — tema a ser discutido posteriormente; e no viés pessoal, quando militares assumem o papel de políticos propriamente dito. É importante ressaltar que esses tipos não são estáticos, pois Saint-Pierre (2001-2002) indica que, na realidade empírica, não há casos que se restrinjam a uma única forma. Dessa maneira, uma participação sob o viés corporativo também pode se direcionar para o viés pessoal; ou seja, um grupo de militares que atua por meio de lobby ou pressão política pode recomendar votos em representantes indicados ou próprios, atuando em duas esferas simultaneamente. De forma similar, uma participação sob o viés pessoal pode representar interesses vinculados tanto ao viés corporativo, enquanto classe social ou grupo político, quanto ao viés institucional, refletindo os interesses das Forças Armadas como instituição.

Por sua vez, o segundo ponto de interesse é a participação militar posta em prática, seja ela regular ou desviante. Segundo Saint-Pierre, o primeiro tipo consiste basicamente na ação política dentro dos parâmetros constitucionalmente estabelecidos, subordinada ao controle civil e ao poder político vigente. Essa definição não é absoluta, uma vez que cada

país estabelece de maneira própria a forma de emprego de suas Forças Armadas; o que se aplica a uma Constituição não necessariamente se aplica a outra. Nesta linha de análise, o artigo apresenta cinco tipos “desviantes” de participação militar. O primeiro deles é denominado Concedido, definido pelo autor como:

[...] quando o próprio poder político convoca as Forças Armadas ou algum militar a desempenhar um papel não previsto constitucionalmente, como quando são empregadas para dissolver uma greve ou para desenvolver uma campanha de vacinação; quando são chamadas a auxiliar outras esferas do Estado em missões não especificamente militares, como apagar um incêndio ou socorrer a população num terremoto ou enchente; quando forem empregadas em algum dispositivo de auxílio a um operativo das polícias, seja esse auxílio logístico, de cerco, de inteligência seja de treinamento; para proteger o patrimônio privado ou para operativos de segurança pública etc. (sempre e quando essas missões não estejam em contradição com as disposições constitucionais sobre a função das Forças Armadas) (Saint-Pierre, 2001-2002, p. 125).

Assim, a participação Concedida ocorre quando o próprio poder político convoca os militares para realizarem ações que não estão previstas em suas atribuições constitucionais. Esse aspecto é relativo, pois, como já mencionado, as disposições constitucionais sobre a caserna variam de país para país. No entanto, percebe-se que, nesse tipo desviante, ainda existe controle civil sobre as Forças Armadas, de modo que sua ação política permanece subordinada ao poder civil — algo que não ocorre no segundo tipo, o Consentido, definido como:

[...] quando o poder civil, por interesse, desídia, omissão ou para evitar um eventual atrito de governabilidade, não exerce o controle sobre as Forças Armadas ou não reclama para si, concede ou permite que estas exerçam uma função eminentemente civil (ou não) que elas, de forma autônoma, tomaram como própria. Por exemplo, as aprovações do orçamento para a área militar sem a necessária análise por parte do Congresso; a realização autônoma de convênios com indústrias de material bélico privadas para produção conjunta, sem controle civil; a manutenção de cláusulas de reserva, sigilo ou segredo sobre projetos de pesquisa e desenvolvimento de novos produtos e armas; compras de produtos militares ou não (armas, fardas, instrumentos, alimentos, remédios, computadores, instalações etc.) sem licitações públicas, sob a alegação de segurança nacional etc. (Saint-Pierre, 2001-2002, p. 125).

À primeira vista, o tipo Consentido pode parecer similar ao Concedido. Entretanto, a diferença reside no fato de que, nesse tipo, a ação política dos militares ocorre de maneira

autônoma. Seja por desinteresse, omissão ou medo de atrito com a caserna, o poder político permite que eles atuem em funções e missões pertencentes à esfera civil. Dessa forma, manifesta-se o controle e a subordinação característicos do tipo Concedido. Em relação ao terceiro tipo, o Resistido, este é:

[...] quando as forças políticas intentam remover alguma prerrogativa militar, como impunidade jurídica pelos atos cometidos durante as ditaduras militares, ou reclamam sem êxito ou tentam impedir o exercício de alguma função extra constitucional por parte das Forças Armadas. Ante essa pretensão das forças políticas, a resistência militar pode se manifestar por meio de discursos públicos dos chefes das forças ou em entrevistas aos meios de comunicação, ou por publicações dos "clubes" militares, por comentários de militares reformados ou mesmo pela pressão de lobbies sobre os parlamentares. Em última análise, trata-se sempre de um jogo de pressões mais ou menos suportáveis para a governabilidade mantido aquém da imposição (Saint-Pierre, 2001-2002, p. 125).

Com isso, a participação resistida se caracteriza pela tentativa do poder político de exercer controle civil sobre os militares ou de alterar alguma prerrogativa extraconstitucional. Nessa tentativa, entretanto, encontra resistência por parte da caserna, que se recusa a aceitar a mudança e realiza uma ação política defensiva, visando garantir a prerrogativa já adquirida. Por sua vez, o quarto tipo é a imposta, que, segundo o autor, é:

[...] quando, sem alterar os preceitos constitucionais nem as estruturas de representação política do governo civil, as Forças Armadas colocam-se acima do soberano político e do corpo orgânico da nação e, com a única legitimidade que outorga o monopólio da força, impõem, ante a ameaça do seu uso, sua decisão de tomar para si uma função contra, ou sem levar em conta, a vontade e a posição do poder civil ou mesmo anulando-o ou eliminando-o. Em princípio, não se ab-roga o monopólio da decisão (não pleiteia o governo), mas impõe limites ou características às decisões pela ameaça do uso da força, desfigurando o exercício pleno da soberania por parte do poder civil (Saint-Pierre, 2001-2002, p. 126).

Dessa forma, o tipo Imposto é considerado quando os militares realizam suas ações políticas sobre o poder político vigente, fazendo valer seus interesses e seu projeto político, influenciando o poder civil, porém sem assumir diretamente o governo.

Por fim, o quinto tipo, Irruptivo, caracteriza-se pela ruptura política simples e direta, em que a ação política dos militares se manifesta na tomada do poder por meio da força e da quebra da ordem institucional, normalmente via golpe de Estado. Nesse caso, assumem

diretamente o governo para implementar seu projeto político. Segundo o autor, a definição para este último tipo é:

[...] as Forças Armadas quebram a cadeia de comando e se manifestam contra o poder politicamente constituído sozinhas ou acompanhando algum setor da sociedade. O objetivo é mostrar que o monopólio da violência foi rompido, que a posição de apoio ao governo nas Forças Armadas não é monolítica, que essa nova violência contestatória conta com o apoio popular de parte da sociedade de onde retira sua legitimidade. Trata-se de um claro exercício de força que, embora não dispute o governo, coloca-se como alternativa instrumental para que uma parte da sociedade possa discutir, disputar e exigir mudanças substanciais na política nacional, ou solicitar a renúncia e até mesmo substituir o mandatário nacional. Diferentemente da forma imposta, esta procura desestabilizar o governo para alterar o rumo nacional, para o qual não pode agir em nome de interesses corporativos, mas nacionais. A diferença sutil com relação ao golpe de Estado é o seu caráter instrumental e subordinado a um setor organizado e mobilizado da sociedade (Saint-Pierre, 2001-2002, p. 126).

Diante disso, as duas discussões podem parecer contraditórias, mas dialogam entre si e se complementam. Considera-se a Ação Política como a tomada ou a conservação do poder, por meio da mudança ou da manutenção das relações de força e do sistema em si. Isso fica evidente em uma guerra, seja ela revolucionária ou contrarrevolucionária. No entanto, mudança e conservação não se restringem ao mundo bélico, pois quaisquer disputas políticas têm como objetivo final ou a mudança, ou a conservação. No primeiro caso, ao se consolidar, a mudança passa a defender a preservação do poder.

Dessa forma, podemos definir a Ação Política como toda ação voltada à conservação ou à mudança do poder, visando à estabilidade da ordem vigente ou à desestabilização momentânea, conduzindo à criação de uma nova ordem e, conseqüentemente, ao estabelecimento de uma nova estabilidade. A estratégia adotada pode ser tanto defensiva quanto agressiva, dependendo da conjuntura em que é realizada. A partir desse conceito, é evidente que todos os grupos sociais podem realizá-la, incluindo os militares. Entretanto, como lembra Saint-Pierre, a participação militar na política possui especificidades. Assim, ela pode se manifestar em um ou mais dos seguintes vieses: Institucional, participação em nome das Forças Armadas ou representando-as enquanto instituição; Cooperativo, participação por meio de grupos militares, através de pressão e lobby; e Pessoal, participação por meio da administração pública ou pela via eleitoral.

Dessa forma, a Ação Política pode envolver tanto as Forças Armadas, enquanto instituição, quanto os militares, organizados em grupos. Destacam-se cinco maneiras de como essa participação ocorre: *Concedida*, quando as esferas políticas convocam as Forças Armadas ou os militares para desempenhar funções previstas ou não pela Constituição; *Consentida*, quando as esferas políticas, bem como o poder civil, se omitem e transferem para as Forças Armadas ou os militares funções de sua responsabilidade; *Resistida*, quando as Forças Armadas ou os militares resistem ou tentam impedir a execução de funções constitucionais realizadas pelo poder civil ou político; *Imposta*, quando as Forças Armadas ou os militares se impõem sobre o poder político, sem alterar a ordem estabelecida ou a Constituição; e *Irruptiva*, quando as Forças Armadas ou os militares quebram a constitucionalidade vigente e rompem com a ordem política, com o objetivo de tomar o poder com um projeto próprio ou apoiando projetos de outros atores políticos, sempre com o apoio de setores da sociedade.

Dialogando com o referencial metodológico do modelo Instrumental-Dialético, o conceito de Ação Política configura-se como a intervenção política dos militares por meio de um projeto de poder voltado à mudança ou à conservação da ordem vigente, formada tanto pelos valores e disputas internas da caserna quanto pelos valores e disputas da sociedade civil, em uma relação dialética. Nessa relação, as informações externas são interpretadas pela ótica militar, enquanto as divergências internas se influenciam a partir das disputas da sociedade, replicando-as dentro dos quartéis. A ação política pode ocorrer por meio de um ou mais vieses — Institucional, Corporativo ou Pessoal — e sua participação pode ser normal ou desviante, segundo os preceitos constitucionais. Assim, a Ação Política pode ser realizada tanto pelas Forças Armadas enquanto instituição quanto por grupos originados de suas divisões internas, tanto da Esquerda Militar quanto, principalmente, da Direita Militar. Por meio dessa relação dialética, existem múltiplas formas de realização da Ação Política.

Definida a metodologia da tese, a linha de análise Instrumental-Dialética, o objeto de estudo — a Direita Militar — e, principalmente, o referencial teórico do conceito de Ação Política, torna-se possível discutir uma de suas formas de participação: os Grupos de Pressão, bem como sua relação com a caserna.

EXTRA IMPRESSO

letras em marcha

CULTURA & NOTICIÁRIO MILITAR

ORTE PAGO
DR/RIO
ISR-52-153/81

DEVOLUÇÃO GARANTIDA
DR
RIO
ISR-52-138/81

ANO XII BRASIL, NOVEMBRO DE 1982 Nº134

BIBLIOTECA NACIONAL
RIO DE JANEIRO
10/11/1982

MEDITANDO SOBRE AS ELEIÇÕES

No momento em que a Nação está voltada para o mais importante acontecimento democrático e se prepara para escolher seus novos governadores, senadores, deputados, prefeitos e vereadores, é necessário que algumas considerações sejam feitas.

Nesta grande festa democrática, em que cada qual tem o livre direito de escolha, muito se deve ao árduo trabalho do incansável Presidente João Figueiredo — e à sua pertinácia.

Muitos dos atuais candidatos viviam fora do País e não participaram daquele período em que se trabalhou aqui para que o Brasil não fosse entregue a interesses que não se ajustavam aos princípios de liberdade, progresso e ordem.

Hoje, de regresso ao Brasil, eles se vangloriam de terem sido banidos, presos ou ainda de terem tido seus direitos políticos cassados, como se isto fosse uma plataforma eleitoral, como se o defeito fosse virtude.

Acusam a Nação, quando, na verdade, a Nação é quem deve acusá-los de tentarem levar o País ao descaminho, à incompreensão, ao caos, à luta fratricida.

Se um candidato foi cassado é porque era desonesto e/ou político inescrupuloso.

Se um candidato chegou a ser preso, é porque, naquele momento, atentava contra a ordem e a tranquilidade da Família brasileira; porque também era desonesto e/ou comunista ativista, empenhando-se, deliberadamente, na sovietação do Brasil.

Se um candidato foi banido é porque nosso povo não podia carregar o ônus de seqüestros ou atos isolados de terrorismo; se foi banido, é porque seus comparsas, ao seqüestrarem embaixadores aqui acreditados, exigiam, para a libertação de tais diplomatas, que ele fosse banido! Foram cassados porque eram terroristas, porque foram apanhados em assaltos a bancos, matando inocentes guardas, motoristas e populares.

Todos nós brasileiros somos favoráveis à compreensão, ao perdão e à democracia. Não há, assim, melhor exemplo de perdão, de compreensão e de democracia que este momento que estamos vivendo, quando todos, até banidos, presos ou cassados, com folhas policiais altamente comprometedoras, estão de volta e podem candidatar-se livremente, mentindo e querendo provocar o caos através dos meios de comunicação de massa.

Durante os últimos anos, o Governo procurou conciliar a necessidade do progresso material do País, voltado inteiramente para o homem, com os direitos individuais de cada cidadão.

Entretanto, banhados de democracia, não devemos nem podemos embriagar-nos, perdendo a memória e a lembrança dos terríveis momentos por que passamos.

Lembremo-nos do clima de violência, das greves políticas que em nada ajudavam os trabalhadores e geravam desemprego, dos saques aos estabelecimentos comerciais, da incitação à rebelião armada, tudo fomentado por esses mesmos candidatos que hoje se apresentam como vítimas, para angariar votos.

Concitemos, portanto, os eleitores a que meditem, no supremo instante de votar, avaliando tudo de bom, de honesto, de empreendedor que tem sido feito; meditem, ainda, sobre as dificuldades surgidas para todo o mundo, e não exclusivamente para o Brasil, a partir de 1973; e, finalmente, apelamos para que alijem de suas cédulas eleitorais os que cometeram delitos e foram arautos da violência. Eximam, enfim, de suas cédulas eleitorais os que lutam em causa própria, que não pensam na coletividade, que se esquecem do Brasil.

Que o Brasil possa discernir entre perdoar e eleger.

Que o Brasil vote bem!

3 A CRIAÇÃO DO *LETRAS EM MARCHA*: GRUPOS DE PRESSÃO COMO FORMA DE AÇÃO POLÍTICA

Os Grupos de Pressão fazem parte dos estudos da Ciência Política, sendo um conceito relacionado às teorias de grupo e inserido no campo teórico do pluralismo. Esse campo, desenvolvido nos Estados Unidos no início do século XX, parte da premissa de que “[...] o poder, distribuído de forma difusa e desigual na sociedade, é alvo da competição dos vários grupos existentes, os quais, por sua vez, tentam influir sobre o governo e os demais grupos a fim de defender seus interesses” (Santos, 2015, p. 4).

Ou seja, a distribuição desigual do poder na sociedade leva à formação desses grupos, que disputam entre si quem exercerá influência tanto sobre o governo quanto sobre outros grupos, em defesa de seus interesses. A definição de grupo, nesse contexto, corresponde à união de indivíduos que compartilham uma ou mais características e interesses comuns.

Logo, trata-se de grupos de interesse que, segundo David B. Truman, são:

[...] a base de um ou vários comportamentos de participação, leva adiante certas reivindicações em relação a outros grupos sociais, com o fim de instaurar, manter ou ampliar formas de comportamento que são inerentes às atitudes codivididas (Truman *apud* Costa, 1998, p. 54).

Dentro dessa linha de raciocínio, os Grupos de Pressão podem ser compreendidos como uma variação dos grupos de interesse, uma vez que possuem a política como elemento diferenciador. Ou seja, sua organização e ação são direcionadas à influência sobre o governo e os políticos por meio da pressão. O modo de sua atuação, entretanto, não é consensual entre os pesquisadores da área. Gianfranco Pasquino considera que a pressão se dá exclusivamente por meio de sanções e ameaças, ou seja, pelo constrangimento; Murillo de Aragão incluiria também a pressão baseada no convencimento, esclarecimento, informação e doutrinação; por sua vez, Jean Meynaud entende que a pressão ocorre por meio de ameaças, tentativas de persuasão, cooptação financeira, sabotagem da ação governamental e demonstrações de força, tais como manifestações e greves (Santos, 2015).

Outra forma de ação política é o *lobby*, definido como atividade de pressão realizada por intermediários ou representantes próprios (os lobistas) dos grupos de interesse, com o objetivo de influenciar os tomadores de decisão (políticos e poderes públicos). Assim, é possível definir os Grupos de Pressão como: “[...] coletividades organizadas de maneira formal que buscam defender seus interesses sensibilizando a sociedade e influenciando o

governo, por meio de persuasão, lobby, ameaças ou outras formas de constrangimento” (Santos, 2015, p. 23).

Seguindo a metodologia dos estudos militares da linha dialética, os militares — desde praças até oficiais e generais — também se organizam politicamente, visando defender seus interesses dentro das ideologias e conflitos da sociedade, à esquerda e à direita, mas com elementos e valores comuns da caserna entre os diferentes grupos. Dessa forma, os Grupos de Pressão surgem como uma forma de expressão política encontrada ao final do regime militar, permitindo a continuidade da ação política dentro do modelo democrático que estava sendo restaurado no longo e gradual processo de abertura.

Como se caracterizam, então, esses grupos de pressão militares?

De acordo com as análises de Eduardo Heleno (2009, 2015), os três principais elementos desses grupos, especialmente da direita militar, seriam: grupos formados majoritariamente por oficiais superiores e generais da reserva; interesses voltados à recuperação da projeção social, da memória e do modelo de sociedade do período do regime militar, em oposição ao “revanchismo” da Nova República, bem como à resistência ao controle político civil sobre as Forças Armadas; e a defesa da melhoria salarial e das condições de operacionalidade. Essas ações são realizadas como forma de pressão, por meio da publicação em mídias próprias (jornais e sites na internet), de manifestações em espaços públicos e de atividades nos quartéis.

Atuando em conjunto, esses três elementos são direcionados ao público-alvo que os Grupos de Pressão pretendem atingir, que, segundo Eduardo Heleno, são principalmente dois:

O primeiro é formado por indivíduos mais velhos – em geral, militares da reserva e familiares – com quem partilham o ressentimento com o tratamento dado pela sociedade. Esse ressentimento tem origem na maneira como a produção da memória sobre o regime militar foi feita tanto na transição democrática quanto na democracia estabelecida. Ciosos de reconhecimento pelo que fizeram, como forma de legitimar a vivência profundamente baseada na imagem dos militares como salvadores da Pátria, esses oficiais de reserva reagem aos discursos que apresentam qualquer tom de crítica sobre a ditadura. O segundo e mais importante nível é formado por jovens que não viveram o regime militar e em quem aqueles grupos buscam apoio para disseminar suas mensagens ao restante da sociedade. Por meio de um discurso nada equilibrado, procuram contrapor os avanços obtidos no regime e as mazelas da democracia (Santos, 2015, p. 08).

Em relação ao primeiro grupo — militares da reserva e seus familiares — isso não seria surpreendente, uma vez que eles compõem a base dos grupos castrenses. Por outro lado, em relação ao público jovem, que não vivenciou o período da ditadura, ao que tudo indica, devido ao menor conhecimento sobre o período em questão, seria mais fácil reconstruir a memória, projetar a identidade social e, conseqüentemente, restaurar aspectos do antigo modelo de sociedade.

Assim, pode-se considerar os Grupos de Pressão como uma forma de ação política voltada para a caserna, em um contexto no qual formas irruptivas e coercitivas já não eram bem vistas pela maioria da sociedade, especialmente com a redemocratização na América do Sul e a crescente impopularidade dos militares após o fim das diversas ditaduras na região. Dessa forma, para fazer valer seus interesses e projetos políticos, tornou-se necessário adotar estratégias compatíveis com o novo período em que se encontravam.

A partir da redemocratização, nos países fundadores do Mercosul formaram-se: um grupo no Paraguai, três no Uruguai, seis na Argentina e vinte e cinco no Brasil (Santos, 2015, p. 139).

Destaca-se o elevado número de Grupos de Pressão formados no Brasil, destoando de seus vizinhos. Segundo Eduardo Heleno (2009; 2015), no caso brasileiro, eles são majoritariamente da Direita Militar, grandes e pequenos, compostos por militares da reserva e civis, a maioria criada na primeira metade da década de 1990. Entre eles destacam-se: Movimento Nativista (1969/1994), Letras em Marcha (1971), Associação Brasileira de Defesa da Democracia (1985)/União Brasileira de Defesa da Democracia (1987), Ombro a Ombro (1988), Grupo Independente 31 de Março (1988), Grupo Anhanguera (1989), Grupo Guararapes (1991), Grupo Farroupilha (1992), Conselho de Mobilização Nacional (1992), Grupo Inconfidência (1992), Grupo Araucária (1992), Grupo das Bandeiras/União Nacional Democrática (1993), Grupo Bandeirantes (1993), Grupo Potiguar (1993), Grupo Cabanos (1993), Grupo Estácio de Sá (1994), Instituto Catavento (1994), Grupo Catarina (1996), Grupo Terrorismo Nunca Mais – Ternura (1998), Grupo Carta-Compromisso (1998), Grupo Quero-Quero (2001) e Grupo Atitude Nacional (2001), entre outros três de origem desconhecida⁹. Entre os diversos grupos formados, há que se destacar o Movimento Nativista

⁹ Eduardo Heleno (2009) ainda cita os grupos Marinheiros, Ad Summus e Emboabas, que aparecem em menções, assinaturas de manifestos e listas de Internet dos outros grupos, mas sem mais informações sobre quando foram fundados ou sobre seus membros.

e o *Letras em Marcha*, uma vez que ambos foram criados durante o período da Ditadura Militar.

O primeiro grupo de pressão da direita militar formado no Brasil foi criado em 1969, com o nome de Centelha Nativista. Entretanto, sua atuação não foi constante; segundo Eduardo Heleno (2009), embora estivesse ativo desde a década de 1970, o grupo só se destacou a partir de 1994, período em que passou a publicar seu próprio periódico, intitulado O Farol.

No entanto, a presente pesquisa tem como objeto específico o *Letras em Marcha*, ator político central na análise desta tese.

3.1 O Letras em Marcha

Criado em 1970, durante o governo Médici, o *Letras em Marcha* foi um dos primeiros grupos de pressão defensores da continuidade do intervencionismo militar. Durante um longo período, destacou-se como um dos principais grupos de pressão da direita militar, permanecendo ativo até o ano 2000. Fundado originalmente na cidade de São Paulo, o grupo estabeleceu sua sede na cidade do Rio de Janeiro no início do governo Figueiredo.

O grupo dispunha de um periódico próprio, característica que o diferenciava de outros grupos que surgiram posteriormente. Lançado em 15 de novembro de 1971, com o título *Letras em Marcha: cultura & noticiário militar*, o jornal era mensal — passando a bimestral a partir de março de 1990 —, adotava o formato tabloide e funcionava por meio de assinaturas, com envio regular de exemplares aos leitores. Esse elemento diferencial — a mídia própria — consolidou o grupo como um dos principais meios de ação política das frações da caserna, contando com a colaboração de militares e civis na produção e redação de seus conteúdos.

Seus fundadores foram os coronéis e irmãos Joaquim Victorino Portella Ferreira Alves e Neomil Portella Ferreira Alves. Em relação ao primeiro:

Joaquim Victorino serviu na Força Expedicionária Brasileira (FEB) em 1943 como capitão e oficial observador. Em 1959, já como coronel, seria um dos 15 oficiais do Exército que realizaram, na Escola Superior de Guerra (ESG),

no Rio de Janeiro, o Curso de Estado-Maior e Comando das Forças (CEMCFA). Joaquim Victorino foi um dos dois oficiais que entregaram pessoalmente intimações ao presidente Juscelino Kubitschek quando de seu retorno ao Brasil em outubro de 1965, para que prestasse depoimento no Inquérito Policial Militar que apurava a participação de esquerdistas no Instituto Superior de Estudos Brasileiros (Iseb). Ele também foi responsável por indiciar outro ex-presidente, Jânio Quadros, sobre o mesmo assunto. Anos mais tarde, seria conhecido informalmente como um dos “coronéis do IPM”, ligado ao que se convencionou chamar de “linha-dura”, dentro do regime militar brasileiro. Entre 1966 e 1968, Joaquim Victorino faria parte do Corpo Permanente da ESG, escola que foi, durante muito tempo, um centro irradiador da doutrina de Segurança Nacional (Santos, 2015, p.68-69).

Por sua vez, em relação ao segundo:

Neomil Portella Ferreira Alves [...] era formado em jornalismo pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ). Como militar, serviu no 1º Grupo de Artilharia de Costa em 1966, onde se tornou major, e, em 1974, chegou, como tenente-coronel, à subdireção da Biblioteca do Exército. Foi transferido para a reserva remunerada, como coronel, em 30 de dezembro de 1980 (Santos, 2015, p. 69).

A partir desses breves resumos, é perceptível que ambos os irmãos mantinham vínculos com os militares denominados “Duros”. Destaca-se, inclusive, a participação de Joaquim Victorino entre os chamados “coronéis dos IPM”, atuando no desenvolvimento desses inquéritos.

Outro elemento característico é o fato de ambos estarem ligados ao setor de Comunicação Social do Exército, o que indica que o objetivo do jornal consistia na divulgação de informações, ideias e até mesmo mensagens institucionais. Esse aspecto já se fazia presente na primeira página da edição nº 01 do periódico, intitulada “Como Somos”:

Somos um grupo de militares que passaram pelo Curso de Comunicação Social do Exército ou pelo Curso de Opinião Pública do Exército. Através do Letras em Marcha, estaremos empenhados em promover uma salutar “transferência de aprendizagem”, noutra pano de ação (Como [...], 1971, p. 01).

Inclusive, muitos desses militares eram ligados aos setores mais radicais da Ditadura. Entre eles, encontravam-se expoentes do grupo conhecido como “Duros”. Além da caserna, houve também a colaboração de civis com o jornal, entre os quais se encontravam:

[...] o ex-deputado do MDB Anísio Rocha, que lançou a candidatura de Costa e Silva em 1966; Paulo Zingg (ex-secretário municipal de Cultura em São Paulo, na administração Jânio Quadros); o advogado Américo Barbosa de Paula Chaves (esguiano); Herculano Martins Franco; Adirson de Barros (jornalista); editor Gumercindo Rocha Dorea (esguiano); o advogado Emílio Mallet Nina Ribeiro (ex-deputado federal; esguiano); o professor Francisco Pinto Cabral (da UNB, membro do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil e membro da Adesg); Henrique Alves; o vereador Wilson Leite Passos; o Senador Irapuan Costa Júnior; Fernando Nobre Filho (ex-delegado do Trabalho e ex-deputado federal de São Paulo); o advogado Américo Barbosa de Paula Chaves; e o procurador Mário Portugal Fernandes Pinheiro (Dreifuss, 1988, p. 91).

Foi constatado, nesta pesquisa, que o *Letras em Marcha* possuía ampla inserção entre os setores da direita e da extrema direita, em razão da participação e da colaboração de diversos expoentes vinculados aos segmentos mais radicais da Ditadura, incluindo seus próprios fundadores. Apesar da forte presença dessa fração da caserna, o jornal não se assumia publicamente como pertencente a esse grupo, ao menos durante o período ditatorial. Um exemplo dessa postura pode ser observado na edição comemorativa de seu oitavo aniversário. Segundo a redação:

Jornal da Revolução, como lisonjeiramente nos cognominou um ilustre Oficial-General, *Letras em Marcha* tem para si os propósitos daquele movimento saneador, anticomunista e progressista. [...] Dessa forma, *Letras em Marcha* é contra - não às liberdades democráticas, mas à forma como os beneficiados com tais franquias a utilizam, pichando muros, queimando automóveis, depredando lojas, tudo no campo menor; e exibindo peças obscenas e filmes nojentos; mentindo pela imprensa escrita, falada e televisada, no campo maior e mais perigoso. Contra isto, sim, *Letras em Marcha* é visceral e frontalmente contra, fiel a seus ideais de lutar por um país democrático, anticomunista, antifascista, antinazista, antissocialista (Nossa [...], 1979, p. 01).

O periódico tinha uma visão de mundo dos “Duros” com adaptações para encaixá-la dentro do conceito de democracia. Essa linha de pensamento também era compartilhada por seus leitores, como no exemplo de uma carta escrita para a redação do jornal, que dizia:

Seu combate às ideologias e doutrinas totalitárias comunistas apoiado humildemente, dentro de nossas possibilidades, certos de que, se preciso for, a Revolução de 1964, pelos seus ideais, se repetirá para o bem de nosso povo e nosso país. Estejamos preparados. Se preciso for, homens devem estar a postos para lutar contra nova investida totalitária comunista (Reviver [...], 1981c, p. 15).

Entretanto, isso não impediu que o grupo exercesse certo grau de influência na sociedade ditatorial. Na caserna, o periódico chegou a ser anexado ao “Noticiário do Exército”, com 70% de seus 15 mil exemplares sendo distribuídos às tropas (Santos, 2015). Entre seus assinantes e leitores, encontravam-se figuras dos meios político, militar e empresarial, bem como profissionais liberais, que colaboravam financeiramente e/ou por meio da redação de artigos para o tabloide.

Além dessa colaboração, era comum que, nas edições especiais e nas edições comemorativas de aniversário, o *Letras em Marcha* recebesse parabenizações de autoridades políticas e militares, assim como de empresários, seja em razão do conteúdo apresentado, seja pela celebração de mais um ano de existência. É nesses números que se percebe o prestígio de que o periódico desfrutava.

Como exemplo, entre vários que poderiam ser citados, destaca-se a edição nº 122, de dezembro de 1981. Nela, o jornal apresentou as diversas autoridades que parabenizaram o décimo aniversário do periódico, ocorrido no mês anterior. Segundo a redação do *Letras em Marcha* (1981k), além dos governadores Guilherme Palmeira (PDS), de Alagoas; Aníbal Barcelos, do Amapá; Aimé Alcebíades Silveira Lamaison (PDS), do Distrito Federal; Virgílio Távora (PDS), do Ceará; Frederico Carlos Soares Campos (PDS), de Mato Grosso; e Paulo Maluf (PDS), de São Paulo, também foram registradas felicitações de diversas outras autoridades, como as do:

[...] Senador José Sarney, do Senador Jarbas Passarinho, do Deputado Pedro Américo Leal (“... sucesso dentro da Família Militar, onde granjeou credibilidade e respeito”), Deputado Antônio Geraldo Guedes (“... continue jornal sua luta triunfante como mensageiro cultura nossa pátria”), Professor Amaldo Niskier (Secretário de Educação e Cultura do Rio), Dr. Gil Macieira (Presidente da Caixa Econômica Federal), Acadêmico Herberto Sales, (Presidente do Instituto Nacional do Livro (“... significativo evento”), Lourenço Lacombe (Diretor Museu Imperial de Petrópolis), Prof. Eurípedes Cardoso de Menezes (“... foram dez anos de trabalho perseverantes em prol de um patriotismo sadio, esclarecido, consequente e corajoso!”), Dr. Matheus Schneider (Vice-Presidente do Banco de Desenvolvimento do Estado do Rio de Janeiro), Dr. Dirceu Bonecker de Souza Lobo (Vice-Presidente no Exército da Presidência da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos), Cel. José Matos Santos (“... lemos com avidez as notícias e os artigos, sempre muito bem selecionados e escritos”), Delegado Fernando Schwab, Chefe de Gabinete da Secretaria de Segurança do Rio de Janeiro (“... sua publicação de alta expressão patriótica e cultural”), Cel. Carlos Aloysio Weber (Presidente

da Rede Ferroviária Federal), Dr. Fernando de Mello Freyre (Presidente da Fundação Joaquim Nabuco), Dr. Paulo Zingg (Presidente da Associação Paulista de Imprensa) e Professor Francisco Pinto Cabral ("... seguindo a mesma linha traçada no primeiro número: sinto-me vitorioso com a vitória dos amigos. Imagino o que de trabalho e dedicação tem sido necessário para preservar a pureza do ideal que os levou à criação do nosso LM") (Ministro [...], 1981, p. 05).

Outro ponto que também confirma o prestígio que o *Letras em Marcha* possuía era a quantidade de anúncios publicitários publicados no tabloide. O jornal contava tanto com propagandas de pequenos e médios comércios e de profissionais liberais quanto de grandes empresas privadas e públicas, além de instituições e órgãos governamentais. Essa relevância torna-se evidente durante o período da Ditadura, quando alguns ministérios publicavam seus balanços anuais no periódico.

Governos municipais e estaduais, todos alinhados à direita política, também divulgavam propaganda de suas gestões nas páginas do jornal. No que se refere às empresas e instituições que anunciaram no periódico, especialmente durante o período da Ditadura, observa-se a presença de um número expressivo de anunciantes. Entre eles estavam: Bradesco; Novatração; CESP – Centrais Elétricas de São Paulo S/A; Comgás; Cigarros Souza Cruz; Oxiteno Nordeste; Engesa; Nestlé; Senac; Serpro; Sesc; Siemens do Brasil S/A; VASP; Bibliex; Caloi; Camargo Corrêa; Banco do Estado do Maranhão; Banco Real; Banco Itaú; Grupo Matarazzo; Philco; Sharp; Odebrecht; Embratel; Banerj; BRDE; Banco Nacional; CPFL, entre outros.

Por fim, no que diz respeito à estrutura do *Letras em Marcha*, o jornal era composto por diversas seções voltadas, majoritariamente, às notícias castrenses do Brasil e do exterior, bem como a temas relacionados à cultura da caserna. Nessas seções, eram publicados artigos escritos por colaboradores recorrentes ou convidados, abordando variados assuntos.

No âmbito do noticiário, a seção “Giro no Horizonte” informava sobre acontecimentos castrenses ao redor do mundo, incluindo desde a aquisição de novos equipamentos até medidas políticas adotadas por governos militares estrangeiros. Já a seção “Por Trás do Portão das Armas” era dedicada às notícias relacionadas à caserna no Brasil. Direcionada à instituição militar, “Nossos Novos Oficiais-Generais” apresentava informações sobre promoções aos postos mais elevados da hierarquia, acompanhadas de uma breve biografia da carreira e, quando disponível, uma fotografia.

A seção intitulada “De Primeiro Uniforme” correspondia à parte de resenha social do jornal, noticiando desde assuntos informais e dicas de comportamento até eventos, festas e casamentos, em formato semelhante ao colunismo social. Outra seção do periódico era “Campo de Marte”, voltada às matérias relacionadas aos esportes e à caserna, em conjunto com “100 Metros Rasos”, na qual eram divulgados acontecimentos referentes aos desportos militares. Na seção “Justiça Militar”, eram respondidas questões relacionadas ao meio jurídico, com foco na caserna. Por sua vez, na seção “Não seja 305 mm”, publicavam-se breves orientações sobre boas maneiras e condutas esperadas dos militares.

No campo cultural, a seção “Origens & Tradições Castrenses” destinava-se à explicação da origem de termos ou tradições do universo militar. Havia ainda a seção “Armaria”, voltada a curiosidades relacionadas a armas brancas e de fogo, individuais e coletivas, leves e pesadas, antigas e modernas, direcionada a colecionadores e entusiastas desse tipo de atividade. A seção “Prós e Contras” discutia os pontos favoráveis e desfavoráveis de determinado tema. Já “Fora de Forma” correspondia à parte de lazer do jornal, à semelhança dos periódicos tradicionais, incluindo palavras cruzadas. Em “Estafeta 3U”, eram publicados comentários enviados pelos leitores. Outra seção intitulada “O Soldado que Eu Fui” abordava o período de alistamento militar de figuras públicas. As reportagens, além de apresentarem uma breve biografia do entrevistado, incluíam relatos sobre sua experiência na caserna, sempre em tom elogioso à rotina militar e ao serviço de alistamento.

Uma característica a ser destacada eram as edições comemorativas, nas quais todas as seções e os artigos, com exceção das notícias, eram dedicados a um único tema ou a ele relacionados, normalmente alguma figura histórica. Entre os exemplos, havia edições temáticas sobre Santos Dumont, Duque de Caxias, marechal Deodoro da Fonseca, José Bonifácio, o Correio Aéreo Nacional, Plácido de Castro e a Revolução Acreana.

Outro elemento recorrente eram os artigos sobre a Força Expedicionária Brasileira, o que explica o fato de um dos fundadores, Joaquim Victorino Portella Ferreira Alves, ter sido um febianista. Dessa forma, o *Letras em Marcha* tornou-se um espaço de memória da Força Expedicionária Brasileira.

Em meio às matérias de história militar, às notícias relacionadas ao mundo social da caserna e às curiosidades sobre o universo castrense, o *Letras em Marcha* publicava artigos dos mais diversos assuntos, por meio de seus colaboradores. Aqueles que se tornavam mais

recorrentes, com publicações frequentes no jornal, passavam a integrar o quadro de colunistas, dispondo de uma ou mais seções nas quais podiam escrever livremente. Foi com essa forma de estruturação que o periódico construiu seus discursos de defesa da Ditadura e de seu modelo de sociedade, do anticomunismo e de oposição à subversão.

Um dos principais meios de transmissão de sua posição ideológica ocorria por meio dos artigos avulsos. Contudo, não se limitava a eles, pois havia situações em que seções do jornal eram adaptadas para divulgar os discursos dos chamados “Duros”. Outra estratégia consistia na publicação de edições comemorativas sobre temas considerados relevantes para a Direita Militar, como o Golpe Civil-Militar de 1964 e o Levante Comunista de 1935.

Havia, entretanto, uma seção especificamente voltada a esse tipo de discurso: a “Subversão em Marcha”, que estreou no *Letras em Marcha*, n. 88 (1979b). O objetivo da referida coluna era atacar, por meio de breves notas, o avanço da subversão na sociedade brasileira, na política e nos aparelhos privados de hegemonia — incluindo rádio e televisão —, entendidos como instrumentos voltados à destruição da institucionalidade da ditadura. Entre os inimigos recorrentes dessa seção estavam os comunistas; o PMDB (considerado um partido repleto de comunistas infiltrados); Leonel Brizola e o PDT; Lula e o PT; programas de televisão que criticavam o regime (em sua maioria, da Rede Globo); a CNBB; Franco Montoro; e Tancredo Neves. A seção foi encerrada em janeiro de 1985, em decorrência da vitória de Tancredo Neves (MDB) no Colégio Eleitoral. Posteriormente, retornaria sob o nome “Em Guarda! Pela Defesa da Democracia”, mantendo, em linhas gerais, a mesma estrutura, embora adaptada ao contexto da Nova República.

Outra coluna, iniciada no *Letras em Marcha*, n. 84 (1978k), foi a “Virtudes Militares”. Escrita pelo coronel Pedro Schirmer até sua saída do periódico, em 1987, a coluna apresentava os principais valores que, segundo o autor, tornavam a caserna superior, em uma perspectiva marcadamente elitista.

Diante do exposto, é possível definir a estratégia adotada pelo *Letras em Marcha* em sua ação política. Por meio do periódico, eram publicados textos sobre curiosidades e temas relacionados à caserna, à história e às notícias militares. Nesse contexto, inseriam-se artigos e matérias que buscavam influenciar seus leitores a partir de valores e ideais específicos, bem como pressionar a sociedade e os espaços de poder, tanto castrenses quanto civis. Dessa forma, é possível caracterizar o grupo como um grupo de pressão. Essas ações políticas

podiam assumir caráter corporativo, como no caso do deputado estadual, coronel Pedro Américo Leal (ARENA/RS), que, por meio das páginas do jornal, iniciou uma campanha em defesa de melhores condições para os militares da reserva.

3.2 Ação Política durante os primeiros anos (1971-1976)

Conforme mencionado anteriormente, o *Letras em Marcha* foi um dos primeiros grupos de pressão criados pela Direita Militar, fundado em 1970, passando a publicar seu periódico a partir de novembro do ano seguinte. Contudo, diferentemente do “Centelha Nativista”, que foi fundado durante o governo Costa e Silva, o *Letras em Marcha* surgiu em um contexto político distinto. Ao contrário do cenário de críticas e disputas internas entre as diversas frações do bloco no poder, o governo Médici caracterizou-se por um período de unanimidade no interior da Direita Militar. Sua escolha não representou apenas a consolidação do projeto de poder dos chamados “Duros”, que, naquele período, constituíam a liderança hegemônica do regime, mas também resultou de um consenso com os “Moderados”. A escolha de Médici para a Presidência da República buscou contemplar os interesses das frações anteriormente derrotadas. Assim, o governo Médici representou um momento de unidade da Direita Militar entre seus dois principais grupos, com a cessação das disputas internas no período de 1969 a 1974.

[...] o governo Médici constitui uma etapa de consolidação do processo de institucionalização da ordem autoritária, não por qualquer formalismo politicista, mas porque esse período apresenta uma unidade. [...] Além disso, esse foi o período em que definitivamente a representação política foi subordinada à representação burocrática, graças a um processo de repressão dos aparelhos privados de hegemonia, que possuíam uma perspectiva contra hegemônica (oposição popular), e de controle vigilante sobre os aparelhos hegemônicos (oposição burguesa), domesticando o conflito político e inviabilizando o surgimento de qualquer projeto político alternativo ao Estado autoritário no interior das classes dominantes. [...] Essa acomodação foi ainda mais potencializada pelo combate do governo à esquerda armada, justificando a inviabilidade de qualquer intenção liberalizante e praticamente comprando o apoio das diversas frações das classes dominantes (Maciel, 2004, p. 70).

Além da consolidação da institucionalidade autoritária, outro fator, como menciona David Maciel, foi a repressão que contribuiu no processo de unificação do bloco no poder. Esse processo não só inviabilizou qualquer tentativa de uma liberalização do regime, mas também agradou determinadas frações da Direita Militar.

O governo Médici corresponde aos anos mais repressivos da ditadura [...]; a censura, a mais severa; e o sigilo, o mais opressivo. O ativismo de oficiais de escalão intermediário dá lugar a uma frente militar aparentemente unida e engajada na luta contra os movimentos de esquerda armada - e pacificada por uma prosperidade econômica inédita que satisfaz a opinião pública. Durante os anos de chumbo, a vida política, tanto civil quanto militar, parece em estado de suspensão (Chirio, 2012, p. 165).

Somam-se a esses elementos outros fatores, como o expressivo crescimento econômico do período, conhecido como Milagre Econômico Brasileiro, e o estabelecimento da Aliança Renovadora Nacional (ARENA) como partido de sustentação do regime, que passou a deter a maioria em ambas as Casas do Congresso Nacional, bem como nos governos estaduais e municipais. Esse conjunto de fatores evidencia a consolidação de um modelo de sociedade e de institucionalidade defendido por setores radicais da Direita Militar. Essas frações foram as vitoriosas, conseguindo impor seu projeto político.

Foi nesse ambiente de “ápice” da Ditadura Militar que o periódico *Letras em Marcha* foi lançado, em 15 de novembro de 1971. Para o grupo responsável pela publicação, o tipo de governo e o modelo de sociedade dos chamados “Duros”, com os quais se identificavam, haviam sido implantados com sucesso. Ademais, com a repressão aos subversivos, as elevadas taxas de crescimento econômico e o forte discurso nacionalista, os problemas do país estariam solucionados, não havendo uma ameaça séria à ordem vigente. Essa visão otimista transparecia nas páginas do periódico durante seus anos iniciais. Durante o governo Médici, foram publicados 28 números do *Letras em Marcha*.

Logo na primeira edição, o tabloide deixou explícitas as suas intenções:

[...] temos como principal objetivo promover e estreitar a comunhão crescente, de ideias e sentimentos, entre todas as Forças Armadas, através da atividade cultural. Este é o caminho da integração que queremos percorrer. Para nós, a cultura deixa de ter, no plano em que desejamos incrementá-la, o sentido acadêmico de erudição militar ou o aspecto ou no aspecto mais comum de somatório de conhecimentos (Como [...], 1971, p. 01).

Ou seja, o periódico adotava, como forma de ação política, a influência sobre os militares por meio da cultura castrense, a partir do somatório de conhecimentos, conforme mencionado. Inserido nesse clima de unificação da direita militar, o foco do jornal voltava-se a assuntos relacionados aos mais variados temas. Isso incluía breves parágrafos noticiando acontecimentos do meio castrense no Brasil e no exterior, bem como textos de colunismo social. Havia, ainda, espaço para abordar esportes, curiosidades, origens de tradições, história militar, perfis de comandantes, batalhas, turismo histórico, experiências do período de conscrição, entre outros temas.

Em suas páginas, o periódico podia apresentar desde um artigo sobre a abolição da escravatura (1974e) até um manifesto contrário ao futebol de salão (1973f). O aspecto central era “contribuir” com algo relacionado à cultura, independentemente do assunto tratado. Foi esse ambiente inicial do periódico que possibilitou ao senador Franco Montoro (MDB/SP) publicar o artigo intitulado “Caxias, pacificador da família brasileira” (1973h).

Uma das primeiras edições em que se manifestaram explicitamente as posições políticas do periódico em defesa do intervencionismo militar foi a *Letras em Marcha*, n. 5, de março de 1972. Nessa edição, ao tratar do Golpe de 1964, publicou-se um breve texto em defesa do regime, intitulado “O Melhor da Revolução”, no qual foram apresentadas aquelas consideradas as principais realizações do Golpe de 1964:

As estatísticas que o Governo tem, sem qualquer sentido demagógico, expostas à admiração pública (não à admiração Popular – convém diferenciar...), tanto no campo educacional, como no da saúde, dos transportes, da economia, das finanças, são alentadoras e mais que isso, estimulantes. Não nos parece, entretanto, que seja esta a obra maior da Revolução, que nos acostumamos chamar de Redentora. Ou – quem sabe? - foi todo esse complexo de melhorias, de apuros e de depurações que nos legou aquilo que reputamos *the finest hour*: a consciência de brasilidade, o orgulho nacional, o sentimento de Nação que, anos para cá, se esparramou sobre todos nós (O Melhor [...], 1972, p. 01).

Já em maio de 1972, o periódico apresentou, na primeira página e em destaque, a seguinte anedota: “Conta-se, quase como se fora uma fábula, que certo expert em Informações descobriu que determinado casal era comunista porque deixava a louça suja para ser lavada no dia seguinte” (Espírito [...], 1972, p. 1). Ao que tudo indica, o periódico considerava não haver mais o risco da ameaça comunista na sociedade brasileira, evocando-a de maneira jocosa por meio desse caso.

No ano seguinte, em março de 1973, o foco principal do *Letras em Marcha* foram os 165 anos dos Fuzileiros Navais, com artigos e matérias relacionados ao tema. As únicas menções associadas ao Golpe Civil-Militar restringiram-se a uma breve saudação pelo IX aniversário, veiculada pela empresa Novatração S/A, de São Paulo (1973c, p. 2), e a um artigo do deputado federal Clóvis Stenzel (ARENA/RS). Intitulado “A Revolução de Todos Nós”, o texto não apenas reconhece o golpe como um movimento civil e militar, mas também defende a institucionalidade da ditadura, sobretudo os projetos dos chamados “Duros”. O autor resume bem esse pensamento no seguinte trecho:

Vitorioso o movimento de março de 1964, era necessário continuar a Revolução, agora no poder. Fomos desafiados a fazer a Revolução ou ter de sustentar muitas instituições, caducas para servirem de suporte, de estabilização, à nova sociedade que deveria surgir. Passamos por um período de vacilação em 1967 e 1968. A força do liberalismo ainda era muito grande nas formações dos homens eminentes, tanto civis como até mesmo os militares. Constatados os erros cometidos, a Revolução retomou o seu rumo e parece que, agora, está amadurecida suficientemente pela experiência (Stenzel, 1973, p. 03).

Para o deputado, o golpe não significava uma breve intervenção política para “limpar a área” da esquerda e retornar à normalidade anterior, mas sim o avanço no estabelecimento de uma nova sociedade e de uma nova institucionalidade, o que vai ao encontro dos “Duros” e da linha de pensamento do *Letras em Marcha*. Outro ponto a se destacar refere-se à ideia de que qualquer forma de devolução do poder aos civis era vista como um risco ao regime militar. Mesmo os discursos ambíguos no governo Costa e Silva, que levantavam essa possibilidade, são tratados como um período de vacilação, dialogando com as frações mais radicais dos “Duros”. O afastamento dos militares da política é rechaçado pelo autor:

Não comungamos com o pensamento de alguns militares que sustentam a convivência de darem as costas à política, voltaram aos quartéis e se dedicaram exclusivamente às tarefas militares propriamente ditas. Como também discordamos dos civis, que, pensado de modo semelhante, promovem o retorno da situação anterior à Revolução de Março, contrários que são a qualquer influência militar na vida política. Estamos convencidos do erro dessa orientação, exatamente por que somos revolucionários e a Revolução é um movimento civil e militar (Stenzel, 1973, p. 03).

Para Stenzel, uma abertura política que resultasse em um processo de redemocratização e na devolução do poder aos civis seria um erro crasso, uma vez que a

“Revolução” teria sido realizada tanto por civis quanto por militares para que estes últimos assumissem o poder, permanecendo nele pelo tempo que fosse necessário para resolver os problemas da sociedade brasileira. Trata-se, portanto, de um artigo de afirmação dos valores dos “Duros”, no período de sua liderança hegemônica.

Segundo a análise das fontes primárias realizada nesta pesquisa, observa-se que, inicialmente, a quantidade de artigos em defesa da Ditadura Militar no *Letras em Marcha* foi baixa e caracterizada por um discurso contido. O Golpe de 1964 recebeu pouco espaço em suas páginas. Percebe-se que o objetivo do periódico, durante o governo de Emílio Garrastazu Médici, era transmitir a cultura e o universo castrense a seus leitores, pois não havia o risco iminente de encerramento da Ditadura. Isso se evidenciou por meio de diversos artigos relacionados à história, à tradição e à memória militar, bem como por notícias sobre a aquisição de material bélico pelas Forças Armadas e edições temáticas do *Letras em Marcha* dedicadas a figuras nacionais, como Santos Dumont (1973g) ou Plácido de Castro e a Revolução Acreana (1973l).

Em outras palavras, o *Letras em Marcha* aparentava ser um “jornal cultural e informativo” voltado à caserna, indo além do discurso dos “Duros”. Tal característica pode ser explicada pelo fato de que não se vislumbrava, no horizonte político, o fim do regime militar e a redemocratização, o que tornava desnecessária a radicalização do discurso. Até então, todos os presidentes haviam prometido devolver o poder aos civis, sem que tal promessa fosse cumprida. Outro aspecto relevante é a raridade de menções aos comunistas; quando ocorrem, geralmente referem-se a outros países, indicando que o chamado “perigo vermelho” não era percebido como existente no Brasil.

Foi nesse cenário político que ocorreu a escolha do próximo presidente da Ditadura Militar. Embora as especulações tenham começado na imprensa em 1972, e o governo Médici tenha censurado a mídia em relação a esse debate (Skidmore, 1988), somente em 1973 o sucessor foi oficialmente definido: o então presidente da Petrobras, o general Ernesto Geisel. No entanto, Geisel não era um militar vinculado ao grupo dos “Duros”, mas sim aos “Moderados”, tendo participado do governo de Humberto de Alencar Castelo Branco como ministro do Gabinete Militar. Sua identificação, portanto, aproximava-se mais do grupo que havia perdido a hegemonia no bloco no poder em 1967.

Esse fato suscita a seguinte questão: por que o governo Médici não escolheu um militar mais identificado com os “Duros”, considerando que esse grupo detinha a hegemonia?

Dois autores apresentam respostas distintas para essa questão. O primeiro é David Maciel, que, segundo sua análise, aponta que o contexto político permitiu que a sucessão presidencial — problemática em ocasiões anteriores — ocorresse sob a condução do governo Médici, sem maiores disputas internas.

O nome de Geisel foi referendado primeiramente pelo próprio comando militar, a começar por Médici, solidificando a unidade do setor do governo que decidiria em última instância. Segundo seu próprio depoimento, Geisel foi escolhido pelo compromisso assumido com o movimento de 1964 desde o seu início, pelas relações militares que estabeleceu quando foi chefe da Casa Militar de Castelo Branco e pelos serviços prestados ao regime como juiz do Supremo Tribunal Militar e como presidente da Petrobras. A carreira de Geisel é típica dos militares que extrapolaram suas funções profissionais e assumiram funções administrativas e empresariais após 1964. Também foi importante o respaldo recebido de seu irmão, general Orlando Geisel, ministro do Exército do governo Médici. No entanto, a estabilidade do processo sucessório deveu-se, em primeiro lugar, à composição militar estabelecida desde o início do governo Médici e vigente em toda a fase final da institucionalização da ordem autoritária (Maciel, 2004. p. 83).

Por essa linha de interpretação, mesmo sendo ligado ao grupo dos “Moderados”, a escolha de Ernesto Geisel para a sucessão presidencial não encontrou grandes divergências entre os “Duros”. Ao contrário, o respaldo do presidente e do ministro do Exército demonstrava que as disputas internas estavam superadas naquele momento na Direita Militar, o que indicava a continuidade da institucionalidade autoritária:

Diversas interpretações desse período estabelecem uma clivagem política entre os governos de Médici e de Geisel, caracterizando a descontinuidade entre os dois períodos como produto da ascensão dos moderados em lugar dos linha-dura no governo militar. Não pensamos assim; ao contrário, entendemos que a ascensão de Geisel só foi possível graças à unidade militar, que, por sinal, manter-se-ia intacta na primeira fase de seu governo. O próprio Geisel considerou que sua ascensão seria impossível sem a concordância do próprio Médici. E essa unidade só foi possível porque vicejou no terreno da institucionalidade autoritária criada e consolidada (Maciel, 2004. p. 83).

O segundo autor é Thomas Skidmore, para quem a escolha de Ernesto Geisel foi uma derrota tanto do governo Médici quanto dos “Duros”, já que sua escolha foi resultada de uma

Ação Política do grupo dos “Moderados”. Ou seja, a vitória na escolha no candidato de sucessão significou um retorno:

[...] os castelistas mais influentes estavam reunindo suas forças para assumir o controle da sucessão. O general Golbery, seu porta voz mais articulado (em particular, raramente falava em público), ajudou a dirigir a campanha castelista para reconquistar o poder designando o novo presidente. [...] O irmão de Ernesto Geisel, Orlando, era o ministro do Exército, um fato decisivo porque o detentor deste posto podia controlar dissensões no seio da oficialidade, cuja opinião coletiva pesava fortemente no processo de seleção. Orlando estava também em condições de neutralizar o chefe do SNI, general Carlos Alberto Fontoura, poderoso adversário da indicação de Ernesto. Em maio de 1973 Ernesto Geisel obteve o consenso dos militares, e em junho foi designado candidato da ARENA (Skidmore, 1988, p. 298-299).

Mesmo que Skidmore e Maciel discordem quanto à autoria da indicação, um ponto comum às duas análises é a existência de um consenso entre os militares em torno do nome de Ernesto Geisel, ou, em termos de referencial teórico, um consenso no bloco no poder. Tal fato indica que as disputas internas retornaram ao cenário político, com a vitória dos “moderados”, que reconquistaram a liderança hegemônica. Isso se evidencia nos relatos de militares ligados aos “Duros”, como o general Hugo Abreu (1979), que constantemente criticava o general Golbery. Contudo, esse processo não significou a derrota da institucionalidade da Ditadura Militar.

Ainda que a escolha de Ernesto Geisel tenha interrompido uma tentativa do ministro da Justiça de implementar um modelo corporativista — fortemente vinculado ao movimento integralista — (Skidmore, 1988), tal escolha não representou uma ruptura da institucionalidade vigente. O regime permanecia sólido, o que se evidencia na eleição indireta realizada em janeiro de 1974, no Congresso Nacional, quando o candidato da ARENA obteve 400 votos, contra 76 votos destinados a Ulysses Guimarães (MDB), candidato da oposição. Ademais, o projeto político inicial do novo governo não representava um perigo à institucionalidade autoritária.

Em razão desses fatores, as páginas do *Letras em Marcha* mantiveram a linha estratégica nos anos iniciais do novo governo. O fato de o processo sucessório, assim como a eleição indireta do general Ernesto Geisel, não ter sido mencionado pelo periódico em nenhum momento reforça a percepção de continuidade da Ditadura por parte do grupo. Somente no *Letras em Marcha*, nº 29, de março de 1974, foram apresentados o novo

presidente e os novos ministros militares. Importa destacar que, nessa edição, não houve nenhum artigo relacionado à memória ou à defesa do Golpe de 1964. No que se refere ao general Ernesto Geisel, apesar de sua vinculação aos “moderados”, o jornal adotou um tom extremamente elogioso em relação ao novo presidente. Segundo o periódico:

Intelectual, segundo consenso unânime nos meios civis e militares. Cartesiano para alguns que se detêm no estudo de sua lógica de raciocínio que traz sempre decisões corretamente ponderadas e prontas para serem postas em prática. Introverso para aqueles que, ao longo de sua vida, o acompanharam, mesmo sem a intimidade familiar, na condição de amigos ou companheiros mais chegados (Nosso [...], 1974, p. 02).

Por sua vez, em relação à carreira na caserna:

O militar Ernesto Geisel, o que se pode registrar de sua carreira e que se trata de um dos poucos oficiais que conseguiram a façanha máxima da obtenção da “Tríplice Coroa”; vale dizer: ostenta a "Medalha Marechal Hermes - Aplicação e Estudo" com três coroas. Cada uma dessas coroas corresponde a um 1º lugar em curso. Ernesto Geisel foi o 1º classificado em sua turma de Artilharia, declarado aspirante em 1928. foi o 1º classificado em sua turma na Escola das Armas (hoje denominada Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais) (Nosso [...], 1974, p. 02).

Sua participação em várias Ações Políticas envolvendo os militares foram lembradas:

Em 1930, no entusiasmo de sua condição de 1.º tenente, ajudou a fazer a Revolução que todos esperavam fosse a salvação do País: começou sua marcha como oficial de Artilharia, no sul do Brasil - e foi terminar a Revolução, esta já vitoriosa, na Paraíba, ele como secretário de Estado. Em 1932, ficou do lado das tropas legalistas. Em 1935, teve atuação decisiva na ação contra a Intentona Comunista. Como chefe do Estado-Maior do general Alcio Souto (comandante do então "Núcleo da Divisão Blindada") foi quem, em 1945, acionou os blindados da Vila Militar (Rio) com vistas à deposição de Getúlio Vargas. [...] A atuação de Ernesto Geisel na Revolução de 1964, grandiosa, mas difícil de conhecer, dado à extrema discrição e modéstia que o ornava, somente nossos pósteros a saberão (Nosso [...], 1974, p. 02).

Nem mesmo suas passagens como chefe do Gabinete Militar no Superior Tribunal Militar e na presidência da Petrobras foram deixadas de lado pelo jornal.

A chefia do Gabinete Militar do presidente Humberto de Alencar Castello Branco foi a grande Escola em que, na Política, diplomou-se "Master",

Ernesto Geisel. [...] O tempo em que Ernesto Geisel foi Magistrado teve reduzidas dimensões no espaço. Mas seu alcance foi incomensurável. Além de "compor-lhe" a figura de futuro presidente do Brasil. [...] O empresário Ernesto Geisel, ao passar a presidência da Petróleo Brasileiro Sociedade Anônima ao almirante Faria Lima, deixou um acervo de realizações, o estabelecimento de uma nova mentalidade na Empresa. Enfim, um "status" tal que a Petrobrás jamais poderá fornecer ou diminuir seu ritmo (Nosso [...], 1974, p. 02).

Para além do tom de bajulação da matéria, fica evidente que seu nome não enfrentou qualquer resistência por parte dos chamados “Duros”. Pelo contrário, sua eleição foi amplamente aceita por essa fração, conforme evidencia a reportagem. Tratava-se, portanto, de mais um governo de uma ditadura sem prazo para terminar.

O governo Geisel voltaria às páginas do periódico três meses depois, em decorrência do falecimento do ministro do Exército, o general Vicente de Paulo Dale Coutinho, e da posse de seu substituto, o general Sílvio Frota. A *Letras em Marcha*, n.º 32, de junho de 1974, publicou uma matéria especial em homenagem ao ministro falecido e, simultaneamente, apresentou brevemente o militar que assumira o Ministério do Exército. O que chama a atenção é o fato de o jornal fazer questão de citar uma declaração do novo ministro, na qual este exaltava o crescimento econômico durante o regime:

Em meados de abril deste ano, ao assumir a chefia do Estado-Maior do Exército, o general Sílvio Frota enfatizou que o "desenvolvimento do País, em ritmo acelerado e constante, reflete-se, na mesma proporção do crescimento da riqueza nacional, no aumento das responsabilidades de segurança, sustentáculo que é de qualquer empreendimento" (O Novo [...], 1974, p. 04).

E outra declaração, defendendo o golpe de 1964:

Num trecho desse discurso de posse no EME o general foi taxativo: "Todos os planos e ideias por mais bem equacionados que sejam, não podem adquirir o seu verdadeiro sentido se olvidarem os postulados da Revolução Democrática Brasileira de 31 de março de 1964 - tantas vezes reafirmada por suas legítimas lideranças - e que possibilitaram, em 10 anos de Governos revolucionários, incontestes êxitos, reconhecidos com júbilo, além dos limites de nossas fronteiras e com admiração no quadro mundial, Destes postulados não nos afastaremos" (O Novo [...], 1974, p. 04).

Assim, para o *Letras em Marcha*, o corpo militar do novo governo era considerado confiável, sobretudo no que se referia à manutenção da institucionalidade da Ditadura. A

redemocratização restringir-se-ia apenas ao plano das promessas, não se concretizando na prática. Com isso, o periódico voltou seu enfoque para o noticiário e para a cultura. O discurso político retornaria ao jornal em março de 1975.

No *Letras em Marcha*, nº 41, um de seus fundadores, o tenente-coronel Neomil Portella Ferreira Alves, escreveu o artigo intitulado “Revolução: de que lado você estava?”. A partir de um episódio ocorrido durante o Golpe de 1964, o autor apresenta a “[...] necessidade de sabermos de que lado está o próximo —, na maioria conjuntural das vezes, é o que vai operar conosco” (Alves, 1975, p. 4).

Diante do exposto, é perceptível que, para o Grupo de Pressão, o chamado “perigo vermelho” já não representava um grande risco, em razão dos exílios, prisões e assassinatos das lideranças políticas, além do forte poder do aparelho repressivo contra os considerados “subversivos”. Sem essa ameaça e com a sociedade brasileira sob controle, o discurso anticomunista perdeu força, uma vez que os golpistas haviam saído vitoriosos.

No entanto, no final de 1975, mais especificamente no mês de outubro, a prisão, a tortura e o assassinato do jornalista Vladimir Herzog, ocorridos nas dependências do DOI-CODI do II Exército, em São Paulo, resultaram em uma onda de indignação e revolta na sociedade civil, culminando em manifestações públicas. O governo militar, diante do ocorrido, instaurou uma investigação interna que, ao final, não acarretou nenhuma consequência para os envolvidos.

Tais acontecimentos não passaram despercebidos pelo periódico, o que levou a uma mudança em seus discursos. Em outubro, no *Letras em Marcha*, nº 48, foi publicado o artigo “A presença dos militares”, de autoria do general João Baptista Peixoto, que se inicia explicando os fatores que levariam à intervenção política da caserna. No entanto, o texto acaba por constituir uma ampla defesa do Golpe Civil-Militar e da institucionalidade da Ditadura. Segundo o autor,

O panorama da situação alcançado pelo Brasil em todos os setores de atividades nos últimos anos reflete o resultado dessas circunstâncias verdadeiramente excepcionais, criadas pela Revolução de 1964, cuja obra transformou radicalmente a fisionomia e a estrutura do País, influenciando beneficentemente até a alma do povo. Essa auspiciosa situação não foi conseguida nem poderia sê-lo, exclusivamente pelos Militares (Peixoto, 1975, p. 09).

O golpe e o conseqüente regime militar não apenas salvaram, mas também criaram as condições necessárias para o desenvolvimento do país.

Esse clima de ordem política e social foi assegurado pela Revolução de 1964, que não só nos salvou do caos, como também afastou a própria América de uma perigosa investida contra suas Instituições. A Segurança é uma das condições essenciais do Desenvolvimento, pois nenhum país pode desenvolver-se se não desfrutar de um clima de paz e de ordem que assegure a estabilidade social e política. Graças a esse clima foi possível efetuar-se a reorganização do sistema financeiro que, por sua vez, permitiu o crescimento da produção de bens duráveis e bens de consumo, ensejando o desenvolvimento econômico que vem ocorrendo há vários anos, simultaneamente com a contenção do processo inflacionário indispensável ao equilíbrio monetário e aos investimentos provenientes tanto da poupança externa como da poupança interna (Peixoto, 1975, p. 09).

Por fim, ele apresenta os três principais objetivos que os ditadores militares, autodenominados “revolucionários” pretendiam:

- 1º) Recuperar o atraso para acompanhar o presente e preparar o futuro da Nação (política de reestruturação e desenvolvimento).
- 2º) Reduzir os contrastes regionais e setoriais que vinham prejudicando e deformando o crescimento do País (política de integração nacional).
- 3º) Valorizar o potencial humano, objetivando sobretudo reduzir a disparidade entre o crescimento numérico e o incremento qualitativo da população e assim harmonizar o desenvolvimento econômico com o progresso social (política psicossocial) (Peixoto, 1975, p. 09).

orna-se visível a concordância do periódico com os argumentos apresentados pelo general, em sua defesa enfática da Ditadura Militar. Essa linha discursiva se manteria na edição seguinte. No *Letras em Marcha* nº 49, de novembro de 1975, o jornal realiza um processo de construção da memória acerca do Levante de 1935. Intitulada “A Intentona Comunista na Vila Militar e em Deodoro”, a matéria tem como objetivo manter a memória da denominada “carnificina” atribuída aos comunistas contra os militares. Para tanto, apresenta o depoimento do general F. Silveira do Prado, que considera que a reação rápida dos militares evitou conseqüências mais graves para o Brasil, embora não tenha impedido os confrontos.

Os sediciosos, à custa da vida de distintos companheiros (Cap. Armando de Souza e Melo, Tens Benedito Lopes Bragança e Danilo Paladini), fincaram pé na Escola de Aviação Militar e cercaram o 1º Regimento de Aviação, onde mataram dois pracinhas e feriram o bravo Comandante (Eduardo Gomes), tudo, para lançar mão dos aviões (Prado, 1975, p. 04).

Um ponto a ser destacado é a importância de recordar os nomes dos colegas de farda que morreram durante o Levante, em um processo de construção da memória e de combate ao esquecimento promovido pela Direita Militar. A última parte do depoimento do general constitui um exemplo claro de como os matizes do anticomunismo — neste caso, o nacionalismo e o catolicismo — atuam de forma articulada, sem maiores problemas:

Damos, pois, graças a N.S. [das Graças] por nos haver livrado daqueles males, termos cumprido o nosso dever e ainda podermos prestar estes esclarecimentos quarenta anos depois. E que Deus, sempre tão generoso para com o Brasil, o preserve, o mais possível, do socialismo, que é o precursor do caos! (Prado, 1975, p. 04).

Por fim, o *Letras em Marcha* nº 50 foi, até o momento, a edição com mais conteúdo anticomunista. Esses ataques já começaram na primeira página, sob o título de “Comunismo?”, em que convocavam os “bons democratas” para o combate da defesa da democracia contra o “perigo vermelho”:

Os democratas, os bons democratas, os que acreditam na Democracia e os que conhecem não as inconveniências - porém os malefícios do comunismo precisam sair do marasmo, de suas omissões e, especialmente, de sua franca atuação como "inocentes úteis" e enfrentar o combate, o "bom combate". Temos todos que "desenferrujar a escopeta" como diria Rui Barbosa, a pô-nos à luta (Comunismo [...], 1975, p. 01).

Esses ataques do *Letras em Marcha* (1975) continuaram na seção “Campo de Marte”, por meio do artigo do tenente-coronel Ilo Francisco Marque de Barros Barreto, intitulado “Cuba – vitória ou derrota do desporto?”. Nele, o autor considera que as vitórias esportivas do referido país constituem propaganda do totalitarismo vermelho e classifica como uma vergonha o fato de as organizações esportivas permitirem a participação de Cuba em competições internacionais. As críticas também aparecem na coluna “Atrás do portão das armas”, na qual o jornal noticiou as advertências do comandante da Academia da Força Aérea, o brigadeiro Clóvis Pavan, acerca do perigo que o comunismo representaria para a sociedade democrática:

“Para enfrentá-la”, afirmou, “não basta apenas o adestramento do homem e seu alto moral. É necessário também que sua mente, verdadeiro campo de disputa, seja resguardada da subversão dos comunistas, que, através da ação

psicológica, procuram aniquilar os valores éticos tradicionais da Nação para chegar ao domínio totalitário” (Comandante [...], 1975, p. 12).

Fica evidente, nessa declaração, a presença do matiz do nacionalismo, além da indicação de que as lutas contra o comunismo ocorreriam por meio das disputas no campo da comunicação, área de ação política na qual o periódico *Letras em Marcha* estava inserido. O que chama a atenção é o fato de o periódico se apresentar como defensor da democracia e, na mesma edição, concordar com a proposta expressa na seguinte notícia: “Arrobas defende tese de institucionalização da intervenção militar”. Segundo a matéria:

O chefe da Casa Civil do Governo de São Paulo, Luís Arrobas Martins, voltou a defender sua tese de "institucionalização jurídica da intervenção militar na política brasileira", apresentada pela primeira vez no seu discurso de posse.

- Muita gente está interpretando mal minhas palavras - disse Arrobas Martins. Eu não falei em "institucionalização do poder militar", mas de "institucionalização jurídica da intervenção militar na política" (Arrobas, 1975, p. 12).

Face aos três últimos números de 1975, é perceptível uma mudança no discurso do *Letras em Marcha*, como forma de marcar posição. À primeira vista, parecia que a revolta na sociedade civil terminaria por aí. Contudo, em janeiro de 1976, o mesmo roteiro vivido por Vladimir Herzog se repetiu com o operário Manuel Fiel Filho, que também foi preso, torturado e assassinado nas dependências do DOI-CODI.

Com a repercussão desses dois casos, o presidente Geisel afastou o general Ednardo D’Ávila Melo do comando do II Exército. A demissão representou um duro golpe contra os chamados “Duros” e atingiu significativamente a imagem do regime. Foi nesse cenário político que o *Letras em Marcha* preparou uma resposta mais incisiva, em defesa da Ditadura. Para isso, o periódico recorreu ao acontecimento que possibilitou a consolidação do regime: o Golpe de 1964.

No *Letras em Marcha* nº 53, de março de 1976, o periódico publicou, pela primeira vez, uma edição especial dedicada ao Golpe Civil-Militar, por ocasião de seu décimo segundo aniversário. Diferentemente das edições anteriores do mês de março — nas quais o acontecimento político recebia, no máximo, um artigo ou sequer era mencionado —, naquele

ano a chamada “Revolução” ganhou amplo destaque nas páginas do jornal, com a publicação de diversos textos relacionados ao golpe.

Entre os artigos, destacam-se memórias do período, como o relato do general Carlos Luiz Guedes, e análises de caráter histórico, como o texto do coronel Joaquim Victorino Portella Ferreira Alves, no qual o autor insere o “Golpe de 64” no conjunto das movimentações revolucionárias ocorridas no Brasil ao longo do século XX (1976c).

Houve ainda artigos em que o discurso político se apresentava de forma direta na defesa do regime militar. Um deles foi o texto “Continuar a Revolução”, escrito pelo general de brigada Ferdinando de Carvalho. Nesse artigo, o autor defende o governo dos ataques promovidos por grupos considerados subversivos, os quais, segundo sua argumentação, teriam como objetivo difamar e destruir a imagem do regime. A legitimidade do governo seria sustentada, conforme o autor, pelos princípios que nortearam o movimento golpista. No texto, são elencadas críticas dirigidas ao regime militar, conforme a perspectiva do autor.

Um de seus esforços consiste em divulgar a impressão de que o Brasil se encontra hoje sob o domínio de uma ditadura férrea e opressora (cujas características talvez imagine por conhecê-las bem, os comunistas que vivem dentro da Cortina-de-Ferro e que a sentem na carne e na consciência). Outro mito que procuram implantar é o de que o sucesso econômico que está proporcionado a nosso País, malgrado dificuldades mundiais, um progresso inédito em nossa História, é o resultado de irremediável submissão ao Capital estrangeiro. Um de seus "slogans" preferidos é o do retorno ao passado liberalismo que lhes proporcionou outrora tanto prestígio e impunidade. Em todas essas e outras campanhas, lançam mensagens deformadas, buscando conceituar o Brasil, através de sua imensa cadeia propagandística internacional, como um País totalitarista, inspirado mesmo em veleidades expansionistas e belicosas (Carvalho, 1976b, p. 06).

Ou seja, destacam-se as críticas ao autoritarismo do governo e à submissão ao capital estrangeiro, bem como o discurso de retorno ao liberalismo do passado. Este último ponto merece destaque, pois dialoga com o processo de Abertura. Percebe-se que os discursos de redemocratização são vistos como um grave ataque à memória da “Revolução” que teria transformado a sociedade. Tal perspectiva é compreendida como um retrocesso, uma vez que o autor descreve como era o cenário político anterior ao golpe:

Em 1964, o ambiente nacional prenunciava a iminente conversão, política e social, em uma ordem comunista, através de uma cadeia de acontecimentos que conduziam o País ao destino de uma Angola ou Vietnam. Um governo de

demagogos, aliados e submissos dos comunistas, denunciava uma visão política deformada, obliterada pela associação de interesses pessoais com um populismo inconsequente, instigado pelas esquerdas dominantes. A economia brasileira, arruinada por cometimentos exorbitantes, degradada por uma incontida onda grevista, afundava-se em uma avassaladora inflação, caminhando para o fatal torvelinho da insolvência. A desordem social e a crise de autoridade eram, a um só tempo, causas e consequências desse panorama onde imperavam a omissão, a corrupção e a subversão, explodindo em manifestações alarmantes, que não poupavam as Forças Armadas (Carvalho, 1976b, p. 03).

Nesta descrição, a situação brasileira era apresentada como ruim, marcada pela desordem social, pela crise econômica e por uma crise de autoridade resultante de um governo formado por demagogos e pela esquerda. Também são citadas a corrupção e a subversão como elementos da decadência em que a sociedade se encontrava. Além disso, o risco de uma Revolução Comunista, cujos agentes eram apontados como aliados do governo, foi utilizado como uma das principais justificativas para a intervenção golpista. Ou seja, segundo o autor, tratou-se de uma medida necessária. Com isso, o bloco vitorioso no poder:

Orientou-se principalmente em uma obra de reconstrução material e moral, rasgando novos caminhos para o desenvolvimento em todos os setores, procurando subsidiariamente neutralizar as reações dos descontentes e dos comunistas. (Carvalho, 1976b, p. 03).

Essa reconstrução moral e material partiu dos seguintes princípios dos participantes do golpe:

- Desarticular a subversão comunista e suas alianças.
- Conter a corrupção, em todas as suas formas.
- Combater a desordem econômica.
- Incentivar o desenvolvimento
- Apoiar a livre empresa.
- Estabelecer a paz social.
- Valorizar o homem brasileiro.
- Aparelhar a Segurança Nacional.
- Assegurar o prestígio internacional (Carvalho, 1976b, p. 06).

Princípios esses que, segundo o autor, representam os ideais que a “Revolução” propunha e que o general Ferdinando de Carvalho conclama a serem defendidos.

Em outro artigo, de autoria do general de brigada Hélio Duarte Pereira de Lemos, intitulado “O Balizamento da Revolução”, é apresentada uma defesa sob o viés do

desenvolvimento. Segundo o autor, o objetivo principal do golpe era a realização do “Desenvolvimento Equilibrado”, que consistiria em:

Para melhor caracterizarmos esse modelo, poderíamos esclarecer que não seriam admitidas, por exemplo, medidas de desenvolvimento no campo econômico, que embora contribuindo para enriquecimento das empresas, não resultem na necessária DISTRIBUIÇÃO DE RENDA, ao homem brasileiro. Para ajudarmos a implantação desse MODELO SOCIAL é importante que tenhamos bem presente que o espírito individualista, gerado pelo liberalismo utópico e pelo capitalismo liberal; e o espírito radicalista, gerado pelos extremismos de esquerda ou de direita, estes aliados do totalitarismo burocrático, vêm cedendo lugar a uma nova filosofia de vida. Filosofia essa mais consentânea com o caráter do Homem, colocado na terra pela vontade de Deus, que lhe doou o LIVRE ARBÍTRIO, precioso patrimônio do espírito, atributo inalienável de sua mente, que as ideologias exóticas tentam destruir pela violência brutal, para dominá-lo, e assim, e só assim, conseguirem extinguir do mundo a prática da verdadeira democracia. Isto porque jamais poderá haver democracia sem o devido respeito à dignidade da pessoa humana (Lemos, 1976, p. 04).

Por meio de uma explicação que combina os matizes do liberalismo e do catolicismo, esse modelo preza pelo desenvolvimento da sociedade, tanto no viés econômico quanto no político, garantindo os direitos e as liberdades dos indivíduos. Ou seja, para o autor, mesmo sendo um regime com um Estado forte, ele ainda é democrático e atua para evitar o totalitarismo. Segundo suas palavras:

A LEGITIMIDADE DO ESTADO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO é essencial à sua própria força. O ESTADO deve ser suficientemente forte para fazer-se respeitado, mediante a aplicação de leis adequadas à defesa das instituições, particularmente daquelas que visam a impedir a atuação de subversivos que tentem destruir a nação brasileira. OS DIREITOS E AS LIBERDADES INDIVIDUAIS devem ser cultivados e respeitados para que se não caminhe para o totalitarismo (Lemos, 1976, p. 04).

Por fim, Hélio Lemos saúda os golpistas e ressalta a necessidade da formação de novas lideranças que mantenham e continuem o desenvolvimento do regime militar e de sua institucionalidade, garantindo o futuro da sociedade criada após o golpe, e não o seu fim e destruição:

Não fossem homens decididos, líderes incontestes do passado e do presente, que desde 10 a 12 anos antes vinham preparando a ação que eclodiu em 31 de Março de 1964, não estaríamos hoje no estágio de desenvolvimento que

nos encontramos, às vésperas de nos transformarmos numa grande potência mundial, se Deus quiser. Daí porque reafirmamos que os chefes de hoje devem estar atentos para impedir o boicote ao surgimento de novas lideranças pois, certamente, os novos líderes do futuro, juntamente com outros já existentes e experimentados, facilmente mobilizados, serão aqueles que se apresentarão espontaneamente, no caso da ocorrência de novos lances da Revolução, porventura necessários, que exijam coragem e decisão. A falta de líderes poderá acarretar sérios problemas à marcha da Revolução Brasileira. Esperamos e desejamos que somente o melhor aconteça, porque confiamos na geração de dirigentes da nação e na juventude militar. Que Deus abençoe o Brasil! (Lemos, 1976, p. 04).

Por sua vez, o artigo do general João Baptista Peixoto, intitulado “A Revolução em Marcha”, busca defender a ditadura a partir dos resultados positivos da economia, valendo-se de dados técnicos. Embora reconheça que o discurso desenvolvimentista ganhou espaço a partir de 1956, o autor afirma que foi durante o governo de João Goulart que a situação se desmoronou. Para ele, esse foi um período em que os problemas políticos e sociais mantinham o país atrasado em relação ao progresso observado no restante do mundo. Esses fatores, somados novamente ao risco do comunismo, teriam justificado a necessidade do golpe:

Infelizmente, porém, uma sequência de fatos não só interrompeu o ritmo de desenvolvimento que vinha ocorrendo, como levou o País a uma crise econômica, social e política excessivamente grave. A estagnação econômica, a espiral inflacionária, a instabilidade política e a intranquilidade social, alimentada por greves e agitações de toda espécie, perturbando as atividades essenciais em todos os setores, eram as características da situação do Brasil, justamente quando o mundo entrava numa fase de fabuloso progresso. Este quadro verdadeiramente entristecedor e sombrio que ameaçava não só a destinação econômica, social e política do País, como até mesmo afetava a segurança regional ante a expansão do comunismo no Continente Sul-Americano, foi salvo pela Revolução de 31 de março de 1964, encetada por imperativos emanados não só das instituições responsáveis como da vontade do próprio povo (Peixoto, 1976, p. 06).

Um ponto a ser citado é que autor faz uma defesa assumida da Constituição de 1967 e da institucionalidade da ditadura por ela estabelecida:

A Constituição Federal, promulgada em 1967 já no Governo do Gen. Costa e Silva, teve como escopo fundamental institucionalizar os objetivos da Revolução:

- preservação e regime democrático
- combate à corrupção
- redução gradativa da inflação
- retomada do desenvolvimento econômico e social.

A nova Lei Magna investira o Estado Revolucionário dos poderes indispensáveis à execução das reformas que se faziam necessárias a fim de assegurar a integração nacional e promover o desenvolvimento do País de acordo com os imperativos de sua própria segurança e prosperidade (Peixoto, 1976, p. 06).

Nessa linha de raciocínio, o autor aponta que as medidas políticas e econômicas adotadas pelos governos Castelo Branco e Costa e Silva, em conjunto com a conjuntura mundial, criaram condições favoráveis ao crescimento da economia, posteriormente exploradas pelo governo Médici. O resultado foi a elevação das taxas de crescimento no período, que variaram entre 9% e 11,4%, além da redução da inflação:

A estratégia de gradualismo para reduzir a inflação, juntamente com os incentivos fiscais à exportação, a facilidade concedida à importação, a judiciosa e produtiva aplicação de recursos provenientes da poupança interna aos recursos mentos de capital constituíram os principais instrumentos utilizados na gigantesca obra de recuperação econômico-financeira, que chegou a ser cognominado de "milagre brasileiro" (Peixoto, 1976, p. 15).

No entanto, mesmo com os avanços econômicos e financeiros promovidos pela Ditadura, o autor curiosamente reconhece que ainda existem problemas no regime, como a permanência de parte da população em situação de pobreza, tanto nas áreas rurais quanto nas urbanas:

A simples comparação entre o desenvolvimento econômico que vem ocorrendo em nosso País desde a Revolução de 1964 com o progresso social alcançado no mesmo período, evidencia que não obstante os êxitos alcançados no setor econômico-financeiro e o gigantesco esforço que vem sendo realizado para se elevar o padrão de vida da população, através de grandiosos progressos e empreendimentos nos campos da educação, da alimentação, da habitação, da saúde, da assistência social, da distribuição da renda, e da integração nacional, grande parte da população ainda vive empobrecida e atrasada tanto nos centros urbanos como nos meios rurais, justamente devido ao enorme contingente humano a ser assistido (Peixoto, 1976, p. 15).

Por fim, temos o texto de Neomil Portella Ferreira Alves, "O Melhor da Revolução", em que o tenente-coronel faz a defesa mais efusiva do regime. Segundo o autor, indo direto ao ponto:

Ninguém é cego. Todos estão vendo. Depois de doze anos, o Brasil é outro! Sem qualquer sentido demagógico, as estatísticas que o Governo tem exposto à admiração pública (não à admiração "popular" convém diferenciar...), tanto no campo educacional, como no da saúde, dos transportes, da economia, das finanças são alentadoras e mais que isto, estimulantes (Alves, 1976c, p. 07).

Percebe-se que, segundo ele, as melhorias que se originaram a partir do golpe de 1964 eram um fato, confirmado pelos dados e visível a qualquer pessoa. Com isso, há também uma exaltação do discurso nacionalista, principalmente pelo fato de a Direita Militar tê-lo retomado dos comunistas:

O petróleo, as ferro e rodovias, o maior desenvolvimento econômico, a estruturação política exatamente nacionalista (já se pode utilizar este termo, anteriormente empregado justamente pelos que desejavam para o Brasil soluções russas...), a educação em moldes mais objetivo – tudo são caminhos, tudo são razões, tudo são fundamentos para se atingir essa felicidade coletiva, instalada no espírito, na individualidade de cada habitante desta Terra de Deus (Alves, 1976, p. 07).

Por sua vez, na edição do *Letras em Marcha* nº 61, de novembro de 1976, foi a vez do Levante Comunista de 1935 receber destaque. Ao contrário do número de março, esta não foi uma edição especial; ainda assim, o acontecimento político ocupou espaço relevante nas páginas do jornal. Entre os conteúdos publicados, destacam-se o discurso “Lembraí-vos de 27 de novembro de 1935!”, de Getúlio Vargas, e a republicação do texto “O Profeta do Abismo”, originalmente publicado na revista *Manchete*, de autoria de Alexander Soljenítsin (1976k).

Além disso, houve a recomendação de uma bibliografia anticomunista, com alguns dos títulos publicados pela Biblioteca do Exército. Em um plano mais geral, destaca-se o artigo de Joaquim Victorino Portella Ferreira Alves, intitulado “Comunismo & Crueldade”, no qual o autor sustenta que as revoluções comunistas teriam causado graves malefícios nos países em que ocorreram, mencionando brevemente o Levante de 1935 e o Golpe de 1964 (1976k). Entretanto, dois artigos chamaram particular atenção nesta edição.

O primeiro deles foi escrito pelo fundador da TFP, Plínio Corrêa de Oliveira. Intitulado “Saudosa homenagem e razões de esperar”, o autor constrói uma memória política do episódio, homenageando aqueles que, segundo sua interpretação, teriam impedido a instauração de uma revolução comunista.

Mais um aniversário da intentona comunista de 1935. A data nos convida a uma homenagem repassada de admiração e reconhecimento. Tal homenagem, entretanto, nada significaria se não conduzisse à limitação do grande exemplo que nos foi legado pelos heróis da luta anticomunista de antanho. É, pois, em atitude espiritual de abnegação e destemor, que todos devemos nos postar nestes dias (Oliveira, 1976, p. 09).

Nesse caso, os militares são apresentados como heróis: “Cabe especificamente ao elemento militar, por imperativo de sua nobre missão, continuar o bom combate, pondo a força a serviço da lei e da ordem, contra as tramas e as agressões da subversão violenta” (Oliveira, 1976k, p. 09). Nesse ponto, o autor passa a fazer um alerta sobre o chamado “perigo vermelho”, apontando que, embora derrotado no passado, o marxismo continuava operante, adotando novas formas de “dominação”.

Hoje em dia, a ofensiva doutrinária de cunho explicitamente marxista continua. Mas sempre com resultados escassos e difíceis. Por isto, mais "rendoso" e mais importante tornou-se, para o marxismo, constituir largos setores de cripto-comunistas, para comunistas e inocentes úteis. A estes não cabe investir clara e diretamente contra nossa civilização, mas atuar gradualmente - e despercebidamente - sobre as grandes massas populacionais algum tanto átono, transferindo-as de sua atual posição antimarxista, ou pelo menos a-marxista, para o campo comunista. A par disso, o comunismo usa com amplitude jamais igualada, os artificios psicológicos próprios a desnortear e desorganizar os setores de opinião pública militantemente refratários à propaganda vermelha. Todas essas diversas modalidades de ação, vemo-las empregadas de um modo ou de outro, em nosso País. E é óbvio que elas constituem, em seu conjunto, o mais perigoso fator de êxito para a grande operação de conquista da opinião, que agora os comunistas estão tentando levar a cabo (Oliveira, 1976, p. 09).

O outro artigo foi “A Revolução Comunista no Brasil”, escrito pelo general Ferdinando de Carvalho. Ao contrário do anterior, o autor não enfoca o Levante de 1935, mas sim as estratégias adotadas para a realização da revolução, bem como um retrospecto histórico do comunismo no Brasil. O texto volta a focar em 1964, descrevendo a situação política do período e, mais uma vez, justificando o golpe:

No início de 1964, era tão grande o poderio comunista no País que a situação se afigurava incontrolável. Demonstrações maciças se sucediam. As Forças Armadas estavam infiltradas e divididas. As autoridades eram simplesmente desmoralizadas. A inflação adquiria um ímpeto inédito. O governo resolveu negociar com o PCB, convencionando a criação de uma Frente Popular que patrocinava um novo sistema, dito "nacionalista e democrático", e que, na

realidade era a hegemonia dos comunistas. As greves e agitações se sucediam. No campo, o movimento pela reforma agrária radical, "na lei ou na marra" e o adestramento de guerrilheiros denunciavam a iminência do golpe. A Revolução de 1964 obstou, entretanto, o desdobramento dessa maquinação diabólica (Carvalho, 1976a, p. 12).

Para além disso, o objetivo do artigo é reafirmar os perigos e riscos que os comunistas representam para os valores da liberdade e da democracia:

Na verdade, a Revolução Comunista em todos os países do Mundo livre é um movimento permanente que se manifesta em um enredado confuso de sucessos e fracassos, de violência e propaganda, de protestos e adesões de ação ostensiva e clandestina. No fundo de toda essa pantomima, está a inexorável, a inclemente atividade de uma organização internacional e ativíssima que se vale das franquias democráticas para corroer as bases dessas mesmas liberdades, que não respeita obstáculos morais ou materiais e que busca sistematicamente a conquista do Poder (Carvalho, 1976a, p. 12).

Por fim, o general, em concordância com Plínio Corrêa de Oliveira, aponta que os comunistas continuam ativos em seu projeto de tomar o poder e que, mesmo após a derrota de 1935, o movimento político não foi extinto, mantendo suas influências.

Por essa razão, não nos é lícito julgar que os comunistas estejam, em qualquer situação, conformados ou desiludidos. Eles estão presentes em todos os lugares e em todos os momentos. Se atentarmos convenientemente para os fatos diários, para as publicações pessimistas, para todas as manifestações de inconformismo e de propaganda negativista, poderemos descobrir a sua influência clara ou encoberta. Infelizmente a Revolução Comunista não se encerrou com a fracassada intentona de 1935. Isto foi apenas a expressão inglória de seu começo (Carvalho, 1976a, p. 12).

Como apresentado anteriormente, o Golpe Civil-Militar passou a ocupar um espaço significativo nas páginas do jornal após sua fase inicial de divulgação. Primeiramente, difundiu-se o argumento de que o período do governo João Goulart estava imerso em uma grave crise econômica e política, marcada por um suposto caos social — sendo as greves um sinal claro desse cenário —, além do avanço contínuo do poder dos comunistas. Diante da iminência de uma revolução e da degradação do ambiente social, o Golpe de 1964 passou a ser apresentado como uma obrigação da Direita Militar para salvar o país. Em segundo lugar, o regime ditatorial foi retratado como responsável pelo crescimento econômico e pelo desenvolvimento nacional, “êxitos” atribuídos ao regime político instaurado pelo bloco

vitorioso no poder. Ou seja, para o *Letras em Marcha*, a Ditadura era vista como algo benéfico — inclusive considerada democrática e garantidora da liberdade —, devendo, portanto, ser obrigatoriamente defendida.

Por sua vez, ainda que o Levante de 1935 não tenha ocupado grande espaço no periódico, ele representou o retorno do discurso anticomunista para esses setores militares. Em outros termos, era necessário manter-se em alerta contra o “perigo vermelho”, que poderia destruir tudo o que a Ditadura havia conquistado. Excetuando-se essas duas edições, o restante do ano não contou com outros artigos que apresentassem posições políticas explícitas no jornal. No máximo, publicou-se uma notícia sobre os perigos da infiltração comunista, na *Letras em Marcha* nº 56, do mês de junho, com declarações do comandante da 5ª Região Militar, general Samuel Alves Correia, a respeito dos riscos dessa infiltração. Ainda que essa ação política tenha sido uma resposta aos acontecimentos do final de 1975, a longo prazo ela se consolidou como uma marca registrada do jornal.

Até o final do governo Figueiredo, houve anualmente uma edição especial dedicada ao Golpe de 1964, cuja defesa se baseava principalmente em argumentos econômicos sustentados por dados atualizados. O Levante de 1935 passou a ganhar maior destaque, com artigos mais incisivos, enquanto o discurso anticomunista tornou-se cada vez mais predominante na linha editorial do jornal, transformando-o em um espaço de expressão política para os chamados “Duros”.

No entanto, durante esses anos iniciais, a questão da Abertura Política sequer foi mencionada no *Letras em Marcha*, apesar de o processo de distensão ter se iniciado logo no começo do governo Geisel. Dessa forma, faz-se necessário compreender em que consistiu esse processo de transição para, assim, entender como esse grupo da Direita Militar alterou o foco de sua ação política, passando a lutar contra a redemocratização e a defender a manutenção da institucionalidade e do modelo de sociedade do regime ditatorial.

IMPRESSO

letras em marcha

CULTURA & NOTICIÁRIO MILITAR

ANO XIII

BRASIL, ABRIL DE 1984

PORTE PAGO
DR/RIO
ISR-52-153/81DEVOLUÇÃO GARANTIDA
DR
RIO
ISR 52 138 81

Nº 151

Vice da Chapa Serpa admite Brizola e comunistas 'legais' dentro do Clube Militar

No tópico "Candal: 'Demissão de Ministro decorreu de entrevista sensata", transcrição de "O Globo" de 21.03.84, o primeiro Coronel promovido a General depois da Revolução que baniu os comunistas do poder dá o

perfil da chapa "Soberania Nacional", encabeçada pelo General Andrada Serpa (pág. "6")

Na seção Estafeta 3 U (Cartas dos Leitores), sob o título "Brio e Memória dos Militares", publicamos carta em

que três ilustres Oficiais do Exército repudiam o posicionamento comunizolista dessa mesma chapa (pág. 13).

Sobre o mesmo tema, ler, abaixo, o editorial "A histórica opção de 16 de maio."



General Frota:

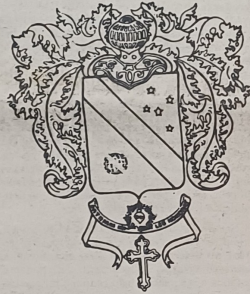
"Nosso País, imerso na maior crise político-econômico-social de sua história, precisa, desesperadamente, manter seu Exército coeso e disciplinado para os momentos das grandes decisões que possam vir."

— A frase é do ex-Ministro do Exército, General Sylvio Frota, extraída do artigo em que, à página "4", tece ponderadas considerações, a um tempo históricas e conjunturais, sobre os militares e a política, metuculoso trabalho elaborado especialmente para os leitores de *Letras em Marcha*.

A histórica opção de 16 de maio

Depois que foram publicadas a entrevista (exclusiva) do Exmº Sr General-de-Divisão Tasso Villar de Aquino a *Letras em Marcha* nº 150, de março último, e as sinceras declarações do Exmº Sr General-de-Exército Arthur Duarte Candal Fonseca em "O Globo" de 21 de março (transcritas nesta edição de LM à página "5"), ficou sobremaneira fácil para os dezoito mil eleitores do Clube Militar decidir em quem votar.

Os que quiserem nossa agremiação estudando e discutindo, como sempre o fez, os problemas brasileiros dentro de suas vetustas paredes e das páginas de



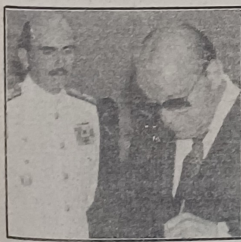
sua conceituada Revista (como, aliás, procede a Escola Superior de Guerra), deverá votar na Chapa General Tasso.

Por outro lado, os que desejarem a intromissão "muito democrática" de elementos como o Engenheiro Leonel de Moura Brizola e de comunistas "devidamente legalizados" em nosso histórico e venerável Clube Militar, poderão confiar seu voto à Chapa General Serpa.

Assim, depois das definições desses dois ilustres e conceituados chefes militares, tornou-se muito mais tranquila e consciente nossa opção em 16 de maio vindouro.

NOVO MINISTRO DA MARINHA

"Um País só é verdadeiramente independente quando é capaz de produzir os meios necessários à sua Segurança"



Com a presença de altas autoridades civis e militares, além de grande número de convidados, foi realizado em Brasília, no Ministério da Marinha, o ato de transmissão do cargo de Ministro da Pasta ao Almirante-de-Esquadra Alfredo Karam, pelo Almirante Maximiano da Fonseca. Na cerimônia foram lidas as palavras finais extraídas da Ordem de Serviço do Ministro Maximiano da Fonseca, onde estava consignado um breve relato das atividades no Ministério da Marinha durante sua gestão. A seguir, fez uso da palavra o novo Ministro, Almirante Alfredo Karam, cuja oração foi iniciada com palavras de fé nos destinos do Brasil, lembrando que as Forças Armadas, Comandantes e comandados, hoje como ontem, dão ao País tudo que deles se espera: aperfeiçoamento profissional, lealdade e patriotismo. Frizou que na Armada não há barreiras ou dificuldades, sempre que esteja em jogo o interesse nacional. Em outro trecho de sua oração, o Almirante Karam disse ser de grande importância o fato de se dar continuidade à construção naval militar, com base na indústria nacional. Salientou que os esforços já iniciados serão perseguidos com o maior empenho, porque "um País só é verdadeiramente independente quando é capaz de produzir os

meios necessários à sua segurança". Terminou concitando a todos os Oficiais e Subalternos a, irmanados no cumprimento do dever, lutarem pela profissionalização sempre crescente de nossa Marinha de Guerra.

O Alte Esqd Alfredo Karam pertence à Turma declarada Guarda-Marinha em 1944, tendo ascendido ao Quadro de Oficiais-Generais a 31 de março de 1973. É submarinista aperfeiçoado no Brasil, nos EUA e na Inglaterra, tendo comandado os submarinos "Riachuelo" e "Rio Grande do Sul". Comandou, também a Base Aérea Naval de S. Pedro da Aldeia, a Força de Submarinos, a Força de Transporte da Marinha, o 6º Distrito Naval (Ladário, MT) e o 1º Distrito Naval (Rio). Chefiou a Comissão de Recebimento de Submarinos na Inglaterra, o Estado-Maior do Comando de Operações Navais e foi Diretor-Geral do Pessoal da Marinha. Ao ser nomeado Ministro da Marinha, desempenhava, apenas há dois meses, as funções de Chefe do Estado-Maior da Armada.

Letras em Marcha deseja ao ilustre Ministro Alfredo Karam uma feliz e profícua gestão.

Um tenente é agora "imortal" da Academia Brasileira de Letras

(Ler à pag. 7)

4 AÇÃO POLÍTICA DO LETRAS EM MARCHA CONTRA A ABERTURA (1977-1985)

Conforme apresentado no capítulo anterior, para além das críticas à institucionalidade da Ditadura Militar, outro fator que contribuiu para consolidar a mudança não apenas no discurso, mas também em sua ação política — transformando o *Letras em Marcha* em um Grupo de Pressão — foi o processo de liberalização do regime, conhecido como Abertura Política.

Antes, cabe um parêntese. Em linhas gerais, o processo de redemocratização — isto é, a transição de regimes autoritários para regimes democráticos — não ocorre de forma linear e uniforme, sobretudo quando as próprias ditaduras detêm o controle desse processo, como demonstra Samuel Alves Soares:

A saída de uma ditadura para um novo regime não permite inferir que um regime democrático será realmente inaugurado, já que os resultados poderão, até mesmo, desembocar em retrocessos significativos. Se, entretanto, a política tomar o rumo da democratização, as transições urdidas e conduzidas pelas próprias lideranças do regime a ser superado - e com maior peso quando este regime é militarizado - proporcionam um grau de insegurança possivelmente superior a outras experiências, como as transições por colapso ou efetivamente negociadas, além de consolidarem antigas prerrogativas e estabelecerem outras que constituirão constrangimentos à efetivação da supremacia civil sobre os militares (Soares, 2006, p. 57-58).

As incertezas sobre como pode terminar um processo de mudança de regime aumentam, principalmente quanto mais militarizado for o governo, mas também de acordo com o grau de influência que o bloco no poder exerce sobre a transição. Isso diz respeito ao quanto os interesses desses grupos dominantes serão atendidos ao longo desse processo. Segundo Samuel Alves Soares (2006), o grau de influência do bloco no poder — seja ele civil e/ou militar — no processo de transição divide-se em três níveis: muito baixo, quando o regime autoritário colapsa; intermediário, quando as elites dominantes se desvinculam do governo; e alto, quando o próprio bloco no poder conduz a transição para um novo regime político, de acordo com suas próprias regras.

No caso brasileiro, o último grau é praticamente consensual. A Abertura Política foi um processo longo — de 1974 a 1990 —, que se estendeu pelos governos de Ernesto Geisel, João Figueiredo e José Sarney, tendo sido iniciada ainda durante a Ditadura Militar. Ao longo desse período, a caserna manteve o controle de todo o processo, tanto durante o governo militar quanto no subsequente governo civil. Esse alto grau de influência do bloco no poder explica o lema “lenta, gradual e segura” que orientou a Abertura.

Contudo, essa longa transição não teve como objetivo apenas a preservação dos interesses dos grupos dominantes. Segundo Décio Saes, a transição da Ditadura Militar foi, sobretudo, uma estratégia do bloco no poder para manter o controle sobre o processo político das classes subalternas. Essa mudança ocorreria por meio da alteração da forma das relações de força no interior do Estado burguês:

As variações na forma do Estado burguês correspondem a mudanças na relação de forças dentro do aparelho de Estado lato sensu: isto é, a relação de forças entre o conjunto dos ramos propriamente burocráticos desse aparelho (administração civil, polícia, Exército, Justiça etc.), de um lado, e um órgão de representação propriamente política (Parlamento), de outro lado. A forma ditatorial (em sua variante militar, que predomina historicamente e é a que nos interessa aqui) de Estado burguês consiste na monopolização, pela burocracia, de toda capacidade decisória propriamente estatal (o que não exclui a influência e as pressões, desigualmente exercidas pelas diferentes classes sociais, sobre os burocratas estatais, antes e depois de acionada a instância especificamente estatal do processo decisório), em detrimento do órgão de representação política (Parlamento); e implica, além do mais, a ascendência das Forças Armadas sobre os ramos civis no seio da burocracia (militarização do "Executivo"). Ao contrário, a forma democrática de Estado burguês significa a participação efetiva (embora não necessariamente dominante nem mesmo "equilibrada") do Parlamento no processo decisório estatal e, portanto, uma disputa incessante entre Parlamento e burocracia (sobretudo a militar) que tem como objeto o padrão de repartição da capacidade estatal total (Saes, 2023, p. 262-263).

Todavia, há de se lembrar que o discurso de retorno à normalidade democrática não era algo novo, estando presente desde os primórdios do Golpe Civil-Militar de 1964, com a ideia de uma intervenção rápida, apenas para “limpar a área” das esquerdas; ou na promessa de cada presidente da Ditadura de devolver o poder aos civis ao fim de seu mandato — inclusive no governo Médici, no qual surgiram propostas de aprofundamento da institucionalidade autoritária, como a de um modelo corporativista ou a de uma “mexicanização”, tendo como base o modelo de predominância do Partido Revolucionário Institucional (PRI) (Skidmore, 1988). Todavia, o que diferenciava os “Moderados” e o general Geisel dos “Duros” era que os primeiros tinham como projeto, para o bloco no poder, uma distensão da Ditadura Militar. Segundo Eliézer Rizzo, essa política de distensão:

[...] tem o duplo significado de preservar as Forças Armadas como partido militar apto a exercer o controle social e, no plano da instituição castrense, antecipar-se ao agravamento possível da crise de legitimidade que pudesse acarretar uma situação politicamente incontrolável de explosão social

(Oliveira, 1994, p. 41).

Para o autor, a distensão visava à preservação da influência política dos militares, por meio de um afrouxamento controlado do regime, antes que uma crise o derrubasse por completo. Ou seja, tratava-se de liberalizar o sistema enquanto a caserna ainda se encontrava em posição de poder e de negociação em seus próprios termos, em vez de aprofundar e manter a institucionalidade autoritária por tempo suficiente para conduzi-la ao colapso e à derrota completa. Nessa linha de análise, a institucionalidade criada após o golpe, a partir das contradições e disputas internas do bloco vitorioso no poder, já apresentava sinais de desgaste.

[...] a modalidade ditatorial militar de regime político burguês designa a impossibilidade prática de exercício das liberdades políticas (como a liberdade de palavra, a de reunião ou a de propaganda), a inviabilização da participação do sistema partidário "civil", pela via do Parlamento, no processo decisório estatal e a cristalização das Forças Armadas (ou do Exército, em particular) como o único partido real na cena política (Saes, 2023, p. 263).

Segundo David Maciel, havia lógica nesse raciocínio:

A emergência do projeto distensionista já na passagem do governo Médici para o governo Geisel deve ser entendida, conseqüentemente, como uma resposta da cúpula dirigente do Estado e do bloco no poder aos diversos sinais de que as contradições do modelo autocrático-burguês de transformação capitalista já estavam maduras e carregavam potencialidades instabilizadoras (Maciel, 2004, p. 90).

Assim, a formação de um regime ditatorial com elementos democráticos — fundamental para a consolidação de um modelo autocrático burguês e para o apaziguamento das lutas pelo poder entre suas frações — passou, naquele momento, a produzir efeitos distintos. Esses mesmos elementos passaram a representar limitações ao próprio regime político burguês e, conseqüentemente, ao controle das classes subalternas. Nessa linha de análise, entende-se que a institucionalidade autoritária estava atingindo um limite, o que poderia levar, em última instância, ao seu colapso, resultando em um processo de distensão no qual esses grupos teriam pouca influência na formação de uma nova institucionalidade.

Dessa forma, a distensão iniciada durante o governo Geisel tinha como objetivo manter o controle do bloco no poder ao longo de todo o processo político, ao mesmo tempo em que promovia uma liberalização controlada da institucionalidade autoritária. Tal processo

mantinha como base as transformações implementadas a partir do Golpe de 1964, adequando-as, porém, ao retorno dos civis ao poder. O objetivo central era a preservação da ordem estabelecida pelo bloco no poder desde 1964. Esse processo é indicado por Maud Chirio.

[...] a distensão foi parcialmente improvisada. Ela não constituiu o retorno negociado e por etapas à situação anterior ao golpe, uma anulação da ditadura, como as palavras empregadas pelo próprio poder ("abertura", "distensão", "descompressão") fizeram a oposição esperar. A política de Geisel, na verdade, foi mais uma tentativa de "institucionalização da revolução" segundo ideais autoritários do que de democratização. [...] A Constituição de 1967 deveria ter assentado a primeira pedra desse edifício (Chirio, 2012, p. 172).

Outro autor que também comenta sobre essa ideia inicial de distensão é David Maciel:

Em 1975, Golbery do Couto e Silva anunciou secretamente aos deputados do MDB Thales Ramalho e Ulysses Guimarães, (segundo depoimento deste último a Luiz Gutemberg) que o projeto distensionista do governo pretendia nada menos que a substituição do AI-5 por mecanismos legais que garantissem a "salvaguarda da ordem e do Estado", o fim do bipartidarismo (com o surgimento de um sistema de partidos situado entre o conservadorismo, o liberalismo e a social-democracia e que excluísse os "radicais" de direita e de esquerda) e até mesmo a possibilidade da anistia política. A substituição do AI-5 pelas salvaguardas legais era compreendida por Golbery do Couto e Silva, e também por Geisel, como uma forma de desarmar a radicalização política que a "legislação revolucionária" suscitava, ao mesmo tempo que restabeleceria a "normalidade" política no país sem deserdar o presidente do uso de "poderes excepcionais para "ocasiões excepcionais" (Maciel, 2004, p. 90).

Ou seja, a ideia inicial de uma liberalização que manteria a ordem política da ditadura confirma o fato de que houve uma transição política liderada pelo bloco no poder, o qual detinha o controle do processo transitório. Isso explicaria sua longa duração. Outro fator que também contribuiu para explicar esse processo gradualista foram as disputas internas na Direita Militar.

O gradualismo era necessário - na óptica do regime - para que o controle do processo fosse mantido, a fim de preservar a autonomia do aparelho militar, instituindo-se um novo padrão de intervenção. Ao mesmo tempo, constituía um fator de tranquilidade aos setores mais "Duros" que insistiam na perenidade da "revolução". Era imprescindível introduzir a transitoriedade "revolucionária", mas de forma a não gerar reações de monta nos setores da

repressão. Transitoriedade do regime e gradualismo na liberalização constituíam os limites da primeira fase da transição, de sorte que ações estratégicas mais audaciosas poderiam provocar desequilíbrios em favor dos “Duros” (Soares, 2006, p. 77).

Dessa forma, os “Duros” tornaram-se um problema para a distensão, em especial a “segunda linha dura”, formada a partir dos militares ligados aos órgãos de repressão e informação.

[...] a duplicidade de comandos, a superposição de funções e a falta de coordenação tornaram-se sérios problemas, que recolocaram na agenda militar a necessidade de re-hierarquizar as Forças Armadas. A autonomia do aparato repressivo e de informações, diante da cadeia de comando tradicional, tornava-se um grave problema dentro da institucionalidade autoritária regida pelo cesarismo militar. Durante o combate à esquerda armada, a ação repressiva do governo tornou-se fonte de legitimidade deste, junto ao bloco no poder em seu conjunto. Derrotada a esquerda armada, porém, a continuidade da repressão funcionava como mecanismo de deslegitimação. Além disso, essa autonomia conferia ao aparato repressivo e de informações uma força política própria, capaz de disseminar dissensões militares e de instabilizar o processo decisório concentrado na alta cúpula das Forças Armadas e no governo militar (Maciel, 2004, p. 94).

Vê-se que, assim como ocorreu no processo de institucionalização autoritária, a Abertura Política foi influenciada não apenas pelas disputas internas no bloco no poder, mas também pelas lutas da sociedade civil. Isso não significou uma perda total do controle por parte da caserna; entretanto, a distensão não se desenvolveu exatamente como fora planejado inicialmente. As disputas entre setores da sociedade civil e o governo, bem como os conflitos entre grupos e frações da direita militar, influenciaram o transcurso do processo de transição.

Tal dinâmica não ficou muito evidente nos primeiros anos do governo Geisel, apesar de já haver ataques ao processo de distensão provenientes de frações dos chamados “Duros”, ligados aos órgãos de repressão e à prática da tortura (Skidmore, 1988). Ainda assim, os “moderados” detinham o controle do processo de distensão, indicando que não haveria riscos imediatos à institucionalidade do regime. Um exemplo desse controle foi o Pacote de Abril, cujo objetivo era frear o avanço político da oposição em eleições futuras, diante do aumento da votação do MDB nos principais estados no pleito de 1974. Com isso, buscava-se não apenas manter a maioria governista, mas também consolidar o controle do governo sobre o processo de distensão. Entre as medidas outorgadas estavam a criação do “senador biônico”,

indicado pelo governo; a extensão do mandato presidencial para seis anos; e o aumento do número de representantes na Câmara dos Deputados, o que favoreceu a ARENA em detrimento do MDB. Embora, a curto prazo, o Pacote de Abril tenha sido bem-sucedido, suas medidas acabaram por radicalizar a oposição.

As reações ao Pacote de Abril, que na verdade prorrogou a distensão e a presença militar no governo por mais um mandato presidencial, manifestaram-se imediatamente no campo da oposição democrática, configurando tanto o avanço das posições oposicionistas no bloco no poder quanto a pluralização e o crescimento do movimento das classes subalternas. Por um lado, a oposição anticesarista (de conteúdo liberal e hegemônica pelas frações burguesas do médio e pequeno capital) avançou tanto na postura crítica de entidades da sociedade civil, como a OAB e a CNBB, como na radicalização política do MDB e na movimentação política de setores do empresariado - principalmente a burguesia do setor de bens de capital - ou, ainda, nas dissidências da Arena, pressionando pela volta do chamado "Estado de direito" e manifestando certa desconfiança em relação às intenções distensionistas do governo. [...] No plano político, a resposta imediata do campo da oposição democrática às alterações operadas pelo Pacote de Abril foi a proposta de realização de uma Assembleia Nacional Constituinte. Em linhas gerais [...] implicava a ruptura com a institucionalidade autoritária em termos legais e políticos (Maciel, 2004, p. 154).

Foi a partir de 1977 que as disputas internas na Direita Militar entre o “grupo palaciano” e os “Duros” se radicalizaram, com a intensificação dos ataques destes últimos em relação a momentos anteriores.

[...] os libelos são com frequência dirigidos contra indivíduos precisos, em especial Golbery do Couto e Silva - a "novela da traição" é batizada como série de "panfletos anti-Golbery" por um de seus autores - e, logo depois, contra o próprio Geisel. Enquanto, desde o golpe, os conflitos de facções no interior das Forças Armadas permaneciam no âmbito de certa camaradagem e respeito pelos colegas de farda, doravante os principais detentores do poder serão claramente identificados como inimigos. Os presidentes Castelo Branco, Costa e Silva e Médici haviam sido poupados, inclusive pelos mais virulentos detratores de sua política. Geisel é o primeiro a ter uma imagem degradada e a sofrer ataques pessoais por parte dos descontentes (Chirio, 2012, p. 190).

Essas disputas internas atingiram seu ápice no segundo semestre de 1977, com a candidatura do general João Figueiredo, então chefe do SNI, à sucessão presidencial, e com a crise militar envolvendo o ministro do Exército, general Sílvio Frota. Antes, cabe um

parêntese importante. Ao contrário dos presidentes anteriores, o general Ernesto Geisel definiu seu sucessor com antecedência. Segundo Merval Pereira e André Stumpf, essa decisão ocorreu por um motivo caro ao grupo dos chamados “Moderados”.

[...] todos lembraram a necessidade de estar escolhido o sucessor antes mesmo da posse de Geisel, pois, na opinião generalizada, foi este o detalhe que fez o Presidente Castello Branco [...] ter engolido a contragosto a candidatura imposta do ministro do Exército, General Costa e Silva. [...] o Presidente Castello Branco não tinha se fixado em um nome para a sua sucessão, o que dificultava as manobras do seu grupo. Houve uma época em que o preferido era o General Bizarria Mamede, outra em que o Marechal Cordeiro de Farias tinha as preferências. O Ministro Juracy Magalhães também esteve cogitado, e, em certo período, até mesmo o Governador Carlos Lacerda foi pensado pelo Presidente Castello Branco. O episódio, que o grupo convencionou a chamar de I Guerra Mundial - a sucessão de Castello Branco - foi perdido pela falta de definição (Pereira; Stumpf, 1979, p. 22).

A falta de um sucessor claramente definido representava um risco para a continuidade de seu projeto político, além de deixar em aberto a liderança do bloco no poder para disputas internas, abrindo espaço para que alguma candidatura indesejada ganhasse força. O que, na prática, se confirmou como verdadeiro. O principal exemplo disso ocorreu na sucessão de Castelo Branco. Isso também se repetiu entre os “Duros”, com Costa e Silva falecendo sem escolher um sucessor, a candidatura do general Albuquerque Lima pelas frações fora do poder e a escolha do general Médici pela “linha-dura governista” durante o período da Junta Militar, bem como na própria escolha do general Geisel para a sucessão de Médici. Ao escolher o general João Figueiredo como sucessor, demonstrou-se a importância que os “Moderados” atribuíam à continuidade de seu projeto de distensão.

Cada episódio era alardeado pelo grupo palaciano como demonstração das intenções de Frota de se impor como candidato à sucessão de Geisel e, mesmo, de procurar minar a autoridade deste, de modo a poder impor suas próprias normas ao Governo. A imprensa era incentivada a apresentar o nome de Frota como provável sucessor de Geisel, enquanto o grupo denunciava tal manobra, por eles feita, como de iniciativa do Ministério do Exército. Por outro lado, todos os excessos por acaso praticados por elementos dos órgãos de segurança e informações eram também debitados ao General Frota, o que criva mais atrito entre o Presidente e seu ministro (Abreu, 1979, p. 114).

O próprio Sylvio Frota considera sua demissão um ato ultrajante, de deslealdade e de calúnia, articulado pelo Palácio do Planalto e pelo chefe da Casa Civil. Ou seja, pelos

“Moderados”, sob a liderança de Golbery do Couto e Silva.

Os acontecimentos de 12 de outubro de 1977 tiveram suas raízes na ambição política que dominava os homens do Planalto, geravam-se no ambiente de fervilhantes intrigas que ali pululavam e vieram a público sob caluniosas imputações e mentirosos esclarecimento. Foi um quadro infame - obra-prima dos tartufos do Planalto - confeccionados por mãos hábeis no uso do pincel da falsidade. A fraqueza humana, comparsa do poder, guarneceu-o com a moldura de ébano da deslealdade de alguns generais (Frota, 2006, p. 499).

Com isso, é possível perceber que os próprios “Duros” reconhecem a derrota — ainda que de forma desonesta em suas palavras — na liderança do bloco no poder. Contudo, esse mesmo cenário de disputa interna na Direita Militar abriu espaço para que parte dos “Duros” adotasse um discurso de radicalização da Abertura. Foi nesse contexto que a oposição organizou a candidatura do general Euler Bentes Monteiro (MDB), a qual também contou com o apoio do grupo de pressão Centelha Nativista (Pereira; Stumpf, 1979).

Pela primeira vez, oficiais que reivindicam a "revolução democrática" de 31 de março associam-se à esquerda civil inserida no sistema institucional, isto é, o MDB, a fim de disputar e conquistar o poder. O afrouxamento da censura à imprensa e a ampliação das liberdades concedidas à oposição dão uma forte visibilidade a essa mobilização, embora a exigência de apolitismo dos militares, endurecida por uma década de ditadura, obrigue a maioria dos atores a permanecer na clandestinidade e no anonimato. O jogo político que se organiza em torno da cadeira presidencial escapa então à dicotomia moderados/"linha dura": a oposição ao poder militar segue uma linha mais democrática e liberal do que este, ainda que se cristalice em torno de um candidato ajustado ao perfil exigido pela praxe do regime, isto é, um general de quatro estrelas. Além disso, Euler é apoiado por dissidentes históricos do poder, muitos deles membros da "primeira linha dura" (Chirio, 2012, p. 207).

No entanto, o principal resultado foi o fim do projeto de distensão da institucionalidade autoritária. Não havia mais conjuntura política favorável a uma liberalização da Constituição de 1967. Assim, tornou-se fundamental um processo de redemocratização, com a formação de uma nova institucionalidade. Isso ficou evidente durante o processo de sucessão, quando as duas candidaturas discutiam quem promoveria a Abertura mais ampla. Nesse ponto, para além das disputas dentro do bloco no poder, outros atores políticos, originados da sociedade civil, começaram a pressionar por um processo mais redemocratizante. Organizações como a OAB e a CNBB, entre outras, bem como os trabalhadores e o movimento sindical — tendo como principal exemplo o Sindicato dos

Metalúrgicos, liderado por Luiz Inácio Lula da Silva — desempenharam papel relevante nesse contexto.

Ao final, mesmo com a vitória da candidatura oficial de João Figueiredo (ARENA), que manteve a coesão do bloco no poder e, conseqüentemente, do partido governista na eleição indireta, firmou-se um cenário de disputa entre a reforma da institucionalidade do pós-64 e a redemocratização, que visava substituir a ordem autoritária. Como veremos, mesmo com o distanciamento do projeto inicial de distensão do regime, o governo Figueiredo manteve o controle de todo o processo transitório.

Um desses primeiros exemplos foi a aprovação da Lei da Anistia. Trata-se de uma reivindicação de parcela da sociedade civil do período. A solução aprovada pelo governo beneficiou tanto os presos e exilados por crimes políticos, restabelecendo seus direitos políticos, quanto os agentes do governo, em especial aqueles ligados à repressão. A medida acabou desagradando tanto a oposição, por impedir que militares fossem responsabilizados judicialmente em casos de tortura e mortes, quanto os militares “Duros”, que viram o retorno à vida pública de várias lideranças políticas e “subversivos” que haviam derrotado, fazendo com que seus esforços parecessem em vão e os ideais de 1964 fossem traídos. Ainda assim, naquele momento, a Anistia significou que:

[...] o governo conseguia avançar definitivamente na passagem da distensão para a abertura, pois completava o processo de ampliação e pluralização da esfera de representação política iniciado com as reformas de 1978. No entanto, sua estratégia de transição à democracia continuava informada por uma perspectiva autocrática, pois além das limitações impostas à ação política de inúmeros ativistas vinculados à oposição antiautocrática, a Lei de Anistia garantia a preservação do aparelho repressivo e de informações e a sobrevivência política dos setores duros do governo e das Forças Armadas, fortemente orientados para a preservação do cesarismo militar por longo tempo ainda (Maciel, 2004, p. 2005).

Ou, no caso, foi da reforma partidária que resultou na volta do pluripartidarismo, mantendo o governo o controle da arena de disputa política. Com as mudanças, a ARENA transformou-se no Partido Democrático Social (PDS) e o MDB no Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB). Nesse período, surgiram também o Partido dos Trabalhadores (PT), o Partido Democrático Trabalhista (PDT), o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e o Partido Popular (PP), este último existente até março de 1982, quando se

fundiu ao PMDB. O resultado prático foi a manutenção da coesão do partido governista, ao mesmo tempo em que fragmentou a oposição, dividida em três partidos.

Mesmo com o avanço da redemocratização, o bloco no poder manteve o controle do processo de transição, já que nenhuma medida adotada contrariava a ordem do regime. Isso se evidenciou, por exemplo, com o voto vinculado e a proibição de coligações para o pleito de 1982.

Entretanto, para os militares “Duros”, essas medidas se afastavam dos ideais de 1964, tornando cada vez mais concreta a possibilidade do fim da institucionalidade do regime e a consequente derrota de seu projeto de poder. O resultado foi a radicalização de algumas frações do grupo. Certos desses grupos adotaram o terrorismo como ação política, realizando atentados a bomba com o objetivo de interromper o processo de transição gradual.

Eles sofreram um revés com o atentado do Riocentro, em 30 de abril de 1981. O ataque pretendia causar uma série de explosões no Centro de Convenções do Riocentro, durante o show do 1º de Maio, e culpar a esquerda pelo atentado. No local, havia cerca de 20 mil pessoas. No entanto, o plano falhou quando uma das bombas explodiu dentro do carro, matando o sargento Guilherme Pereira do Rosário e ferindo o capitão Wilson Machado. As consequências desse episódio se refletiram no processo de Abertura Política.

Em primeiro lugar, o episódio significou o fim dos atentados perpetrados pela extrema direita inconformada com a transição, certamente em troca da impunidade de seus autores. O segundo efeito importante deste caso foi a inviabilização de uma suposta candidatura do general Medeiros, chefe do SNI, à sucessão de Figueiredo. A terceira consequência política do episódio foi a demissão do general Golbery de seu cargo de ministro-chefe da Casa Civil, que ocupava desde a presidência Geisel, já que ele exigia a apuração completa dos atentados (Arturi, 2024, p. 220).

Se, por um lado, a demissão de Golbery do Couto e Silva do governo representou uma vitória para os “Duros”, por outro também resultou no enfraquecimento do projeto original de distensão e, consequentemente, na manutenção da institucionalidade autoritária. Ainda assim, os militares mantiveram o controle do processo. Essa situação fica evidente nas eleições gerais de 1982. Nesse pleito, a oposição obteve vitórias nos maiores centros econômicos e políticos do país, com Franco Montoro (PMDB) em São Paulo, Tancredo Neves (PMDB) em Minas Gerais e Leonel Brizola (PDT) no Rio de Janeiro. Por sua vez, o PDS manteve o controle da maioria dos estados, além de assegurar uma maioria simples no Senado

e no Colégio Eleitoral.

Dessa forma, percebe-se que, embora o regime militar não tivesse mais a mesma força inicial no processo de distensão, ainda assim possuía um grau significativo de controle sobre os rumos da transição. Um exemplo disso foi a rejeição da Emenda Dante de Oliveira, em 1984, quando se manteve a próxima eleição presidencial de forma indireta, a ser realizada pelo Congresso Nacional via Colégio Eleitoral, apesar de toda a mobilização popular em torno das eleições diretas, demonstrando a força da Ditadura Militar.

O mesmo não pode ser dito sobre as eleições presidenciais indiretas de 1985, nas quais a oposição saiu vitoriosa. Com o governo fragmentado entre vários pré-candidatos e com uma dissidência política do PDS, formada contra o candidato governista escolhido, Tancredo Neves (PMDB) foi eleito presidente, em 15 de janeiro de 1985, com 480 votos, contra Paulo Maluf (PDS), que recebeu 180 votos. Após 21 anos, o poder foi devolvido aos civis. Isso não impediu que houvessem manobras políticas de parte da caserna contra a eleição de Tancredo; mas as mesmas foram neutralizadas (Gaspari, 2016). No cômputo geral, mesmo com suas disputas internas, os militares mantiveram o controle durante o processo transitório.

Segundo Maciel:

[...] assim, a vitória da candidatura presidencial de Tancredo Neves consolidou um processo de transição política cujos marcos históricos já se encontravam definidos no próprio projeto de distensão e no encaminhamento do processo de abertura. (Maciel, 2004, p. 320).

Dessa forma, no processo de Abertura Política, embora tenham ocorrido mudanças ao longo do tempo, os militares, em termos gerais, mantiveram o controle durante a transição, mesmo que o resultado final não tenha caracterizado uma verdadeira distensão.

Ainda que se considere que o projeto de distensão tenha se constituído por uma complexa dialética de concessão e conquista entre o regime e outros atores políticos mais empenhados na democratização, a capacidade de iniciativa confinou-se aos militares, o que impõe a verificação das condicionantes que se apresentavam para que um processo de distensão tivesse início. [...] a posição de O'Donnell e Schmitter traduz com maior pertinência os fatos ocorridos no caso brasileiro. Admitem os autores que pressões internacionais podem contribuir para o início de um processo de transição, mas os fatores domésticos são predominantes, entre eles "importantes divisões no próprio regime autoritário, principalmente ao longo da fronteira flutuante que separa os duros dos brandos", aliadas à insatisfação de parcelas da burguesia que assistiam apreensivas à ocupação de espaços na

economia por órgãos estatais e apoiavam uma democratização de alcance limitado (Soares, 2006, p. 58).

É a partir dessa relação complexa entre os fatores domésticos que se levanta um ponto relevante. Partindo do referencial metodológico Instrumental-Dialético, observa-se que as disputas internas entre as frações da Direita Militar influenciaram o processo de Abertura Política, conforme discutido anteriormente. Embora parte de seus expoentes não se opusesse a esse processo, a maioria dos discursos e ações contrários à redemocratização foi promovida pelos chamados “Duros”. Ao que tudo indica, quando o projeto de distensão — que buscava manter a institucionalidade — foi perdendo espaço, essas frações se radicalizaram. É nesse contexto que se insere o *Letras em Marcha* e sua ação política, a qual será analisada a seguir.

4.1 A mudança de Ação Política durante o governo Geisel

Conforme discutido anteriormente, é possível afirmar que o fato de a Abertura Política ter iniciado em um contexto de distensão do regime pode explicar por que o tema não foi abordado pelo periódico. Ou seja, como o governo Geisel pretendia realizar uma liberalização, mantendo a institucionalidade da Constituição de 1967 e reformando apenas alguns pontos para permitir o retorno dos civis ao poder, não havia risco ao modelo de sociedade estabelecido.

Nas publicações do jornal *Letras em Marcha*, segundo a análise de seu conteúdo realizada nesta pesquisa, observou-se que não havia referências à necessidade de modificar ou mesmo radicalizar a Ação Política em defesa do Regime Militar, uma vez que o projeto de poder dos “Duros” parecia, aos olhos de seus defensores, destinado a permanecer indefinidamente. Com isso, o foco foi direcionado para a estratégia da cultura e do noticiário da caserna, com discursos políticos mais incisivos em determinadas situações.

Outro fator que explica essas ações políticas breves foram as medidas de recuo no processo de Abertura. Tanto a Lei Falcão, em julho de 1976, quanto o Pacote de Abril, em abril de 1977, indicaram um controle maior sobre o processo de distensão. Buscando evitar o aumento do poder político e da influência da oposição — como evidenciado nas eleições de 1974 —, essas medidas tinham como objetivo consolidar a ideia de uma liberalização que preservasse a institucionalidade do regime, ainda que reformada. Para os organizadores do

Letras em Marcha, esse fato parecia sinalizar que o modelo de sociedade criado a partir do Golpe de 1964 continuaria seguro.

Foi nessa linha de ação que, durante boa parte de 1977, o periódico manteve a mesma estratégia do ano anterior, publicando notícias ocasionais que alertavam os leitores sobre os perigos do comunismo, como na edição n.º 63. Por sua vez, a edição n.º 65 (1977c) contou com a colaboração dos marechais Odylio Denys e Mário Poppe de Figueiredo no registro da memória do Golpe Civil-Militar.

A questão da Abertura não estava em pauta, tanto que, no artigo “A distensão”, de Neomil Portella Ferreira Alves, fundador do periódico, o tema tratado foi a distensão que os conscritos sofrem durante o treinamento físico (1977c). No entanto, os organizadores não estavam alheios à opinião pública em relação à Ditadura Militar. O artigo “Uma exemplar lição, a de 1964”, do coronel e então senador Jarbas Passarinho, evidencia a preocupação com a “campanha de difamação” que o regime vinha sofrendo

Passados treze anos, o que se vê, agora, é o resultado da pertinaz campanha dos inimigos internos e externos da Revolução brasileira. Somo apresentados lá fora, graças a uma central de desinformação bem paga pelo comunismo internacional, aliado ao excessivo e suspeito selo unilateral dos radicais-liberais, como cruel e horrenda ditadura militarista, que não discute as ideias, preferindo matar o que as têm, desde que os torture antes. Aqui dentro, a opinião pública facciosamente, começa a dar sinais do Êxito da catequese de comunistas, revanchistas e equivocados, numa *ménage à trois* extremamente estranha, mas perigosa (Passarinho, 1977, p. 07).

Apesar disso, essa questão não parecia indicar, naquele momento, um problema grave para o *Letras em Marcha*, que continuou com sua ação política. Contudo, o projeto de candidatura do general Sílvio Frota à sucessão presidencial seria o ponto de virada para o grupo de pressão. Até então, no periódico, o ministro do Exército não recebia muitos holofotes. A breve biografia publicada em sua posse, sem maiores bajulações, e as notícias relacionadas a aspectos técnicos, como a aquisição de material bélico, mostravam que sua figura política ainda não estava no radar público.

Porém, com o lançamento de sua candidatura, Sílvio Frota passou a representar a defesa dos valores e ideais do golpe de 1964, especialmente dos chamados “Duros”, bem como a continuidade da institucionalidade autoritária e do seu modelo de sociedade. O jornal estava atento ao desenrolar dessa situação.

No *Letras em Marcha* nº 71, publicada em setembro, a questão da redemocratização apareceu de forma bastante clara. Logo na primeira página, havia três breves textos críticos a uma possível retomada da institucionalidade democrática: “Volta aos Quartéis”, “A União dos Militares” e “A 'Volta' ao Estado de Direito”. Este último trouxe comentários críticos do presidente do Clube dos Diretores Lojistas do Rio de Janeiro, Dr. Sylvio Cunha, que afirmava não haver preocupação com a volta do Estado de Direito, pois este seria algo que já não existia mais, além de criticar o retorno ao modelo anterior em detrimento do regime militar.

Se Estado de Direito é aquele em que o terrorismo explode bombas que matam inocentes; em que as badernas de rua perturbam a vida normal das cidades com greves constantes, e paralisam a economia do País; em que uma pseudo-ideologia pode medrar livremente solapando a Democracia, então, realmente, nós empresários não estamos muito preocupados com esse Estado de Direito num País onde o terrorismo foi extirpado, de onde foram banidas as badernas de rua e as paralisações ilegítimas do trabalho, e onde a Democracia está livre de seu inimigo figadal" (A “Volta” [...], 1977, p. 01).

Além disso, o jornal trouxe duas notícias de cunho político: uma em que o então secretário de Segurança de São Paulo, coronel Erasmo Dias, afirmava que a tortura no DOPS paulista era “uma mentira dos comunistas” e que processaria quem propagasse essa “calúnia”; e outra em que o general Silvio Frota declarava que processaria aqueles que tivessem difamado o Exército. Segundo o ministro:

Os jornais têm divulgado, constantemente, matéria que direta ou indiretamente, visa a atingir o Exército, emitindo referências depreciativas e, não raro, insultuosas. Contra seus integrantes de todos os níveis da hierarquia, deformando fatos e enodoando-lhes a imagem, construída ao longo de um passado de lutas e idealismo pelo bem do País. [...]. Em circunstâncias como esta, o Ministro, na qualidade de Comandante superior do Exército e de seu defensor natural, adota a providência legal para responsabilizar, criminalmente, as ofensas, com o objetivo de aguardar, confiante na Justiça, abata-se sobre os detratores o rigor da lei. Acaba, portanto, de encaminhar representação, a quem de direito, em defesa da honra da nossa instituição, tão vilmente atingida." (General [...], 1977, p. 07).

Mesmo que de maneira discreta, pela primeira vez o *Letras em Marcha* expressava descontentamento diante da possibilidade de um processo de abertura política mais ampla, que pudesse significar um retorno à antiga democracia, derrotada em 1964. Por sua vez, a notícia envolvendo Silvio Frota apresenta caráter ambíguo. À primeira vista, parecia indicar apoio à

sua figura política, inclusive por ser defensor da instituição. No entanto, na edição seguinte, após sua demissão, o jornal publicou uma nota anônima intitulada “Em Defesa da Democracia”, direcionada ao “respeitado Chefe Militar, antigo Ministro da Guerra, hoje na Reserva”. Segundo essa nota:

"Para ter a tranquilidade que o País deseja, estão muito certos alguns escalões do Governo ao afirmarem que, enquanto não houver na legislação brasileira instrumentos hábeis que restrinjam ou impeçam a propaganda comunista, não se deve diminuir o poder da Revolução, invalidando o AI/5. É bom lembrar que a Revolução foi desencadeada por ter ficado evidenciada a incapacidade dos congressistas em impedir que o marxismo se instalasse definitivamente no Brasil, com a outorga de uma Constituição sindicalista. No presente momento, mesmo, comunistas, cripto-comunistas, socialistas - esquerdistas em geral – estão em franca atividade deletéria, dividindo os democratas, aparentando força, falando em nome da nação como se fossem maioria, promovendo agitações de estudantes para então, numa outra fase, estioladas as forças, assenhorearem-se do poder. Pela força ou pela manobra" (Em Defesa [...], 1977, p. 03).

Em outras palavras, o Grupo de Pressão concorda com os questionamentos do ex-ministro em relação ao processo da Abertura Política, que, sem uma legislação hábil para manter o “poder da Revolução” intacto — ou seja, uma distensão que reformasse a estrutura do regime —, não deveria abolir a institucionalidade autoritária. Contudo, as ações tomadas pelo grupo acabaram por prejudicar o regime militar, beneficiando os grupos favoráveis a um projeto de redemocratização. A partir disso, argumentando que os comunistas, em seu sentido mais amplo, estavam ganhando espaço e avançando no debate sobre a transição, o *Letras em Marcha* passou a modificar sua Ação Política, criticando abertamente o projeto de uma transição que alterasse a institucionalidade. Isso ocorreu a partir de janeiro de 1978.

No *Letras em Marcha* nº 75, logo na primeira página, o artigo “Democracia à nossa maneira” trouxe, na íntegra, a transcrição da carta de um leitor do periódico, Oswaldo Lucas, que defendia a manutenção da ordem política estabelecida pela Constituição de 1967, criticando uma reabertura democrática mais ampla:

Nestes dias finais do ano, tem se avolumado o noticiário político do País em torno da chamada "reabertura democrática", anseio indubitável de toda uma grande classe, qual seja a dos próprios políticos. Acredito, no entanto, que a grande massa esclarecida do povo brasileiro pouco se interessa, ou mesmo não deseja que tal fato venha a acontecer, permanecendo imensamente contente com o regime político atual, isto é, com a "democracia à nossa

maneira", tão apregada pelo Presidente Geisel. Aliás, diga-se de passagem, uma democracia que tem conduzido o Brasil a um desenvolvimento sócio-econômico incontestável. Em relação à reabertura democrática, se não bastasse o desinteresse do povo, dois fatos devem nos chamar a atenção pela sua impraticabilidade, ao menos de momento. O primeiro deles refere-se a uma enquete realizada nas ruas de S. Paulo, por um dos nossos canais de televisão, no dia 15 de novembro, quando a unanimidade dos entrevistados ignorava o significado da data e, outra grande maioria, não sabia que a República havia sido proclamada no Brasil. O mais esclarecido dos entrevistados tinha conhecimento de que D. Pedro I (sic) tinha sido o responsável pelo evento [...] O outro lado, tão lastimável quanto o primeiro, refere-se ao lançamento da candidatura à deputação federal de famoso goleiro de um dos quadros de futebol de nossa cidade. Logo à deputação federal, como se a Câmara dos Deputados fosse um lugar de reunião de despreparados culturais e políticos! Esteja certo de que o lugar de goleiro já está garantido, não por seus dotes culturais e políticos, que esses não os têm, mas sim pelo "charme" pessoal que o torna alvo das atenções femininas. Como conclusão desses fatos, desejo afirmar que não podemos e não queremos uma democracia plena, pois, com o grande número de analfabetos e de semianalfabetos que constitui o grosso de nossa população, temos que ficar com a "democracia à nossa maneira", onde o povo é conduzido ao caminho da ordem, da disciplina e do progresso pelas nossas Forças Armadas, onde se agrupam homens de capacidade moral e intelectual, dotados de acendrado espírito patriótico. Oxalá continue o Brasil, por muitos anos ainda, nos rumos da "democracia à nossa maneira", "para o bem de todos e felicidade geral da Nação. (Democracia [...], 1978, p. 01).

Abordaremos os conteúdos referenciados acima por etapas.

Entre os motivos que levam o leitor a defender a institucionalidade autoritária estão os argumentos recorrentes relacionados ao desenvolvimento e progresso econômico e social, bem como à manutenção da disciplina e da ordem pelo regime.

No entanto, duas outras justificativas aparecem em seu discurso. A primeira refere-se ao desinteresse do povo brasileiro pela política. Para o autor, não faria sentido promover uma mudança de institucionalidade diante de uma grande massa pouco interessada nesse tipo de debate. Ele cita, como exemplo, uma pesquisa sobre o desconhecimento e a indiferença da maioria dos paulistas em relação à Proclamação da República, o que é curioso, pois contrasta com o argumento dos "Duros" de que o regime teria reavivado o fervor patriótico na população.

A segunda justificativa, de ordem elitista, baseia-se no argumento recorrente de que o povo não sabe votar, e que seria um erro retornar a uma antiga e superada ordem constitucional que concedesse mais poder às mesmas pessoas. O autor exemplifica essa

posição com a candidatura de um goleiro famoso a deputado federal, destacando que as pessoas votariam nele em razão de sua carreira esportiva, e não por critérios técnicos, profissionais ou por suas propostas políticas. Ele acrescenta que, segundo essa visão, o voto feminino seria influenciado exclusivamente pela beleza do candidato.

Diante disso, o texto citado conclui que uma democracia plena seria um erro fatal para uma população formada majoritariamente por analfabetos e semianalfabetos, e que manter a institucionalidade do regime seria o caminho correto, representando uma forma de democracia mais apropriada à realidade brasileira.

Além disso, o discurso dialoga fortemente com a Teoria das Elites, considerando os militares como uma classe superior, mais instruída e com maior poder de discernimento para a sociedade e a política, e enxergando o regime autoritário como democrático. Mesmo com eleições indiretas para presidente, governadores e prefeitos de capitais e cidades de segurança nacional, mudanças nas regras eleitorais para garantir a maioria do partido governista e diversas medidas que conferiam plenos poderes ditatoriais – como o AI-5 – eram percebidas pelos leitores do *Letras em Marcha* como elementos de uma democracia real, inclusive mais adequada à realidade brasileira.

Isso demonstra que a manutenção de alguns elementos liberais da democracia – dois partidos políticos, eleições diretas para o legislativo em municípios médios e pequenos, eleições regulares, entre outros – foi uma estratégia inteligente, pois criou a impressão de existência de uma democracia até plena entre 1964 e 1985, ideia que ainda persiste nos dias atuais. Assim, é mais perceptível um regime autoritário centrado em uma única figura e sem elementos democráticos do que um regime ditatorial que preserva aparência democrática.

Essa discussão continuaria a ocupar as páginas do jornal. No *Letras em Marcha* nº 77, em mais uma edição especial sobre o Golpe Civil-Militar, foram publicados três artigos defendendo a manutenção das eleições indiretas. O primeiro, do vice-almirante Acyr Dias de Carvalho Rocha, intitulado “Eleições diretas ou indiretas?”, apresenta argumentos puramente técnicos, semelhantes aos adotados em outros países que utilizam esse sistema.

Em 27 Repúblicas o Presidente é eleito, indiretamente por Colégio Eleitoral de composição prevista nas constituições nacionais. Nas Américas são eleitos indiretamente os Presidentes do Brasil, Estados Unidos, Guiana, Suriname e Trinidad-Tobago; na Europa, a Alemanha Ocidental, Finlândia, Itália, São Marinho e Suíça têm seus Presidentes eleitos por essa maneira, o

que acontece na Ásia em Chipre, Coréia do Sul, Índia, Israel, Singapura, Síria, Sri Lanka, Taiwan, Turquia e União dos Emirados Árabes. Na África, é este sistema adotado na África do Sul, Djibouti, Egito, Quênia, Rodésia e Transkei e na Oceania, em Nauru (Rocha, 1978, p. 07).

E o segundo é a quantidade de pessoas que vivem neste tipo de regime:

As 23 Repúblicas que elegem seus Presidentes pelo voto popular direto têm uma população total de 232.083.000 habitantes, o que representa cerca de 6% da população mundial (3.740.826.000 habitantes - dados do YB, 1977). As 27 Repúblicas que elegem seus Presidentes por métodos indiretos somam 1.254.940.000 habitantes, ou sejam 33,54% do total. As Monarquias Constitucionais, em número de 30, têm 372.892.000 habitantes que correspondem a 9,9% e as 59 eventuais Ditaduras, com uma população total de 525.859.000 habitantes representam 14% do total. Finalmente, os 21 países sob o regime comunista, com seus 1.342.67.000, são 35% da população mundial (Rocha, 1978, p. 07).

Assim, entre os motivos que justificam a adoção das eleições indiretas durante a Ditadura, destacam-se a existência de países que também utilizavam esse modelo, como os Estados Unidos, Alemanha Oriental, Coreia do Sul, Taiwan e África do Sul, entre outros; e o fato de o Brasil integrar o segundo sistema eleitoral em abrangência populacional, perdendo apenas para o sistema comunista. Nesse contexto, o autor faz a conclusão de porque as eleições indiretas seriam mais adequadas ao Brasil, considerando-se, inclusive, a perspectiva anticomunista:

- a. A simples leitura dos nomes dos países que elegem seus Presidentes diretamente pelo voto popular, nos mostra ser a França a única potência que, atualmente, usa esse processo eleitoral;
- b. Cerca de 70% da população mundial adota o sistema indireto na escolha de seus dirigentes máximos;
- c. Se considerarmos que, nos países em que a votação é direta, os candidatos são indicados pelos Partidos Políticos, vemos que, realmente, não há eleições diretas em nenhuma parte do mundo, sendo DEMAGOGIA ou orientadas pelo comunismo internacional, as campanhas pelas eleições diretas, em nossa Pátria.

Para que não paire qualquer dúvida e no sentido de evitar inúteis polêmicas, deixamos bem claro que respeitamos a opinião de todos os sinceros democratas que defendem as eleições indiretas, MAS LEMBRAMOS A ESSES PATRIOTAS QUE, NO BRASIL OS COMUNISTAS TAMBÉM A DEFENDEM, E COM ARDOR (Rocha, 1978, p. 07).

O segundo artigo é de autoria do major Pedro Schirmer, intitulado “O Brasil é uma

democracia?”. Segundo o autor, todas as discussões do período acerca de democracia, Estado de Direito, redemocratização e Direitos Humanos têm como objetivo difamar o regime militar, sendo orquestradas por seus inimigos: os comunistas e os defensores da ordem institucional vigente antes do golpe de 1964.

Esta orquestração é engrossada pelo coro saudosista dos pregoeiros da baderna, que pretendem fazer crer que o Brasil não é uma Democracia porque o povo não escolhe diretamente o Presidente da República. Estes mesmos trombeteiros julgam, entretanto, ser democrático o regime em que as cúpulas partidárias - e somente elas - decidem apresentar, após conchavos em que os ingredientes da barganha nem sempre - para não dizer nunca - estão de acordo com os interesses mais altos da nação, os candidatos nos quais a massa de eleitores vota livre e democraticamente ... sic. Estes fariseus de filosofias políticas consideram democrático o país onde o Partido Comunista, constituído de uma pequeníssima minoria, é o único partido político a praticar o jogo dito democrático. Os candidatos que concorrem a cargos eletivos têm que ser obrigatoriamente membros do único partido que agirá em nome da grande maioria da população (Schirmer, 1978, p. 12).

Com isso, o autor critica a institucionalidade democrática por meio do discurso habitual do “Duros”, associando esse modelo de regime à corrupção e à política no sentido mais negativo e pejorativo.

Chamam Democracia o país em que os candidatos saídos das convenções partidárias vão buscar em diferentes grupos econômicos o apoio necessário às suas eleições com o compromisso de defenderem os interesses de quem os apoiou financeiramente na campanha eleitoral, quando no exercício do mandato conferido democraticamente pelo voto popular. Interesses que muitas vezes estão em total desacordo com as aspirações daqueles em cujo nome é exercido o mandato. Esquecem que política é um assunto sério demais para ser manipulada ao sabor dos ventos que sopram no rumo de objetivos não definidos zelosamente (Schirmer, 1978, p. 12).

A partir desta linha de raciocínio, o autor conclui:

O Brasil vive uma Democracia plena porque a resultante de todos os esforços dos seus mandatários visa o povo, com o objetivo de melhorar seus padrões de vida e conferir-lhe bem-estar social. Democrático é o Estado que busca no status revolucionário o aprimoramento das instituições, a melhor distribuição da renda, o aperfeiçoamento da legislação que dá amparo às massas trabalhadoras que constituem a grande parcela da população deste País continente. [...] Mais do que democrático é o país cujo regime indica o mandatário supremo livre de barganhas espúrias e conchavos inconfessáveis, fazendo-o apenas como compromisso moral de bem servir à pátria, fiel aos

juramentos prestados ao longo de vida dedicada exclusivamente aos mais sagrados interesses da nação. [...]. Democrático é o país cujas autoridades sofrem as mais torpes e acerbas críticas, por parte daqueles que apontam os males, mas não apresentam soluções. Democrático é o regime que proporciona dadivosa publicidade a veículos de comunicação que fazem denegrir sua imagem” o como se a vítima armasse de divulgação para esclarecer a opinião pública que, à falta de reais conhecimentos, acaba por ser enganada e fazer coro com os pregoeiros da subversão (Schirmer, 1978, p. 12).

Dessa forma, para Pedro Schirmer, o Brasil durante a Ditadura Militar seria, de fato, um país democrático, e até mesmo uma democracia plena, devido aos esforços dos dirigentes do regime militar em garantir o desenvolvimento e a liberdade, além de manter a moral da nação ilibada, sem se corromper. O autor também ressalta que o governo sofria todos os tipos de ataques e difamações, o que seria, segundo ele, um indicativo de abertura ao contraditório, ainda que baseado em mentiras. Por fim, o terceiro artigo, intitulado “Município - berço do voto indireto”, escrito pelo deputado Pedro Américo Leal, apresenta como justificativa para esse tipo de eleição para os governos estaduais e federal o fato de que a escolha e o lançamento dos candidatos em âmbito municipal eram realizados pelo diretório partidário:

Em cada Município, existem milhares de partidários, tanto da oposição como da situação - mas a maior parte não é filiada a qualquer Partido. Quem decide quem e quais são os candidatos é um Diretório de 21 (sic) membros apenas. Estes membros apresentam seus preferidos ao eleitorado, que jamais é consultado se está ou não de acordo. O mais incrível é que esses 21 não são escolhidos pela maioria dos partidários, mas apenas por algumas centenas que tiveram a ventura de assinar as fichas no Partido. Daí se pode verificar ser o voto indireto, na Democracia brasileira, uma tendência municipal. Assim, escolher o Presidente da República e os Governadores de Estados como está sendo feito não é um pecado eleitoral nem acinte à Democracia (Leal, 1978b, p. 14).

Pela lógica do autor, como as escolhas partidárias em âmbitos municipais são realizadas por uma minoria, seria, indiretamente, plausível estender essa mesma dinâmica a um país de dimensões continentais. Entre as justificativas e a defesa do modelo político da Ditadura, um ponto que chama atenção nesses discursos é a forma como esses atores políticos se veem como os verdadeiros democratas. Isso, entretanto, não constitui novidade, uma vez que o discurso em defesa da democracia já havia sido utilizado pelos golpistas. No entanto, mesmo com toda a estrutura de repressão consolidada e com diversas medidas políticas que

procuram assegurar a predominância governista, para esse grupo de pressão tais elementos não seriam percebidos como indicativos de um governo autoritário, mas sim como características de um Executivo forte dentro de uma democracia. Por sua vez, o artigo do tenente-coronel Neomil Portella Ferreira Alves, “O Fim da Revolução”, demonstra o receio de que a institucionalidade autoritária possa ser derrotada por meio de eleições diretas, o que explica o lobby em favor das eleições indiretas. Segundo o autor, aqueles que defendem a redemocratização ocultam objetivos escusos sob o discurso da liberdade.

Não se diz claramente, mas, nas entrelinhas, há a inspiração, a sugestão para que o Regime Revolucionário vigente termine. Amplas liberdades, fim do AI/5, deputado trocando diferencial bom do carro oficial pelo ruim, de seu carro particular, tiroteio nas ruas, proteção odiosa nas coisas públicas (Alves, 1978, p. 02).

Entretanto, após essa campanha pelo voto indireto, o *Letras em Marcha* não publicou nenhum outro artigo relacionado à Abertura nos meses seguintes. Até as notícias sobre o “perigo vermelho” diminuíram. Durante esse período, retornaram as matérias relacionadas à história e ao meio castrense. Nem mesmo a eleição indireta de 1978 para a presidência recebeu destaque nas páginas do jornal. Em novembro, na edição nº 85 do *Letras em Marcha*, a Intentona Comunista voltou a ganhar espaço, com a publicação de artigos relacionados. Contudo, dois artigos enigmáticos, que em nada se relacionavam com o tema da edição, também foram publicados. O primeiro, do coronel Neomil Portella Ferreira Alves (1978k), intitulado “O Candidato Derrotado”, comenta sobre o amargor de ser derrotado em uma eleição, lembrando seu próprio caso na disputa pelo diretório acadêmico. Já o segundo, “Eleições”, do deputado Pedro Américo Leal, aborda o clima distinto que tem se instaurado na sociedade brasileira. Entretanto, um trecho deste artigo é particularmente curioso:

Há eleitores que se desiludem com certos Candidatos, antes mesmo das eleições, pela forma como eles realizam suas campanhas e apresentam os seus projetos, felizmente ainda não de lei. Há também candidatos que se desiludem com eleitores. São personagens tornados profissionais, picaretas repentinos que, de quatro em quatro anos, instalam a sua barraquinha e resolvem viver da época eleitoral. São amigos que reformulam compromissos de gratidão e ficam na sua (Leal, 1978a, p. 07).

Ao que tudo indica, trata-se de afirmações indiretas relacionadas ao pleito do mês anterior. A primeira refere-se à derrota da candidatura do general Euler Bentes Monteiro

(MDB) no Colégio Eleitoral. Na segunda, não fica claro qual dos candidatos foi alvo da desilusão do autor. Ao que parece, pode referir-se ao candidato derrotado, considerando que são mencionados tanto o modo como a campanha foi conduzida quanto a apresentação de seus projetos. O que os dois textos têm em comum é o vínculo com a eleição, uma vez que o projeto de distensão institucional perdia espaço político em favor de uma redemocratização. Mesmo com os militares mantendo o controle do processo e, assim, garantindo os interesses da instituição, para as frações dos chamados “Duros” isso representava motivo de consternação.

Esse argumento é reforçado no artigo “Direito de Envenenar”, de Homero Johas, no qual o autor critica aqueles que se opõem à censura e a defende como uma medida legítima de ação por parte da Ditadura.

A Censura, é um fato, já tolera indulgentemente não pouca exibição pública de caráter lascivo e até obsceno, não pouco incentivo ao desrespeito ao princípio da autoridade. Entretanto sempre houve e sempre haverá os que desejam a ausência de todos os limites na liberdade moral. Não são os verdadeiros cientistas os que protestam contra a Censura. Não são os Mestres de Química, de Física ou de Astronomia. São os que, a pretexto de criatividade, de arte e de informação, não querem outros limites que os da própria vontade. Infelizmente, em nossos dias até Juristas que desconhecem a natureza da Justiça e até Bispos que contradizem os ensinamentos perenes da Igreja se "engajam" nos bandos dos que repõem o critério último da Censura, não no verdadeiro Direito, na verdadeira Moral, na verdadeira Religião, mas no eventual arbítrio de uma parca maior ou menor do povo. Essa parcela, sem investigar a verdade moral, tenta impor-se à totalidade do povo. Os que acusam a Censura de arbítrio, quando os fatos comprovam sua excessiva tolerância, fazem-no porque pretendem, eles sim, intolerantemente, que ela se paute pelo arbítrio daqueles que são legitimamente censurados (Johas, 1978, p. 12).

É nesse contexto de crescente contestação por parte da sociedade civil que o periódico entra no ano de 1979. Em janeiro, na edição nº 87 do *Letras em Marcha*, o coronel Neomil Portella Ferreira Alves publica o artigo “Anistia”, abordando o tema no sentido do esquecimento, ao relembrar casos de seu tempo de aspirante, nos quais se evidencia o ato de não se lembrar de determinados episódios (1979a). Apesar dessa tentativa de minimizar a situação política do período, na edição nº 88 do *Letras em Marcha*, o descontentamento torna-se evidente. No editorial da primeira página, intitulado “O XV Aniversário da Revolução de 1964”, o periódico manifesta sua insatisfação com os acontecimentos mais recentes da política

e anuncia que a próxima edição, dedicada ao Golpe Civil-Militar, será especial, como forma de resposta ao que estava ocorrendo:

Tal Edição mostrará, também, o que, a duras penas, sob um regime de austeridade, fizeram os diversos Governos revolucionários até que se iniciasse a chamada abertura política, quando, então, o País entrou num descompasso em seu progresso, conforme o denunciam, fria e insofismavelmente, as cifras, as estatísticas – a matemática indiscutível. Nossa Edição de Março esclarecerá que ao contrário do que se propala, ninguém do povo sentiu falta de liberdade - ideia espúria, artificial e inteligentemente forjada por falsos padres, bispos, arcebispos e cardeais, todos travestidos de comunistas ou de socialistas, sistemas antagônicos à pura e cristã doutrina da Santa Madre Igreja (O XV [...], 1979, p. 01).

Até este ponto, tudo o que fora apresentado permite perceber que os discursos do *Letras em Marcha* foram se modificando ao longo do processo de Abertura. À medida que o projeto inicial de distensão da institucionalidade — por meio de uma reforma que mantivesse e adequasse o aparato autoritário para permitir o retorno dos civis — perdia espaço em favor de uma transição voltada à restauração do regime democrático, o jornal passou a adotar um discurso cada vez mais contrário. Com a ascensão do governo Figueiredo e o fortalecimento da redemocratização na sociedade civil e no ambiente político, o *Letras em Marcha* radicalizou sua defesa de um modelo de sociedade sob a tutela da Ditadura Militar.

4.2 A radicalização da Ação Política durante o governo Figueiredo

Em 15 de março de 1979, o general João Figueiredo (ARENA) foi empossado na presidência da República. Embora houvesse uma mudança no projeto de Abertura Política, diferente do inicialmente planejado, os militares, por meio da ditadura, ainda lideravam o processo. As últimas eleições não haviam sido diretas, e a candidatura do governo havia saído vitoriosa, mantendo a ideia de uma redemocratização sob seu controle. Contudo, para as frações dos “Duros”, isso ainda era algo inaceitável. Depois de toda a luta empreendida no golpe de 1964 e de terem conseguido consolidar sua institucionalidade ideal, qualquer possibilidade de mudança mais profunda representava o risco de comprometer todo um projeto político já estabelecido. Nessa disputa, o periódico não se engajaria com o novo

governo.

Ao contrário de Ernesto Geisel, que recebeu cobertura em matérias relacionadas no mês de sua posse, João Figueiredo e seus ministros militares foram ignorados pelo periódico durante a posse. Em seu lugar, na edição de março de 1978, o *Letras em Marcha* nº 89 deu enfoque total ao aniversário de quinze anos do Golpe Civil-Militar. Todas as matérias do jornal abordavam exclusivamente esse tema, sem a presença de qualquer outro assunto, nesta edição de 28 páginas — acima da média habitual. O objetivo da edição era influenciar o poder político a manter a institucionalidade criada pelo regime, evidenciando a importância de seu legado para o desenvolvimento futuro do Brasil, como resumiu o editorial “Etapa Decisiva na História do Brasil”, logo na primeira página:

[...] a Nação está agora colocada firmemente no caminho do engrandecimento e, tendo a valorização do elemento humano como meta síntese, haverá de reequilibrar-se definitivamente. Apesar dos fortes impactos desajustadores da desfavorável conjuntura mundial contemporânea, haveremos de ver, em breve, o desenvolvimento econômico perfeitamente entrosado com a evolução social e política do País, para que a Nação como um todo possa seguir de forma segura o grandioso destino que todos nós desejamos. Assim compreendida, a Revolução de 1964 se apresenta como uma etapa decisiva de nossa História, na qual a obra que for realizada terá por certo profundas repercussões sobre o futuro da própria Nação. Eis por que não poderemos fracassar nesta gigantesca cruzada, cujo desfecho atingirá a todos nós indistintamente (Etapa [...], 1979, p. 01).

Para exercer essa pressão, foram publicados diversos textos relacionados às memórias históricas, remetendo às movimentações golpistas, à situação caótica do governo João Goulart e aos bastidores dos conspiradores. Entre esses artigos destacam-se: “O Destacamento Tiradentes”, do general Antônio Carlos da Silva Muricy; “A Atuação dos Fuzileiros Navais”, do almirante Heitor Lopes de Souza; “A Tomada do QG da Artilharia de Costa”, do general de brigada Niaze Almeida Gerude; “A Presença da Gloriosa Marinha”, do almirante Augusto Hamann Rademaker Grunewald; “Perspectivas Históricas da Revolução de 1964”, de Pedro Calmon; e “Panorama Geral da Revolução Brasileira”, do marechal Odylio Denys (1979c).

Por sua vez, o artigo “Óbices e Grandezas da Revolução de 1964”, do general João Baptista Peixoto, defende novamente a Ditadura Militar, utilizando dados econômicos atualizados e destacando os avanços realizados durante os quinze anos de regime, que teriam

contribuído para o desenvolvimento do país (1979c).

A publicação de diversos relatos de memória do ocorrido nesta edição foi justificada pelo tenente-coronel Pedro Schirmer, no artigo “O Ideal”. Segundo ele: “[...] há necessidade de periodicamente revigorarmos os ânimos com vistas à preservação da incolumidade dos ideais que desaguaram no 31 de março, para a manutenção da fidelidade aos seus postulados” (Schirmer, 1979, p. 13).

Nessa linha de análise, o artigo “A Carta da Fortaleza de São João”, do general Ferdinando de Carvalho, além de realizar uma retomada histórica dos dias do golpe, divulga um documento escrito por oficiais da ESG, contendo os princípios que deveriam nortear o movimento golpista em caso de vitória. O objetivo da divulgação dessa longa carta não foi apenas histórico, mas também mobilizar a sociedade em defesa da institucionalidade do regime e de seus valores:

Os que assinaram ou apoiaram esse histórico documento estavam e ainda hoje estão certos de que a Revolução de 31 de março foi um movimento de autenticidade democrática, um impulso de moralização e de respeito às legítimas tradições nacionais. Por esta razão, julgam que essa Revolução há de continuar revigorando-se em todas as crises, refazendo-se diante de todas as ameaças, ressurgindo diante de todas as deformações, para dar ao Brasil um modelo político autenticamente democrático, coerente com a formação moral de seu povo e permitir um grau de desenvolvimento e uma emancipação econômica coerente com as possibilidades nacionais (Carvalho, 1979, p. 02).

Dessa forma, a divulgação deste manifesto visa agora mobilizar, por meio dos ideais que uniram os golpistas em 1964, para a luta pela manutenção do regime que melhor os representam. Menos idealista e muito mais direto ao ponto é o artigo “Chamada Geral”, do marechal Mário Poppe de Figueiredo:

Convoquemos, pois, todos os brasileiros e muito especialmente, os camaradas das Forças Armadas, a manter o espírito alerta e a cerrar fileira em torno de nosso companheiro Presidente João Baptista de Figueiredo, para que ele bem possa cumprir a ingente missão de prosseguir na grandiosa obra da Revolução (Figueiredo, 1979, p. 22).

Por um viés pragmático, o autor propõe a união de toda a sociedade para pressionar o presidente a dar prosseguimento à “Revolução”, evitando retroceder para um sistema democrático que havia sido derrotado no passado. Por sua vez, Pedro Schirmer, no artigo “O

Ideal”, adotou um tom mais incisivo, criticando diretamente os oportunistas que participaram do movimento e que posteriormente passaram a articular-se contra ele.

Há quem clame por erros, falhas e omissões da Revolução. De acordo. E vamos além. Houve até injustiças. Não nos referimos, porém, àquelas traduzidas em cassações e alijamento de gente que labutou em prol da causa revolucionária, desde as suas mais remotas origens, mas sim às que deixaram de expurgar de suas fileiras os inimigos, sejam os ativistas, os indiferentes ou os omissos. Permitiu-se destarte que indivíduos permanecessem ou ingressassem nas trincheiras revolucionárias para instilar em suas veias os germes do desânimo, do descrédito e da discórdia, vale dizer, a semente da contra-revolução (Schirmer, 1979, p. 13).

Trata-se daqueles que apoiaram o golpe e participaram do regime, mas que passaram a defender uma transição política. Essas pessoas acabam prejudicando quem ainda apoia o regime, pois contribuem para desacreditar sua institucionalidade. Outro grupo criticado pelo autor são aqueles que não reconhecem as conquistas e os avanços promovidos pelo regime.

Há quem teime em negar as conquistas e as realizações da Revolução - que são muitíssimas - nos diferentes campos do poder. Não enxergam, não querem ver; são os "piores cegos". Aceitamos e mesmo endossamos a afirmação de que ainda há muito por fazer, que há setores ainda intocados. E preciso, no entanto, levar em conta que a história dos povos não se faz em dias ou anos, mas em decênios e séculos (Schirmer, 1979, p. 13).

Isto é, todas as mudanças que a Ditadura proporcionou seriam extremamente visíveis para qualquer um. Por fim, em “Um enfoque sociológico da Revolução de 1964”, Gilberto Freyre faz uma análise pelo viés da sociologia do Golpe Civil-Militar e sua influência no estabelecimento de uma nova ordem política, chegando à seguinte conclusão:

Encerra-se o Movimento de 64, no Brasil, ante uma situação, quer nacional, quer internacional, que exige do Brasil o máximo de sensibilidade a problemas que já não são os de 64, sem deixarem de envolver os de "segurança e desenvolvimento". São mais complexos e incluem aquela necessidade de organizar-se aquela "liberdade" e aquela "participação política dos cidadãos diante de um Estado tecnocrático" a que acaba de referir-se, em lúcido comentário ao momento brasileiro - o momento que se está seguindo à "revolução de 64" - o jornalista Fernando Pedreira. O Estado, no Brasil, em parte como resultado de 64, em parte em consequência de tendências mundiais, teve de tecnocratizar-se, socializando-se sob certos aspectos. Essa excessiva - em vários setores - tecnocratização e essa parcial socialização - em alguns setores - importam em excessos de burocratização e de estatização que, tendo excedido os objetivos de uma necessária ordenação

de energias nacionais, perigosamente desordenadas, exigem que essa ordenação seja substituída por uma coordenação. Coordenação em que se atenda a necessidade de participação, no desenvolvimento brasileiro e na defesa de valores nacionais, de elementos não estatais e não tecnocráticos. Isto sem se desconhecer que essa fase de coordenação só se apresenta possível após a obra de ordenação realizada pelo Movimento de 64 (Freyre, 1979, p. 09).

Para Freyre, toda a movimentação política em favor da Abertura seria uma consequência dos avanços e das mudanças ocasionadas pelo regime do Golpe de 1964. Para ele, não haveria problema algum em uma maior liberalização da institucionalidade vigente, tanto pelo fato de o mundo ter mudado quanto o Brasil; além dos riscos que a burocratização e a estatização representam para o Estado. No entanto, essa liberalização não deve negar suas origens: o Golpe de 1964.

Diante do exposto, pode-se considerar que as edições comemorativas anuais do Golpe Civil-Militar fazem parte de um processo de legitimação da Ditadura. Tanto pela memória heroica contada nos relatos quanto pelos constantes dados relacionados ao desenvolvimento do país, um dos objetivos do periódico era legitimar o regime e, assim, manter a institucionalidade defendida por essas frações. Além disso, o *Letras em Marcha* também marcou posição com sua ação política contra a Abertura. Para o grupo, os acontecimentos de 1964 transformaram profundamente o país, sendo necessário não apenas preservar a memória sobre o ocorrido, mas também defender a continuidade desse projeto político.

Outro ponto a ressaltar é que o processo de legitimação da Ditadura não se encerrou nesta edição. A partir do *Letras em Marcha* nº 90 (1979d), estreou a sessão “O Brasil da Revolução”, na qual o almirante Acyr Dias de Carvalho Rocha apresentava, semanalmente, dados relacionados ao desenvolvimento econômico, enfatizando o discurso de que o regime militar havia promovido melhorias no país. Ao todo, ocorreram 12 sessões. Diante dessa edição especial do periódico, era previsível que o *Letras em Marcha* adotasse uma postura mais ativa contra a Abertura. Entretanto, o grupo voltou a adotar uma ação política “mais discreta”, principalmente em seus artigos. Enquanto isso, o discurso anticomunista se radicalizou, com ataques mais diretos, especialmente na sessão “Subversão em Marcha”. Ainda assim, com o avanço do processo de Abertura em 1979 — considerando a Anistia, o retorno do pluripartidarismo e mesmo as eleições indiretas — o periódico, curiosamente,

pouco se engajou nessas questões.

A discussão sobre a forma de eleição a ser adotada reapareceu brevemente no *Letras em Marcha* nº 91. Com o título “Eleições diretas ou indiretas?”, o jornal buscava justificar a manutenção do sistema eleitoral da ditadura. Segundo o autor, como as principais ordens desses três grupos — católicos, advogados e comunistas — realizam eleições indiretas, eles não teriam condição moral de cobrar eleições diretas no Brasil.

Comunistas infiltrados na Igreja clamam por eleições diretas. Mas a eleição do Santo Papa é indireta: só votam os Cardeais. A Ordem dos Advogados do Brasil clama por eleições diretas, mas seu Presidente é eleito por sufrágio indireto. Os comunistas clamam por eleições diretas (no Brasil) mas, pela teoria comunista, as eleições nos Estados dominados pelo marxismo-comunismo são indiretas (Eleições [...], 1979, p. 03).

Em relação à anistia, o tema foi abordado na edição nº 91 do *Letras em Marcha*, no mês de maio. Intitulado “Anistia”, o pequeno texto realizava uma comparação entre os dois modelos discutidos no período: “Para o Governo, mão estendida para a reconciliação. Para os antirrevolucionários, alguns membros da CNBB; para os comunistas, terroristas e subversivos: primeiro passo para “iranizar” o Brasil” (Anistia, 1979a, p. 03).

O tema também apareceu na edição seguinte, na seção “Subversão em Marcha”. Intitulado “Anistia implica em conversão”, o texto traz a seguinte advertência ao governo:

O reclamo de Dom Agnelo Rossi, Prefeito da Sagrada Congregação para a evangelização dos povos, afirmou que "a anistia significa perdão e, portanto, o perdão só pode ser concedido se houver a conversão do infrator; não se pode perdoar criminosos e terroristas, sem que se saiba se, ao serem anistiados, não retornarão ao crime, para abalar a paz. De outra forma, nem mesmo Deus concede perdão. É necessário que o Governo brasileiro, nesse aspecto, analise cada caso, particularmente, para que a anistia possa significar paz para a nação" (Anistia [...], 1979, p. 03).

Em agosto, o assunto voltou a aparecer no periódico. Na *Letras em Marcha* nº 94, na sessão “Subversão em Marcha”, um pequeno texto intitulado “Anistia” narrou o seguinte caso:

Telefona para nossa Redação um ilustre ex-ministro do Exército e nos dirige a seguinte pergunta:
- Se a Revolução de 1964 tivesse fracassado, os que restaram dos fuzilamentos que fatalmente teria havido, seriam hoje, quinze anos depois, anistiados? (Anistia, 1979b, p. 05).

Essas tentativas, no entanto, não surtiram efeito, pois a Anistia foi aprovada no final de agosto, perdendo tanto os opositores quanto os agentes da repressão, o que acabou desagradando ambos os lados. Para os “Duros”, isso significou a volta dos “subversivos” que haviam combatido e expurgado da sociedade brasileira, levando frações desses militares a radicalizarem sua ação política, cometendo atos terroristas com o objetivo de frear o processo de transição e manter a institucionalidade autoritária. Por sua vez, em *Letras em Marcha* nº 95 de setembro, esse descontentamento ficou evidente: o artigo “Crise de Autoridade”, de Francisco de Souza Brasil, critica diretamente a forma como o processo de Abertura estava transcorrendo, destacando o enfraquecimento do controle do regime militar.

A chamada, ambigüamente, de Abertura, deve ser entendida, em um Estado de Direito, como subordinada, perenemente, à norma jurídica. Isenta, portanto, não apenas daqueles, governantes, que, no momento, exercitam e concretizam Poder e Autoridade, mas, também, dos que, pretendendo alcançá-los, opõem-se e contestam Poder e Autoridade vigentes. [...] Mas, como, na prática, a teoria é outra – que constatamos, no momento, em se tratando da realidade conturbada em que vivemos? Em primeiro lugar, desafiando contradita, aproximamo-nos, rapidamente, da desordem, do caos - econômicos e sociais - característicos da fase, para muitos saudosa, pré-revolucionária (Brasil, 1979a, p. 08).

Já na sessão “Subversão em Marcha”, o texto “Você está satisfeito com a Abertura?” é ainda mais direto em relação ao descontentamento:

- Você que é dono daquele automóvel que foi virado e queimado em Belo Horizonte, está satisfeito com a abertura?
- Você que teve sua loja de BH depredada, está satisfeito com a abertura?
- Você que teve seus Impostos majorados no Rio para lazer face a muitos melhoramentos e embelezamentos da cidade, está satisfeito com o bárbaro pichamento das paredes do Teatro Municipal, recentemente restaurado, por alto preço?
- Você que teve seu marido, seu filho, seu Irmão, seu noivo, morto por bandidos, agora às vésperas de terem suas penas perdoadas, está satisfeito com a abertura? (Você [...], 1979, p. 03).

Em relação à questão do pluripartidarismo, foi publicado um único artigo sobre o tema no *Letras em Marcha* n.º 92, escrito por Francisco de Souza Brasil, intitulado “Revolução, Abertura & Pluripartidarismo”. O texto apresenta uma defesa direta e explícita do modelo bipartidarista da Ditadura, contrapondo-se ao sistema pluripartidário vigente

durante a República de 1946. Essa defesa fundamenta-se na estabilidade política proporcionada pela monopolização do poder entre dois partidos. Para justificar sua posição, o autor apresenta os seguintes exemplos:

Nos Estados Unidos, imemorialmente, os partidos Republicanos e Democrata aglutinam a opinião pública. Existem pequenas organizações políticas que pouco valem além das fronteiras estaduais onde se encontram sediadas. Na Inglaterra, duas são as entidades politicamente expressivas: o Partido Conservador e seu opositor Trabalhista. Há, também, o Partido Liberal cujo enfraquecimento notório redundou em fortalecimento das anteriormente citadas. Em contrapartida, França e Itália, onde campeiam o pluripartidarismo, apresentam-se, na atual conjuntura, vivendo situação dramática geradora de instabilidade política evidente. Em se tratando do Brasil, perspectiva histórica demonstra que foi no decorrer do Segundo Império que o país viveu sua fase parlamentar áurea. Possuíamos, na época, dois partidos políticos: Conservador e Liberal (Brasil, 1979b, p. 02).

Para o autor, os países que adotam o bipartidarismo são politicamente mais estáveis, enquanto os pluripartidaristas apresentam instabilidade constante. Nesse contexto, o autor elogia a reforma partidária promovida pelo AI-2.

Extinguindo os partidos políticos e ensejando sua reorganização, instituindo a fidelidade partidária, a Revolução de 1964 prestou, assinalado serviço ao país. A legislação vigente, ao contrário daquilo que, maldosamente, procura-se difundir, não fixa, em dois, os partidos existentes. Apenas, para a organização de novos, estatuem-se, condições que, sendo rígidas e moralistas, não admitem a proliferação indiscriminada de entidades inexpressivas (Brasil, 1979b, p. 02).

Excetuando-se esse texto, nada mais foi publicado no jornal. O pluripartidarismo foi aprovado em novembro de 1979. Diante do exposto, isso explicaria por que as questões da Anistia e do pluripartidarismo — parte fundamental do processo de Abertura Política — receberam pouco foco no *Letras em Marcha*. Uma hipótese é a de que o grupo acreditava que a pressão exercida na edição especial sobre o Golpe de 1964 havia conseguido influenciar o governo Figueiredo a retomar o projeto de distensão original. Dessa forma, houve um relaxamento nas ações políticas do jornal, que passou a concentrar-se mais no discurso anticomunista do que na pressão contra essas medidas.

Outra hipótese é a de que, apesar do descontentamento visível, tais medidas não foram tão desfavoráveis ao regime. Ou seja, mesmo com o aumento do número de partidos de

dois para seis — reduzido para cinco em 1982 — e com a anistia dos perseguidos, presos ou exilados, a institucionalidade da Ditadura permanecia intacta, e o governo ainda detinha o controle de todo o processo da Abertura. Havia, portanto, a possibilidade de que a transição voltasse a se configurar apenas como uma distensão, o que não desagradaria o Grupo de Pressão.

Um fator que reforça essa segunda hipótese é que, tanto em 1980 quanto em 1981, não houve mudanças significativas na institucionalidade política, com o regime mantendo o que já estava aprovado. Coincidentemente, nesses anos, ocorreu uma diminuição dos artigos críticos à Abertura no *Letras em Marcha*. No entanto, mesmo com esse ritmo reduzido, os artigos publicados ainda demonstravam preocupação com o fim da institucionalidade do regime militar. Além disso, o discurso anticomunista manteve-se forte, evidenciando que o “perigo vermelho” poderia comprometer o processo de redemocratização.

Assim, mesmo com a transição estagnada, para o Grupo de Pressão era necessário permanecer em prontidão, o que de fato ocorreu. Logo no início de 1980, na seção “Subversão em Marcha”, foi publicado o seguinte verso, demonstrando que o perigo ainda não havia acabado:

Que é da Revolução? Onde estás? Querem desfazer tudo quanto fizeste e impedir tudo quanto tens a fazer. Fizeram do Estado de Direito uma desculpa para te confundir. Fizeram da abertura um pretexto para procurar desfazer-te. (Acorda [...], 1980, p. 11).

Ainda nesta linha de ação política, no *Letras em Marcha* nº 101, o Golpe Civil-Militar recebeu pouco destaque em suas páginas, e os artigos publicados sobre o tema dialogavam mais com o processo de transição do que com a memória histórica.

Em “O liberalismo e as Forças Armadas”, o marechal Odylio Denys faz a seguinte declaração sobre o processo de transição:

O que foi feito em 31 de março mostrou a capacidade de resistência da elite militar e de uma parte da elite civil política, para manter o regime democrático. É preciso, porém, que a elite civil democrata, toda ela, desperte do prolongado e renitente sono liberal, suicida, que tem levado tantas nações à escravidão marxista. O liberalismo fora admissível antes da ciclópica expansão comunista, sua grande ameaça. Não está legalizado no Brasil o Partido Comunista; mas voltou a existir uma Quinta Coluna, clandestina, dessa ideologia, que recebe auxílio e ordens do estrangeiro! Ela age de modo insidioso e solerte para perturbar nossa vida política e social. O Poder Civil

precisa encontrar solução para neutralizar essa nefasta atividade; enquanto isso não acontece, as Forças Armadas têm que se manter bem vigilantes, para não deixar que o País venha a cair nas garras de gente tão inescrupulosa (Denis, 1980, p. 03).

Para o marechal, não existiria problema em devolver o poder às elites civis. No entanto, como essas elites estão inseridas no liberalismo, tal devolução poderia favorecer uma tomada de poder pelos comunistas. Além disso, a volta do “perigo vermelho” tornaria inviável essa transferência, mantendo os militares vigilantes para que uma situação desse tipo não ocorra.

Já em “Conceito revolucionário da evolução política atual”, há o seguinte comentário de Ferdinando de Carvalho:

Vários atos de normalização democrática têm sido adotados na atualidade, não como um reconhecido atendimento dos reclamos mencionados, mas como um natural desdobramento do processo político revolucionário, com o reconhecimento da existência de condições propícias a essa abertura. Não existissem, no ambiente político, econômico e social do País, tais condições, jamais o governo, fiel ao ideário patriótico da Revolução de 1964, se inclinaria para uma filosofia que conduzisse a uma reconstituição do sombrio panorama que precedeu àquele movimento (Carvalho, 1980, p. 05).

Para ele, não haveria problema em realizar a Abertura, pois esta representaria um desdobramento natural da Ditadura Militar. Contudo, não existiam as condições necessárias no Brasil naquele momento, havendo o risco de retorno ao período anterior ao Golpe de 1964. Por fim, em “Estiola-se a Revolução?”, Fernando Nobre Filho manifesta sua preocupação com o esvaziamento do regime militar. Segundo o autor:

[...] se por um lado, mesmo depois de revogado o diploma imbuídos pela má interpretação da liberdade garantida pela democracia, fazem com que se arrisque perder as vantagens provindas das conquistas alcançadas nestes últimos quinze anos. [...] Não haveria justificativa que inocentasse a falta de cumprimento de um dever inalienável. E, por não ser lícito abandonar a trincheira no desenrolar da batalha, o Poder Revolucionário há de estar atento e convicto no sentido de não desamparar a Nação, antes que seja integralmente cumprida a tarefa que lhe foi atribuída. O cansaço, mesmo em face da ingratidão, seria imperdoável. O desencanto seria inadmissível (Nobre Filho, 1980, 07).

O tema da Abertura Política voltaria somente na *Letra em Marcha* nº 108, em outubro de 1980, no artigo “Prerrogativas do Legislativo”, em que Francisco De Souza Brasil

faz uma crítica à transição democrática que, para ele, traria de volta a imunidade parlamentar suspensa pela ditadura. Segundo o autor, essa medida resultaria na impunidade dos políticos do Congresso Nacional que viessem a cometer algum crime, por não serem julgados durante o exercício do mandato.

Deseja-se, por exemplo, imprimir elastério às imunidades parlamentares. Pretende-se, assim, que o congressista seja imune à sanção penal, qualquer que seja o delito, dependendo, o pronunciamento isento e soberano do Judiciário, de licença prévia da Câmara à qual pertença o indigitado acusado. No momento, salvo erro, essa imunidade é assegurada, apenas, em certos e determinados casos, vinculados a pleno exercício do mandato, ao qual asseguram-se, como óbvio e indispensável, todas as garantias legais. Restabelecida a imunidade ampla, total, irrestrita, será a mesma - no futuro - como o foi - no passado - fonte de abusos lamentáveis que desacreditaram, então, como novamente irá ocorrer, o Poder Legislativo que todos os bons brasileiros desejam preservar, proteger, prestigiar e projetar (Brasil, 1980, p. 03).

Outro assunto mencionado nas páginas do *Letras em Marcha* foram os atentados terroristas perpetrados pela Direita Militar. Como discutido anteriormente, durante os primeiros anos do governo Figueiredo, ocorreram uma série de atentados a bomba no país. Os alvos incluíam bancas de jornais que vendiam periódicos de esquerda, sedes de entidades estudantis e escritórios de advogados. Estando à frente desses ataques frações da Direita Militar, os responsáveis buscavam criar um clima de instabilidade e medo, com o objetivo de interromper o processo de transição e manter a institucionalidade do regime militar, chegando até mesmo a endurecê-lo. Por meses, o *Letras em Marcha* ignorou esses acontecimentos, até que, em setembro, na edição nº 106, os atentados foram finalmente mencionados. Inicialmente, no artigo do *Correio Brasiliense* intitulado “Terrorismo de direita”, de Nertan Macedo, o autor questiona a versão de que os atos seriam cometidos por grupos vinculados ao espectro político da direita.

Peço desculpas aos nossos homens de Governo e Oposição, mas não estou acreditando nessa cabeluda história de terrorismo de direita a jogar petardos explosivos contra os tais jornalecos alternativos, pondo em risco a segurança física de humildes jornaleiros. Conheço suficientemente os nossos soi-disant homens de direita para saber que eles são incapazes de atentados à bomba, particularmente os de feição carbonária, tão comuns no fim do século passado e começo deste, e revividos com muito brilho e intensidade em nossos dias pelas vanguardas revolucionárias de esquerda, agrupamentos de criminosos que, façamos até mesmo justiça, constituem hoje um tormento

para os partidos comunistas dos países civilizados (Macedo, 1980, p. 01).

Para o autor, pessoas de direita nunca seriam capazes de cometer esse tipo de ato; aliás, tais ações são muito mais associadas aos revolucionários. Como os comunistas estavam retornando ao país em decorrência da anistia, ele conclui que são grupos de esquerda os responsáveis pelos atentados, possivelmente acobertados por infiltrados na imprensa.

A história é bem diferente da nossa imprensa, infiltrada de barbudinhos marxistas a exercer com eficiência o seu patrulhamento ideológico nos bigodes de patrões condescendentes e que se proclamam progressistas e anti-reacionários, tem contado ultimamente. Se paira por aí a ameaça de explosão de artefatos mortais contra os chamados jornais alternativos ou pornográficos, não me venham dizer que é pessoal da direita brasileira, boa de papo e fraca em atuação (Macedo, 1980, p. 01).

Já no “Subversão em Marcha”, o texto “Dando as Bombas” é direto ao acusar a esquerda de cometer esses atos terroristas:

As bombas que causam vítimas são da esquerda; as outras, lançadas nos jornaleiros "Inocentes" são da direita. Expertos no assunto são unânimes em afirmar que as que causam vítimas são sofisticadas, nada nacionalistas, são estrangeiras, importadas. E quem tem ligações com Cuba, União Soviética, China? Outro argumento: é muito interessante para as esquerdas que haja vítimas, a fim de sensibilizar a opinião pública e colocá-la a favor da OAB e de deputados de esquerda, como, realmente, está acontecendo... Por outro lado, ninguém está se importando muito com as bombas nos jornaleiros; ou porque sejam a favor da inexistência desses jornais pornográficos e/ou subversivos, ou porque não causam vítimas. Raciocínio certo? (Dando [...], 1980, p. 02).

Para o periódico, quem está cometendo esses atentados terroristas não é a direita, mas sim a esquerda, havendo diversos tipos de conspiração para incriminar os primeiros. O assunto retornaria na seção “Subversão em Marcha”, em outubro, em uma nota que afirmava: “Todo anticomunista, hoje, é chamado de direitista. Os comunistas estão tentando, à custa da repetição dos termos, ligar anticomunismo ao terrorismo – o que seria uma enorme, estrondosa vitória da linguagem marxista. Acautelemo-nos” (Direitistas [...], 1980, p. 06).

Mais uma vez, critica-se que os comunistas estariam forçando a “narrativa” de que os direitistas são os responsáveis pelo terrorismo. Entretanto, o final do texto, ao recomendar cautela, deixa em dúvida se a nota seria mais um aviso do que um ataque. Por fim, o assunto

voltaria ao periódico com o Atentado do Riocentro.

Em maio de 1981, no *Letras em Marcha* nº 115, o ataque terrorista fracassado gerou três textos na seção “Subversão em Marcha”. Intitulados “As Bombas do Riocentro”, os textos expressaram a opinião do periódico sobre o ocorrido. Em relação ao primeiro:

As bombas que explodiram no Riocentro nos proporcionaram a observação de um estupendo trabalho de formação da opinião pública. Toda a imprensa, sem exceção, além de estampar as costumeiras manchetes-cor-de-sangue, esmerou-se na conclusão interpretativa dos fatos, julgando, a priori, os dois militares envolvidos. O Capitão Wilson e o Sargento Guilherme já foram considerados culpados pela imprensa que jogou todo o peso da sua força e da sua credibilidade na tentativa de formar, nesse sentido, a opinião pública. [...] Não tiveram a sensatez de aguardar o resultado do IPM. Não tiveram, nem mesmo, a racionalidade de se lembrarem das letras da lei, segundo as quais todos são inocentes até que se prove o contrário. Os dois militares foram julgados pela imprensa, não pelo fato em si, mas por serem membros do DOI, organismo que se empenhou, com o sangue de inúmeros companheiros, em debelar e extirpar o cancro da luta armada desenvolvida pelas esquerdas a partir de 1966/67. Se não houvesse sido militares os atingidos, mas dois comunistas eles seriam vítimas. Se não fosse o Puma, mas o carro de um deputado-comunista, ele seria vítima. Neste caso trágico, as vítimas são os culpados ...O que a esquerda procurará, agora, é atingir dois de seus grandes objetivos, sempre buscados, todavia, nunca conseguidos: dividir o Exército e desmantelar os órgãos de segurança clandestinamente (As Bombas [...], 1981, p. 07).

Para o periódico, a acusação feita pela mídia de que os dois militares eram culpados foi considerada absurda, pois ambos foram julgados prematuramente, sem a devida presunção de inocência e sem que as investigações fossem concluídas. O jornal também sugere que os militares estavam sendo perseguidos pela mídia e afirma que, se fossem comunistas, já teriam sido considerados vítimas. Em seguida, o segundo texto faz uma crítica direta ao jornalismo da Rede Globo em relação à cobertura do caso:

O que mais surpreendeu foi o intempestivo comportamento da Rede Globo. Inicialmente, pela TV, noticiaram a existência de mais duas bombas no interior do Puma, que não teriam explodido. No dia seguinte, desmentiram, alegando um erro entre o texto e a imagem. O jornal O Globo colocou em manchetes: "laudo confirma que havia mais duas bombas". No dia seguinte, outro desmentido. Mas, de mentiras em mentiras, conseguiram, dentro da mais irretorquível técnica jornalística, lançar a semente, convencer aqueles que só lêem as manchetes e, pelo menos, criar a dúvida. Mas a Rede Globo não ficou só nessas equívocas afirmações, um de seus repórteres pagou a um médico do Hospital Miguel Couto para fotografar clandestinamente o capitão Wilson, dentro do CTI. Se a falta de ética profissional foi do jornal em

publicar essas fotos, ou foi do repórter, ou foi do médico subornado, o “doutor” (sic) Olinto Fernandes, isso e coisa para as suas e as nossas consciências interpretarem e julgarem (As Bombas [...], 1981, p. 07).

Por fim, no terceiro e último trecho, o periódico levanta várias dúvidas e indagações sobre o atentado terrorista:

Há um outro aspecto que os jornais convenientemente se esqueceram: a outra bomba que explodiu, cerca de dez minutos depois da do Puma. Quem jogou essa bomba? Foi o capitão Wilson, depois de ter sido ferido? E o tal de Comando Delta que, lamentando-se por ter atingido equivocadamente os dois militares, assumiu a autoria dos dois atentados? Qualquer raciocínio, isento de paixões ideológicas, nos levará a concluir que havia um outro grupo, que lançou as bombas. Voltaremos no assunto (As Bombas [...], 1981, p. 07).

Percebe-se que, para o periódico, foi outro grupo — subentendido como de esquerda — que tentou explodir o local, e não os dois militares. Inclusive, o jornal termina afirmando que “voltará ao assunto” em edições futuras; contudo, após este número, o caso não apareceu novamente. Ao que tudo indica, tratou-se de uma tentativa de deixar o assunto de lado diante do desenrolar da situação.

Dessa forma, com exceção do atentado do Riocentro, não houve nenhum outro artigo criticando a Abertura Política. Excetuando-se a “Subversão em Marcha”, que, por meio de suas pequenas notas e textos, atacava os comunistas e a esquerda, além de evidenciar a “degradação” da sociedade brasileira, e os textos anticomunistas, houve um recuo do periódico em 1981. Entretanto, isso fazia parte de uma nova estratégia: a Ação Política nas eleições de 1982.

Conforme discutido anteriormente, o *Letras em Marcha* não se envolvia diretamente nos pleitos. A eleição de 1974 foi completamente ignorada, e a de 1978 recebeu apenas dois artigos indiretos, publicados depois de realizada. Porém, em 1982, a postura seria diferente.

Diante do exposto, torna-se evidente o descontentamento do jornal com o processo de transição e, visando à legitimação da Ditadura, influenciar nos processos eleitorais passou a ser um ponto fundamental da Ação Política do grupo. Uma das formas mais indiretas consistia nas campanhas contra seus inimigos. Por meio da “Subversão em Marcha”, o periódico realizava ataques em formato de notas jornalísticas. Sob o pretexto de informar, promovia difamações e ataques reiterados. Entre seus alvos mais frequentes estavam Leonel Brizola e o PDT, o PT e o PMDB, este último praticamente transformado no espantalho do jornal. Entre

os vários casos, um dos mais recorrentes era a acusação de infiltração, como ilustrado no exemplo a seguir:

Em manchetes, diversos jornais da denominada grande imprensa noticiaram que o PMDB estava procurando isolar os comunistas do MR-8, infiltrados naquele Partido. Saturnino Braga chegou mesmo a não aceitar que se utilizasse o nome do PMDB para uma passeata, no centro do Rio de Janeiro, contra o que estão chamando de "violência política". Sobre essa infiltração, quem se mostrou estar muito bem informado foi o Jornal do Brasil, que, inclusive, citou o deputado estadual Raymundo Teodoro Carvalho de Oliveira e o vereador Antônio Carlos Nunes de Carvalho, como dirigentes dessa organização subversiva clandestina. Com isso, a abertura democrática chega ao máximo do surrealismo: o MR-8, ilegal, existe; os órgãos de segurança o conhecem; a imprensa publica notícias sobre ele; as leis vigentes são ignoradas; e o povo, sempre o último a saber, só agora tomou conhecimento que elegeu dois comunistas do PMDB. Enquanto isso, o Presidente do PMDB, Ulysses Guimarães, continua enfiando a cabeça dentro da terra e afirmando que em seu Partido não há infiltração. Bem que o PMDB poderia aproveitar a sua passageira ânsia de democracia (que não pode ser confundida com anarquia) e expurgar, de seus quadros, os outros militantes de outros partidos ilegais, que não o MR-8, tais como o PCB e o PC do B (A Infiltração [...], 1981, p. 02).

O outro meio, mais direto, foi a recomendação de candidatos para as eleições legislativas de 1982 nas páginas do jornal. Tendo esse processo iniciado em setembro, durante três meses o periódico reuniu uma série de nomes de confiança, processo que se encerrou na *Letra em Marcha* nº 133, em novembro, com a publicação da lista completa. Ao todo, foram indicados 12 candidatos – dois para vereador, quatro para deputado estadual e seis para deputado federal –, todos filiados ao PDS, em sua grande maioria militares. Eram eles: coronel Pedro Américo Leal, Roderico Façanha, coronel Wanderley do Amaral Duarte, general Salvador Mandim, coronel-aviador Ivo Carneiro, comandante Hilton Tupy Carvalho de Mendonça, coronel Carlos José Pereira, Laurita Mourão, Emílio Nina Ribeiro, comandante Valdermar Barros Filho, Gilson Araújo e coronel Antônio Erasmo Dias (1982k).

A forma como o jornal recomendava seus candidatos baseava-se exclusivamente em sua ligação com o mundo castrense. Entre eles, os coronéis Pedro Américo Leal e Antônio Erasmo Dias, que concorriam à reeleição, foram os únicos cuja área de atuação parlamentar foi explicitamente indicada pelo periódico: Leal focaria nos direitos dos aposentados e dos militares da reserva e reformados – em grande parte devido ao lobby realizado por ele nas páginas do jornal anos antes – e Dias atuaria no combate ao crime, por ter sido Secretário de

Segurança do Estado de São Paulo (1982k).

Todos os demais candidatos eram recomendados por sua vinculação militar ou familiar à caserna. Esse foi o caso de Laurita Mourão, filha do general Olímpio Mourão Filho; de Gilson Araújo, que foi assessor especial do coronel Erasmo Dias durante seu cargo de secretário estadual; de Emílio Nina Ribeiro, descendente direto do Patrono da Artilharia; e de Roderico Façanha, ex-paraquedista e filho do vice-almirante Estanislau Façanha Sobrinho (1982k). O vínculo com o mundo castrense constituía, portanto, o principal critério para a recomendação de voto. Para o *Letra em Marcha*, isso indicava que tais candidatos, caso eleitos, defenderiam a legalidade e a institucionalidade da Ditadura Militar, em prol de sua distensão ou mesmo de sua liberalização, e não de seu fim.

Para o periódico, as eleições de 1982 tiveram grande importância. Uma segunda edição, a *Letra em Marcha* nº 134, publicada em novembro, tratou exclusivamente do pleito, com quatro páginas. Logo na primeira página, apresentava-se o artigo “Meditando Sobre as Eleições”, cujo editorial começava elogiando o processo eleitoral de 1982:

No momento em que a Nação está voltada para o mais importante acontecimento democrático e se prepara para escolher seus novos governadores, senadores, deputados; prefeitos e vereadores, é necessário que algumas considerações sejam feitas. Nesta grande festa democrática, em que cada qual tem o livre direito de escolha, muito se deve ao árduo trabalho do Incansável Presidente João Figueiredo - e à sua pertinácia (Meditando [...], 1982, p. 01).

Curiosamente, o periódico não apenas reconhece, mas também saúda a importância do pleito, que integra o processo de transição por ele amplamente criticado. Chamam atenção, ainda, os elogios ao presidente João Figueiredo, embora tenham se limitado a isso. No parágrafo seguinte, é feita uma crítica contundente às candidaturas de exilados e presos políticos, demonstrando indignação em relação a esses nomes:

Muitos dos atuais candidatos viviam fora do País e não participaram daquele período em que se trabalhou aqui para que o Brasil não fosse entregue a interesses que não se ajustavam aos princípios de liberdade, progresso e ordem. Hoje, de regresso ao Brasil, eles se vangloriam de terem sido banidos, presos ou ainda de terem tido seus direitos políticos cassados, como se isto fosse uma plataforma eleitoral, como se o defeito fosse virtude. Acusam a Nação, quando, na verdade, a Nação é quem deve acusá-los de tentarem levar o País ao descaminho, à Incompreensão, ao caos, à luta fratricida. Se um candidato foi cassado é porque era desonesto e/ou político

inescrupuloso. Se um candidato chegou a ser preso, é porque, naquele momento, atentava contra a ordem e a tranquilidade da Família brasileira; porque também era desonesto e/ou comunista ativista, empenhando-se, deliberadamente, na sovietação do Brasil. Se um candidato foi banido é porque nosso povo não podia carregar ônus de sequestros ou atos Isolados de terrorismo; se foi banido, é porque seus comparsas, ao sequestrarem embaixadores aqui acreditados, exigiam, para a libertação de tais diplomatas, que ele fosse banido! Foram cassados porque eram terroristas, porque foram apanhados em assaltos a bancos, matando inocentes guardas, motoristas e populares. Todos nós brasileiros somos favoráveis à compreensão, ao perdão e à democracia. Não há, assim, melhor exemplo de perdão, de compreensão e de democracia que este momento que estamos vivendo, quando todos, até banidos, presos ou cassados, com folhas policiais altamente comprometedoras, estão de volta e podem candidatar-se livremente, mentindo e querendo provocar o caos através dos meios de comunicação de massa. [...] Lembremo-nos do clima de violência, das greves políticas que em nada ajudavam os trabalhadores e geravam desemprego, dos saques aos estabelecimentos comerciais, da incitação à rebelião armada, tudo fomentado por esses mesmos candidatos que hoje se apresentam como vítimas, para angariar votos (Meditando [...], 1982, p. 01).

O *Letras em Marcha* considerava absurdo que pessoas que haviam sido banidas, cometido atos de terrorismo ou sequestro, ou sofrido cassação anteriormente, pudessem receber perdão e retornar à vida política sem qualquer consequência, chegando até a se orgulhar disso. O jornal chega a ironizar a Anistia, afirmando que “este pleito é o melhor exemplo de perdão e democracia, pois permitiu que ‘criminosos e subversivos’ pudessem disputar livremente”. Após essa crítica, o *Letras em Marcha* conclama os eleitores a fazerem uma escolha consciente, com base nas informações apresentadas no editorial, e a votarem de maneira responsável — ou seja, a não votarem em quem foi criticado pelo jornal.

Concitamos, portanto, os eleitores a que meditem, no supremo instante de votar, avaliando tudo de bom, de honesto, de empreendedor que tem sido feito; meditem, ainda, sobre as dificuldades surgidas para todo o mundo, e não exclusivamente para o Brasil, a partir de 1973; e, finalmente, apelamos para que alijem de suas cédulas eleitorais os que cometeram delitos e foram arautos da violência. Eximam, enfim, de suas cédulas eleitorais os que lutam em causa própria, que não pensam na coletividade, que se esquecem do Brasil. Que o Brasil possa discernir entre perdoar e eleger. Que o Brasil vote bem! (Meditando [...], 1982, p. 01).

Com isso, nas próximas três páginas, o periódico compilou centenas de nomes de candidatos em que não se deveria votar, incluindo aqueles que eram militantes comunistas ou apoiados por eles, bem como membros de outras organizações de esquerda – PCB, PCdoB,

MR-8, OSI, CS e ORM-DS. Segundo o *Letras em Marcha*, os partidos mais mencionados, cujos candidatos não deveriam receber votos, eram o PMDB – onde estariam todos os comunistas –, o PDT – com os brizolistas e a ala Prestes –, e o PT – OSI, CS e ORM-DS, além do clero progressista. Não foram listados os candidatos a governador e senador pelo PMDB, pois todos eles contavam com o apoio do PCB. Por fim, o periódico apresentou doze curiosidades sobre Leonel Brizola com o objetivo de mostrar aos leitores com menos de 30 anos quem ele realmente era (1982).

Ou seja, o *Letras em Marcha* nº 134 realizou uma campanha de pressão sobre quem não deveria votar, apresentando uma lista extensa. Por outro lado, não houve qualquer menção aos nomes indicados pelo periódico, procurando reforçar as candidaturas que, segundo ele, mereciam votos. Ao que tudo indica, o jornal acreditava que, diante do prestígio que possuía – como observado na edição de aniversário, em que várias autoridades e militares o parabenizavam –, poderia influenciar a disputa eleitoral e, principalmente, converter seus assíduos leitores em votos para os candidatos que recomendava. E isso ocorreu: ao menos em âmbito municipal, a ação foi bem-sucedida, como será demonstrado no quadro abaixo com os resultados eleitorais de seus candidatos recomendados.

Quadro 1 – Resultado eleitoral dos candidatos do *Letras em Marcha* (1982)

CANDIDATO DO LETRAS EM MARCHA	PARTIDO POLÍTICO	UF	CARGO DISPUTADO	TOTAL DE VOTOS	SITUAÇÃO
Coronel Pedro Américo Leal	PDS	RS	Deputado Estadual	21704	Suplente
Roderico Façanha	PDS	RJ	Vereador	8617	Suplente
Coronel Wanderley do Amaral Duarte	PDS	RJ	Vereador	11663	Eleito
General Salvador Mandim	PDS	RJ	Deputado Estadual	10161	Suplente
Coronel-aviador Ivo Carneiro	PDS	RJ	Deputado Estadual	5396	Suplente
Comandante Hilton Tupy Carvalho de Mendonça	PDS	RJ	Deputado Federal	2372	Suplente
Coronel Carlos José Pereira	PDS	RJ	Deputado Federal	5867	Suplente
Laurita Mourão	PDS	RJ	Deputado Federal	2184	Suplente
Emílio Nina Ribeiro	PDS	RJ	Deputado Federal	20097	Suplente

Comandante Valdermar Barros Filho ¹⁰	PDS	RJ	Deputado Federal	7286	Suplente
Gilson Araújo	PDS	SP	Deputado Estadual	7034	Suplente
Coronel Antônio Erasmo Dias	PDS	SP	Deputado Federal	41788	Suplente

Fonte: Elaborado pelo autor com base nas informações do TSE (2025c), do periódico *Letra em Marcha*, da edição do Jornal do Brasil de 14/12/82, no site da hemeroteca (2025b) e no site da Câmara dos Vereadores do Rio de Janeiro (2025a).

De seus doze candidatos, o *Letras em Marcha* elegeu apenas um: o coronel Wanderley do Amaral Duarte, para vereador no Rio de Janeiro, sendo um dos dois candidatos cujo número eleitoral não foi divulgado no jornal. Considerando que, excetuando os coronéis Erasmo Dias e Pedro Américo Leal — já atores políticos consolidados, a ponto de disputarem a reeleição em seus respectivos cargos —, todos os demais candidatos não eram nomes conhecidos dos eleitores, percebe-se que o periódico teve uma influência significativa na formação desses votos, ainda que o efeito tenha sido relativamente limitado. Isso fornece um indicativo do real alcance do seu poder político, que pode ser considerado baixo naquele contexto.

No âmbito geral, os partidos que o jornal recomendou não apoiar foram vitoriosos. O PMDB, o partido mais atacado pelo periódico, elegeu 200 deputados federais, 9 senadores e 10 governadores, entre eles Franco Montoro e Tancredo Neves, que eram alvos do grupo. Já o PDT conquistou 23 deputados federais, 1 senador e 1 governador — Leonel Brizola, inimigo histórico do jornal. O PT elegeu 8 deputados federais. Apesar do PDS ter obtido a maioria no Congresso — com 235 deputados federais e 15 senadores —, o resultado representou apenas uma vitória parcial para o governo, pois perdeu a maioria absoluta que detinha e parte do controle da transição. Para o grupo em estudo, o pleito foi uma grande derrota, mesmo com a eleição de um de seus candidatos, pois demonstrou que eles não possuíam todo o poder de pressão que imaginavam ter.

Tanto que a edição nº 135 do *Letras em Marcha* (1982m) foi dedicada ao bicentenário da Escola Naval — ocasião que rendeu parabenizações do ministro da Marinha, do presidente da Câmara dos Deputados, do presidente do Senado e do próprio presidente da República —, ignorando completamente o pleito.

As eleições seriam mencionadas apenas na edição seguinte do *Letras em Marcha*

¹⁰ No site do TSE, a grafia do nome consta como Waldermar Barros Filho.

(1983a), no artigo “Subversão em Marcha”, onde foram ironizadas e ridicularizadas declarações dadas por seus desafetos durante o pleito, sob o título irônico “O ‘Alto Nível’ da Campanha Eleitoral”. Percebe-se que, para o jornal, as eleições de 1982 representaram a derrota do projeto de distensão e, mais ainda, a vitória de uma redemocratização da esquerda e da implantação do socialismo. Com a iminente destruição de tudo que o regime militar havia construído, o grupo de pressão radicalizaria sua ação política. Essa postura ficou evidente na edição nº 137 do *Letras em Marcha*, logo na primeira página, com o texto “Socialismo começa etapa importante de sua caminhada no Brasil”, no qual afirmam:

No próximo dia 15 de março, Leonel Brizola toma posse como Governador do Estado do Rio de Janeiro, graças ao "arrastão" em que foi levado pelo simpático e afinado cantor Agnaldo Timóteo, o segundo Deputado mais votado em todo o Brasil e Revolucionário de 1964. Brizola promete fazer do Rio de Janeiro o fulcro irradiador da motivação socialista do País inteiro. Nenhum jornal está animado para lhe fazer frente (Socialismo [...], 1983, p. 01).

Com isso, o periódico radicaliza de vez seu discurso e ação política, adotando uma postura voltada contra um inimigo mais poderoso. O anticomunismo e os ataques, por meio da seção “Subversão em Marcha”, assim como seus artigos políticos, intensificam-se a partir de 1983. Ainda nessa edição, é publicado o artigo “Democracia vs. Demagogia”, de Francisco de Souza Brasil, no qual ele demonstra sua consternação com o resultado do pleito, pois:

[...] aquilo que se viu nas passadas eleições gerais, verificar-se-á, desapassionadamente, que, em certos e determinados setores, preponderou não a democracia, mas a demagogia. Ora, ensinam os filósofos gregos, como essa última é a própria negação da primeira, não atingimos a Democracia. Permanecemos, mesmo em plena e condenável Demagogia. [...] O voto, arma consciente do cidadão responsável, deve ser racional. Entre nós, foi emocional. Os resultados eleitorais, em algumas unidades federadas, espelham essa desalentadora realidade (Brasil, 1983a, p. 11).

Para o autor, a vitória da oposição representou a vitória da demagogia sobre a democracia, por meio de um voto dado de forma passional, indicando um futuro sombrio à frente. Nessa lógica, o periódico, assim como seus leitores e colaboradores, representa os democratas. Na edição seguinte, é transcrito o discurso do vereador Wilson Leite Passo (PDS/RJ), em defesa do golpe de 1964. No *Letras em Marcha* nº 139, Francisco de Souza Brasil retoma o texto “Voto de qualidade ou da quantidade?”, ainda manifestando seu

descontentamento com o resultado das eleições de 1982. Ele aborda a falta de qualidade dos legisladores eleitos, que teriam sido escolhidos com segundas intenções.

O que se disse, certa feita, do SNI é boa prova. Em geral, o órgão existe para esclarecer, interpretar, informar a autoridade competente, para que essa possa bem decidir. Entretanto, para certos legisladores, a tarefa daquela entidade será de natureza meramente policial. Apesar da anistia, precipuamente destinada a reconciliação geral, pululam ódios, revanchismo, contestações. Os grandes problemas nacionais, relegados a segundo plano, cedem lugar a retaliações pessoais que em nada concorrem para um enfoque objetivo, visando a uma solução que atenda aos reclamos dos brasileiros: Seria longo, fastidioso, enumerar os pontos de estrangulamento político. A abertura transformou-se em arrombamento. Critica-se sem qualquer lastro. Não se apresenta qualquer solução tendente a equacionar nossos problemas. Os verdadeiros patriotas sentem-se frustrados (Brasil, 1983b, p. 02).

Para o autor, fica evidente que a Abertura, ao ter se transformado de uma simples distensão do regime em uma transição de regime, resultou na falta de qualidade dos eleitos. Isso não teria ocorrido se a proposta original de reforma da institucionalidade autoritária tivesse sido implementada. Essas discussões continuam em julho, na edição nº 142 do *Letras em Marcha*, com o artigo “Volta aos Quartéis”, do general Everaldo José da Silva, que aborda a saída dos militares do poder e o retorno à caserna.

A ordem, no momento, é "voltar aos quartéis". Os militares que abandonem os cargos públicos civis e retornem a seus quartéis. Queira Deus que seja o momento exato dessa medida e que a sociedade brasileira não mais careça da participação direta de homens fardados na administração das coisas públicas civis para honrá-las e, sobretudo, dar-lhes autoridade e legitimidade. Isto significa, sem dúvida, o que sempre as Forças Armadas desejaram - cumprir tão-somente sua destinação constitucional, preparando-se para a manutenção da Segurança (Interna e externa) e para a garantia da ordem pública, das Instituições e da Lei (Silva, 1983, p. 11).

Para o general, não há nenhum problema, pois, para os militares, o dever de organizar a sociedade brasileira foi cumprido. Eles devolveriam o poder aos civis, sem maiores dificuldades, para que estes cumprissem as funções e deveres definidos pela Constituição, incluindo a manutenção da segurança, da ordem e da lei. No entanto, ele deixa bem claro que os militares podem voltar a intervir, caso haja necessidade, como já fizeram anteriormente.

A "volta aos quartéis" vai ocorrendo, naturalmente, aos poucos. Estejamos certos, porém, de que os "homens de farda" de hoje são os mesmos que

reprimiram a Intentona Comunista de 35 e evitaram a República Sindicalista que "grupos de 11" e outros aglomerados esdrúxulos pretendiam implantar em nosso País, na década de 60, pois que, a "volta aos quartéis" pode ser curta e a qualquer tempo - e para Isso estão preparados os homens de farda -, opera-se o apoio à sociedade civil, como Imposição nacional e salvaguarda da Ordem Interna e da Intangibilidade da Pátria brasileira! (Silva, 1983, p. 11).

Ainda relacionado ao discurso do Poder Moderador, na edição seguinte, Fernando Nobre Filho, em "Com a Palavra, as Forças Armadas", não apenas reafirma esse papel de interventor, como também aponta para o encerramento da Abertura, o qual teria permitido que os "sovietistas" assumissem o poder, e alerta para a possibilidade de um novo golpe semelhante ao de 1964.

O fato é que a atuação dos soviéticos que estão fora do Governo se agigante pelo apoio que encontram por parte dos comparsas aboletados em posições governamentais, e não há de ser sem contrariar um parvo Estado de Direito, que poderemos nos livrar de tão nefastas e inadmissíveis influências. Portanto, é iníqua e prejudicial a insistência na chamada abertura, cuja prática, nos moldes verificados, se tornou de todo inaceitável. A retomada do processo revolucionário, benéficamente instaurado em 64 e consolidado em 68, se reclama-a olhos vistos. O bendito fantasma das cassações e dos alijamentos, embora aparentemente antidemocrático, é paradoxalmente e na realidade, o único e imprescindível sustentáculo da Democracia e do Sistema que salvaguarda as nossas tradições e assegura o nosso progresso e nossas instituições. As Forças Armadas, requisitadas pelas circunstâncias, ainda que a contragosto, mas inevitavelmente, estão novamente com a palavra (Nobre Filho, 1983, p. 10).

Até esse ponto, para o periódico, assim como para seus colaboradores e leitores, a situação vinha se degradando rapidamente, com o aumento da crise econômica, a transição saindo do controle do governo e a "iminência da implantação de um regime socialista". Inclusive, o discurso de intervenção militar volta a ganhar força, mesmo com o processo de Abertura em andamento.

É nesse contexto que, na edição nº 144 do *Letras em Marcha*, o coronel Darino Castro Rebelo escreve o artigo "Brasil à beira do abismo?" com o objetivo de pressionar os parlamentares do PDS a tomarem medidas diante da situação. A própria redação do periódico observa, entretanto, que os políticos do partido governista não se deixam influenciar pelo grupo:

Letras em Marcha lastima que a tese deste artigo, por demais evidente, não seja "martelada" por Deputados e Senadores do PDS na Câmara e no Senado e pela imprensa que recebe polpudas verbas publicitárias do Governo. Em contrapartida, os inimigos da Pátria e/ou a Oposição vencem no recinto do Congresso e em todos os órgãos de imprensa escrita, falada e televisada. Pena que um pobre, pequeno e alternativo jornalzinho amadorístico tenha que "convocar" um Coronel, já na reserva e que não tem obrigação de formular esta defesa, para fazê-la, com repercussão que, nós o sabemos, é duvidosa. Pena que tenha de fazê-lo em jornal que, em seus doze anos de circulação, jamais tenha recebido um centavo de publicidade do Governo - mas que, com "vergonha na cara", com senso não quimérico de patriotismo, sente e tem obrigação de fazê-lo (Rebello, 1983, p. 08).

Por fim, para encerrar o ano, o *Letras em Marcha* entra na discussão sobre as Diretas Já. Iniciado em março de 1983, esse movimento político tinha como objetivo o restabelecimento das eleições diretas para presidente, já visando o pleito de 1985. Liderada pela oposição e pelo conjunto da sociedade civil, a campanha cresceu na opinião pública ao longo do ano, mobilizando milhares e, posteriormente, milhões de pessoas em seus comícios.

Diante desse crescimento, o periódico decidiu se posicionar na discussão, questão já abordada em anos anteriores. Assim, no *Letras em Marcha* nº 147, foi publicada na primeira página a matéria intitulada "Eleições Diretas versus Eleições Indiretas". O periódico não esconde sua preferência pelo segundo modelo, apresentando seus argumentos em favor dele. Entre as justificativas, são retomados diversos pontos do artigo do almirante Acyr Dias de Carvalho Rocha, discutido anteriormente. No entanto, novos argumentos em favor do voto indireto também são apresentados, alguns dos quais merecem destaque. Um desses motivos está relacionado à história política brasileira:

Eleições diretas: Presidentes Dutra, Getúlio Vargas, Juscelino Kubitschek e Jânio Quadros/João Goulart. Cinco Presidentes e 19 anos.

Eleições Indiretas: Presidentes Deodoro da Fonseca/Floriano Peixoto, Getúlio Vargas, Castelo Branco, Costa e Silva, Médici Geisel e João Figueiredo. Oito Presidentes e 28 anos. Conclusão: a tradição brasileira é pelo voto indireto. [...] Dos cinco presidentes eleitos diretamente, três foram muito malsucedidos: Getúlio Vargas (suicidou-se), Jânio Quadros (renunciou, dominado pela bebida) e João Goulart (fugiu, dominado pelo medo) (Rocha, 1983, p. 01).

Outro motivo tem ligação com a eleição de Raúl Alfonsín na Argentina, onde era divulgado na época que a eleição havia sido direta:

A grande verdade é que a Argentina não é e jamais foi exemplo de qualquer

coisa para o Brasil. Nenhum argentino depositou um voto sequer com o nome de Alfonsín nas urnas. A grande verdade é que ele foi eleito por um "pequeno" Colégio Eleitoral de apenas Senadores e Deputados. O NOSSO COLÉGIO ELEITORAL, este sim, é abrangente, pois, além de ter a participação de Deputados e Senadores, conta, ainda, com o voto de representantes de todas as Assembleias Legislativas de todos os Estados da Federação brasileira! As eleições na Argentina foram Indiretas. Alfonsín foi eleito somente no dia 29 de novembro último, ao passo que as eleições gerais naquele país foram realizadas no dia 30 de outubro, isto é, um mês antes. Em resumo: a expressão Eleições Diretas na Argentina constitui ignorância ou má fé de quem a pronuncia! (Rocha, 1983, p. 01).

Mais um motivo relacionado ao fato de o PMDB não ter conquistado a maioria dos votos na última eleição:

O Colégio Eleitoral brasileiro foi sufragado no dia 15 de novembro de 1982. Quem votou naquele dia sabia perfeitamente que estava votando, de forma Indireta, no futuro Presidente da República. Cabe aqui uma pergunta: se o PMDB tivesse maioria no Colégio Eleitoral formado em fins do ano passado, estaria lutando pelas eleições diretas com tanto entusiasmo? Outra pergunta: por que o PMDB não luta para, nas próximas eleições gerais, fazer maioria no Colégio Eleitoral (Rocha, 1983, p. 01).

Obviamente, há também a justificativa anticomunista:

Em todos os países socialistas e comunistas, as eleições são indiretas. Por que será, então, que os socialistas do tipo Leonel Brizola (capitalista no Uruguai...) e os comunistas do tipo Giocondo Dias são favoráveis, no Brasil, às eleições diretas? A resposta é fácil e simples: querem eleições diretas para "virar a mesa"; depois de virada e "eles" no poder, com as rédeas na mão, fazem voltar as eleições indiretas e se perpetuam (Rocha, 1983, p. 01).

E, por fim, uma justificativa no âmbito religioso:

A eleição direta mais famosa e injusta da história da humanidade foi promovida por Pôncio Pilatos. Quem deveria ser liberado na Páscoa – Jesus Cristo ou o criminoso Barrabás? O povo, apaixonado na reunião em praça pública. Condenou Cristo e absolveu Barrabás (Rocha, 1983, p. 03).

Face ao exposto, percebe-se que o periódico sofreu um processo de radicalização em sua linha discursiva. Logo no início do governo Figueiredo, o *Letras em Marcha* adotou um tom incisivo na defesa da institucionalidade da Ditadura Militar, pressionando pela continuidade do projeto original de distensão e mantendo viva a memória do Golpe Civil-Militar e de seus ideais em suas páginas.

Apesar dos poucos avanços da Abertura Política nos anos de 1980 e 1981, o tom incisivo nos artigos do periódico se manteve, agora com um viés de preocupação com o processo de distensão. No ano de 1982, entretanto, o grupo alterou sua atuação política, passando a influenciar diretamente o pleito daquele ano, algo que o periódico não havia feito anteriormente. Para tanto, o *Letras em Marcha* concentrou-se tanto na campanha contra outras candidaturas quanto na recomendação de seus próprios candidatos.

Mesmo com a quantidade razoável de votos obtidos pelos nomes recomendados — sendo que um deles foi eleito —, a campanha contra outras candidaturas não surtiu efeito. Com vários de seus opositores tendo sido eleitos, as eleições de 1982 representaram um ponto de ruptura para o periódico, indicando a derrota do projeto de distensão e de preservação da institucionalidade autoritária. Dessa forma, o processo de radicalização do periódico intensificou-se a partir de 1983, com artigos que atacavam a Abertura e chegavam a defender um novo golpe. Essa linha continuou em 1984, embora o foco do jornal tenha se voltado para duas eleições naquele ano.

4.3. As eleições de 1984/1985 e o fim da Ditadura Militar

Com o início de um novo ano, a radicalização do *Letras em Marcha* continuou. Os discursos anticomunistas e os ataques na seção “Subversão em Marcha” persistiram, enquanto sua ação política contra a Abertura não cessou. No *Letras em Marcha* nº 149, publicado em fevereiro, foi lançada uma nova seção intitulada “Eleições Diretas versus Indiretas”, desta vez transcrevendo argumentos em defesa da eleição indireta, originalmente publicados no jornal *O Globo*. Um deles é de Nelson Custódio de Oliveira, que argumenta:

O sistema do sufrágio universal, que é lindo teoricamente e ecoa tão tonitruante quanto "O petróleo é nosso", não é adotado hoje em nenhum grande país do mundo: nem no Canadá, nem nos Estados Unidos, nem na Noruega, nem na Suécia, nem na Dinamarca, nem na Finlândia, nem na Holanda, nem na Alemanha Ocidental, nem na Inglaterra, nem no Japão, nem muito menos nos países socialistas” (Oliveira, 1984, p. 04).

Continua ele em seu raciocínio:

Porém, a consciência patriótica do País, a consciência daqueles que se debruçam seriamente sobre os problemas brasileiros, a consciência daqueles que pensam menos em si mesmos do que nos elevados interesses nacionais, opta hoje pelo sistema indireto, mais seguro, mais seletivo, mais fidedigno, mais triado na hierarquia dos melhores valores, consoante ocorre nos grandes países civilizados” (Oliveira, 1984, p. 04).

Para Oliveira, além de o sistema de eleições diretas não ser utilizado nem nos grandes países capitalistas nem nos socialistas, o sistema indireto é mais seguro, seletivo e valoriza a qualidade em vez da quantidade, o que constituiria um motivo para mantê-lo no Brasil. Por sua vez, Armando Gonçalves Alves apresenta o seguinte argumento:

Não sou político nem partidário, como aliás a maioria dos brasileiros. Mas também não me julgo tolo, a ponto de aceitar a distinção substancial entre eleições diretas ou indiretas para Presidente da República. Bastam algumas considerações gerais para mostrar-se a “balela” desta distinção: 1) o que caracteriza uma democracia não é o tipo ou forma de eleição, mas a mudança periódica e sistemática do Poder; (...) 2) muitas nações, conhecidas ou tidas como democráticas, têm formas semelhantes para a eleição de seu Chefe-Executivo; 3) o cidadão comum não escolhe quem deseja, mas entre os poucos candidatos apresentados pelas cúpulas dos Partidos; 4) se um Congresso Nacional foi eleito com poderes constitucionais para eleger um Presidente ou Primeiro Ministro, a ele (Congresso) foi legitimamente delegada também esta função” (Alves, 1984, p. 04).

Novamente, surge o argumento de que outras nações adotam o mesmo modelo, além de comparações com o parlamentarismo. Embora simples, esses pontos estão mais bem fundamentados do que os apresentados pelo jornal em dezembro de 1983. Contudo, o tema não se restringiu apenas a justificativas. Ainda na mesma edição, o comício das Diretas Já em São Paulo, ocorrido em 25 de janeiro, foi alvo de seus habituais ataques políticos, com questionamentos sobre o número de participantes e insinuações de que a adesão teria se dado por meio de corrupção. Segundo o periódico:

A imprensa divulgou que as presenças na Praça da Sé, para o comício pró-diretas, atingiu a cifra de 200 a 300 mil participantes. Apelemos para a lógica, para a matemática. A Praça da Sé tem 24 mil metros quadrados; assim, mesmo queoubessem quatro pessoas por metro quadrado, se chegaria ao número máximo de 96 mil pessoas presentes no comício - isto sem considerar as árvores existentes, os postes e os muitos buracos que o péssimo Prefeito Mário Covas não tapa, em pleno centro da cidade. O sagaz Deputado Nelson Marchesan, líder do Governo na Câmara, afirmou que conseguiria, se quisesse, fazer um comício igual ou melhor que o da Praça da

Sé, “desde que os governos estaduais controlados pela Oposição garantissem transportes grátis e contratassem os artistas” (Sucessão [...], 1984, p. 04).

Já no *Letras em Marcha* nº 150, Fernando de Almeida Nobre Filho escreve o artigo “Os Militares, a Revolução e a Abertura”, em que demonstra sua indignação contra a Abertura e o processo que eles desencadearam, argumentando que se tratava de um erro:

Essa resolução iniciou-se com a independência na indicação do sucessor do referido General Geisel, primeiro passo em direção à chamada Abertura então preconizada para que se processasse sem o controle integral do Poder Revolucionário. Tal desiderato, considerado na ocasião "um risco calculado", mas preocupante, pelos péssimos resultados advindos em vista de precipitações imprevidentes, confirmou-se como tendo sido mal calculado, porque, se preocupante, o risco transformou-se em temerário. A classe civil, composta pelos políticos e administradores e mesmo pelos militares que, abandonando suas carreiras, a essa classe política e administrativa se incorporaram, passou a agir com uma liberdade desequilibrada (Nobre Filho, 1984, p. 03).

Segundo o autor, por ter sido iniciada antes do tempo e conduzida por civis e militares que desejavam agir sem qualquer limite, a transição resultou em um processo fora de controle, que destruiu a institucionalidade do regime e o modelo de sociedade previamente estabelecido. O resultado foi a degradação e a corrupção do país.

A corrupção instigada pela subversão é explorada pelos corruptos e pelos soviéticos. Rouba-se, assalta-se e estrupa-se com a maior desfaçatez e naturalidade. Tudo se contesta e insulta. A Autoridade estiolou-se; a audácia agressivamente se implanta; a irreverência atinge os índices da petulância. Desafios se fazem acintosamente para provocar revides que serão perfidamente explorados. Um programa solerte solapa o regime e mesmo o direito de propriedade privada ou pública atingido em nome do que passaram a chamar de Democracia. Daqui a pouco, vai-se rasgar a Bandeira e cuspir na Pátria, e nada vai acontecer, pois se inculca que quem acredita nessas "bobagens" são só os milicos. Agora, o gato foi-se embora e os ratos estão em festa! O fantasma que, mesmo não aparecendo, se sabia existir, desintegrou-se e não mais perturba (Nobre Filho, 1984, p. 03).

Os processos de degradação resultantes da Abertura também são evidenciados pelo jornalista Cunha Lima, no artigo “Outra Revolução”:

Que faz o PMDB no presente? Realiza campanha nitidamente revolucionária. Quer eleições diretas para escolher o sucessor do Presidente da República, na hora em que a Constituição estipula pleito indireto. Está

cometendo atentado contra deliberação constitucional, adubando o campo da próxima rebelião. Finalizando. Não podemos dizer qual o governo que dirigirá o destino dos brasileiros no tempo que há de vir. Será democrático? Socialista? Ou moscovita? Mistério. Prevê-se, porém, o advento de reformas sociais, como frutos das revoluções periódicas que nos visitam. Os levantes têm repetição fatal, onde o governo poupa os inimigos da democracia. Não se mantém a ordem jurídica, fazendo concessões condenáveis (Lima, 1984, p. 11).

No entanto, ao contrário da negação de outros colaboradores, Cunha Lima percebe um cenário político semelhante ao que existia antes do Golpe de 1964, caracterizado pela substituição de um pacto político por outro, sendo que, neste caso, ocorre a transição da institucionalidade autoritária para um processo de redemocratização.

O presente contém o embrião de alguns eventos futuros. O procedimento das agremiações partidárias; a mudança de rumo de alguns chefes de 64; o enfraquecimento de uma revolta militar que se exauriu nas mãos de pessoas que lhe deram vida; a cisão no grupo dominante; o desejo de que os fortes ajudem os fracos; os debates constantes a que assistimos, tudo isso revela o fim de um pacto constitucional e os primórdios de outro. A próxima revolução não trará a "paz augusta" de Otávio, mas será democrática (Lima, 1984, p. 11).

Mesmo com seus artigos habituais durante o primeiro semestre, outro assunto ganhou o foco do *Letras em Marcha*, para o qual voltou sua ação política: as eleições do Clube Militar. Conforme discutido, durante a transição, entre altos e baixos, o governo manteve o controle do processo, não apenas nos meios políticos, mas também no âmbito castrense, principalmente diante do racha das frações dos "Duros" e do descontentamento de parte dos militares. Nesse contexto, a manutenção do controle do Clube Militar pelo governo Figueiredo era fundamental para que o regime pudesse influir no processo de transição.

Foi nesse cenário que ocorreram as eleições de 1984. Na disputa pela presidência do Clube, enfrentavam-se a chapa do general Tasso Vilar de Aquino, que buscava a reeleição e contava com o apoio do presidente João Figueiredo, e a chapa Soberania Nacional, do general Antônio Carlos de Andrada Serpa, militar linha-dura e anticomunista.

O que a princípio parecia indicar uma disputa entre "Moderados" e "Duros" sobre o processo de Abertura tomou um rumo distinto. Segundo André Moysés Gaio (1997), a chapa Soberania Nacional preparou uma campanha crítica ao governo, questionando a forma como este controlava o processo de distensão, adotando o discurso de que o regime era ilegítimo e

que se fazia necessária uma transição democrática ampla. Além disso, defendia a recuperação da imagem da instituição e a aproximação com a sociedade civil. O objetivo dessa estratégia era que:

A defesa da instituição militar contra um regime ilegítimo não seria feita somente através de pronunciamentos críticos, mas, fundamentalmente, pelo estabelecimento de uma aliança entre o Exército e a Nação. Essa era a única forma de recuperação da instituição militar depois dos anos em que apoiou, ou manteve-se passiva, frente à instauração de um modelo econômico dependente e de um regime autoritário. Era preciso anular o divórcio entre o Exército e a Nação; era preciso demonstrar que, através da história, jamais o Exército se contrapusera aos interesses e aspirações nacionais. [...] A reaproximação com a Nação ocorreria na medida em que o Exército, ou melhor, a chapa Soberania Nacional, sua representante, estivesse decidida a enfrentar os principais problemas vividos pelos brasileiros. Era preciso demonstrar que os militares não se preocupavam somente com as questões militares, mas tinham uma visão ampla dos impasses vividos pelo povo (Gaio, 1997, p. 127).

Essa estratégia tinha como objetivo recuperar a identidade do Exército após anos de regime autoritário. Dessa forma, o diálogo com setores da sociedade pretendia ajudar no processo de modernização da instituição. Com isso, a chapa Soberania Nacional incorporou parte das reivindicações da sociedade civil, refletindo essas ideias em seu programa.

Essas reflexões consistiram, em primeiro lugar, no deslocamento do tema da segurança nacional que agora compreenderia não mais o exercício da repressão política, mas a preocupação com a questão da soberania nacional, no fim da dependência face ao capital externo e no controle das atividades das multinacionais no país; em segundo lugar, na valorização, no plano institucional, de métodos democráticos de representação política e do exercício do poder; em terceiro lugar, em uma mudança no padrão das relações entre os militares e os civis, em que se expressasse a intenção de uma convivência harmoniosa, sem o domínio daqueles sobre estes; em quarto lugar, admitia-se que as Forças Armadas teriam uma função política, não para tutelar e dominar o poder, mas para ajudar na mobilização para a defesa da soberania nacional (Gaio, 1997, p. 131).

Foi nesse contexto político que, ao se mobilizar contra os agentes do continuísmo, a candidatura do general Serpa assumiu um papel democrático, nacionalista e antimilitarista, embora mantivesse os ideais dos “Duros” e do anticomunismo. No entanto, toda essa aproximação com a sociedade civil, assim como o programa da chapa, acabou chamando a atenção do governo e de seu candidato oficial. Segundo André Mysés Gaio:

A chapa General Tasso apresentou, desde o início, um programa caracterizado principalmente pelo conteúdo negativo, em que a preocupação central era a de oposição ao programa da outra chapa, Soberania Nacional. Sem apresentar nenhum posicionamento próprio, como fizera o General Serpa, da chapa opositora, em relação ao destino da revolução de 1964, sobre o modelo econômico, sobre o papel das Forças Armadas no processo de abertura, etc., o Gen. Tasso limitava-se a combater as ideias de seus opositores e a pretender impedir que estes pudessem sair vitoriosos, utilizando variados e poderosos recursos para este fim (Gaio, 1997, p. 134).

Um dos meios utilizados para a campanha contra a chapa do general Serpa foi o periódico *Letras em Marcha*. Embora o jornal tenha assumido o apoio à chapa do general Tasso ainda em janeiro, na edição nº 148, foi a partir de fevereiro que a campanha pela sua candidatura se intensificou em suas páginas. Essa preferência foi explicitamente assumida pelo próprio jornal, que informou divulgar notícias da chapa do general Serpa “numa atitude democrática”, como declarou. Quanto ao apoio, o próprio general Tasso Vilar de Aquino colaborou com o periódico, passando a escrever periodicamente.

Na edição nº 149 do *Letras em Marcha*, em “Mensagem do General Tasso ao Quadro Social do Clube Militar”, o candidato à reeleição apresenta suas propostas aos leitores:

[...] a chapa por mim encabeçada apresenta-se candidata à reeleição com vista, sobretudo, à consolidação de um trabalho consciente voltado para a preservação e valorização do patrimônio material, cultural e moral do Cube Militar; ao atendimento e ao bem-estar em bases sólidas do seu quadro social em todo País; ao estudo, exame, apreciação e debate dos assuntos de alta relevância nacional no âmbito do Cube Militar; ao fortalecimento do clima de entendimento e amizade entre os integrantes das Forças Armadas; ao intercâmbio cultural, social e esportivo com os Clubes Naval e da Aeronáutica, Clube do Exército, Círculos Militares e Associações civis e militares afins; à vigilância contra a atividade, manifestação ou influência de política partidária, ideológica nociva ou qualquer atitude ou conduta isolada ou de grupo que possa comprometer o sadio ambiente de cordialidade e respeito que deve existir no Cube Militar; ao apoio às iniciativas públicas ou privadas competentes, responsáveis, equilibradas e objetivas que promovam:

- a ocupação e desenvolvimento racionais e adequados da Amazônia e dos demais grandes espaços ainda disponíveis do País;
- a aplicação da Política Nacional de Conservação do Meio Ambiente;
- a solução definitiva para o problema do Nordeste;
- a presença efetiva do Brasil na Antártica e nas decisões sobre o Continente Branco (Aquino, 1984a, p. 07).

Pelo teor do que foi apresentado, percebe-se que seu programa era centrado no

mundo castrense, privilegiando a integração e o intercâmbio entre os clubes das diferentes Forças, além da preservação da cultura e da moral militar. Em nenhum momento dialogava com, ou mesmo mencionava, o processo de transição da Abertura Política, como se este não existisse. Nas edições seguintes, o periódico continuou a publicar matérias positivas relacionadas à gestão do general Tasso no Clube Militar, culminando com o candidato utilizando as páginas do jornal para responder à chapa Soberania Nacional (1984e). Contudo, o periódico não se limitou às propagandas e aos elogios ao seu candidato preferido; também veiculou denúncias contra a chapa adversária.

O principal exemplo ocorreu na edição nº 151 de *Letras em Marcha*, em maio de 1984, quando o jornal divulgou um diálogo do candidato a vice da chapa Soberania Nacional. Por mencionar a possibilidade de diálogo com Leonel Brizola e os comunistas, o candidato foi apresentado pelo periódico como um ultraje.

Ele citou, como problemas que seriam discutidos pelos militares dentro do Clube Militar, o desenvolvimento do Nordeste, a inflação, a política nuclear e as formas alternativas de energia. Caso ganhe a eleição, a sua chapa pretende convidar para debates políticos e técnicos de todos os partidos, mesmo os de oposição.

- E o Brizola, perguntou um repórter.
- Ele não é do PDT? Então, convidaríamos.
- E os comunistas?
- Só se o partido for legalizado.
- E senhor é a favor da legalização?
- Acho que seria melhor se estivessem legalizados (Candal [...], 1984, p. 06).

Além das denúncias relacionadas ao discurso anticomunista, a chapa do general Tasso contou com o apoio de diversos expoentes da Direita Militar, demonstrando que a disputa transcendeu a divisão entre “Moderados” e “Duros”. Para Gaio:

A campanha para a chapa General Tasso contou com o apoio dos ex-Presidentes Garrastazu Médici e Ernesto Geisel, de chefes militares, como o Marechal Odílio Denys e Néelson de Mello, de todos os Ministros de Estado associados do Clube e dos ex-Presidentes vivos do Clube Militar (Gaio, 1997, p. 142).

Esses apoios também se refletiram nas páginas do *Letras em Marcha*, onde muitos militares que apoiavam a chapa que pleiteava a reeleição publicavam seus depoimentos em seu favor. Em alguns casos, justificavam o voto no general Tasso, mas também manifestavam o voto contrário à chapa do general Serpa. Um dos exemplos foi o do general Ferdinando de

Carvalho, que apresentou o seguinte motivo para a escolha dessa chapa:

O General Tasso Villar de Aquino é pessoalmente um conferencista competente, interessado principalmente pelos problemas de exploração e desenvolvimento de áreas críticas do País, como o Nordeste, a Amazônia e a região Centro-Oeste, onde serviu em sua carreira militar, adquirindo notável experiência que torna ponderável sua opinião clara e patriótica em tais assuntos. Em sua plataforma de candidato à reeleição, o General Tasso dispõe-se a incentivar a apreciação desses problemas, nos quais o interesse das Forças Armadas possui grande influência sobre os responsáveis diretos por sua política e suas soluções. Um dos grandes motivos para o apoio à reeleição do General Tasso consiste na necessidade de assegurar a continuidade no trabalho de restauração e aperfeiçoamento das condições materiais do patrimônio do Clube, programa que a atual Diretoria vem executando para modernizar as instalações e dar-lhes a funcionalidade exigida na intensa atividade social da entidade. Está sendo efetivada, além disso, uma completa revisão na legislação interna do Clube e nas condições de seu controle funcional. O General Tasso está, para tal fim, implantando um eficiente sistema informático baseado em um adequado Centro de Processamento de Dados. Todas essas são tarefas que demandam tempo e continuidade (Carvalho, 1984, p. 07).

Outro exemplo foi do general Carlos de Meira Mattos, que recomendou o voto pela continuidade da gestão, em muito, por estar alheia aos conflitos do mundo exterior:

O ilustre companheiro General Tasso, que há dois anos veem administrando o Clube e ora pleiteia sua reeleição, oferecemos a prova, inequívoca, de uma administração bem sucedida, que foi capaz de preservar, ampliar e valorizar o patrimônio material, cultural e moçal de nossa agremiação social. [...] Esta dádiva preciosa de paz reinante acima de nossas convicções políticas ou religiosas, é que queremos preservar (Mattos, 1984, p. 06).

Um terceiro exemplo de recomendação de voto foi o do general Sílvio Frota, em abril de 1984. No entanto, sua manifestação não se deu tanto pela defesa das propostas da chapa preferida, mas sim por oposição ao adversário, motivada pelo depoimento do vice da chapa Soberania Nacional:

TASSO VILAR DE AQUINO, caráter adamantino, democrata de alto quilate, soldado devotado, é um estudioso dos problemas nacionais. Revolucionário de 1964 seus compromissos - ditados por sua consciência - são exclusivamente com o Exército e a Pátria. Sua Administração, se não for reeleito, deixará saudades.

ANTÓNIO CARLOS DE ANDRADA SERPA é um homem de forte personalidade que se ligou à oposição ao passar para a Reserva do Exército. Foi sempre, na nossa opinião, mais um político do que um militar, talvez legado da ilustre estirpe dos Andradas, da qual descende. Sua aproximação

dos agrupamentos de esquerda e os inimigos da Revolução de 1964, observada em comícios públicos, não deixa mais dúvidas após as declarações do vice-presidente de sua chapa à imprensa. É um eterno descontente, destes que, no dizer de Maurois, as revoluções vitoriosas nos trazem. Gosta de estar sempre em evidência, preferindo as excitantes luzes do mundo ao anônimo labor atrás do Portão das Armas. Se for eleito para o Clube Militar trará preocupações, visto que poderá criar um ambiente propício a dissensões que levem, como em 1952, a uma reação tão imprevista quão desagradável (Frota, 1984, p. 04).

Veja: o *Letras em Marcha* contribuiu substancialmente para a chapa do general Tasso, tanto pelo conteúdo favorável ao candidato quanto pela campanha contrária à chapa do general Serpa. Foi nesse cenário que ocorreu, em 16 de maio de 1984, a eleição no Clube Militar. A chapa do general Tasso foi vitoriosa, obtendo 4.175 votos contra 2.578 da chapa Soberania Nacional; havia, ao todo, 23.286 sócios, dos quais 70% se abstiveram de votar (Gaio, 1997). Ou seja, mesmo com a vitória, o resultado foi desfavorável tanto para o candidato, que havia sido eleito em 1982 por aclamação, quanto para o governo, que saiu politicamente enfraquecido da disputa. Além disso, toda essa disputa repercutiu na sociedade da época, piorando a imagem do regime.

A disputa entre as duas chapas transformou-se, então, para a grande imprensa, num confronto entre uma proposta que rompia como autoritarismo e que, por isso, representava a reivindicação da grande parcela da sociedade civil, identificada na chapa Soberania Nacional e a proposta que significava o continuísmo e que, por conseguinte, era apoiada explicitamente pelo Presidente Figueiredo e pelo Ministro do Exército, Válder Pires, cujo candidato a Presidente era o Gen. Tasso Villar de Aquino. Em relação à chapa encabeçada pelo Gen. Serpa, podia-se observar várias referências positivas por parte da imprensa. Ressaltava sua oposição ao governo Figueiredo, o que, muitas vezes, era transformado em oposição à Revolução de 1964. Poucas vezes as reportagens destacaram o passado "revolucionário" do General, os cargos que ocupou desde o governo do Presidente Castello Branco, as medidas discriminatórias que apoiou. A chapa Soberania Nacional representaria uma aliança entre civis e militares pela mudança e pela democracia (Gaio, 1997, p. 149-150).

Para o *Letras em Marcha*, isso não representou um problema. Tendo feito parte da candidatura vencedora e sendo um dos principais meios de comunicação dessa chapa, o periódico considerou sua ação política um sucesso, tanto que destacou a abstenção como uma das menores em relação aos pleitos anteriores (1984f). Um fato que corrobora a importância do jornal é que o próprio general Tasso, em seu discurso de agradecimento, incluiu o grupo de

pressão: "[...] aos prezados companheiros de *Letras em Marcha*, a quem devemos a difusão correta dos esclarecimentos aos eleitores do Clube Militar, com vistas ao voto consciente que, em conjunto, expresse a vontade da maioria" (Aquino, 1984b, p. 03).

Foi na esteira do Clube Militar que o *Letras em Marcha* mudaria seu foco para outra eleição. Em julho de 1984, a candidatura de Tancredo Neves (PMDB) já estava consolidada como o nome da oposição na eleição presidencial indireta de janeiro de 1985, enquanto a disputa interna entre vários candidatos do PDS para escolher o candidato do partido à sucessão presidencial continuava. Com isso, o periódico iniciou sua campanha contra o governador de Minas Gerais, figura política que já era alvo recorrente do grupo. Dessa forma, no *Letras em Marcha* nº 154, o coronel Armando de Freitas Rolim acusou Tancredo Neves de ser o "Alfonsín brasileiro". Segundo ele, com o aumento das críticas aos militares, a possibilidade de quem fosse eleito – no caso, como a candidatura era do partido governista, pela lógica só poderia ser o candidato da oposição – poderia iniciar um processo de revanchismo, assim como teria ocorrido na Argentina no período:

As acusações começaram, os demagogos radicais e revanchistas já estão aparecendo. Esboça-se o início de uma campanha para a desmoralização das Forças Armadas brasileiras. Os militares pagariam por possíveis irregularidades dos políticos entre 64 e 84, a que estiveram alheios de fato e de direito. Dependendo do próximo governo, poderemos cair no mesmo caso da Argentina. As denúncias já começaram e os inescrupulosos estão na linha de frente prontos para isso. Na Argentina em qualquer escavação em que se ache uma ossada, mesmo não identificada, podendo ser até de cachorro, os denunciadores logo afirmam ser o cadáver de uma criança torturada e morta pela repressão do governo, e todos correm a localizar o militar mandante, eis que lá existe uma campanha organizada para desmoralizar as Forças Armadas (Rolim, 1984, p. 01).

Para o coronel, esse revanchismo, que não seria motivado pelos mortos ou perseguidos da Ditadura, mas sim por acusação de corrupção, desataria o caos.

Na Argentina procuraram cadáveres; no Brasil os radicalistas, sedentos de revanche, irão localizar os focos da corrupção e neles procurar só militares, para compor um quadro desmoralizante para as Forças Armadas. No Brasil, como na Argentina, não escaparão das denúncias os presidentes militares, os ministros, principalmente os da área econômica, generais, os governadores, os empresários e os políticos. Vai ser o Carnaval Monstruoso e impatriótico em que o Zé Povo, comandado por políticos inescrupulosos e agitadores, vai sambar e gozar porque não tem condições de compreender e aquilatar o mal que fará ao Brasil (Rolim, 1984, p. 01).

O artigo “Tancredo – O Alfonsín Brasileiro” repercutiu positivamente entre os leitores do periódico, tanto que o *Letras em Marcha* nº 155 não apenas confirmou que o título havia sido dado pelo próprio corpo editorial, como também reafirmou o conteúdo anteriormente divulgado e apresentou novas críticas ao candidato.

[...] foi muito elogiado por nossos leitores em copiosas manifestações através de cartas, cartões e telefonemas. Ao agradecermos, de público, estes cumprimentos, esclarecemos que tal lead é da lavra de nossa Redação e não do autor daquele também apreciado artigo. Aproveitamos para reiterar nossa tese, uma vez que um homem com mais de setenta anos não terá ânimo, disposição, saúde e passado para fazer frente aos diligentes, atuantes e jovens comunistas infiltrados em seu partido ou que fazem o pano de fundo de seu “entourage”- PC, PC do B, MR-8. PT e PTB. Além do mais, não esqueçamos de que Tancredo Neves foi Primeiro Ministro do Governo corrupto e pró comunista de João Goulart (Tancredo, 1984, p. 01).

Esses ataques continuaram na matéria de F. Dumont, “Tancredo Neves - O homem do consenso”, na qual, além de acusá-lo de hipócrita, mutreteiro e de nunca ter trabalhado na vida, o autor explica o motivo de sua fama como conciliador. Essa fama se daria pelo seguinte motivo: “O comparecimento do homem do consenso ao Colégio Eleitoral (por ele chamado de espúrio e ilegal), na condição de candidato de consenso, tem o apoio das organizações clandestinas infiltradas no PMDB; o PCB, o PCdoB e o MR-8” (DUMONT, 1984, p. 3). No entanto, os apoios recebidos por Ulisses Guimarães e Leonel Brizola naqueles tempos, bem como o fato de terem apoiado João Goulart no passado, eram o que mais causava indignação.

Os "virtuosos e autênticos" adeptos da democracia, Ulisses Guimarães e Leonel Brizola, já escolheram seu candidato à Presidência da República: seu "parceiro" e também "virtuoso democrata" Tancredo Neves. Amigo do peito de João Goulart, "o homem do Jango", como era chamado, Tancredo Neves foi por ele nomeado Diretor da Carteira de Crédito Geral do Banco do Brasil. E, através dessa Carteira, Jango teve os empréstimos com que comprou as suas enormes fazendas, tornando-se o maior pecuarista do Brasil e dos países do Prata - Argentina e Uruguai. Comprou uma fazenda bem situada na fronteira, onde mais se enriqueceu, fazendo especulações de alto nível - comprando onde estava mais barato, vendendo onde estava mais caro e Jogando o gado livremente através da fronteira de um para outro país. Mas ... amigo é amigo e, dadas às suas "virtudes democráticas", Tancredo foi o 1º Ministro da fracassada aventura Janguista do Governo Parlamentar, pretendido degrau para o futuro governo sindicalista, primeiro passo para o governo comunista. São todos eles "virtuosos" entusiastas da democracia! Que Deus salve o Brasil! (Dumont, 1984, p. 03).

Em setembro, ocorre uma inversão. Segundo o periódico, o ex-presidente argentino Hector Cámpora seria o Tancredo Neves de lá. No artigo de Mario Pessoa, pouco ou nada se explica sobre essa comparação, dando a entender que ela teria relação com o apoio de Cámpora a João Goulart. Na realidade, tratava-se apenas de mais um pretexto para atacá-lo.

Serão leves as tarefas de Tancredo, se eleito. Terá mil e um pretextos para justificar suas tancretudes pró-Leste. Tancredo tenta vibrar seu Segundo Golpe nos Militares, quer passar por ser contrário às esquerdas e ao comunismo internacional. Ora, quem respondeu bem foi o atual Ministro da Marinha: "A Constituição é a Bíblia dos Militares". Tancredo já fala em "Pátria Nacionalista", o que me parece grossa redundância de um candidato que já troca siglas, quando as faz surgir com a imaginação, a exemplo do PMDB (Pessoa, 1984b, p. 01).

Ainda no *Letras em Marcha* nº 156, o tenente coronel José Avila da Rocha, em “Tancredo Kerensky Neves resistirá?”, compara o candidato a Alexander Kérensky, no sentido de que ele está sendo fundamental para a queda do regime militar, mas que ao assumir a presidência, abrirá espaço para que os comunistas tomem o poder.

Alguns poderão contra-argumentar: mas, o senhor Tancredo Kerensky Neves poderá resistir, como vem prometendo nestes dias de campanha. A biografia desse político não nos permite acreditar nisso. Ele não resistiu quando o Sr. João Goulart exigiu a volta do Presidencialismo: faltou-lhe a forma de um condottieri. E não resistiu às próprias tentações da conquista do Poder, quando lhe acenaram com a possibilidade de alcançar o governo de Minas Gerais, sob o preço de liquidar com o Partido Popular (PP). Não hesitou, novamente, em abandonar o Governo de Minas, quando lhe acenaram com a possibilidade da Presidência da República, um aceno, por sinal, feito principalmente pelos comunistas, como foi denunciado num programa de televisão em S. Paulo (Canal 11) por quem é perito na matéria o Sr. Luis Carlos Prestes, hoje um dissidente das esquerdas (Rocha, 1984, p. 02).

Mesmo que esses ataques contra Tancredo Neves agradassem o público do periódico, não agradavam, entretanto, aos seus financiadores. Tanto que o jornal denunciou uma pressão econômica, segundo a qual o periódico deixaria de receber patrocínios enquanto não cessasse sua campanha de difamação contra o candidato da oposição (*Letras [...]*, 1984, p. 08). No entanto, o jornal ignorou a pressão e continuou seus ataques. No mês seguinte, em outubro, no *Letras em Marcha* nº 157, o deputado Siqueira Campos (PDS/GO), em “Tancredo não é o

Alfonsín Brasileiro”, faz parecer uma retratação do periódico; entretanto, trata-se, na verdade, de mais uma agressão contra o candidato da oposição.

O Presidente argentino tem pulso, é forte e vigoroso. Mesmo repudiando suas posições e ideias, temos que reconhecer nele um líder. Em razão de sua liderança, multidões manipuladas pelo totalitarismo vermelho, foram contidas, embora não pudesse, Alfonsín, impedir a prisão e as terríveis perseguições contra ex-Presidentes e generais argentinos, inclusive aos que lhe deram posse. Tancredo, homem fraco e indeciso, que sempre se submeteu às pressões das esquerdas, não as resistiria, tanto que, desde logo, comprometeu-se com a convocação de Assembleia Nacional Constituinte (verdadeiro golpe de estado) com a qual as esquerdas visam, entre outras coisas, atingir as Forças Armadas, derogando todas as conquistas contidas na Constituição e nas Leis brasileiras em vigor (Campos, 1984, p. 09).

Por fim, em novembro, no periódico no texto editorial “Da Intentona Comunista até Tancredo Neves”, a acusação foi enveredada pelo anticomunismo, desta vez relacionada ao Levante de 1935.

No dia 27 de novembro de 1983, em sua qualidade de Governador de Minas, Tancredo Neves foi convidado a comparecer ao quartel do 12º RI, com parada em Belo Horizonte, para assistir as reverências aos que foram mortos dormindo, na Intentona comunista de 1935. Indagado pela imprensa, dentro de um quartel do Exército e no dia em que se reverenciava os mortos pelos comunistas, Tancredo Neves declarou ser favorável à legalização dos assassinos de gente que dorme o sono dos justos... Compreende-se: não está institucionalizada no Brasil a traição? (Da Intentona [...], 1984, p. 01).

Diante do exposto, é perceptível a recorrência de argumentos anticomunistas, do “perigo vermelho”, bem como uma possível retomada da institucionalidade anterior ao Golpe Civil-Militar, o que resultaria no fim da institucionalidade do regime. Porém, chama a atenção o surgimento do discurso de revanchismo e a preocupação dos colaboradores do jornal com uma repetição do que ocorria na Argentina. Ou seja, a vitória de Tancredo Neves, para essas frações, significaria passar a limpo todo o período da Ditadura, o que preocupava especialmente os setores mais “Duros” ligados aos órgãos de repressão e informação; isso explicaria a campanha contra.

Mesmo com o processo de transição entre os dois países, que possuem origens distintas, o bloco no poder mantinha o controle do processo no caso brasileiro, apesar de algumas derrotas. Para o *Letras em Marcha*, a situação política, porém, parecia caminhar para

um colapso do regime militar, assim como ocorreu no caso argentino.

Não era somente a candidatura do PMDB que incomodava os organizadores e colaboradores do periódico. As notícias relacionadas a uma possível dissidência de parte do PDS, contrária à escolha de Paulo Maluf como candidato do partido, já chamavam a atenção do grupo de pressão. Com a confirmação dessa dissidência em novembro, na criação da Frente Liberal, o *Letras em Marcha* nº 158 publicou críticas direcionadas aos “traidores”. Em “Infidelidade já!”, de Mario Pessoa, o autor critica a traição tanto em relação ao estatuto do partido quanto à Constituição de 1967.

Apesar da letra redonda e nítida do parágrafo 5º do artigo 152 de nossa ainda vigente Constituição Federal, que determina a perda do mandato do congressista ou vereador infiel (v. Art. 59 do Estatuto do PDS: “É dever do filiado: "votar nos candidatos| indicados pelas convenções partidárias"). Combinados entre si os dois textos citados - o constitucional e o estatutário - tem-se que é dever dos integrantes da agridoce Frente Liberal votar no candidato do PDS (Pessoa, 1984a, p. 04).

Por sua vez, no artigo “O Último Círculo” Ernesto Marra comenta o destino que merece a Frente Liberal, usando como base a obra de Dante Alighieri.

O último círculo, o nono, dos condenados aos maiores tormentos junto ao príncipe dos Infernos, Dante reservou aos... Traidores. Traidores do próprio sangue, dos amigos, políticos e, os piores entre os piores, os Traidores dos benfeitores. Lúcifer é um diabo gigante, com três bocas, mastigando os grandes traidores da antiguidade: Judas Iscariotes, Brutus e Cássio, estes dois últimos protegidos de César que se aliaram a seus inimigos para, em nome da República, assassiná-lo. Há vagas para certos políticos do PDS, deputados, senadores, governadores, ex-governadores. (Marra, 1984, p. 04).

E, por fim, no editorial “Bilhete ao Colégio Eleitoral”, o periódico afirma qual seria a estratégia mais inteligente que os políticos do PDS deveriam ter seguido ao invés de romper com o partido para apoiar a candidatura de Tancredo Neves.

Talvez houvesse sido mais inteligente – não falemos em lealdade, honestidade, integridade, coerência e outras bobagens - mais inteligente, dizíamos, enfrentar e contrariar o eleitorado, eleger Paulo Maluf e dele exigir um governo capaz de - corrigindo as falhas dos últimos governos - reconquistar os eleitores. Exigir será fácil, pois bastaria cobrar o programa de governo de Maluf - já editado, publicado e por todos elogiado. Mais do que isso: numerosas campanhas - dentro do Congresso – certamente recuperariam a imagem de deputados, senadores e governadores

abandonados por seus eleitores em virtude da crise socioeconômica. O pedessista que não trilhar esse caminho e insistir em votar em Tancredo está politicamente morto e não sabe (Bilhete [...], 1984, p. 05).

Entretanto, apesar de todos os ataques realizados e da campanha contra sua candidatura promovida pelo periódico, Tancredo Neves (PMDB) foi eleito indiretamente presidente da República em 15 de janeiro de 1985, recebendo 480 votos do Colégio Eleitoral, contra 180 votos recebidos por Paulo Maluf (PDS). Ao final, o *Letras em Marcha* foi derrotado: sua pressão política não produziu resultados, e o projeto de poder defendido pelo grupo havia sido superado.

O impacto nos conteúdos publicados no jornal foi tão grande que pôde ser percebido nas primeiras edições de 1985. Nos números 160 e 161 do *Letras em Marcha*, o periódico retornou aos seus estágios iniciais, sem publicações relacionadas à política. Diferentemente dos anos anteriores, os artigos do estilo analisado nesta tese foram substituídos por matérias relacionadas à história e à memória militar, bem como por curiosidades do mundo castrense. O discurso anticomunista, que havia se radicalizado nos últimos tempos, diminuiu, aparecendo apenas em alguns textos ocasionais.

A seção “Subversão em Marcha”, que havia sido a tônica dos ataques promovidos pelo periódico, apareceu pela última vez na edição de janeiro (1985a). Tudo isso indicava um recuo estratégico por parte do grupo de pressão, com o intuito de adaptar sua ação política ao novo governo e tentar compreender o clima político para melhor ajustar seu discurso.

Ou seja, com a institucionalidade autoritária sendo substituída por um novo regime político, tornou-se necessário adequar o jornal aos novos tempos. Um exemplo disso foi a criação da seção “Em Guarda! Para a defesa da Democracia”, em julho de 1985, que tinha a mesma função da extinta “Subversão em Marcha”, mas voltada para o contexto do retorno dos civis ao poder.

Outro ponto relevante encontra-se no *Letras em Marcha* nº 162. O único texto relacionado ao Golpe de 1964 foi a transcrição de um trecho do livro “História do Povo Brasileiro”, de Jânio Quadros e Afonso Arinos (1985c). Quanto ao novo governo, toda a situação envolvendo a doença de Tancredo Neves (PMDB) e a posse de José Sarney (PMDB) foi ignorada. No entanto, os novos ministros militares receberam uma breve biografia e uma análise sobre a posição do jornal, de modo semelhante ao que ocorreu durante o governo

Geisel. Em relação ao ministro do Exército, o general Leônidas Pires Gonçalves, o periódico faz o seguinte pedido:

Letras em Marcha eleva seu pensamento a Deus pedindo que toda a inteligência, todo o preparo intelectual e profissional, todo amor à carreira, todas as capacidades de trabalho do General Leônidas Pires Gonçalves resultem num Exército ainda mais coeso, democrático, profissionalizado, capacitado e, acima de tudo, sempre e sempre voltado, em pensamento, palavras a obras, para o bem do Brasil. (Exército [...], 1985, p. 01).

Posição aberta essa que se repete com o ministro da Marinha, o almirante Henrique Saboia: “Tudo leva a crer que a Marinha do Brasil muito lucrará com o Almirante Henrique Saboia à sua frente. É o que augura este jornal” (Do Interior [...], 1985, p. 01). Em relação ao ministro da Aeronáutica, o tenente-brigadeiro Octávio Júlio Moreira Lima, o periódico deseja: “[...] os maiores êxitos ao Ministro Moreira Lima, para o bem de nossa Força Aérea” (Aeronáutica [...], 1985, p. 12). Também desejaram felicidades ao chefe do Gabinete Militar, o general Rubens Bayma Denys. Quanto ao chefe do SNI, o general Ivan de Souza Mendes, o jornal se limita a apresentar uma breve biografia, sem emitir qualquer juízo (1985c). Por fim, em relação ao chefe do Estado-Maior das Forças Armadas, o almirante José Maria do Amaral Oliveira, o periódico revela a seguinte informação: “O Almirante José Maria do Amaral Oliveira, que é assinante pessoal de *Letras em Marcha*, assume a Chefia do Estado-Maior das Forças Armadas, como se vê, pleno de entusiasmo e vibração cívica de ver o Brasil bem defendido. Este jornal deseja-lhe todo o êxito” (O Primeiro [...], 1985, p. 01). No geral, constatou-se nesta pesquisa que havia pouca manifestação de opinião sobre temas políticos e diversas paralelizações, provavelmente com o intuito de conferir uma imagem de credibilidade e importância ao periódico, reforçando que um dos ministros era leitor do jornal.

Percebe-se que a questão da Abertura Política foi superada pelo Grupo de Pressão, que aceitou o fim do regime militar. Isso fica evidente no *Letras em Marcha* nº 163, onde foi publicada a seguinte frase do ex-vice-presidente e um dos expoentes dos “Duros”, almirante Augusto Rademaker: **“1964 foi necessário para chegar-se a 1985”** (Rademaker, 1985, p. 02, grifo nosso).

Diante do conteúdo analisado, é perceptível a consolidação do *Letras em Marcha* como um Grupo de Pressão. O periódico, que teve início com a divulgação da cultura e da história castrense, passou, em um processo gradual, a influenciar e pressionar, bem como

constranger, tanto atores políticos quanto a sociedade, na legitimação e manutenção do Regime Militar. Ou seja, utilizou essas ferramentas para realizar suas ações políticas, que se radicalizaram ao longo do governo Figueiredo, assim como seu discurso, marcado pelo anticomunismo e pela defesa de uma “democracia própria”.

Nos 100 exemplares investigados no recorte temporal deste capítulo (1977 a 1985), foram selecionados alguns dos temas mais recorrentes do jornal no período. Entre eles estavam: críticas ao processo de Abertura Política; defesa das eleições indiretas para a Presidência da República; legitimação e manutenção da Ditadura Militar e de sua institucionalidade, frequentemente apoiadas em dados econômicos e na memória dos ideais do Golpe de 1964; e atenção às eleições gerais de 1982, ao Clube Militar de 1984 e às eleições presidenciais de 1985. Todos esses temas foram alvos das ações políticas do *Letras em Marcha*. Curiosamente, o atentado do Riocentro recebeu pouca atenção nas páginas do periódico.

Apesar dos grandes esforços realizados pelo Grupo de Pressão, suas ações políticas fracassaram mais do que obtiveram êxito. Com exceção da vitória no Clube Militar, da manutenção das eleições indiretas em 1978 e 1985 e da eleição de um vereador por eles recomendado, de modo geral, o *Letras em Marcha* não conseguiu, por meio de sua influência e pressão, assegurar a manutenção da Ditadura Militar. Mesmo com os militares mantendo o controle do processo de transição — inclusive com o retorno dos civis ao poder —, a distensão do regime perdeu espaço para um projeto de institucionalidade mais democrática.

Por fim, essas derrotas refletiram em mudanças no periódico, a partir do governo Sarney, que procurou adequar sua ação política à Nova República. Isso se refletiu na alteração de seu discurso, no qual a Abertura, antes tratada como degradação dos ideais do Golpe Civil-Militar, passou a ser apresentada como seu objetivo final. Ou seja, tudo teria ocorrido conforme o planejado, em discurso contrário ao que fora propagado pelo jornal no período analisado.

IMPRESSO

letras em marcha

CULTURA & NOTICIÁRIO MILITAR

ANO XIII

BRASIL, JULHO DE 1984

PORTE PAGO
DR/RIO
ISR-52-153/81DETOULUCA
O GARILHA
DR
RIO
ISR 52 136 81

Nº 154

Pesquisa mostrará imagem do Exército

O Exército quer saber o que o povo pensa dele e encomendou uma pesquisa à agência de publicidade Alcantara Machado Periscinoto Comunicações para avaliar como a instituição militar é vista pelas diversas classes sociais. A pesquisa está sendo feita nas principais cidades do País.

Iniciada entre abril e maio, a pesquisa terminará em princípio de agosto e, segundo o Chefe do Centro de Comunicação Social Jo Estroito, General Gilmo Pinheiro, os resultados serão utilizados de maneira direcionada para a propaganda do Exército, como instituição, junto ao povo.

A pesquisa poderá ter seus resultados divulgados no todo ou em parte.

Os dados negativos não irão ao público, mas servirão para que o Gecomsx trabalhe com filmes e outros tipos de propaganda para eliminar seus reflexos.

Basicamente, a pesquisa procurará saber como é visto o serviço militar e seu recrutamento, a carreira militar e suas atividades profissionais. Em resumo, segundo o General Gilmo Pinheiro, o Comando do Exército quer saber se a população conhece como atua a força terrestre em termos profissionais.

"Barroso Pereira" transporta novos helicópteros

O Navio Transporte de Tropas Barroso Pereira transportou de La Spezia, na Itália, para o porto do Rio de Janeiro, os quatro novos helicópteros SH-3A, construídos pela firma italiana Augusta, de Milão.

As aeronaves foram recebidas a bordo do Navio-Aeródromo Ligeiro Minas Gerais, quando da cerimônia de incorporação à Esquadra, com transferência de custódia da Diretoria de Aeronáutica da Marinha para a Força Aeronaval.

Major-Brigadeiro Cherubim no III Comar

O Brigadeiro Cherubim Rosa Filho assumiu, no dia 6 de julho último, o Comando do III Comar, em cerimônia presidida pelo Tenente-Brigadeiro Alfredo Henrique de Berenguer César, Comandante-Geral do Ar e representante do Ministro da Aeronáutica.

O Brigadeiro Cherubim substituiu o Brigadeiro Jorge José de Carvalho, que ocupou o cargo durante dois anos, e que, no dia 13 de

Julho assume a Diretoria de Ensino da Aeronáutica — agora função de Tenente-Brigadeiro. O Brigadeiro Délio Jardim de Mattos estará presente.

O novo Comandante do III Comar tem 58 anos e 39 de serviços à FAB, com oito mil horas de voo. É natural de Sorocaba (SP). O exercício de seu Comando estende-se aos Estados do Rio de Janeiro, Espírito Santo e Minas Gerais.

Theophilo toma posse em fundação e pleiteia aliança com militares

Após ser empossado na presidência da Fundação General Doutor João Severiano da Fonseca, o professor Theophilo de Azeredo Santos disse estar preocupado com a valorização do profissional da Medicina, cuja missão social nem sempre recebe o devido reconhecimento.

O professor Theophilo anunciou na ocasião cinco providências que já foram tomadas, mesmo antes de sua posse, para dinamizar sua gestão: constituição de um grupo de trabalho para

estudar a implantação da Futura Faculdade de Medicina; realização de estudos para o aperfeiçoamento pedagógico na área biomédica; divulgação em todo o País de medidas preventivas contra a febre reumática em crianças; implantação do primeiro plano piloto de pesquisa em coletividades militares contra a febre reumática e a constituição de comissão de mulheres para ajudar no contato com escolas e hospitais.

Americanos fabricarão Mig-21 para a Marinha

Uma das maiores indústrias bélicas dos Estados Unidos, a LTV Aerospace and Defense Company, anunciou que comprará à China algumas unidades modificadas do caça soviético Mig-21 e que já tem um projeto para produzir a arma e vendê-la à Marinha de guerra americana.

Funcionários do Departamento de Defesa americano confirmaram ao jornal "New York Times" ter recebido da LTV uma proposta de venda de unidades do Jinn-7, a versão modificada do Mig-21 produzida pela China. As

fontes declararam, porém, que o Governo americano ainda não decidiu a compra da arma, que seria utilizada para treinamento.

O Vice-Presidente da LTV, Julian Scheer, disse que sua empresa negocia diretamente com a China, sem qualquer interferência do Governo de Washington. Projetado pela União Soviética na década de 50, o Mig-21 é o caça mais utilizado em todo o mundo, com mais de cinco mil unidades em serviço em 36 países.

ARGENTINA E BRASIL

Tancredo — O Alfonsín Brasileiro

Pelo seu passado e por suas atuais ligações, Tancredo Neves representa hoje a figura mais kernenskiável do panorama político brasileiro.

Sem dúvida, eleito presidente da República, ver-se-á envolvido pelos diligentes comunistas e pelos inimigos da Revolução de 1964 e se transformará, certamente, no Alfonsín Brasileiro.

O governador Brizola acusa, sem o identificar, os agentes irregulares a serviço do SNI de atuarem no movimento da Polícia Militar; o Gen. Medeiros, de irresponsável e de fazer declarações agressivas, desprimorosas e depreciativas ao Governo do Rio; e ao Governo Federal, de agitar a direita, com as quais grupos de esquerda, grupos radicais inconseqüentes atuam conjuntamente ("Correio do Povo", de 04.02.84).

No mesmo jornal, o vice-presidente do PDT, ex-deputado Alceu Colares, afirma que "se quisermos se recolher ao exercício de suas funções normais, os militares devem devolver o País como o encontraram em 1964".

Colares quer o retorno ao caos em que se achava o País.

Colares acusa os militares de estar em tutelando o Colégio Eleitoral, que chama de espúrio e ilegítimo. Diz mais que nem os militares e nem o PSD têm o direito de continuar no poder; aconselha o Governo a se afastar da cena política, porque a sociedade brasileira está cansada do fracasso do regime, das torturas, dos desmandos, da corrupção e da subversão praticadas na ordem institucional pelos atuais detentores do poder.

É imprescindível que se analise com atenção e se aprofunde nas entrelinhas dos discursos, entrevistas e palestras dos radicais sobre o que há e o que poderá haver, muito breve, provindo desses lobos cobertos com peles de cordeiros.

As acusações começaram, os demagogos radicais e revanchistas já estão aparecendo.

Esboça-se o início de uma campanha para a desmoralização das Forças Armadas brasileiras. Os militares negariam por possíveis irregularidades dos políticos entre 64 e 84, a que estiveram alheios de fato e de direito.

Dependendo do próximo governo, poderemos cair no mesmo caso da Argentina. As denúncias já começaram e os inescrupulosos estão na linha de frente prontos para isso. Na Argentina em qualquer escavação em que se

Coronel

ARMANDO DE FREITAS ROLIM

— Especial para Letras em Marcha —

ache uma ossada, mesmo não identificada, podendo ser até de cachorro, os denunciantes logo afirmam ser o cadáver de uma criança torturada e morta pela repressão do governo, e todos correm a localizar o militar mandante, eis que lá existe uma campanha organizada para desmoralizar as Forças Armadas.

Na Argentina procuraram cadáveres; no Brasil os radicalistas, sedentos de revanche, irão localizar os focos da corrupção e neles procurar os militares, para compor um quadro desmoralizante para as Forças Armadas.

No Brasil, como na Argentina, não escapará das denúncias os presidentes militares, os ministros, principalmente os da área econômica, gerais, os governadores, os empresários e os políticos.

Vai ser o Carnaval Monstruoso e Impatriótico em que o 26 Povo, comandado por políticos inescrupulosos e agitadores, vai sambar e gozar porque não tem condições de compreender e aquilatar o mal que fará ao Brasil.

Estas considerações, faço-as daqui do meu rincão de Santana do Livramento com a mente voltada para o bem do Povo e do Brasil como um todo, não visando a insultar pessoa alguma, nem revoltas, nem reações, como um velho Soldado da Pátria, estimulando os Chefes militares de hoje a não se deixarem envolver na trama sinistra que envolveu nossos nobres camaradas argentinos. Que o Governo de hoje, presidido por um Ilustre General-de-Exército oriundo da nobre Arma de Cavalaria, tome as iniciativas indispensáveis a que o futuro Governo desta República não tenha a menor possibilidade ou capacidade de repetir, com nossos camaradas, todos patriotas e dignos, as indignidades que ocorrem na nação platina.

FAB: duas novas Bases Aéreas

A partir dos dias 25 e 26 de outubro a FAB contará com mais duas Bases Aéreas na Região Amazônica — Porto Velho (RO) e Boa Vista (RR) — construídas simultaneamente. Essas Bases encontram-se em fase final de obras, com o cronograma rigorosamente em dia, e naqueles dias, serão inauguradas com a presença do Ministro da Aeronáutica, Tenente-Brigadeiro Délio Jardim de Mattos, e aliadas imediatamente. Elas concentram todas as instalações e serviços necessários a seu pleno e eficaz funcionamento, através de modernos equipamentos e completa infra-estrutura. Ao mesmo tempo, passarão a proporcionar apoio logístico às unidades de transporte aéreo que lhes serão incorporadas.

Datadas, inicialmente, cada uma, com dois aviões C-95 Bandeirante, e previsão a médio

prazo, de helicópteros, aquelas Bases já contam com um hangar medindo 60x70 metros, para os serviços de manutenção de 1º e 2º escalões. Após a inauguração, o Ministério da Aeronáutica terá concretizado seu plano de interiorização elaborado no início da atual administração, o qual visa a proporcionar condições eficazes de apoio aos projetos do Governo Federal, para a região e para o próprio cumprimento da missão constitucional da Aeronáutica.

Estas novas Bases Aéreas ficarão subordinadas ao recém-criado VII Comando Aéreo Regional, sediado em Manaus (AM), e visam a intensificar a participação da FAB, como fator de preservação da ordem, da soberania e de segurança para apoio ao desenvolvimento da Amazônia. (J. P. Mourão).

1944 — 16 de julho — 1984

Salve os 40 anos da chegada da FEB
ao Continente Europeu

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No desenvolvimento desta tese, foram examinados 163 exemplares do *Letras em Marcha*, publicados entre 1971 e 1985, analisando-se sua transformação em grupo de pressão, bem como a forma como realizou sua ação política contra o processo de abertura. Alguns temas, como as eleições indiretas, receberam maior destaque nas páginas do periódico do que o atentado do Riocentro. Por sua vez, a manutenção e legitimação do golpe civil-militar e da ditadura, bem como a tentativa de influenciar as eleições gerais de 1982, a presidencial de 1985 e até mesmo as eleições do Clube Militar em 1984, foram recorrentes no periódico, que publicou um número considerável de matérias relacionadas a esses assuntos.

Em relação ao referencial teórico-metodológico, verifica-se, ao longo desta tese, que mesmo entre a direita militar as disputas internas entre seus diversos grupos e frações estiveram presentes no período da ditadura, demonstrando que o modelo instrumental-dialético é o mais adequado para a análise histórica e política. Além disso, confirma-se que os militares realizam ações políticas não apenas pelo viés institucional ou corporativista, mas também pelo viés pessoal. Ao dialogar com o referencial teórico das disputas internas no bloco no poder de Décio Saes (2023), aprofunda-se essa discussão.

Ao contrário das disputas entre a esquerda e a direita militar, as disputas entre grupos internos não são tão perceptíveis, dando a impressão de que o meio castrense seria monolítico. No entanto, como demonstrado neste trabalho, mesmo compartilhando os mesmos valores e ideais, as lutas pela hegemonia continuaram presentes. As derrotas, nesse caso, não atingem o mesmo nível das disputas entre os espectros políticos, mas ainda assim resultam na perda de influência no bloco no poder, como ocorreu com o afastamento dos “Moderados” a partir de 1967 e dos “Duros” a partir de 1974.

Ao dialogar com o referencial teórico sobre as disputas internas do bloco no poder, o modelo instrumental-dialético é aprofundado para um viés pouco estudado, pois, assim como na burguesia, os conflitos entre suas frações estão presentes também na direita militar. Isso demonstra que tanto as dinâmicas internas da caserna quanto as dinâmicas externas da sociedade se refletem mutuamente, com esses grupos se influenciando e sendo influenciados.

Por fim, um exemplo dessa maleabilidade nesse tipo de disputa está no resultado final do processo de abertura política. Para os “Moderados”, mesmo que não tenham mantido a distensão como planejado, o processo preservou a influência da caserna. Para os “Duros”, que

inicialmente se opuseram ao processo, passou a ser reconhecido como parte fundamental, como ilustra a frase do almirante Augusto Rademaker.

Dessa forma, retornemos à hipótese levantada inicialmente e, a partir das informações analisadas ao longo desta tese, discorreremos sobre a possibilidade de sua confirmação ou negação. Segundo a hipótese, com o projeto de redemocratização cada vez mais conquistando espaço e avançando lentamente em sua pauta, o *Letras em Marcha*, percebendo o risco que a institucionalidade da Ditadura corria, radicalizou gradualmente sua ação política. Com essa finalidade, o jornal intensificou o uso do discurso anticomunista, assim como a publicação de artigos contrários à Abertura. O objetivo do grupo de pressão era não somente legitimar, mas também manter a Ditadura Militar, garantindo que sua institucionalidade e seu modelo de sociedade fossem preservados para sempre. Porém, eles não foram bem-sucedidos, pois não conseguiram influenciar a continuidade do Regime Militar, resultando na mudança de sua ação política com o estabelecimento da Nova República.

Em relação às mudanças de discurso observadas no periódico, tais fatos evidenciaram transformações durante os governos militares. Nas edições iniciais do *Letras em Marcha*, os artigos políticos raramente ocupavam as páginas do jornal. Esse cenário começou a mudar a partir de 1977, com o aumento gradual desses textos, coincidindo com a evolução do processo de transição. Ou seja, enquanto a Ditadura estava no auge, durante o governo Médici, o grupo não via necessidade de criar conteúdo político, pois não havia risco para o Regime Militar. Essa posição se manteve durante boa parte do governo Geisel, quando o projeto de distensão liderava o processo político. Quando o tema da redemocratização começou a ganhar espaço em detrimento de uma reforma da institucionalidade da Ditadura, os artigos políticos contra a Abertura cresceram ao longo do processo, assim como o teor das críticas.

O mesmo ocorreu no discurso do periódico, que também se radicalizou durante o processo de transição. Nos primeiros anos, o anticomunismo raramente ganhava destaque, pois, para o grupo de pressão, os comunistas haviam sido derrotados. Durante a Abertura, com o retorno dos perseguidos políticos, o discurso do “perigo vermelho” e de sua “infiltração” na sociedade — da mídia aos partidos políticos — retornou e se radicalizou nas páginas do jornal. Esse processo também se voltou contra atores políticos de oposição, independentemente do espectro ideológico, tratando-os como inimigos.

É curioso observar que o mesmo jornal que permitiu a Franco Montoro publicar um artigo em suas páginas nos anos 1970 passou a atacá-lo enquanto governador de São Paulo a partir de 1983. Nessa lógica, até mesmo a caserna não escapou, como demonstram as declarações do vice da chapa Soberania Nacional na eleição do Clube Militar em 1984, que, ao mencionar a possibilidade de diálogo com a esquerda em caso de vitória, foram tratadas como denúncia grave pelo periódico.

No que diz respeito às ações políticas do *Letras em Marcha*, pode-se afirmar que a grande maioria delas fracassou no período em estudo. Uma das estratégias era a pressão, mediante a publicação de artigos, matérias e textos “jornalísticos” nas páginas do periódico, com o objetivo de influenciar e chantagear autoridades do regime e constranger a oposição. Outra estratégia, iniciada nas eleições de 1982, foi o lançamento de candidatos próprios, recomendados nas páginas do jornal por compartilharem da mesma visão de mundo. Em teoria, essas ações políticas alcançariam os objetivos almejados pelo grupo de pressão; porém, a realidade foi diferente.

Em relação à pressão, a grande maioria das iniciativas falhou, como nos casos da Anistia, da campanha do “Eles Não” contra o PMDB e Leonel Brizola (PDT) nas eleições de 1982, e dos ataques à candidatura de Tancredo Neves (PMDB) às eleições presidenciais indiretas de 1985.

Os únicos casos em que a pressão realizada pelo jornal se concretizou foram a campanha pela eleição indireta para presidente — que, dentro do recorte temporal estudado, se manteve intacta — e as eleições do Clube Militar em 1984, nas quais apoiaram a candidatura vitoriosa. Outros fatores também contribuíram para esses resultados, mas, ao que tudo indica, o periódico teve alguma influência no pleito da associação. O agradecimento do general Tasso Villar de Aquino ao *Letras em Marcha*, em seu discurso após os resultados finais, indica algum grau de contribuição para a vitória da chapa.

Por sua vez, em relação aos candidatos recomendados nas Eleições de 1982, essa Ação Política também falhou, com a maioria ficando na suplência, com exceção de um único vereador eleito, o coronel Wanderley do Amaral Duarte (PDS). Apesar disso, os resultados deram um panorama da sua influência no pleito.

Em São Paulo, mesmo o coronel Erasmo Dias (PDS) — já um ator político consolidado — obteve 41.788 votos para deputado federal, enquanto o candidato a deputado

estadual, Gilson Araújo (PDS), obteve 7.034 votos, fornecendo uma real dimensão da influência do Grupo de Pressão no estado. Cenário similar ocorreu também para deputado federal no Rio Grande do Sul, com o coronel Pedro Américo Leal (PDS). No caso do Rio de Janeiro, onde lançaram candidatos nas três esferas do Legislativo (com exceção de senador), o total de votos obtidos não foi catastrófico: seus dois vereadores obtiveram 20.280 votos; seus dois deputados estaduais, 15.557; e seus cinco deputados federais, 37.806 votos, sendo todos candidatos de primeira eleição. Dessa forma, a maior área de influência do *Letras em Marcha* situava-se na antiga capital federal.

No que concerne à questão da legitimação e da manutenção da Ditadura Militar, a discussão torna-se complexa. Em relação ao primeiro ponto, pode-se afirmar que o processo teve início já na criação do periódico. Mesmo nos primeiros anos, havendo pouquíssimos textos políticos, os demais conteúdos do periódico indicavam, de certa forma, um processo de legitimação. Um elemento recorrente nas entrevistas da Coleção *1964 – 31 de Março* (2003) era que o Regime Militar havia perdido a batalha das comunicações, a qual, segundo eles, criou uma imagem negativa injusta sobre o período histórico, desprezando os avanços da sociedade brasileira. Ao ser criado em 1971, durante o governo Médici, tudo indica que o periódico já procurava legitimar o regime através da propagação de uma imagem positiva do governo. Levando-se em conta que ambos os fundadores eram ligados ao setor de comunicação social do Exército, e que um deles era formado em jornalismo, essa hipótese se mostra plausível.

Conforme havíamos analisado, o *Letras em Marcha*, ao focar em assuntos culturais e curiosidades da caserna, procurava legitimar o regime, transmitindo a ideia de que os problemas que justificaram o Golpe de 1964 haviam sido superados. Isso explica o motivo pelo qual os artigos desse período enfatizavam o discurso de “não haver necessidade de mudança”. Essa situação mudou a partir de 1977, quando o discurso da redemocratização começou a ganhar espaço sobre o projeto de distensão; o *Letras em Marcha* alterou sua Ação Política, tornando mais evidente sua atuação na legitimação. Foi nesse período que os discursos em defesa da memória e dos ideais do Golpe Civil-Militar, bem como a divulgação de dados econômicos e sociais do regime, mostravam os avanços do país.

Dessa forma, o grupo procurava legitimar a Ditadura Militar como período de desenvolvimento e melhorias sociais, contrapondo-se à Abertura e ao retorno do modelo

político anteriormente derrotado. Essa defesa efusiva promovida pelo periódico rendeu-lhe a alcunha de “Jornal da Revolução”. Entretanto, esse processo se radicalizou com o avanço da transição. Após a eleição de 1982, a legitimação passou a ocorrer por meio de ofensivas contra os setores da oposição. Nesse contexto, o discurso passou a afirmar que o fim da Ditadura Militar significaria o retorno da corrupção, do caos, da subversão, da degeneração e da degradação da nação. Todavia, mesmo no contexto da redemocratização, essa mensagem de legitimação permaneceu restrita ao público do jornal. Com isso, o *Letras em Marcha* foi derrotado, resultando em uma nova mudança de Ação Política, procurando adequar a legitimação da Ditadura ao contexto da Nova República.

Outro elemento relacionado a essa questão é o da democracia. Um discurso recorrente nos artigos políticos do periódico era de que o regime militar seria uma “democracia” e seus colaboradores os verdadeiros “democratas”. Esse discurso tornou-se frequente a partir da Segunda Grande Onda Anticomunista, mas ia além: para eles, a Ditadura Militar lutava contra o totalitarismo do “perigo vermelho” e contra a corrupção do regime político anterior. Nessa lógica, as eleições indiretas representavam um refinamento democrático, priorizando a qualidade do voto em detrimento da quantidade; a institucionalidade autoritária era vista como um regime forte, e não ditatorial.

Essa questão se relaciona com a apologia à manutenção da Ditadura. Retomando Décio Saes (2023), durante todo o processo, o bloco no poder manteve o controle da transição política – o fato de a Nova República ter iniciado ainda sob a institucionalidade da Constituição de 1967 exemplifica o poder que tiveram nesse processo –, inclusive no governo Sarney, com a Tutela Militar. Ou seja, os interesses da caserna foram contemplados, principalmente porque não houve o colapso do regime. Assim, mesmo que a Abertura não tenha ocorrido conforme planejada, os meios castrenses saíram em posição vantajosa, como se observa no lobby das Forças Armadas na Constituinte de 1988. Para o *Letras em Marcha*, entretanto, ocorreu o contrário. Como demonstrado ao longo desta tese, o argumento majoritário dos artigos relacionados à Abertura Política era de que a única opção possível era a continuidade da institucionalidade autoritária. Para o Grupo de Pressão, qualquer mudança que resultasse no fim da Ditadura Militar configurava um ataque à sua memória e ideais, comprometendo sua legitimação, além de ser antidemocrática, levando ao totalitarismo e à corrupção.

Essa defesa intransigente do regime explica as críticas e os apoios aos governos da transição. Para o *Letras em Marcha*, na “Abertura lenta, gradual e segura”, havia a possibilidade de que a distensão da institucionalidade da Ditadura prevalecesse. Durante o governo Figueiredo, a dicotomia entre “Moderados” e “Duros” perdeu espaço para uma disputa entre uma Abertura controlada ou uma redemocratização completa, especialmente após as eleições do Clube Militar de 1984.

A vitória de Tancredo Neves no Colégio Eleitoral significou a derrota da manutenção da Ditadura Militar para o periódico, o que motivou a preparação de um novo discurso. O fim da coluna “Subversão em Marcha” e sua substituição por “Em Guarda! Para a Defesa da Democracia” foi um sinal claro dessa mudança. Ambas desempenhavam funções semelhantes, mas a primeira se adequava à institucionalidade do regime, enquanto a segunda estava adaptada à futura institucionalidade da Nova República. Nesse contexto, a publicação da frase “1964 foi necessário para chegar-se a 1985”, no *Letras em Marcha* nº 163, não apenas representou uma confissão de derrota e desistência da luta pela manutenção da institucionalidade autoritária, mas também indicou a atuação do periódico frente aos novos tempos.

Por fim, podemos responder à questão central desta tese: o *Letras em Marcha* atuava, por meio de sua Ação Política, na legitimação e manutenção da Ditadura Militar? De fato, o periódico atuou para legitimar e manter a Ditadura Militar no período analisado (1977-1985). Esse processo iniciou-se quando o projeto de distensão começou a perder força, levando o grupo a adotar essa linha de Ação Política. Utilizando-se principalmente da pressão e do constrangimento, por meio de artigos e textos, além do lançamento de seus próprios candidatos em eleições, o discurso radicalizou-se com o avanço da Abertura e a perspectiva de uma nova institucionalidade.

Com a vitória de Tancredo Neves (PMDB), o *Letras em Marcha* foi derrotado em suas duas propostas. Em menor medida, conseguiu convencer seu público da legitimação do Regime Militar. O fracasso do Grupo de Pressão resultou na mudança da Ação Política do jornal, adequando-a aos novos tempos. Ao que tudo indica, a manutenção foi descartada, enquanto a legitimação da Ditadura Militar tornou-se o foco principal do periódico, conforme evidenciado na frase “1964 foi necessário para chegar-se a 1985”.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

A “VOLTA” do estado de direito. **Letras em Marcha:** cultura & noticiário militar, Rio de Janeiro, nº 071, p. 01, set. 1977.

A INFILTRAÇÃO comunista no PMDB. **Letras em Marcha:** cultura & noticiário militar, Rio de Janeiro, nº 116, p. 02, jun. 1981. Coluna Subversão em Marcha.

ABREU, Hugo. **O Outro Lado do Poder.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1979

ACORDA, revolução! **Letras em Marcha:** cultura & noticiário militar, Rio de Janeiro, nº 100, p. 11, fev. 1980. Coluna Subversão em Marcha.

AERONÁUTICA: exemplo, austeridade, confiança e lealdade. **Letras em Marcha:** cultura & noticiário militar, Rio de Janeiro, nº 162, p. 12, mar. 1985.

ALVES, Armando Gonçalves. Eleições indiretas. **Letras em Marcha:** cultura & noticiário militar, Rio de Janeiro, nº 149, p. 04, fev. 1984.

ALVES, Neomil Portella Ferreira. O fim da revolução. **Letras em Marcha:** cultura & noticiário militar, Rio de Janeiro, nº 077, p. 02, mar. 1978.

ALVES, Neomil Portella Ferreira. O melhor da revolução. **Letras em Marcha:** cultura & noticiário militar, Rio de Janeiro, nº 053, p. 07, mar. 1976.

ALVES, Neomil Portella Ferreira. Revolução: de que lado você estava? **Letras em Marcha:** cultura & noticiário militar, Rio de Janeiro, nº 041, p. 04, mar. 1975.

ANISTIA implica em conversão. **Letras em Marcha:** cultura & noticiário militar, Rio de Janeiro, nº 092, p. 03, jun. 1979. Coluna Subversão em Marcha.

ANISTIA. **Letras em Marcha:** cultura & noticiário militar, Rio de Janeiro, nº 091, p. 03, mai. 1979a. Coluna Subversão em Marcha.

ANISTIA. **Letras em Marcha:** cultura & noticiário militar, Rio de Janeiro, nº 094, p. 05, ago. 1979b. Coluna Subversão em Marcha.

AQUINO, Tasso Villar de. Mensagem do general Tasso ao quadro social do clube militar. **Letras em Marcha:** cultura & noticiário militar, Rio de Janeiro, nº 149, p. 04, fev. 1984a.

AQUINO, Tasso Villar de. Reeleito presidente do clube militar por significativa maioria, num pleito em que a abstenção foi uma das menores das últimas décadas, o general Tasso Villar agradece a participação de Letras em Marcha em sua vitória. **Letras em Marcha:** cultura & noticiário militar, Rio de Janeiro, nº 153, p. 03, jun. 1984b.

ARAGÃO, Murilo de. **Grupos de Pressão no Congresso Nacional**: como a sociedade pode defender licitamente seus direitos no poder legislativo. São Paulo: Maltese, 1994.

ARROBAS defende tese de institucionalização da intervenção militar. **Letras em Marcha**: cultura & noticiário militar, Rio de Janeiro, nº 050, p. 12, dez. 1975. Coluna Atrás do Portão das Armas.

ARTURI, Carlos Schmidt. Os militares e a abertura política. *In*: D'ARAUJO, Maria Celina; REZENDE, Lucas Pereira (org.). **Forças Armadas e política no Brasil republicano, volume 1**: da Proclamação da República à Constituição Cidadã (1889-1888). Rio de Janeiro: FGV Editora, 2024.

AS BOMBAS do Riocentro. **Letras em Marcha**: cultura & noticiário militar, Rio de Janeiro, nº 115, p. 07, mai. 1981. Coluna Subversão em Marcha.

BANDEIRA, Luis Alberto Moniz. **O Governo João Goulart**: as lutas sociais no Brasil (1961-1964). 8. ed. São Paulo: Editora UNESP, 2010.

BILHETE ao colégio eleitoral: sobrevivência política. **Letras em Marcha**: cultura & noticiário militar, Rio de Janeiro, nº 158, p. 05, nov. 1984.

BRASIL, Francisco de Souza. Crise de Autoridade. **Letras em Marcha**: cultura & noticiário militar, Rio de Janeiro, nº 095, p. 08, set. 1979a.

BRASIL, Francisco de Souza. Democracia vs. demagogia. **Letras em Marcha**: cultura & noticiário militar, Rio de Janeiro, nº 137, p. 11, fev. 1983a.

BRASIL, Francisco de Souza. Prerrogativas do legislativo. **Letras em Marcha**: cultura & noticiário militar, Rio de Janeiro, nº 108, p. 03, out. 1980.

BRASIL, Francisco de Souza. Revolução, abertura & pluripartidarismo. **Letras em Marcha**: cultura & noticiário militar, Rio de Janeiro, nº 092, p. 02, mai. 1979b.

BRASIL, Francisco de Souza. Voto de qualidade ou da quantidade. **Letras em Marcha**: cultura & noticiário militar, Rio de Janeiro, nº 139, p. 02, abr. 1983b.

BRASIL. **Câmara Municipal do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro, RJ: 2025a. Disponível em: <https://www.camara.rio/vereadores/anteriores>. Acesso em: 29 set. 2025.

BRASIL. **Hemeroteca Digital**. Rio de Janeiro, RJ: BNDigital, 2025b. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 29 set. 2025.

BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral. Título. Brasília, DF: TSE, 2025c. Disponível em: <https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoiN2MwY2Q1ZDAtN2VINy00Nzg4LTgzZDctNDNINThhMmIwOGM5IiwidCI6ImFiNzcyYzYzLWViMzgtNGIxZS1iZWY3LTdiNjBIZDhhY2RmMSJ9>. Acesso em: 29 set. 2025.

CAMPOS, Siqueira. Tancredo não é o Alfonsín brasileiro. **Letras em Marcha: cultura & noticiário militar**, Rio de Janeiro, nº 157, p. 09, out. 1984.

CANDAL: demissão de ministro decorreu de entrevista sensata. **Letras em Marcha: cultura & noticiário militar**, Rio de Janeiro, nº 151, p. 06, abr. 1984.

CARVALHO, Ferdinando de. A carta da fortaleza de São João. **Letras em Marcha: cultura & noticiário militar**, Rio de Janeiro, nº 089, p. 02, mar. 1979. Coluna Virtudes Militares.

CARVALHO, Ferdinando de. A revolução comunista no Brasil. **Letras em Marcha: cultura & noticiário militar**, Rio de Janeiro, nº 061, p. 12, nov. 1976a.

CARVALHO, Ferdinando de. Conceito revolucionário da evolução política atual. **Letras em Marcha: cultura & noticiário militar**, Rio de Janeiro, nº 101, p. 05, mar. 1980.

CARVALHO, Ferdinando de. Continuar a revolução. **Letras em Marcha: cultura & noticiário militar**, Rio de Janeiro, nº 053, p. 03 e 06, mar. 1976b.

CARVALHO, Ferdinando de. Por que o general Tasso? **Letras em Marcha: cultura & noticiário militar**, Rio de Janeiro, nº 149, p. 07, fev. 1984.

CARVALHO, José Murilo de. **Forças Armadas e Política no Brasil**. Ed. rev. e ampl. São Paulo: Todavia, 2019.

CASTRO, Celso. **A Invenção do Exército Brasileiro**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

CASTRO, Celso. **O Espírito Militar: um antropólogo na caserna**. 3. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2021.

CHIRIO, Maud. **A Política nos Quarteis: revoltas e protestos de oficiais na ditadura militar brasileira**. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.

COELHO, Edmundo Campos. **Em Busca de Identidade: o Exército e a política na sociedade brasileira**. Rio de Janeiro: Record, 2000.

COMANDANTE da academia da força aérea adverte contra o comunismo. **Letras em Marcha: cultura & noticiário militar**, Rio de Janeiro, nº 050, p. 12, dez. 1975. Coluna Atrás do Portão das Armas.

COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE (CNV). **Relatório volume 2**, Brasília, 2014. Disponível em: http://www.cnv.gov.br/images/pdf/relatorio/volume_2_digital.pdf. Acesso em: 06 dez. 2015.

COMO somos. **Letras em Marcha: cultura & noticiário militar**, Rio de Janeiro, nº 001, p. 01, nov. 1971.

COMUNISMO? **Letras em Marcha: cultura & noticiário militar**, Rio de Janeiro, nº 050, p.

01, dez. 1975.

COSTA, Arthur Trindade Maranhão. **O Lobby Militar e as Relações Cívico-Militares durante a Assembleia Nacional Constituinte**. 1998. Dissertação (Mestrado em Ciências Políticas) - Universidade de Brasília. Brasília, 1998.

CUNHA, Paulo Ribeiro da. **Militares e militâncias: uma relação dialeticamente conflituosa**. São Paulo: Ed. UNESP, 2014.

CUNHA, Paulo Ribeiro da. Militares na política ou política entre os militares: uma falsa questão? *In*: BARBOSA, Jefferson Rodrigues; GONÇALVES, Leandro Pereira; VIANNA, Marly de Almeida Gomes; CUNHA, Paulo Ribeiro da (org.). **Militares e Política no Brasil**. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

CUNHA, Paulo Ribeiro da. O levante de 1935, o comunismo e as forças armadas. *In*: D'ARAÚJO, Maria Celina; REZENDE, Lucas Pereira (org.). **Forças Armadas e política no Brasil republicano, volume 1: da Proclamação da República à Constituição Cidadã (1889-1888)**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2024.

D'ARAÚJO, Maria Celina, JOFFILY, Mariana. O golpe de 1964, os atos institucionais e o fechamento do regime. *In*: D'ARAÚJO, Maria Celina; REZENDE, Lucas Pereira (org.). **Forças Armadas e política no Brasil republicano, volume 1: da Proclamação da República à Constituição Cidadã (1889-1888)**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2024.

DA INTENTONA comunista até Tancredo Neves. **Letras em Marcha: cultura & noticiário militar**, Rio de Janeiro, nº 158, p. 01, nov. 1984.

DANDO as bombas. **Letras em Marcha: cultura & noticiário militar**, Rio de Janeiro, nº 106, p. 02, out. 1980. Coluna Subversão em Marcha.

DEMOCRACIA à nossa maneira. **Letras em Marcha: cultura & noticiário militar**, Rio de Janeiro, nº 075, p. 01, jan. 1978.

DENIS, Odylio. O liberalismo e as forças armadas. **Letras em Marcha: cultura & noticiário militar**, Rio de Janeiro, nº 101, p. 03, mar. 1980.

DIREITISTAS? **Letras em Marcha: cultura & noticiário militar**, Rio de Janeiro, nº 108, p. 06, out. 1980. Coluna Subversão em Marcha.

DO INTERIOR do Ceará para as culminâncias do mar. **Letras em Marcha: cultura & noticiário militar**, Rio de Janeiro, nº 162, p. 01, mar. 1985.

DOMINGOS NETO, Manuel. Influência Estrangeira e Lutas Internas no Exército. *In*: ROUQUIÉ, Alain (coord.). **Os Partidos Militares no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Record, 1980.

DREIFUSS, René. **O Jogo da Direita: na nova república**. Petrópolis: Vozes, 1989.

DUMONT, F. Tancredo Neves - O homem do consenso. **Letras em Marcha:** cultura & noticiário militar, Rio de Janeiro, nº 155, p. 03, ago. 1984.

ELEIÇÕES diretas ou indiretas? **Letras em Marcha:** cultura & noticiário militar, Rio de Janeiro, nº 091, p. 03, mai. 1979. Coluna Subversão em Marcha.

EM DEFESA da democracia. **LETRAS em Marcha:** cultura & noticiário militar, Rio de Janeiro, nº 072, p. 03, out. 1977.

ESPÍRITO militar e comunismo. **Letras em Marcha:** cultura & noticiário militar. Rio de Janeiro, nº 007, p. 01, mai. 1972.

ESTRATÉGIA. *In:* SAINT-PIERRE, Héctor Luis; VITELLI, Marina Gisela (org.). **Dicionário de Segurança e Defesa.** São Paulo: Ed. UNESP; Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2018.

ETAPA decisiva na história do Brasil. **LETRAS em Marcha:** cultura & noticiário militar, Rio de Janeiro, nº 089, p. 01, mar. 1979.

EXÉRCITO: política para os políticos. **LETRAS em Marcha:** cultura & noticiário militar, Rio de Janeiro, nº 162, p. 01 e 12, mar. 1985.

FERREIRA, Oliveiros S. **Vida e Morte do Partido Fardado.** São Paulo: SENAC, 2000.

FIGUEIREDO, Mário Poppe de. Chamada geral. **Letras em Marcha:** cultura & noticiário militar, Rio de Janeiro, nº 089, p. 22, mar. 1979. Coluna Virtudes Militares.

FREYRE, Gilberto. Um enfoque sociológico da revolução de 1964. **Letras em Marcha:** cultura & noticiário militar, Rio de Janeiro, nº 089, p. 09, mar. 1979. Coluna Virtudes Militares.

FROTA, Silvio. Política partidária no clube militar. Por que o general Tasso?. **Letras em Marcha:** cultura & noticiário militar, Rio de Janeiro, nº 151, p. 04, abr.1984.

FROTA, Sylvio. **Ideais Traídos.** 2. ed. Rio de Janeiro: Zaha, 2006.

GAIO, André Moysés. **Em Busca da Remissão:** a mobilização militar pela democracia. Londrina: Editora UEL, 1997.

GASPARI, Elio. **A Ditadura Acabada.** Rio de Janeiro: Intrínseca, 2016.

GASPARI, Elio. **A Ditadura Derrotada.** 2. ed. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014a.

GASPARI, Elio. **A Ditadura Encurralada.** 2. ed. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014b.

GASPARI, Elio. **A Ditadura Envergonhada.** 2. ed. rev. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014c.

GASPARI, Elio. **A Ditadura Escancarada**. 2. ed. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014d.

GENERAL Frota processa autores de injúrias contra exército. **Letras em Marcha**: cultura & noticiário militar, Rio de Janeiro, nº 071, p. 07, set. 1977.

GUILHERME, Cássio Augusto Samogin Almeida. **1989**: história da primeira eleição presidencial pós ditadura. Jundiaí: Paco Editorial, 2019.

HUNTINGTON, Samuel P. **O Soldado e o Estado**: teoria e política das Relações entre civis e militares. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1996.

JOHAS, Homero. Direito de envenenar. **Letras em Marcha**: cultura & noticiário militar, Rio de Janeiro, nº 085, p. 12, nov. 1978.

LEAL, Pedro Américo. Eleições. **Letras em Marcha**: cultura & noticiário militar, Rio de Janeiro, nº 085, p. 07, nov. 1978a.

LEAL, Pedro Américo. Município - berço do voto indireto. **Letras em Marcha**: cultura & noticiário militar, Rio de Janeiro, nº 077, p. 14, mar. 1978b.

LEINER, Piero de Camargo. **Meia Volta Volver**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1997.

LEMOS, Helio Duarte Pereira de. O balizamento da revolução. **Letras em Marcha**: cultura & noticiário militar, Rio de Janeiro, nº 053, p. 04, mar. 1976.

LENTZ, Rodrigo. **República de Segurança Nacional**: militares e política no Brasil. São Paulo: Expressão Popular, Fundação Rosa Luxemburgo, 2022.

LETRAS em Marcha: cultura & noticiário militar. Rio de Janeiro: Letras em Marcha Editora, nº 001, nov. 1971a.

LETRAS em Marcha: cultura & noticiário militar. Rio de Janeiro: Letras em Marcha Editora, nº 002, dez. 1971b.

LETRAS em Marcha: cultura & noticiário militar. Rio de Janeiro: Letras em Marcha Editora, nº 003, jan. 1972a.

LETRAS em Marcha: cultura & noticiário militar. Rio de Janeiro: Letras em Marcha Editora, nº 004, fev. 1972b.

LETRAS em Marcha: cultura & noticiário militar. Rio de Janeiro: Letras em Marcha Editora, nº 005, mar. 1972c.

LETRAS em Marcha: cultura & noticiário militar. Rio de Janeiro: Letras em Marcha Editora, nº 006, abr. 1972d.

LETRAS em Marcha: cultura & noticiário militar. Rio de Janeiro: Letras em Marcha Editora, nº 007, mai. 1972e.

LETRAS em Marcha: cultura & noticiário militar. Rio de Janeiro: Letras em Marcha Editora, nº 008, jun. 1972f.

LETRAS em Marcha: cultura & noticiário militar. Rio de Janeiro: Letras em Marcha Editora, nº 009, jul. 1972g.

LETRAS em Marcha: cultura & noticiário militar. Rio de Janeiro: Letras em Marcha Editora, nº 010, ago. 1972h.

LETRAS em Marcha: cultura & noticiário militar. Rio de Janeiro: Letras em Marcha Editora, nº 011, set. 1972i.

LETRAS em Marcha: cultura & noticiário militar. Rio de Janeiro: Letras em Marcha Editora, nº 012, out. 1972j.

LETRAS em Marcha: cultura & noticiário militar. Rio de Janeiro: Letras em Marcha Editora, nº 013, nov. 1972k.

LETRAS em Marcha: cultura & noticiário militar. Rio de Janeiro: Letras em Marcha Editora, nº 014, dez. 1972l.

LETRAS em Marcha: cultura & noticiário militar. Rio de Janeiro: Letras em Marcha Editora, nº 015, jan. 1973a.

LETRAS em Marcha: cultura & noticiário militar. Rio de Janeiro: Letras em Marcha Editora, nº 016, fev. 1973b.

LETRAS em Marcha: cultura & noticiário militar. Rio de Janeiro: Letras em Marcha Editora, nº 017, mar. 1973c.

LETRAS em Marcha: cultura & noticiário militar. Rio de Janeiro: Letras em Marcha Editora, nº 018, abr. 1973d.

LETRAS em Marcha: cultura & noticiário militar. Rio de Janeiro: Letras em Marcha Editora, nº 019, mai. 1973e.

LETRAS em Marcha: cultura & noticiário militar. Rio de Janeiro: Letras em Marcha Editora, nº 020, jun. 1973f.

LETRAS em Marcha: cultura & noticiário militar. Rio de Janeiro: Letras em Marcha Editora, nº 021, jul. 1973g.

LETRAS em Marcha: cultura & noticiário militar. Rio de Janeiro: Letras em Marcha Editora, nº 022, ago. 1973h.

LETRAS em Marcha: cultura & noticiário militar. Rio de Janeiro: Letras em Marcha Editora, nº 023, set. 1973i.

LETRAS em Marcha: cultura & noticiário militar. Rio de Janeiro: Letras em Marcha Editora, nº 024, out. 1973j.

LETRAS em Marcha: cultura & noticiário militar. Rio de Janeiro: Letras em Marcha Editora, nº 025, nov. 1973k.

LETRAS em Marcha: cultura & noticiário militar. Rio de Janeiro: Letras em Marcha Editora, nº 026, dez. 1973l.

LETRAS em Marcha: cultura & noticiário militar. Rio de Janeiro: Letras em Marcha Editora, nº 027, jan. 1974a.

LETRAS em Marcha: cultura & noticiário militar. Rio de Janeiro: Letras em Marcha Editora, nº 028, fev. 1974b.

LETRAS em Marcha: cultura & noticiário militar. Rio de Janeiro: Letras em Marcha Editora, nº 029, mar. 1974c.

LETRAS em Marcha: cultura & noticiário militar. Rio de Janeiro: Letras em Marcha Editora, nº 030, abr. 1974d.

LETRAS em Marcha: cultura & noticiário militar. Rio de Janeiro: Letras em Marcha Editora, nº 031, mai. 1974e.

LETRAS em Marcha: cultura & noticiário militar. Rio de Janeiro: Letras em Marcha Editora, nº 032, jun. 1974f.

LETRAS em Marcha: cultura & noticiário militar. Rio de Janeiro: Letras em Marcha Editora, nº 033, jul. 1974g.

LETRAS em Marcha: cultura & noticiário militar. Rio de Janeiro: Letras em Marcha Editora, nº 034, ago. 1974h.

LETRAS em Marcha: cultura & noticiário militar. Rio de Janeiro: Letras em Marcha Editora, nº 035, set. 1974i.

LETRAS em Marcha: cultura & noticiário militar. Rio de Janeiro: Letras em Marcha Editora, nº 036, out. 1974j.

LETRAS em Marcha: cultura & noticiário militar. Rio de Janeiro: Letras em Marcha Editora, nº 037, nov. 1974k.

LETRAS em Marcha: cultura & noticiário militar. Rio de Janeiro: Letras em Marcha

Editora, nº 038, dez. 1974l.

LETRAS em Marcha: cultura & noticiário militar. Rio de Janeiro: Letras em Marcha Editora, nº 039, jan. 1975a.

LETRAS em Marcha: cultura & noticiário militar. Rio de Janeiro: Letras em Marcha Editora, nº 040, fev. 1975b.

LETRAS em Marcha: cultura & noticiário militar. Rio de Janeiro: Letras em Marcha Editora, nº 041, mar. 1975c.

LETRAS em Marcha: cultura & noticiário militar. Rio de Janeiro: Letras em Marcha Editora, nº 042, abr. 1975d.

LETRAS em Marcha: cultura & noticiário militar. Rio de Janeiro: Letras em Marcha Editora, nº 043, mai. 1975e.

LETRAS em Marcha: cultura & noticiário militar. Rio de Janeiro: Letras em Marcha Editora, nº 044, jun. 1975f.

LETRAS em Marcha: cultura & noticiário militar. Rio de Janeiro: Letras em Marcha Editora, nº 045, jul. 1975g.

LETRAS em Marcha: cultura & noticiário militar. Rio de Janeiro: Letras em Marcha Editora, nº 046, ago. 1975h.

LETRAS em Marcha: cultura & noticiário militar. Rio de Janeiro: Letras em Marcha Editora, nº 047, set. 1975i.

LETRAS em Marcha: cultura & noticiário militar. Rio de Janeiro: Letras em Marcha Editora, nº 048, out. 1975j.

LETRAS em Marcha: cultura & noticiário militar. Rio de Janeiro: Letras em Marcha Editora, nº 049, nov. 1975k.

LETRAS em Marcha: cultura & noticiário militar. Rio de Janeiro: Letras em Marcha Editora, nº 050, dez. 1975l.

LETRAS em Marcha: cultura & noticiário militar. Rio de Janeiro: Letras em Marcha Editora, nº 051, jan. 1976a.

LETRAS em Marcha: cultura & noticiário militar. Rio de Janeiro: Letras em Marcha Editora, nº 052, fev. 1976b.

LETRAS em Marcha: cultura & noticiário militar. Rio de Janeiro: Letras em Marcha Editora, nº 053, mar. 1976c.

LETRAS em Marcha: cultura & noticiário militar. Rio de Janeiro: Letras em Marcha Editora, nº 054, abr. 1976d.

LETRAS em Marcha: cultura & noticiário militar. Rio de Janeiro: Letras em Marcha Editora, nº 055, mai. 1976e.

LETRAS em Marcha: cultura & noticiário militar. Rio de Janeiro: Letras em Marcha Editora, nº 056, jun. 1976f.

LETRAS em Marcha: cultura & noticiário militar. Rio de Janeiro: Letras em Marcha Editora, nº 057, jul. 1976g.

LETRAS em Marcha: cultura & noticiário militar. Rio de Janeiro: Letras em Marcha Editora, nº 058, ago. 1976h.

LETRAS em Marcha: cultura & noticiário militar. Rio de Janeiro: Letras em Marcha Editora, nº 059, set. 1976i.

LETRAS em Marcha: cultura & noticiário militar. Rio de Janeiro: Letras em Marcha Editora, nº 060, out. 1976j.

LETRAS em Marcha: cultura & noticiário militar. Rio de Janeiro: Letras em Marcha Editora, nº 061, nov. 1976k.

LETRAS em Marcha: cultura & noticiário militar. Rio de Janeiro: Letras em Marcha Editora, nº 062, dez. 1976l.

LETRAS em Marcha: cultura & noticiário militar. Rio de Janeiro: Letras em Marcha Editora, nº 063, jan. 1977a.

LETRAS em Marcha: cultura & noticiário militar. Rio de Janeiro: Letras em Marcha Editora, nº 064, fev. 1977b.

LETRAS em Marcha: cultura & noticiário militar. Rio de Janeiro: Letras em Marcha Editora, nº 065, mar. 1977c.

LETRAS em Marcha: cultura & noticiário militar. Rio de Janeiro: Letras em Marcha Editora, nº 066, abr. 1977d.

LETRAS em Marcha: cultura & noticiário militar. Rio de Janeiro: Letras em Marcha Editora, nº 067, mai. 1977e.

LETRAS em Marcha: cultura & noticiário militar. Rio de Janeiro: Letras em Marcha Editora, nº 068, jun. 1977f.

LETRAS em Marcha: cultura & noticiário militar. Rio de Janeiro: Letras em Marcha Editora, nº 069, jul. 1977g.

LETRAS em Marcha: cultura & noticiário militar. Rio de Janeiro: Letras em Marcha Editora, nº 070, ago. 1977h.

LETRAS em Marcha: cultura & noticiário militar. Rio de Janeiro: Letras em Marcha Editora, nº 071, set. 1977i.

LETRAS em Marcha: cultura & noticiário militar. Rio de Janeiro: Letras em Marcha Editora, nº 072, out. 1977j.

LETRAS em Marcha: cultura & noticiário militar. Rio de Janeiro: Letras em Marcha Editora, nº 073, nov. 1977k.

LETRAS em Marcha: cultura & noticiário militar. Rio de Janeiro: Letras em Marcha Editora, nº 074, dez. 1977l.

LETRAS em Marcha: cultura & noticiário militar. Rio de Janeiro: Letras em Marcha Editora, nº 075, jan. 1978a.

LETRAS em Marcha: cultura & noticiário militar. Rio de Janeiro: Letras em Marcha Editora, nº 076, fev. 1978b.

LETRAS em Marcha: cultura & noticiário militar. Rio de Janeiro: Letras em Marcha Editora, nº 077, mar. 1978c.

LETRAS em Marcha: cultura & noticiário militar. Rio de Janeiro: Letras em Marcha Editora, nº 078, abr. 1978d.

LETRAS em Marcha: cultura & noticiário militar. Rio de Janeiro: Letras em Marcha Editora, nº 079, mai. 1978e.

LETRAS em Marcha: cultura & noticiário militar. Rio de Janeiro: Letras em Marcha Editora, nº 080, jun. 1978f.

LETRAS em Marcha: cultura & noticiário militar. Rio de Janeiro: Letras em Marcha Editora, nº 081, jul. 1978g.

LETRAS em Marcha: cultura & noticiário militar. Rio de Janeiro: Letras em Marcha Editora, nº 082, ago. 1978h.

LETRAS em Marcha: cultura & noticiário militar. Rio de Janeiro: Letras em Marcha Editora, nº 083, set. 1978i.

LETRAS em Marcha: cultura & noticiário militar. Rio de Janeiro: Letras em Marcha Editora, nº 084, out. 1978j.

LETRAS em Marcha: cultura & noticiário militar. Rio de Janeiro: Letras em Marcha

Editora, nº 085, nov. 1978k.

LETRAS em Marcha: cultura & noticiário militar. Rio de Janeiro: Letras em Marcha Editora, nº 086, dez. 1978l.

LETRAS em Marcha: cultura & noticiário militar. Rio de Janeiro: Letras em Marcha Editora, nº 087, jan. 1979a.

LETRAS em Marcha: cultura & noticiário militar. Rio de Janeiro: Letras em Marcha Editora, nº 088, fev. 1979b.

LETRAS em Marcha: cultura & noticiário militar. Rio de Janeiro: Letras em Marcha Editora, nº 089, mar. 1979c.

LETRAS em Marcha: cultura & noticiário militar. Rio de Janeiro: Letras em Marcha Editora, nº 090, abr. 1979d.

LETRAS em Marcha: cultura & noticiário militar. Rio de Janeiro: Letras em Marcha Editora, nº 091, mai. 1979e.

LETRAS em Marcha: cultura & noticiário militar. Rio de Janeiro: Letras em Marcha Editora, nº 092, jun. 1979f.

LETRAS em Marcha: cultura & noticiário militar. Rio de Janeiro: Letras em Marcha Editora, nº 093, jul. 1979g.

LETRAS em Marcha: cultura & noticiário militar. Rio de Janeiro: Letras em Marcha Editora, nº 094, ago. 1979h.

LETRAS em Marcha: cultura & noticiário militar. Rio de Janeiro: Letras em Marcha Editora, nº 095, set. 1979i.

LETRAS em Marcha: cultura & noticiário militar. Rio de Janeiro: Letras em Marcha Editora, nº 096, out. 1979j.

LETRAS em Marcha: cultura & noticiário militar. Rio de Janeiro: Letras em Marcha Editora, nº 097, nov. 1979k.

LETRAS em Marcha: cultura & noticiário militar. Rio de Janeiro: Letras em Marcha Editora, nº 098, dez. 1979l.

LETRAS em Marcha: cultura & noticiário militar. Rio de Janeiro: Letras em Marcha Editora, nº 099, jan. 1980a.

LETRAS em Marcha: cultura & noticiário militar. Rio de Janeiro: Letras em Marcha Editora, nº 100, fev. 1980b.

LETRAS em Marcha: cultura & noticiário militar. Rio de Janeiro: Letras em Marcha Editora, nº 101, mar. 1980c.

LETRAS em Marcha: cultura & noticiário militar. Rio de Janeiro: Letras em Marcha Editora, nº 102, abr. 1980d.

LETRAS em Marcha: cultura & noticiário militar. Rio de Janeiro: Letras em Marcha Editora, nº 103, mai. 1980e.

LETRAS em Marcha: cultura & noticiário militar. Rio de Janeiro: Letras em Marcha Editora, nº 104, jun. 1980f.

LETRAS em Marcha: cultura & noticiário militar. Rio de Janeiro: Letras em Marcha Editora, nº 105, jul. 1980g.

LETRAS em Marcha: cultura & noticiário militar. Rio de Janeiro: Letras em Marcha Editora, nº 106, ago. 1980h.

LETRAS em Marcha: cultura & noticiário militar. Rio de Janeiro: Letras em Marcha Editora, nº 107, set. 1980i.

LETRAS em Marcha: cultura & noticiário militar. Rio de Janeiro: Letras em Marcha Editora, nº 108, out. 1980j.

LETRAS em Marcha: cultura & noticiário militar. Rio de Janeiro: Letras em Marcha Editora, nº 109, nov. 1980k.

LETRAS em Marcha: cultura & noticiário militar. Rio de Janeiro: Letras em Marcha Editora, nº 110, dez. 1980l.

LETRAS em Marcha: cultura & noticiário militar. Rio de Janeiro: Letras em Marcha Editora, nº 111, jan. 1981a.

LETRAS em Marcha: cultura & noticiário militar. Rio de Janeiro: Letras em Marcha Editora, nº 112, fev. 1981b.

LETRAS em Marcha: cultura & noticiário militar. Rio de Janeiro: Letras em Marcha Editora, nº 113, mar. 1981c.

LETRAS em Marcha: cultura & noticiário militar. Rio de Janeiro: Letras em Marcha Editora, nº 114, abr. 1981d.

LETRAS em Marcha: cultura & noticiário militar. Rio de Janeiro: Letras em Marcha Editora, nº 115, mai. 1981e.

LETRAS em Marcha: cultura & noticiário militar. Rio de Janeiro: Letras em Marcha Editora, nº 116, jun. 1981f.

LETRAS em Marcha: cultura & noticiário militar. Rio de Janeiro: Letras em Marcha Editora, nº 117, jul. 1981g.

LETRAS em Marcha: cultura & noticiário militar. Rio de Janeiro: Letras em Marcha Editora, nº 118, ago. 1981h.

LETRAS em Marcha: cultura & noticiário militar. Rio de Janeiro: Letras em Marcha Editora, nº 119, set. 1981i.

LETRAS em Marcha: cultura & noticiário militar. Rio de Janeiro: Letras em Marcha Editora, nº 120, out. 1981j.

LETRAS em Marcha: cultura & noticiário militar. Rio de Janeiro: Letras em Marcha Editora, nº 121, nov. 1981k.

LETRAS em Marcha: cultura & noticiário militar. Rio de Janeiro: Letras em Marcha Editora, nº 122, dez. 1981l.

LETRAS em Marcha: cultura & noticiário militar. Rio de Janeiro: Letras em Marcha Editora, nº 123, jan. 1982a.

LETRAS em Marcha: cultura & noticiário militar. Rio de Janeiro: Letras em Marcha Editora, nº 124, fev. 1982b.

LETRAS em Marcha: cultura & noticiário militar. Rio de Janeiro: Letras em Marcha Editora, nº 125, mar. 1982c.

LETRAS em Marcha: cultura & noticiário militar. Rio de Janeiro: Letras em Marcha Editora, nº 126, abr. 1982d.

LETRAS em Marcha: cultura & noticiário militar. Rio de Janeiro: Letras em Marcha Editora, nº 127, mai. 1982e.

LETRAS em Marcha: cultura & noticiário militar. Rio de Janeiro: Letras em Marcha Editora, nº 128, jun. 1982f.

LETRAS em Marcha: cultura & noticiário militar. Rio de Janeiro: Letras em Marcha Editora, nº 129, jul. 1982g.

LETRAS em Marcha: cultura & noticiário militar. Rio de Janeiro: Letras em Marcha Editora, nº 130, ago. 1982h.

LETRAS em Marcha: cultura & noticiário militar. Rio de Janeiro: Letras em Marcha Editora, nº 131, set. 1982i.

LETRAS em Marcha: cultura & noticiário militar. Rio de Janeiro: Letras em Marcha

Editora, nº 132, out. 1982j.

LETRAS em Marcha: cultura & noticiário militar. Rio de Janeiro: Letras em Marcha Editora, nº 133, nov. 1982k.

LETRAS em Marcha: cultura & noticiário militar. Rio de Janeiro: Letras em Marcha Editora, nº 134, nov. 1982l.

LETRAS em Marcha: cultura & noticiário militar. Rio de Janeiro: Letras em Marcha Editora, nº 135, dez. 1982m.

LETRAS em Marcha: cultura & noticiário militar. Rio de Janeiro: Letras em Marcha Editora, nº 136, jan. 1983a.

LETRAS em Marcha: cultura & noticiário militar. Rio de Janeiro: Letras em Marcha Editora, nº 137, fev. 1983b.

LETRAS em Marcha: cultura & noticiário militar. Rio de Janeiro: Letras em Marcha Editora, nº 138, mar. 1983c.

LETRAS em Marcha: cultura & noticiário militar. Rio de Janeiro: Letras em Marcha Editora, nº 139, abr. 1983d.

LETRAS em Marcha: cultura & noticiário militar. Rio de Janeiro: Letras em Marcha Editora, nº 140, mai. 1983e.

LETRAS em Marcha: cultura & noticiário militar. Rio de Janeiro: Letras em Marcha Editora, nº 141, jun. 1983f.

LETRAS em Marcha: cultura & noticiário militar. Rio de Janeiro: Letras em Marcha Editora, nº 142, jul. 1983g.

LETRAS em Marcha: cultura & noticiário militar. Rio de Janeiro: Letras em Marcha Editora, nº 143, ago. 1983h.

LETRAS em Marcha: cultura & noticiário militar. Rio de Janeiro: Letras em Marcha Editora, nº 144, set. 1983i.

LETRAS em Marcha: cultura & noticiário militar. Rio de Janeiro: Letras em Marcha Editora, nº 145, out. 1983j.

LETRAS em Marcha: cultura & noticiário militar. Rio de Janeiro: Letras em Marcha Editora, nº 146, nov. 1983k.

LETRAS em Marcha: cultura & noticiário militar. Rio de Janeiro: Letras em Marcha Editora, nº 147, dez. 1983l.

LETRAS em Marcha: cultura & noticiário militar. Rio de Janeiro: Letras em Marcha Editora, nº 148, jan. 1984a.

LETRAS em Marcha: cultura & noticiário militar. Rio de Janeiro: Letras em Marcha Editora, nº 149, fev. 1984b.

LETRAS em Marcha: cultura & noticiário militar. Rio de Janeiro: Letras em Marcha Editora, nº 150, mar. 1984c.

LETRAS em Marcha: cultura & noticiário militar. Rio de Janeiro: Letras em Marcha Editora, nº 151, abr. 1984d.

LETRAS em Marcha: cultura & noticiário militar. Rio de Janeiro: Letras em Marcha Editora, nº 152, mai. 1984e.

LETRAS em Marcha: cultura & noticiário militar. Rio de Janeiro: Letras em Marcha Editora, nº 153, jun. 1984f.

LETRAS em Marcha: cultura & noticiário militar. Rio de Janeiro: Letras em Marcha Editora, nº 154, jul. 1984g.

LETRAS em Marcha: cultura & noticiário militar. Rio de Janeiro: Letras em Marcha Editora, nº 155, ago. 1984h.

LETRAS em Marcha: cultura & noticiário militar. Rio de Janeiro: Letras em Marcha Editora, nº 156, set. 1984i.

LETRAS em Marcha: cultura & noticiário militar. Rio de Janeiro: Letras em Marcha Editora, nº 157, out. 1984j.

LETRAS em Marcha: cultura & noticiário militar. Rio de Janeiro: Letras em Marcha Editora, nº 158, nov. 1984k.

LETRAS em Marcha: cultura & noticiário militar. Rio de Janeiro: Letras em Marcha Editora, nº 159, dez. 1984l.

LETRAS em Marcha: cultura & noticiário militar. Rio de Janeiro: Letras em Marcha Editora, nº 160, jan. 1985a.

LETRAS em Marcha: cultura & noticiário militar. Rio de Janeiro: Letras em Marcha Editora, nº 161, fev. 1985b.

LETRAS em Marcha: cultura & noticiário militar. Rio de Janeiro: Letras em Marcha Editora, nº 162, mar. 1985c.

LETRAS em Marcha: cultura & noticiário militar. Rio de Janeiro: Letras em Marcha Editora, nº 163, abr. 1985d.

LETRAS em marcha sofre sanção econômica por atacar Tancredo. **Letras em Marcha:** cultura & noticiário militar, Rio de Janeiro, nº 156, p. 08, set. 1984. Coluna Subversão em Marcha.

LIMA, CUNHA. Outra revolução. **Letras em Marcha:** cultura & noticiário militar, Rio de Janeiro, nº 150, p. 11, mar. 1984.

LODI, João Bosco. **Lobby:** os grupos de pressão. São Paulo: Pioneira, 1986.

MACEDO, Nertan. Terrorismo de direita. **Letras em Marcha:** cultura & noticiário militar, Rio de Janeiro, nº 106, p. 01, out. 1980.

MACIEL, David. **Argamassa da Ordem:** reformas políticas, democratização e crise (1985-1990). São Paulo: Alameda / Goiânia: FUNAPE, 2012.

MARRA, Ernesto. O último círculo. **Letras em Marcha:** cultura & noticiário militar, Rio de Janeiro, nº 158, p. 04, nov. 1984.

MATTOS, Carlos de Meira. Por que o general Tasso? **Letras em Marcha:** cultura & noticiário militar, Rio de Janeiro, nº 150, p. 07, mar. 1984.

MEDITANDO sobre as eleições. **Letras em Marcha:** cultura & noticiário militar, Rio de Janeiro, nº 134, p. 01, nov. 1982.

MENEZES, Delano T. **Como Pensam os Militares:** a construção social da subjetividade dos militares. São Paulo: Baraúna, 2015.

MINISTRO do exército e chefes do estado-maior exaltam os dez anos do letras em marcha. **Letras em Marcha:** cultura & noticiário militar, Rio de Janeiro, nº 122, p. 05, nov. 1981.

MORAES, João Quartim de. A função das Forças Armadas num Brasil democrático. *In:* MORAES, João Quartim de; COSTA, Wilma Peres; OLIVEIRA, Eliézer Rizzo de (org.). **A Tutela Militar.** São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 1987.

MORAES, João Quartim de. **A Esquerda Militar no Brasil:** da coluna a comuna. São Paulo: Siciliano, 1994.

MORAES, João Quartim de. **A Esquerda Militar no Brasil:** da conspiração republicana à guerrilha dos tenentes. 2. ed. rev. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Em Guarda contra o "Perigo Vermelho":** o anticomunismo no Brasil (1917-1964). 2. ed. Niterói: Eduff, 2020.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Passados Presentes:** o golpe de 1964 e a ditadura militar. Rio de Janeiro: Zahar, 2021.

NETO, Lira. **Castello**: a marcha para a ditadura. São Paulo: Contexto, 2004.

NETO, Otávio Amorim; ACÁCIO, Igor. Limitações aos mandatos presidenciais sob o regime militar: uma solução para as divisões políticas no seio militar. *In*: D'ARAUJO, Maria Celina; REZENDE, Lucas Pereira (org.). **Forças Armadas e política no Brasil republicano, volume 1**: da Proclamação da República à Constituição Cidadã (1889-1888). Rio de Janeiro: FGV Editora, 2024.

NOBRE FILHO, Fernando. Com a palavra, as forças armadas. **Letras em Marcha**: cultura & noticiário militar, Rio de Janeiro, nº 142, p. 10, jul. 1983.

NOBRE FILHO, Fernando. Estiola-se a revolução? **Letras em Marcha**: cultura & noticiário militar, Rio de Janeiro, nº 101, p. 07, mar. 1980.

NOBRE FILHO, Fernando. Os militares, a revolução e a abertura. **Letras em Marcha**: cultura & noticiário militar, Rio de Janeiro, nº 150, p. 03, mar. 1984.

NOSSA posição. **Letras em Marcha**: cultura & noticiário militar, Rio de Janeiro, nº 097, p. 01, nov. 1979.

NOSSO novo presidente. **Letras em Marcha**: cultura & noticiário militar, Rio de Janeiro, nº 029, p. 02, mar. 1974.

O MELHOR da revolução. **Letras em Marcha**: cultura & noticiário milita, Rio de Janeiro, nº 005, p. 01, mar. 1972.

O NOVO ministro do exército. **Letras em Marcha**: cultura & noticiário militar, Rio de Janeiro, nº 032, p. 04, jun. 1974. Coluna Atrás do Portão das Armas.

O PRIMEIRO aviador-naval a atingir as quatro estrelas é o novo chefe da EMFA. **Letras em Marcha**: cultura & noticiário militar, Rio de Janeiro, nº 162, p. 01, mar. 1985.

O XV aniversário da revolução de 1964. **Letras em Marcha**: cultura & noticiário militar, Rio de Janeiro, nº 088, p. 01 fev. 1979.

OLIVEIRA, Eliézer Rizzo de. **As Forças Armadas**: política e ideologia no Brasil (1964-1969). 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1978.

OLIVEIRA, Eliézer Rizzo de. **De Geisel a Collor**: forças armadas, transição e democracia. Campinas: Papirus, 1994.

OLIVEIRA, Eliézer Rizzo de; CAVAGNARI FILHO, Geraldo L.; MORAES, João Martin de; DREIFUSS, René Armand (org). **As Forças Armadas no Brasil**. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1987.

OLIVEIRA, Nelson Custódio de. Clarear os horizontes das indiretas. **Letras em Marcha**: cultura & noticiário militar, Rio de Janeiro, nº 149, p. 04, fev. 1984.

OLIVEIRA, Plínio Corrêa de. Saudosa homenagem e razões de esperar. **Letras em Marcha: cultura & noticiário militar**, Rio de Janeiro, nº 061, p. 09, nov. 1976.

ORTEGA, André; MARIN, Pedro. **Carta no Coturno: a volta do partido fardado no Brasil**. São Paulo: Baioneta Editora, 2019.

PASSARINHO, Jarbas. Uma exemplar lição, a de 1964. **Letras em Marcha: cultura & noticiário militar**, Rio de Janeiro, nº 065, p. 07, mar. 1977.

PEIXOTO, Antonio Carlos. Exército e Política no Brasil: Ena critica aos modelos de interpretação. *In*: ROUQUIÉ, Alain (coord.). **Os Partidos Militares no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Record, 1980.

PEIXOTO, João Baptista. A presença dos militares. **Letras em Marcha: cultura & noticiário militar**, Rio de Janeiro, nº 048, p. 09, out. 1975.

PEIXOTO, João Baptista. A revolução em marcha. **Letras em Marcha: cultura & noticiário militar**, Rio de Janeiro, nº 053, p. 06 e 15, mar. 1976.

PENIDO, Ana. Hipóteses interpretativas para a presença militar na política. *In*: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 46., 2022, Campinas. **Anais eletrônicos** [...] Campinas: ANPOCS, 2022. p. 01 - 17. Disponível em: https://www.encontro2022.anpocs.org.br/atividade/viewq=YToyOntzOjY6InBhcmFtcyI7czozNjoiYToxOntzOjE5OiJJRF9BVEIWSURBREUiO3M6MzoiMTEyIj9IjtzOjE6ImgiO3M6MzI6ImYyMTgzMDk5NmM3OWRiYTM4NDhhNWFiMWIxOGM0M2Y0Ij9&ID_ATIVIDADE=112. Acesso em: 11 nov. 2024.

PENIDO, Ana; KALIL, Suzeley. A educação dos militares brasileiros. *In*: D'ARAÚJO, Maria Celina; REZENDE, Lucas Pereira (org.). **Forças Armadas e política no Brasil republicano, volume 2: a Nova República (1989-2018)**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2024.

PESSOA, Mario. Infidelidade já! **LETRAS em Marcha: cultura & noticiário militar**, Rio de Janeiro, nº 158, p. 04, nov. 1984a.

PESSOA, Mario. Cámpora - o Tancredo argentino. **Letras em Marcha: cultura & noticiário militar**, Rio de Janeiro, nº 156, p. 01, set. 1984b.

PRADO, F. Silveira do. A intentona comunista na vila militar e Deodoro. **LETRAS em Marcha: cultura & noticiário militar**, Rio de Janeiro, nº 049, p. 04, nov. 1975.

RADEMAKER, Augusto. A revolução de 1964 a nova república. **Letras em Marcha: cultura & noticiário militar**, Rio de Janeiro, nº 163, p.02, abr. 1985.

REBELO, Darino Castro. Brasil à beira do abismo? **Letras em Marcha: cultura & noticiário militar**, Rio de Janeiro, nº 144, p. 08, set.1983.

REVIVER a revolução. **LETRAS em Marcha:** cultura & noticiário militar, Rio de Janeiro, nº 113, p. 15, mar. 1981.

ROCHA, Acyr Dias de Carvalho. Eleições diretas ou indiretas? **Letras em Marcha:** cultura & noticiário militar, Rio de Janeiro, nº 077, p. 12, mar. 1978.

ROCHA, Acyr Dias de Carvalho. Eleições diretas versus eleições indiretas. **Letras em Marcha:** cultura & noticiário militar, Rio de Janeiro, nº 147, p. 01 e 03, dez. 1983.

ROCHA, José Avila da. Tancredo Kerensky Neves resistirá? **Letras em Marcha:** cultura & noticiário militar, Rio de Janeiro, nº 156, p. 02, set. 1984.

ROLIM, Armando de Freitas. Tancredo - O Alfonsín brasileiro. **Letras em Marcha:** cultura & noticiário militar, Rio de Janeiro, nº 154, p. 01, jul. 1984.

ROUQUÉ, Alain. Os Processos Políticos nos Partidos Militares do Brasil: Estratégias de pesquisa e dinâmica institucional. *In:* ROUQUÉ, Alain (coord.). **Os Partidos Militares no Brasil.** Rio de Janeiro: Editora Record, 1980.

ROUQUIÉ, Alain. **O Estado Militar na América Latina.** São Paulo: Alfa-Omega, 1984.

RUIZ, Carlos Henrique dos Santos. **A Revolta que não Houve:** Adhemar de Barros e Articulação contra o Golpe Civil-Militar (1964-66). São Paulo: Editora Dialética, 2024.

SAES, Décio. **República do Capital:** capitalismo e processo político no Brasil. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2023.

SAINT-PIERRE, H. L. Formas Não-Golpistas de Presença Militar no Estado. **Perspectivas,** São Paulo, v.24-25, p.115-130, 2001-2002.

SAINT-PIERRE, Héctor Luis. **A Política Armada.** Fundamentos da guerra revolucionária. São Paulo: Ed. da Unesp, 2000.

SAINT-PIERRE, Hector Luis. Relações civil-militares: da preocupação política à constituição de área epistêmica. *In:* D'ARAUJO, Maria Celina; REZENDE, Lucas Pereira (org.). **Forças Armadas e política no Brasil republicano, volume 1:** da Proclamação da República à Constituição Cidadã (1889-1888). Rio de Janeiro: FGV Editora, 2024.

SANTOS, Eduardo Heleno J. **Extrema Direita Volver!** Memória, Ideologia e Política nos grupos formados por civis e militares da reserva. 2009. Dissertação (Mestrado em Ciências Políticas) - Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2009.

SANTOS, Eduardo Heleno J. **Os Grupos de Pressão Política Formados por Militares da Reserva no Mercosul.** 2015. Tese (Doutorado em Ciências Políticas) - Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2015.

SANTOS, Luiz Alberto dos. **Regulamentação da atividade de lobby e seu impacto sobre as**

relações entre políticos, burocratas e grupos de interesse no ciclo de políticas: Análise comparativa dos Estados Unidos e Brasil. 2007. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Universidade de Brasília. Brasília, 2007.

SCHIRMER, Pedro. O Brasil é uma democracia? **Letras em Marcha:** cultura & noticiário militar, Rio de Janeiro, nº 077, p. 12, mar. 1978.

SCHIRMER, Pedro. O ideal. **Letras em Marcha:** cultura & noticiário militar, Rio de Janeiro, nº 089, p. 13, mar. 1979. Coluna Virtudes Militares.

SCHULZ, John. **O Exército na Política:** origens da intervenção militar, 1850-1897. 2. ed. rev. e ampl. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2023.

SILVA, Everaldo José da. Volta aos quartéis. **Letras em Marcha:** cultura & noticiário militar, Rio de Janeiro, nº 142, p. 11, jul. 1983.

SILVA, Julia Almeida Vasconcelos da. **A Militarização da Política no Brasil Contemporâneo.** São Paulo: Alameda, 2023.

SKIDMORE, Thomas. **Brasil:** de Castelo a Tancredo (1964-1985). 3. ed. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1988.

SOARES, Samuel Alves. **Controle e Autonomia:** as Forças Armadas e o sistema político brasileiro (1974-1999). São Paulo: Ed. UNESP, 2006.

SOCIALISMO começa etapa importante de sua caminhada no Brasil. **Letras em Marcha:** cultura & noticiário militar, Rio de Janeiro, nº 137, p. 01, fev. 1983.

SODRÉ, Nelson Werneck. **História militar do Brasil.** 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

SODRÉ, Nelson Werneck. **Memórias de um Soldado.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967.

STENZEL, Clóvis. A revolução de todos nós. **Letras em Marcha:** cultura & noticiário militar, Rio de Janeiro, nº 017, p. 03, mar. 1973.

STEPAN, Alfred. **Os Militares na Política.** Rio de Janeiro: Artenova S.A., 1975.

STUMPF, André Gustavo; PEREIRA, Merval. **A Segunda Guerra:** sucessão de Geisel. São Paulo: Brasiliense, 1979.

SUCESSÃO. **Letras em Marcha:** cultura & noticiário militar, Rio de Janeiro, nº 149, p. 04, fev. 1984.

TANCREDO: O Alfonsín brasileiro. **Letras em Marcha:** cultura & noticiário militar, Rio de Janeiro, nº 155, p. 01, ago. 1984.

TÁTICA. *In*: SAINT-PIERRE, Héctor Luis; VITELLI, Marina Gisela (org.). **Dicionário de Segurança e Defesa**. São Paulo: Ed. UNESP; Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2018.

VICTOR, Fábio. **Poder Camuflado**: os militares e a política, do fim da ditadura à aliança com Bolsonaro. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

VOCÊ está satisfeito com a abertura?. **Letras em Marcha**: cultura & noticiário militar, Rio de Janeiro, nº 095, p. 03, set. 1979. Coluna Subversão em Marcha.